A arte de renovar
está em nossas mãos



Tractebel Energia
GDF SUEZ

Relatório de Sustentabilidade 2010

M.C. Escher's "Drawing Hands" © 2011 The M.C. Escher Company-Holland. All rights reserved. www.mcescher.com

A arte de renovar está em nossas mãos

Geramos energia para a vida. Nosso papel na sociedade é produzir energia para o desenvolvimento de modo sustentável, respeitando o meio ambiente, as diversas realidades sociais com que convivemos, criando valor e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Este é o trabalho que realizamos com mãos empenhadas na arte de renovar. Arte que é colocada em prática por nossos empregados. É por meio do trabalho diário de mais de 1.000 profissionais altamente qualificados que garantimos a perenidade, a qualidade e a eficiência do nosso negócio e materializamos nossos princípios de gestão socioambiental. São deles as mãos responsáveis pela arte de renovar.

Este Relatório, que apresenta todos os principais dados relacionados à sustentabilidade da Tractebel Energia, vem especialmente homenagear nossos profissionais. Depoimentos de alguns deles sobre seu dia-a-dia na Tractebel, selecionados por meio de um concurso interno, são apresentados no decorrer desta publicação.

Boa leitura.



... Caindo aqui, levantando-me acolá,
Mas indo sempre no meu caminho...
Ainda assim, sou alguém.
Sou o Descobridor da Natureza.
Sou o Argonauta das sensações verdadeiras.
Trago ao Universo um novo Universo
Porque trago ao Universo ele-próprio...

Fernando Pessoa - O Guardador de rebanhos, XLVI - 1914

Índice

Visão, Missão e Valores

Destaques 2010

Mensagem da Administração

Sobre o Relatório de Sustentabilidade

01.	Perfil Corporativo	página 12
02.	Governança Corporativa	página 23
03.	Estratégia e Vantagens Competitivas	página 31
04.	Ativos Intangíveis	página 35
05.	Gestão de Riscos Empresariais	página 37
06.	Gestão Econômica	página 40
07.	Gestão Ambiental	página 62
08.	Gestão Social	página 96
09.	Premiações e Reconhecimentos	página 113

Balanço Social Consolidado

Índice GRI

Asseguração Independente

Informações Corporativas

Demonstrações Contábeis



O milagre da energia

"Eu vejo e faço parte
As águas que movem as turbinas
É o milagre da energia
Colaboradores concretizam conquistas
Com trabalho e ousadia
Energia limpa para o País
Desenvolvimento de um povo
Uma nação mais feliz
Sinais de um tempo novo
Certificações são resultado
Do trabalho consolidado
Segurança, meio ambiente e qualidade
Formam a sustentabilidade."

Anderson Gibathe
Meio Ambiente - Salto Santiago

Missão, Visão e Valores

GRI: 4.8



Usina Hidrelétrica Salto Osório



Visita de clientes às usinas



Usina Hidrelétrica Cana Brava

Missão

Gerar energia para a vida.

Visão

Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil.

Valores

Profissionalismo

Cooperação

Espírito de equipe

Criação de valor

Respeito ao meio ambiente

Ética

Destaques 2010

GRI: EC1

Indicadores	2010	2009	2008	Variação 10/09
Indicadores econômicos (R$ milhões)				
Receita operacional bruta	4.586,1	3.886,3	3.793,3[1]	+18,0%
Receita operacional líquida	4.100,4	3.496,7	3.400,3[1]	+17,3%
EBITDA[2]	2.611,5	2.201,7[1]	2.176,6[3]	+18,6%
Margem EBITDA (%)	63,7	63,0[1]	64,0[3]	+0,7 p.p.
Resultado de serviço – EBIT[4]	2.150,2	1.777,0[1]	1.911,1[3]	+21,0%
Resultado financeiro	(428,8)	(239,8)	(320,7)	+78,8%
Lucro líquido	1.211,6	1.090,9[5]	1.115,2[3]	+11,1%
Indicadores financeiros (R$ milhões)				
Ativo total	12.850,3	10.934,4[1]	9.712,4[1,3]	+17,5%
Patrimônio líquido	5.072,7	4.449,0[1]	3.900,2[1,3]	+14,0%
Investimentos[6]	2.208,0	269,4	2.012,1	+719,6%
Dívida líquida ajustada[7]	3.361,3	2.160,0	2.558,6	+55,6%
Ações				
Número de ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro líquido por ação (R$)	1, 8562	1, 6712	1,7084	+11,1%
Preço médio da ação (R$)[8]	22,78	19,33	20,99	+17,8%
Distribuição de dividendos (R$ milhões)	664,4	623,9	756,3	+6,5%
Mercado				
Vendas contratadas de energia (GWh)	33.838	30.911	30.661	+9,5%
Vendas contratadas de energia (MW médios)[9]	3.863	3.529	3.491	+9,5%
Corpo funcional				
Número de empregados	1.033	990	941	+4,3%

[1] Considera ajuste ou reclassificação contábil.
[2] EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
[3] Valor não considera a adoção do IFRS.
[4] EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.
[5] Considera ajuste ou reclassificação contábil. Se calculado pelo BRGAAP, vigente anteriormente a 2010, o lucro líquido seria R$ 1.134,4, conforme reportado à época. Veja nota explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis.
[6] Não considera juros incorridos sobre a construção.
[7] Dívida líquida ajustada = dívida bruta – caixa e equivalentes de caixa.
[8] Média simples dos preços de fechamento, desconsiderando-se os ajustes por proventos.
[9] 2008 foi ano bissexto, o que influencia no cálculo de MW médios vendidos.



Espírito de equipe

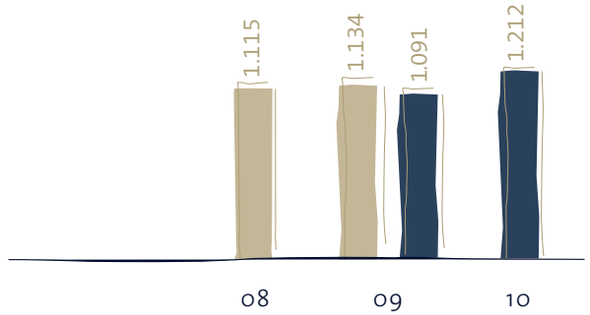
"Na Tractebel, espírito de equipe não é apenas um conceito, mas sim prática incorporada nas atividades cotidianas; é o nosso diferencial que nos permite superar desafios e obter excelentes resultados. E foi o que nos possibilitou, em 2010, cumprir a meta de atualizar tecnicamente (e de maneira simultânea) os principais sistemas da Companhia e seus módulos relacionados. Aqui, com certeza, 1 +1 é sempre mais que 2."

Luciana Moura Nabarrete
Sistemas de Informação e Telecomunicação

Lucro Líquido*

(R$ milhões)

2008-2010

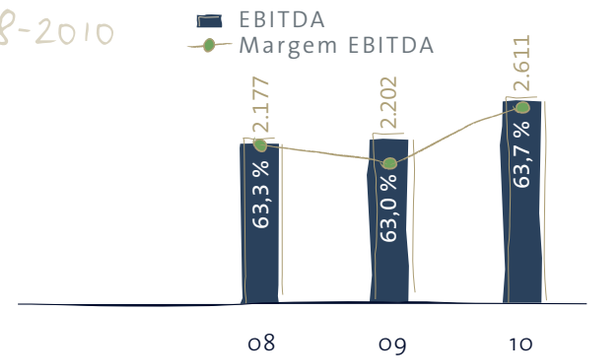


* O valor referente a 2009 reportado naquele ano passou por reclassificação contábil devido à adoção dos novos procedimentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards.

EBITDA e Margem EBITDA

(R$ milhões e %)

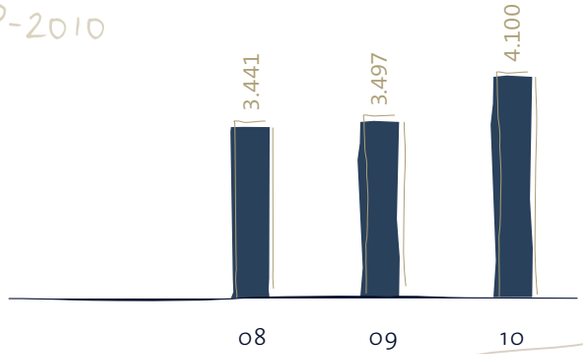
2008-2010



Receita Operacional Líquida

(R$ milhões)

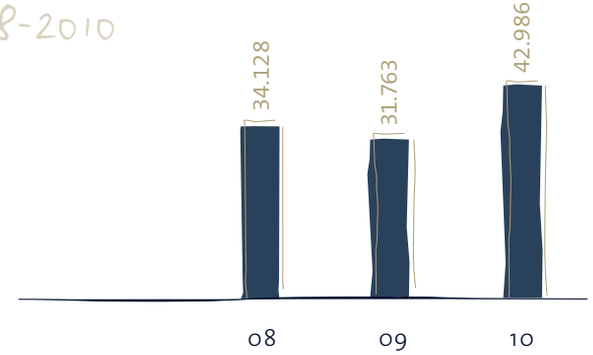
2008-2010



Produção de Energia

(GWh)

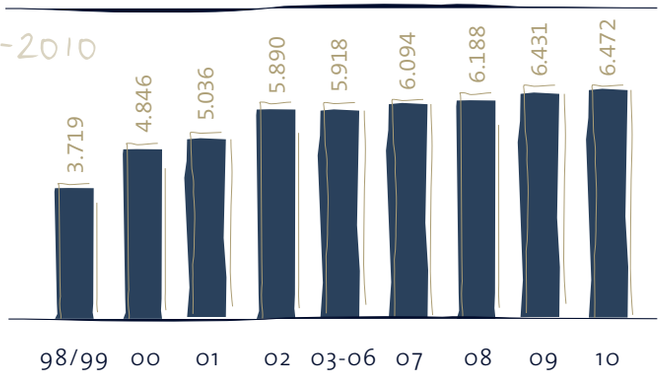
2008-2010



Capacidade Instalada Própria

(MW)

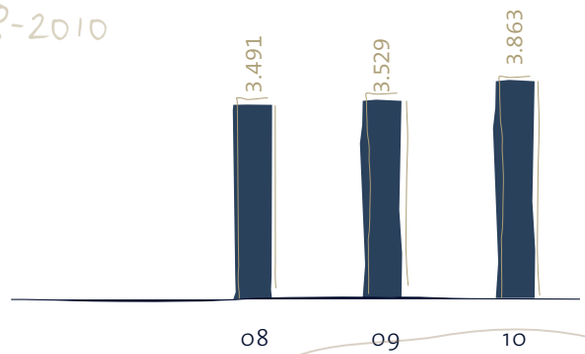
1998-2010



Vendas Contratadas de Energia

(MW médios)

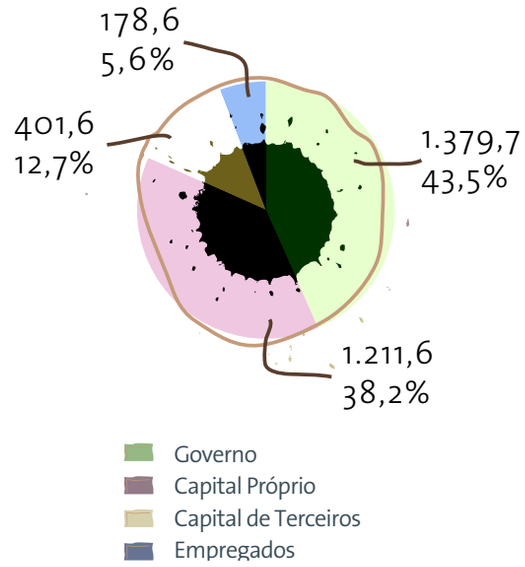
2008-2010



Distribuição do Valor Adicionado

(R$ milhões)

2010



Mensagem da Administração

GRI: 1.1

O ano de 2010 representou para a Tractebel Energia mais um período de evolução no desempenho financeiro, como demonstra o crescimento de 17,3% da receita líquida e de 18,6% no resultado das operações, culminando com um aumento de 11,1% no lucro líquido, que totalizou pouco mais de R$ 1,2 bilhão. Além disso, reafirmou a busca contínua da Companhia pelo aprimoramento da gestão nas três esferas da sustentabilidade – econômico-financeira, social e ambiental.

No aspecto operacional, batemos nosso recorde de geração instantânea de energia, produzindo 7.074 MW, ou seja, um fator de capacidade de 93,8%. Também em 2010, a Companhia alcançou uma disponibilidade de 98,3%, descontadas as paradas programadas, reflexo da eficiência dos programas de operação e manutenção adotados. Ao todo, foram produzidos 42.986 GWh (4.907 MW médios) nas 21 usinas em operação que compõem o parque gerador da Tractebel Energia.

Além desses empreendimentos, incorporamos ao portfólio da Companhia a participação na Usina Hidrelétrica Estreito – um dos maiores projetos de geração em construção no Brasil, com 1.087 MW. A Tractebel Energia adquiriu a totalidade das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável S.A., empresa de propósito específico criada por nossa controladora, a GDF SUEZ, detentora de 40,07% do Consórcio Estreito Energia, responsável pelo projeto. A usina está em fase final de construção e as primeiras turbinas entrarão em operação ainda em 2011. Serão adicionados 436 MW à capacidade instalada total da Companhia, representando uma ampliação de cerca de 7%. Após a aquisição, obteve-se financiamento suplementar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R$ 308,5 milhões, que contribuirá para aumentar a rentabilidade do projeto.

Anunciamos, em outubro de 2010, um novo modelo de transferência e incorporação de ativos entre a Tractebel Energia e a GDF SUEZ, a fim de tornar esse processo ainda mais transparente. Entre outras medidas, o modelo prevê a formação de um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas. Esse comitê, não permanente, terá três ou cinco membros escolhidos pelo Conselho de Administração, sendo a maioria sempre composta por conselheiros independentes, e complementado por diretores da Tractebel Energia. Ele tem como objetivo negociar em nome da Companhia, junto à controladora, os termos de cada transação, inclusive o preço a ser pago pelos ativos, visando a garantir um valor que reflita adequadamente o compartilhamento dos riscos envolvidos e do valor agregado pelo projeto. As deliberações do Comitê serão encaminhadas à apreciação do Conselho de Administração e deverão ser ratificadas posteriormente em Assembleia Geral de Acionistas. A iniciativa nos leva a um modelo aprimorado de governança corporativa, que contribuirá para o crescimento sustentável da Tractebel Energia, com maior independência e transparência nas negociações. O novo modelo balizará o processo de aquisição da participação de 50,1% que nossa controladora detém na empresa Energia Sustentável do Brasil, responsável pelo desenvolvimento da Usina Hidrelétrica Jirau. Localizada no norte do País, o empreendimento tem capacidade instalada total de 3.450 MW.

Usina Hidrelétrica Passo Fundo



GRI
DFs

O crescimento da Companhia vem acompanhado do aperfeiçoamento progressivo de sua gestão socioambiental. O projeto de implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, por exemplo, foi desenvolvido de modo a garantir o cumprimento dos Princípios do Equador - diretrizes internacionais que asseguram a responsabilidade social e ambiental do empreendimento. Esse cuidado com a sustentabilidade permeia todas as ações da Companhia e ficou ainda mais explícito com o lançamento, em 2010, da Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, que integra as dimensões qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho e responsabilidade social.

A partir dessa política, concluímos a implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, que foi certificado segundo a norma OHSAS 18001 para 15 usinas, pelo Bureau Veritas Certification (BVC). Dessas, 13 foram recertificadas e duas - as hidrelétricas São Salvador e Ponte de Pedra - certificadas segundo as normas NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001. Para a responsabilidade social, a Companhia preferiu postergar o processo de certificação segundo a NBR ISO 16001, a fim de também incorporar as recomendações adicionais da norma internacional ISO 26000, que foi publicada em 1º de novembro de 2010.

O contínuo aprimoramento da gestão financeira e operacional propiciou conquistas importantes em 2010.

O parque gerador em operação foi ampliado, com o início da produção na PCH Areia Branca e na usina a biomassa Ibitiúva Bioenergética. Implementamos uma estratégia bem-sucedida de comercialização, com destaque para a venda de 418 MW médios para entrega entre 2011 e 2015 e o ingresso de novos clientes. Além disso, a Companhia obteve a elevação de seus ratings corporativos.

O mercado reconheceu a evolução da governança e dos resultados comerciais, operacionais e financeiros, de modo que as ações da Tractebel Energia foram um dos destaques do setor elétrico, com valorização de 27,5% no acumulado de 2010, desconsiderando-se os proventos, conferindo à Companhia um valor de mercado de R$ 17,9 bilhões.

Essas e outras conquistas apresentadas neste Relatório não seriam possíveis sem a nossa força de trabalho, composta atualmente por cerca de mil empregados. Contamos com profissionais qualificados, que mesclam experiência, empreendedorismo e competência, colocam em prática os valores da Tractebel Energia e materializam a estratégia e os objetivos organizacionais. Nada mais justo, portanto, que esta publicação, destinada a relatar resultados da Companhia, sirva também como meio para prestar uma homenagem a todos os empregados. O conceito “A arte de renovar está em nossas mãos” reflete a busca incessante, por parte deles, da melhoria da qualidade de vida da sociedade, sem perder de vista o respeito ao meio ambiente. Com suas mãos, transformam para melhor as diversas realidades com as quais convivemos.

Nossos agradecimentos se estendem aos acionistas, clientes e fornecedores, por sua parceria e dedicação, e à sociedade, pela confiança em nossos serviços e atitudes.

Cientes de que o crescimento amplia nossas responsabilidades e desafios, estamos entusiasmados com a perspectiva de desenvolvimento econômico do País, que contribuirá para a continuidade do nosso ciclo de expansão. A Tractebel Energia reafirma seu compromisso de crescer com responsabilidade e sustentabilidade, sempre com profundo respeito às pessoas, ao meio ambiente e às instituições. Assim geramos energia para a vida.



Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente



Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Sobre o Relatório de Sustentabilidade

GRI: 2.9 | GRI: 3.1 | GRI: 3.2 | GRI: 3.3
GRI: 3.5 | GRI: 3.6 | GRI: 3.7 | GRI: 3.9
GRI: 3.10 | GRI: 4.14 | GRI: 4.17



Usina Hidrelétrica Itá

Neste Relatório, o quarto consecutivo que segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), são apresentados a gestão e o desempenho econômico, social e ambiental da Tractebel durante o exercício de 2010, sendo uma prestação anual de contas, com informações completas e transparentes. Além disso, serve como canal de diálogo entre a Companhia e seus stakeholders.

A sua elaboração contou com representantes de diversas equipes da Tractebel, incluindo o Comitê de Sustentabilidade. Esse envolvimento foi essencial para a definição dos temas e o levantamento dos dados a serem reportados, considerando sua importância para o negócio e para os públicos com os quais a Companhia interage.

Além dos empregados da Companhia, foram consultados outros stakeholders antes da elaboração do relatório. Por meio de um formulário eletrônico, eles apontaram os temas que gostariam de ver abordados. Assim, foi possível identificar o grau de importância e interesse de cada tema para os diferentes stakeholders e, dessa forma, aumentar a relevância das informações nesse relatório.

Nível alcançado pelo Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia

Nível de aplicação das diretrizes GRI

		C	C+	B	B+	A	A+
Consignado	Auto Declarado		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
Opcional	Examinado por Terceiros		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
	Examinado pela GRI		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		A+ GRI REPORT GRI CHECKED

As diretrizes GRI são um padrão internacional para a produção de relatórios de sustentabilidade, que busca estimular a apresentação de informações transparentes e comparáveis internacionalmente sobre o desempenho da sustentabilidade no decorrer dos anos e entre organizações de todos os setores de atividade.

Para saber mais sobre a GRI, acesse www.globalreporting.org.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Relatório de Sustentabilidade da Tractebel foi classificado como A+, o que significa que a publicação alcançou o nível mais abrangente de adesão às diretrizes GRI (A) e passou por verificação externa, realizada por auditores independentes (+).

Os dados reportados abrangem a Tractebel Energia, todas as suas controladas e suas participações em consórcios.

Stakeholders consultados

Empregados e seus representantes	Empregados próprios, terceirizados e sindicatos
Comunidade	População do entorno das usinas e da sede
Imprensa	Jornalistas e veículos de comunicação (televisão, rádio, jornais, revistas e websites)
Clientes	Comercializadoras, distribuidoras, clientes livres e geradoras
Fornecedores	Fornecedores de materiais, equipamentos e serviços
Governo	Órgãos de administração (federal, estadual e municipal) e órgãos reguladores do setor
Acionistas	Controladora (GDF SUEZ) e acionistas minoritários
Entidades sociais, ambientais e do setor	ONGs, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e entidades representativas
Instituições financeiras	Bancos, agentes financiadores e debenturistas
Empresas do setor	Parceiros e concorrentes

Temas de interesse apontados pelos stakeholders

- **Impactos econômicos diretos**
- **Gestão ambiental geral**
- **Trabalho infantil**
- **Corrupção**
- **Saúde e Segurança no Trabalho**

O resultado da consulta apontou cinco temas prioritários, sobre os quais são apresentadas informações detalhadas ao longo desta publicação. Apenas Saúde e Segurança no Trabalho se manteve entre os temas prioritários de interesse dos stakeholders em relação ao ano anterior e, assim como os demais assuntos, é abordado por meio do relato das ações desenvolvidas pela Companhia para criação de valor e oportunidades, além da minimização dos impactos e riscos.

Em relação ao Relatório publicado no ano anterior, a principal mudança foi a apresentação dos indicadores GRI presentes em cada subcapítulo, com o objetivo de facilitar ao leitor a identificação dos temas de seu interesse. O índice remissivo completo continua sendo apresentado ao final do Relatório.


1
Perfil
Corporativo

01. Perfil Corporativo

GRI: 2.2 | GRI: 2.3 | GRI: 2.4 | GRI: 2.6 | GRI: EU6
GRI: 2.7 | GRI: 2.8 | GRI: 3.8 | GRI: 4.8 | GRI: EU1

> **A Companhia tem como missão "gerar energia para a vida" e como visão "ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil".**

A TRACTEBEL ENERGIA

Implantar e operar usinas geradoras e comercializar energia elétrica no Brasil é o foco de atuação da Tractebel Energia, a maior geradora privada de energia do País. Sediada em Florianópolis, Santa Catarina, suas usinas encontram-se instaladas nas cinco regiões do País. Das 21 que compõem seu parque gerador, 15 são certificadas segundo as normas NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001. As demais seguem os mesmos padrões de gestão, o que tem levado a Companhia a registrar índices operacionais de referência internacional.

Controlada pela GDF SUEZ, líder mundial no setor, a Tractebel constitui-se em um dos principais ativos do grupo, tendo atingido, ao final de 2010, um valor de mercado de R$ 17,9 bilhões. Seu portfólio de clientes é formado por distribuidoras, clientes livres e comercializadoras.

A Companhia tem como missão "gerar energia para a vida" e como visão "ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil". Seus valores são o profissionalismo, a cooperação, o espírito de equipe, a criação de valor, o respeito ao meio ambiente e a ética.

A COMPANHIA

Em 2010, a Companhia lançou a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável (apresentada neste Relatório como "Política de Gestão Sustentável"), que integra e explicita as diretrizes de seus sistemas de gestão de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, além da conduta de comunicação e relacionamento com as partes interessadas acerca de suas atividades e da responsabilidade socioambiental, garantindo a conformidade legal e a adoção de seus princípios e valores na produção de energia.

Qualificado e experiente corpo funcional, composto por 1.033 empregados.

Parque gerador diversificado e formado por 21 usinas presentes em todas as regiões do País, abastecidas por diferentes fontes de geração de energia.

Sólido grupo controlador (GDF SUEZ), maior produtor independente de energia do mundo, que atua nos setores de energia, água e gestão de resíduos.



Controladora

"O Raid GDF SUEZ é um evento esportivo anual promovido pela Controladora. Assim como no mundo corporativo, organização, cooperação, conhecimento, estratégia, planejamento e garra para superar os desafios são pré-requisitos para se destacar. E o que eu imaginava ser bom se tornou uma das melhores realizações da minha vida. Fazer parte da edição de 2010, que reuniu 60 empresas do Grupo com aproximadamente 1.700 pessoas de 22 países diferentes e ao lado de sete amigos da Tractebel, foi sem dúvida um momento a ser lembrado para sempre."

Carlos Cesar Schmitt da Luz
Documentação, Suprimentos e Serviços Gerais

ESTRUTURA ACIONÁRIA, SOCIETÁRIA E ORGANIZACIONAL

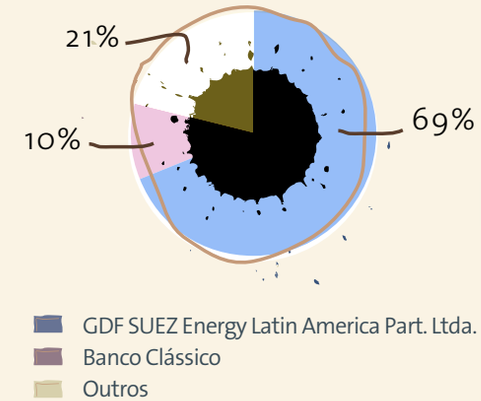
A Tractebel é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações, que detém 68,71% do capital social da Companhia e é subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ (www.gdfsuez.com), um dos líderes mundiais em energia, água e gestão de resíduos e maior produtor independente de energia do mundo.

Com cerca de 220 mil empregados distribuídos pelo planeta, a GDF SUEZ busca permanentemente a integração entre eles. Um exemplo é o Raid, encontro esportivo anual organizado há 19 anos e que combina atividades de aventura como canoagem, escalada e mountain bike, promovendo o espírito de equipe na busca da superação.

Controle Acionário

Em 31/12/2010

2010



Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Tractebel totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias. A Companhia possui mais de 15 mil acionistas, de 43 países, e ações listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3, e na Bolsa de Nova York – NYSE Euronext, por meio de um programa de ADRs (American Depositary Receipts) Nível I - negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, sendo que um ADR corresponde a uma ação ordinária.

Considerando-se as subsidiárias de primeiro nível, a Tractebel detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Essa última é responsável por intermediar e operar compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa) e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho. Além disso, com participação de 48,75%, a Tractebel possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa), empresa que possui 60,5% do Consórcio Itá, detentor da concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá, no qual a própria Tractebel também tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua parcela na Itasa e sua participação direta no consórcio, a Companhia detém aproximadamente 70% da Usina.

O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, enquanto que as deliberações de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas, conforme o Contrato de Constituição do Consórcio, por um comitê gestor, composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel.

A Companhia possui ainda participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), por meio da Companhia Energética Estreito, nova razão social da SUEZ Energia Renovável, e de 87,99% na Ibitiúva Bioenergética, resultante da participação detida pela Tractebel Energias Complementares.

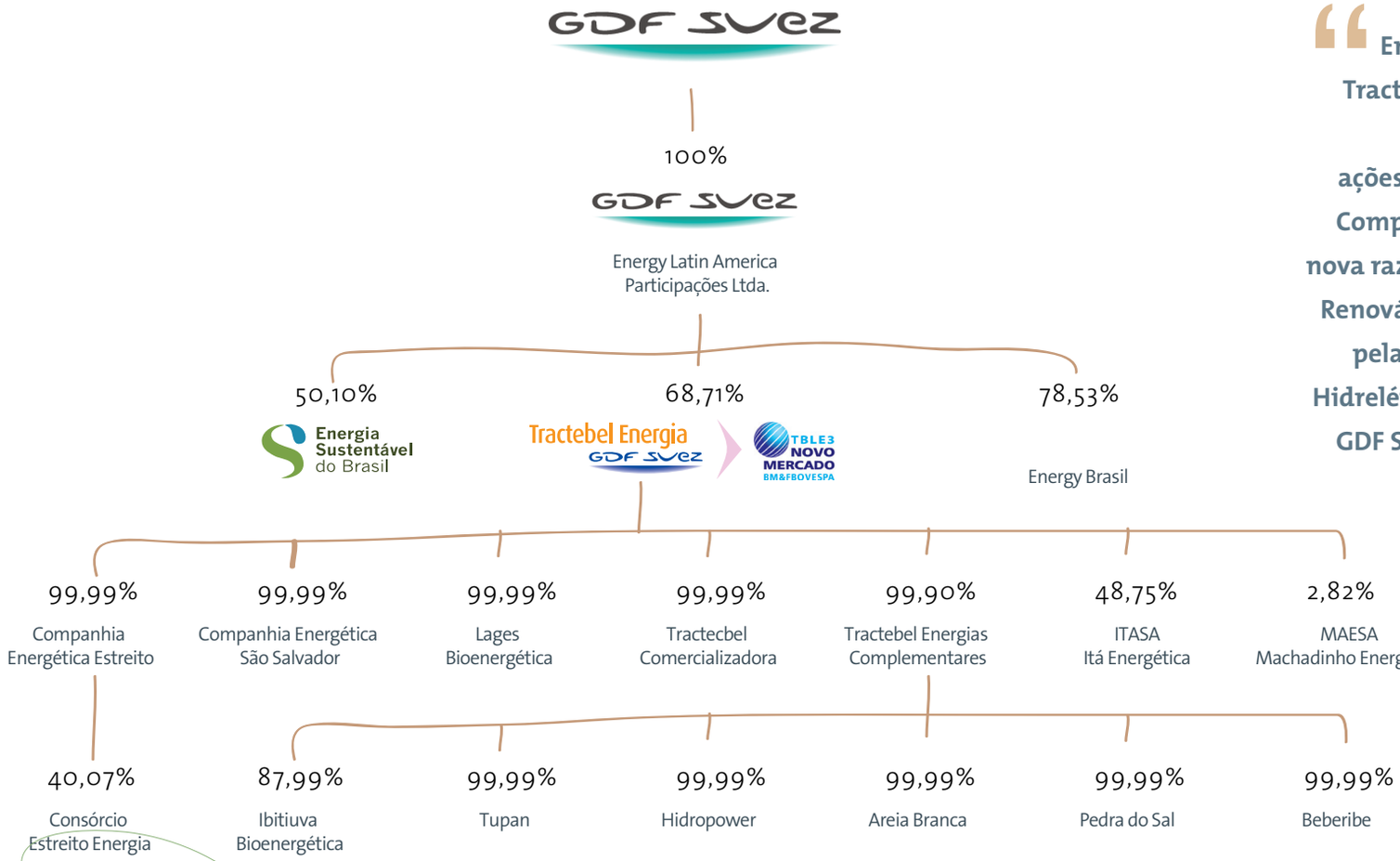


Usina Hidrelétrica Machadinho

GRI
DFs

Organograma societário

Em 31/12/



“Em 19 de outubro de 2010, a Tractebel Energia S.A. adquiriu a totalidade (99,99%) das ações ordinárias de emissão da Companhia Energética Estreito, nova razão social da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER), responsável pela implementação da Usina Hidrelétrica Estreito, detidas pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.”



Expansão do parque gerador - Jirau

"Na companhia de outros empregados do Grupo GDF SUEZ, participo de um programa de transferência de tecnologia de dois anos, acompanhando a fabricação, na China, de 18 turbinas e geradores da Usina Hidrelétrica Jirau junto ao fabricante e seus fornecedores. Trata-se da primeira importação de unidades hidráulicas de grande porte feita pelo Brasil, experiência que contribui para o aprimoramento da formação profissional e enriquecimento cultural de todos os envolvidos."

Guilherme Gorga Azambuja
Manutenção e Serviços - Rio Uruguai

PARQUE GERADOR

O parque gerador da Tractebel tem capacidade instalada própria de 6.472,0 MW, equivalente a cerca de 6,6% da capacidade instalada total no Brasil. É composto por 21 usinas operadas pela Companhia, das quais oito são hidrelétricas, seis termelétricas e sete complementares – duas a biomassa, duas eólicas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Entretanto, a capacidade instalada total operada pela Tractebel é de 7.543,0 MW, pois existem parcelas detidas por outros investidores nos consórcios de três dessas usinas: Usina Hidrelétrica Itá, Usina Hidrelétrica Machadinho e Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética.

Além das usinas em operação, as usinas hidrelétricas Estreito e Jirau estão em construção e deverão agregar 2.164,1 MW à capacidade instalada própria da Companhia, ou 4.537,0 MW à capacidade por ela operada. A diferença é decorrente da existência de outros sócios no Consórcio Estreito Energia (Ceste) e na empresa de propósito específico Energia Sustentável do Brasil (ESBR), que desenvolvem os projetos. Estreito tem entrada em operação prevista para 2011 e Jirau para 2012. Em Jirau, a parcela da GDF SUEZ Energy Latin America (50,1% da ESBR) deve ser transferida à Tractebel Energia, porém não antes do final de 2011. Esse processo será realizado com o envolvimento do novo Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, de acordo com o modelo de transferência criado para conferir maior transparência à negociação e transação.

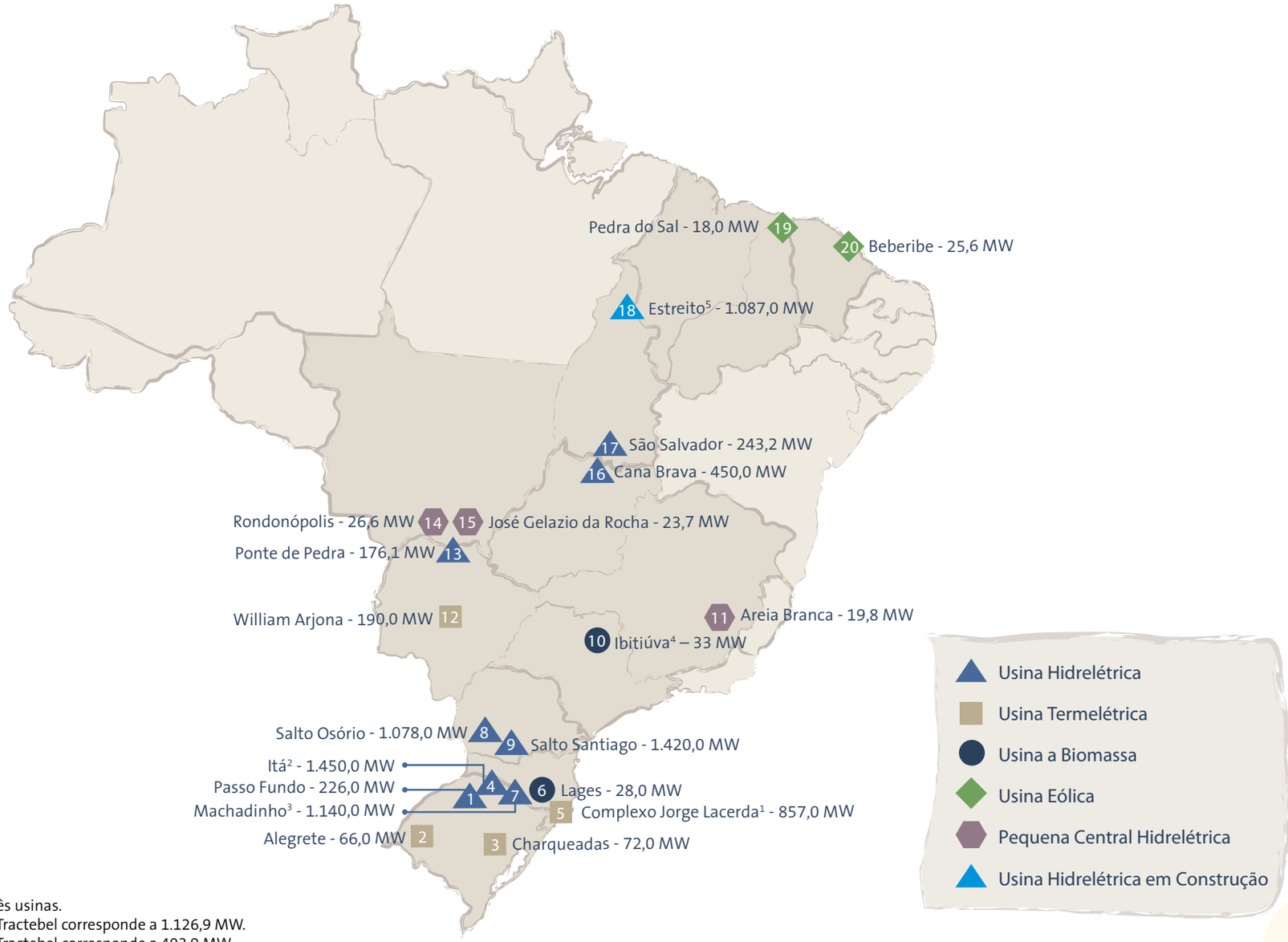
"Em 2010, foi concluída a construção e dado início à operação de duas usinas: a PCH Areia Branca e a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, movida a bagaço de cana-de-açúcar, que agregaram 52,8 MW à capacidade instalada total da Tractebel."

PCH Areia Branca



GRI
DFs

Parque gerador e capacidade instalada



[1] Complexo composto por três usinas.
[2] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 1.126,9 MW.
[3] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 403,9 MW.
[4] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 18,3 MW.
[5] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 435,6 MW.

PARQUE GERADOR - SUL

01. Hidrelétrica Passo Fundo
Início das operações: 1973
Localização: Entre Rios do Sul (RS) - Rio Passo Fundo
Capacidade instalada: 226,0 MW – duas unidades geradoras de 113,0 MW
Capacidade comercial: 119,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

02. Termelétrica Alegrete
Início das operações: 1968
Localização: Alegrete (RS)
Fonte de energia: óleo diesel
Capacidade instalada: 66,0 MW – duas unidades geradoras de 33,0 MW
Capacidade comercial: 21,1 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

03. Termelétrica Charqueadas
Início das operações: 1962
Localização: Charqueadas (RS)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 72,0 MW – quatro unidades geradoras de 18,0 MW
Capacidade comercial: 45,7 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

04. Hidrelétrica Itá
Início das operações: 2000
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) - Rio Uruguai
Capacidade instalada total: 1.450,0 MW – cinco unidades geradoras de 290,0 MW
Capacidade instalada Tractebel: 1.126,9 MW
Capacidade comercial Tractebel: 544,2 MW médios
Validade da concessão: 2030 – concedida ao Consórcio Itá, formado por Tractebel (69,0%), Companhia Siderúrgica Nacional (29,5%) e Cimento Itambé (1,5%)
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

05. Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (três unidades)
Início das operações: 1965
Localização: Capivari de Baixo (SC)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 857,0 MW em três usinas – Jorge Lacerda A, com duas unidades geradoras de 50,0 MW e duas de 66,0 MW; Jorge Lacerda B, com duas unidades de 131,0 MW; e Jorge Lacerda C, com uma de 363,0 MW
Capacidade comercial: 649,9 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

06. Unidade de Cogeração Lages
Início das operações: 2003
Localização: Lages (SC)
Fonte de energia: Biomassa – cavaco de madeira (proveniente de refugo de madeireiras)
Capacidade instalada: 28,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade comercial: 25,0 MW médios
Validade da autorização: 2032
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

07. Hidrelétrica Machadinho
Início das operações: 2002
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS) – Rio Pelotas
Capacidade instalada total: 1.140,0 MW – três unidades geradoras de 380,0 MW
Capacidade instalada Tractebel: 403,9 MW
Capacidade comercial Tractebel: 147,2 MW médios
Validade da concessão: 2032 – concedida ao Consórcio Machadinho, formado pela Machadinho Energética S.A. (80,72%) e pela Tractebel (19,28%)
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

08. Hidrelétrica Salto Osório
Início das operações: 1975
Localização: entre os municípios de Quedas do Iguaçu (PR) e São Jorge d'Oeste (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.078,0 MW – quatro unidades geradoras de 182,0 MW e duas de 175,0 MW
Capacidade comercial: 522,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

09. Hidrelétrica Salto Santiago
Início das operações: 1980
Localização: entre os municípios de Saudade do Iguaçu (PR) e Rio Bonito do Iguaçu (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.420,0 MW – quatro unidades geradoras de 355,0 MW
Capacidade comercial: 723,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001



Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

PARQUE GERADOR - SUDESTE

10. Termelétrica Ibitiúva Bioenergética
Início da operação: 2010
Localização: Pitangueiras (SP)
Fonte de energia: Biomassa – bagaço da cana-de-açúcar
Capacidade instalada total: 33,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade instalada Tractebel: 18,3 MW
Capacidade comercial Tractebel: 11,1 MW
Validade da autorização: 2030 – concedida ao Consórcio Andrade, formado pela Ibitiúva Bioenergética S.A. (empresa controlada pela Tractebel, com 88,0%), que detém 72,9%, e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A. (controlada pela Açúcar Guarani S.A.), com 27,1% do capital. Dessa forma, a Companhia detém aproximadamente 64,1% do projeto.
Certificações: a usina opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas para posterior obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001


Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética

11. Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca
Início da operação: 2010
Localização: entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG) – Rio Manhuaçu
Capacidade instalada: 19,8 MW – duas unidades geradoras de 9,9 MW
Capacidade comercial: 11,1 MW médios
Validade da autorização: 2030
Certificações: a usina opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas para posterior obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

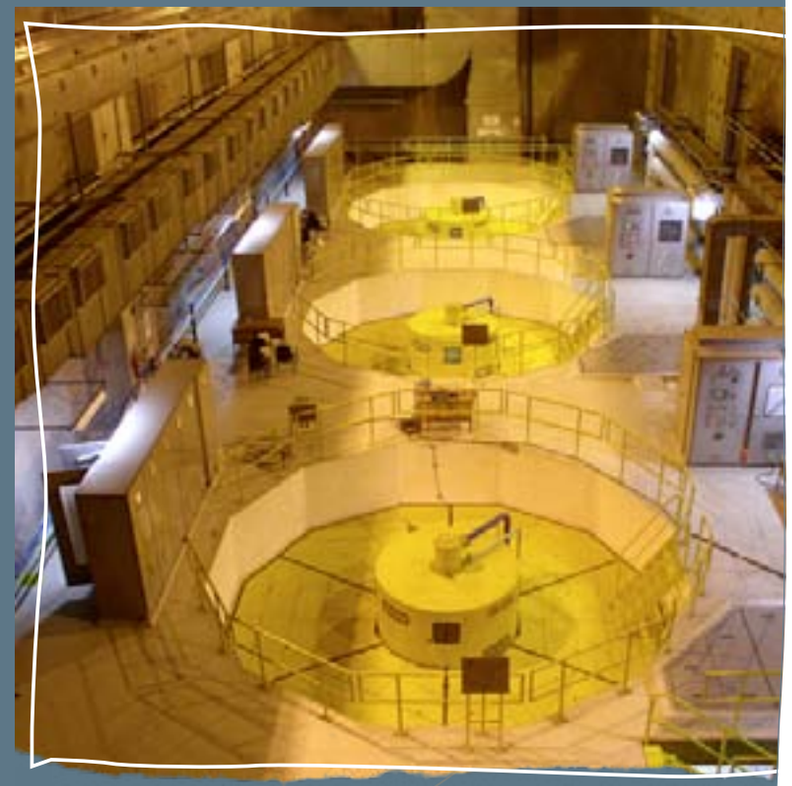
PARQUE GERADOR - CENTRO-OESTE

12. Termelétrica William Arjona
Início da operação: 1999
Localização: Campo Grande (MS)
Fonte de energia: gás natural e óleo combustível
Capacidade instalada: 190,0 MW – três unidades geradoras de 40,0 MW e duas de 35,0 MW
Capacidade comercial: 136,1 MW médios
Validade da autorização: 2029
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

13. Hidrelétrica Ponte de Pedra
Início da operação: 2005
Localização: entre os municípios de Sonora (MS) e Itiquira (MT) – Rio Correntes
Capacidade instalada: 176,1 MW – três unidades geradoras de 58,7 MW
Capacidade comercial: 131,6 MW médios
Validade da concessão: 2035
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

14. Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis
Início da operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) – Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade instalada: 26,6 MW – três unidades geradoras de 8,9 MW
Capacidade comercial: 14,0 MW médios
Validade da autorização: 2032
Certificações: a usina opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas para posterior obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra



15. Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha

Início da operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) - Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade instalada: 23,7 MW - três unidades geradoras de 7,9 MW
Capacidade comercial: 11,9MW médios
Validade da autorização: 2032
Certificações: a usina opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas para posterior obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

16. Hidrelétrica Cana Brava

Início da operação: 2002
Localização: entre os municípios de Cavalcante (GO), Minaçu (GO) e Colinas do Sul (GO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada: 450,0 MW – três unidades geradoras de 150,0 MW
Capacidade comercial: 273,5 MW médios
Validade da concessão: 2033
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

PARQUE GERADOR - NORTE

17. Hidrelétrica São Salvador

Início da operação: 2009
Localização: entre os municípios de São Salvador (TO) e Paranã (TO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada: 243,2 MW – duas unidades geradoras de 121,6 MW
Capacidade comercial: 148,5 MW médios
Validade da concessão: 2037
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Usina Hidrelétrica São Salvador





Parque gerador - São Salvador: PAC, certificações e marco na história do Brasil

"O avião que acaba de decolar do Brasil tem como destino final o progresso. Ele transporta a primeira obra do PAC no setor energético: a Usina Hidrelétrica São Salvador, que recebeu no ano de 2010 as certificações ISO 9001, 14001 e 18001. Sinto-me realizado pessoal e profissionalmente por ter contribuído com esse marco de respeito ao meio ambiente que fica gravado na história do País."

Kairo Pablo Neto de Jesus
Manutenção e Serviços - Cana Brava

Usina Eólica Pedra do Sal



PARQUE GERADOR - NORDESTE

18. Hidrelétrica Estreito (em construção)

Início da operação: previsto para 2011
Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada total: 1.087,0 MW – oito unidades geradoras de 135,9 MW
Capacidade instalada Tractebel: 435,6 MW
Capacidade comercial Tractebel: 256,9 MW médios
Validade da concessão: 2037 – concedida ao Consórcio Estreito Energia (Ceste), composto pela Companhia Energética Estreito (40,1%), Vale (30,0%), Alcoa Alumínio (25,5%) e Camargo Corrêa (4,4%)
Certificações: a usina entrará em operação seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas conforme requisitos das normas NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001, bem como as normas e requisitos do Consórcio Ceste

19. Usina Eólica Pedra do Sal

Início da operação: 2008
Localização: Parnaíba (PI)
Capacidade instalada: 18,0 MW – 20 aerogeradores de 0,9 MW
Capacidade comercial: 7,8 MW médios
Validade da autorização: 2032
Certificações: a usina opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas para posterior obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

20. Usina Eólica Beberibe

Início da operação: 2008
Localização: Beberibe (CE)
Capacidade instalada: 25,6 MW – 32 aerogeradores de 0,8 MW
Capacidade comercial: 9,8 MW médios
Validade da autorização: 2033
Certificações: a usina opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas para posterior obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Usina Eólica Beberibe





2 Governança Corporativa

02. Governança Corporativa

GRI: 4.1 GRI: 4.3 GRI: 4.4 GRI: 4.5 GRI: 4.6
GRI: 4.7 GRI: 4.8 GRI: 4.9 GRI: 4.10

> **A Tractebel conduz seu negócio levando em conta as melhores práticas de Governança Corporativa por meio de seus administradores experientes e de seu compromisso com a transparência e a objetividade na prestação de contas**

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tractebel administra seus negócios de acordo com as melhores práticas de governança corporativa, sempre comprometida em conduzir sua gestão de maneira transparente, prestando contas a todos os seus públicos.

Reflexo das boas práticas adotadas para cumprir com esse compromisso, suas ações são negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento formado por ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

Visita de clientes às usinas



Princípios de Governança Corporativa



Controle

A Companhia possui um Sistema de Controles Internos que foi implantado para atender à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), voltada às companhias de capital aberto para criar mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações, a fim de assegurar a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros. Esse sistema é anualmente testado e certificado pela Administração. A auditoria de sua conformidade com a lei, bem como de todos os resultados apresentados pela Companhia, é realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu, que presta exclusivamente serviços de auditoria externa.

Ética
Assim como a GDF SUEZ, a Tractebel tem a ética como valor fundamental, que permeia todos os seus atos. A Companhia possui um Código de Ética, que orienta todos os seus empregados e parceiros sobre práticas condizentes com o comportamento ético profissional e empresarial.

Distribuído a todos os empregados, divulgado na Intranet e no website da Companhia, o Código é tema constante de ações de formação e conscientização desenvolvidas pelo Comitê de Ética da Tractebel, a fim de garantir seu conhecimento e aplicação.

Gestão
Para garantir uma gestão equilibrada e em conformidade com os valores da Tractebel e de seu grupo controlador, a Companhia dispõe de manuais, códigos e políticas consolidados. Esses documentos apresentam as diretrizes a ser observadas e aplicadas em diversas áreas da gestão da Companhia.

Além disso, seis normas de gestão administrativa tratam de limites de competência e assinaturas, organização e funcionamento dos órgãos da alta administração, compras, acesso e segurança das instalações, pagamentos e viagens.

Transparência
A Tractebel adota uma política de divulgação que atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa. A Companhia informa fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios, de modo a oferecer aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos.

No website da Tractebel encontram-se disponíveis os relatórios de desempenho (trimestrais e anuais), os comunicados ao mercado, os releases de resultados, as políticas e práticas da Companhia, além de outras informações institucionais. As demonstrações financeiras são publicadas anualmente em jornais de ampla circulação e também ficam disponíveis no website. O jornal Boas Novas, voltado ao público externo e encaminhado a todos os empregados, o informativo interno Conexão e boletins eletrônicos de circulação interna constituem veículos complementares de comunicação de informações corporativas.

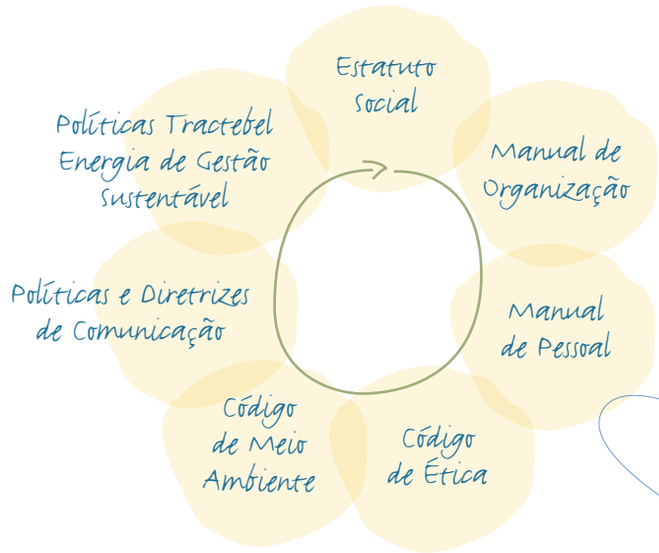
Conflito de interesses e corrupção

O Código de Ética da Tractebel Energia explicita o dever de todos os empregados de evitar o conflito entre interesses pessoais e os da Companhia, indicando as principais situações nas quais o conflito pode ocorrer e quais atitudes devem ser tomadas para evitá-lo ou eliminá-lo.

Especificamente em relação à corrupção, desaprovada pela Companhia sob todas as formas, seus empregados são constantemente orientados a não oferecer ou receber benefícios diretos ou indiretos como dinheiro, favores, viagens e serviços, entre outros.

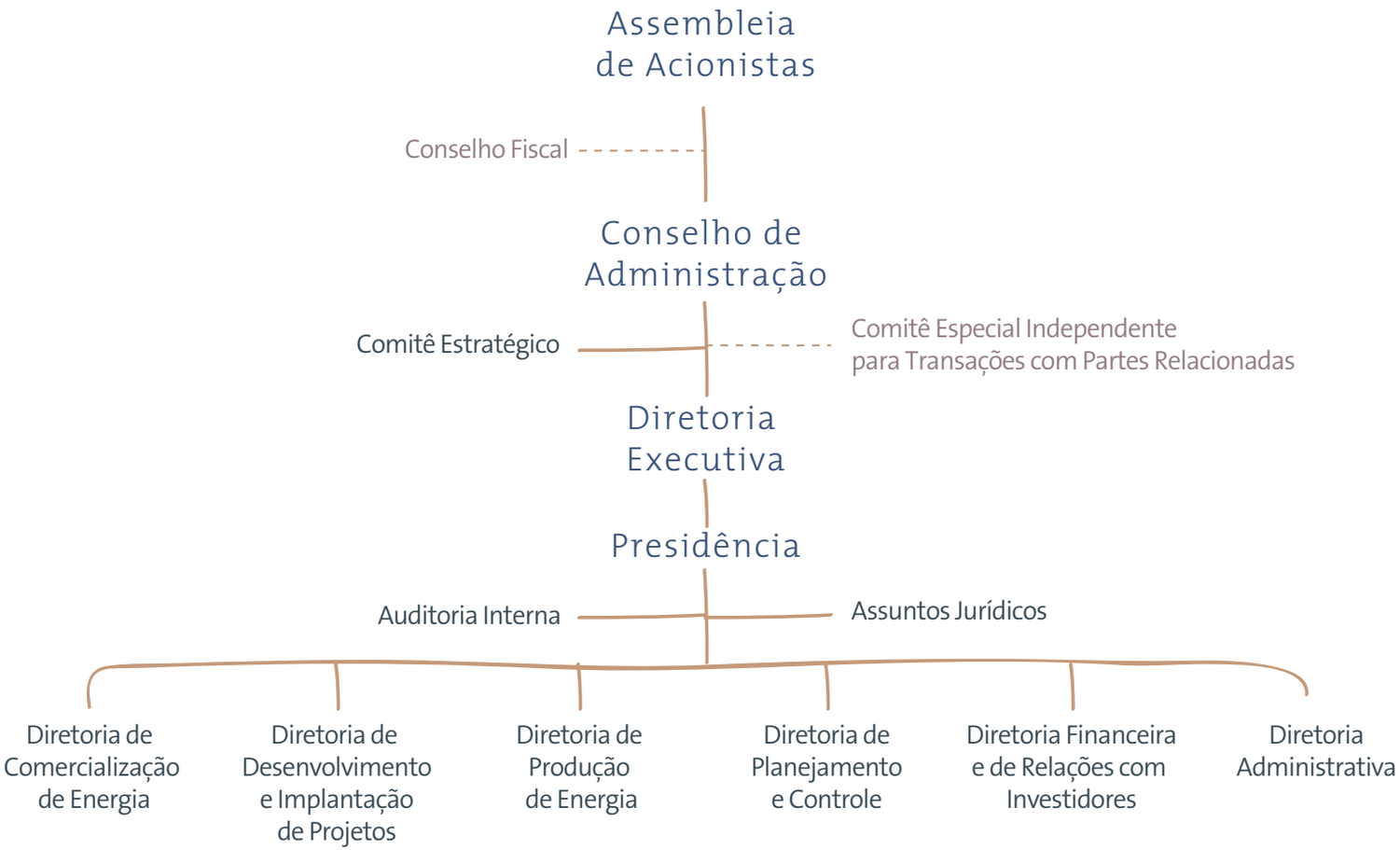
O Comitê de Ética tem a função de analisar possíveis casos de corrupção e conflito de interesses e definir as medidas a serem tomadas.

Políticas e diretrizes de gestão



ADMINISTRAÇÃO

Estrutura da Administração



Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Tractebel define a orientação geral dos negócios, aprova o orçamento anual, elege e destitui os Diretores e determina as responsabilidades de cada diretoria.

A Companhia valoriza a participação dos acionistas minoritários junto ao Conselho e dedica espaço, nas assembleias de acionistas, para que façam recomendações e orientem o órgão quanto à tomada de decisão.

- Nove membros efetivos, dos quais dois são representantes dos acionistas minoritários e um é representante dos empregados. Há suplentes eleitos para todos os cargos.
- Mandato de dois anos, permitida a reeleição.
- Composição atual eleita em abril de 2010 para mandato até 2012.

Conselho de Administração (2010-2012)

Presidente	Maurício Stolle Bähr
Vice-Presidente	Jan Franciscus María Flachet
Conselheiro e Diretor-Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro	Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro [1]	Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro	Dirk Beeuwsaert
Conselheiro [2]	José Pais Rangel
Conselheiro	Alain Janssens
Conselheiro [2]	Antonio Alberto Gouvêa Vieira

[1] Representante dos empregados
[2] Representante dos minoritários

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Tractebel é responsável pela fiscalização dos atos dos administradores, bem como por analisar as demonstrações financeiras.

- Caráter não permanente, com instalação a pedido dos acionistas.
- Composto por três membros, podendo ter no máximo cinco, sendo um indicado pelos acionistas minoritários.
- Mandato de um ano.

Conselho Fiscal

Conselheiro-Presidente	Paulo de Resende Salgado
Conselheiro	Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro	Carlos Guerreiro Pinto

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Tractebel cumpre as determinações e orientações do Conselho de Administração da Companhia. É responsável pela representação da Tractebel, bem como pela gestão geral do negócio.

- Sete membros eleitos pelo Conselho de Administração.
- Mandato de três anos, permitida a reeleição.
- Todos os membros da Diretoria Executiva da Companhia foram reeleitos em 2010.



Diretoria Executiva (2010-2013)

A	Diretor-Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres
B	Diretor de Produção de Energia	José Carlos Cauduro Minuzzo
C	Diretor Administrativo	Luciano Flávio Andriani
D	Diretor de Planejamento e Controle	Marco Antônio Amaral Sureck
E	Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos	Miroel Makiolke Wolowski
F	Diretor de Comercialização de Energia	José Luiz Jansson Laydner
G	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Eduardo Antonio Gori Sattamini

Comitês

Para ampliar sua eficiência e manter uma conduta condizente com os preceitos do desenvolvimento sustentável, a Tractebel conta com oito comitês relacionados a diferentes aspectos do negócio. Esses comitês são compostos por integrantes de várias áreas da Companhia.

- **Comitê de Energia:** monitora constantemente o mercado de energia elétrica e define as estratégias de comercialização de energia da Companhia, inclusive a definição de preços e quantidades negociadas, o gerenciamento do risco do portfólio, a criação de novos produtos e a busca por oportunidades de mercado.
- **Comitê de Gerenciamento de Risco:** identifica e classifica os riscos, define procedimentos de controle, e estabelece metas e diretrizes tanto para o gerenciamento do risco quanto para a conscientização sobre seu tratamento.
- **Comitê Financeiro:** recomenda as políticas de aplicação de recursos e derivativos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Avalia condições macroeconômicas e seus impactos na política financeira da Companhia.
- **Comitê Tributário:** avalia os aspectos fiscais dos novos projetos da Companhia, discute e interpreta a aplicação da legislação tributária, analisa riscos relativos ao seu escopo de atuação, debate e recomenda ações no curso de contestações administrativas e judiciais.
- **Comitê de Ética:** atua na divulgação, conscientização, aplicação e atualização do Código de Ética da Tractebel, julgando os casos de violação mais graves e deliberando sobre as dúvidas de interpretação do seu conteúdo.
- **Comitê de Inovação:** desenvolve ações que estimulem a inovação entre os empregados e que agreguem valor à Companhia, além de receber e avaliar as propostas com esse objetivo. É responsável por recomendar à Diretoria Executiva a alocação de recursos para a adoção das ideias selecionadas, assim como ações para reconhecimento dos autores.
- **Comitê de Sustentabilidade:** propõe e apoia o desenvolvimento de metas e ações com foco na responsabilidade socioambiental, contribuindo para consolidar a Tractebel como uma Companhia transparente e sustentável, que busca conciliar os interesses dos diferentes públicos com os quais interage.
- **Comitê Estratégico:** apoia o Conselho de Administração e a Diretoria na abordagem e tomada de decisão acerca de assuntos estratégicos, como a seleção e o acompanhamento dos projetos de expansão do seu parque gerador e as tendências do setor elétrico.



Usina Termelétrica Alegrete

Além desses comitês de negócio, a Tractebel instituiu, ao final de 2010, o Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas. Subordinado ao Conselho de Administração, o novo comitê busca atender à demanda dos acionistas e do mercado por maior transparência no modelo de transferência do controle das usinas desenvolvidas pela GDF SUEZ e posteriormente absorvidas pela Tractebel.

Com caráter não permanente, o Comitê será instalado sempre que se der uma transação envolvendo partes relacionadas à Companhia, e será composto, em sua maioria, por membros independentes do Conselho de Administração. Esse Comitê negocia os termos da transação e apresenta suas recomendações ao Conselho, visando garantir a defesa dos interesses da Companhia e de seus acionistas, otimizando o retorno registrado nessas operações.

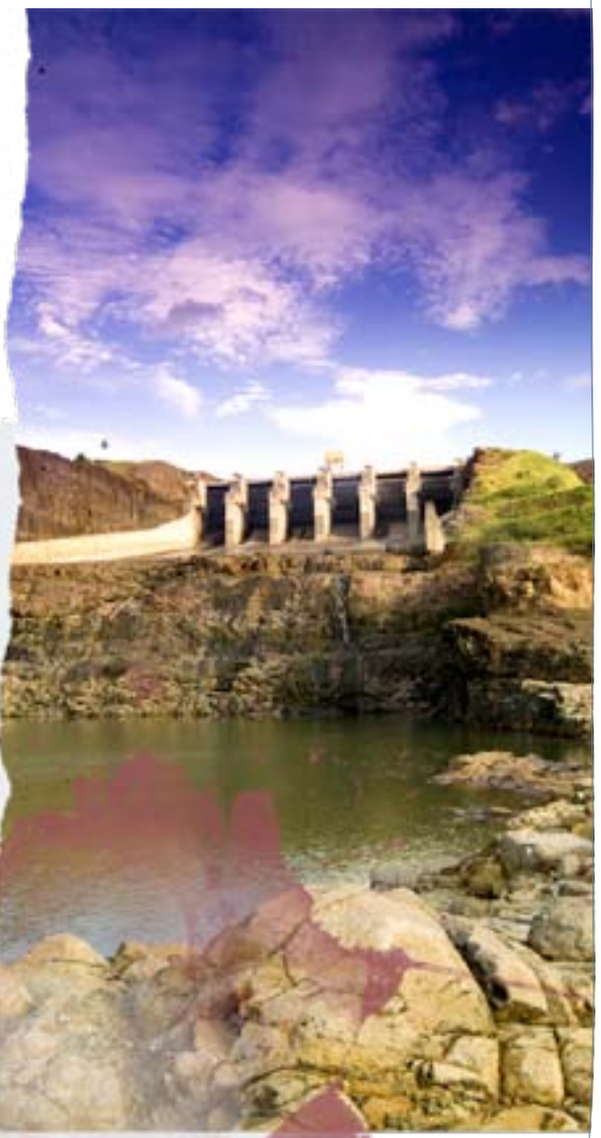
Remuneração da Administração

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas determina a remuneração global e anual dos administradores, de acordo com suas responsabilidades e os valores praticados no mercado. O Conselho de Administração distribui a remuneração fixada pela Assembleia entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.

A remuneração do Conselho tem valor fixo, enquanto a dos executivos é composta por uma parte fixa e outra variável (bônus e participação nos lucros e resultados), atribuída em função do alcance das metas atreladas aos objetivos da Companhia. Em 2010, a remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva somou R$ 14.560.000,00.

O Comitê foi criado em 2010, compondo um modelo que busca atender à demanda dos acionistas e do mercado por maior transparência no modelo de transferência do controle das usinas desenvolvidas pela GDF SUEZ e absorvidas pela Tractebel. Para saber mais sobre o Comitê e o novo modelo estabelecido, acesse a apresentação da Administração da Companhia, disponível em seu website, na seção Investidores.

Usina Hidrelétrica Itá



3 Estratégia e Vantagens Competitivas



03. Estratégia e Vantagens Competitivas

GRI: 1.2 | GRI: EU6 | GRI: EU7

ESTRATÉGIA

A Companhia busca tornar-se referência no setor elétrico e manter sua posição de maior geradora privada do Brasil. Para isso, planeja estrategicamente seus negócios com base nos três pilares a seguir.

Crescimento sustentável, com disciplina financeira

A Tractebel busca o crescimento pautada pelos preceitos do desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista econômico, o objetivo da Companhia é aumentar receitas com base na melhoria de preços futuros de energia e na ampliação de seu parque gerador, condicionada à obtenção de remuneração adequada dos investimentos. Além disso, sua sólida condição financeira, com reduzido nível de endividamento, aliada a uma forte geração de caixa, possibilita crescimento por meio da participação em novos projetos e possíveis aquisições.

Portfólio eficiente de clientes

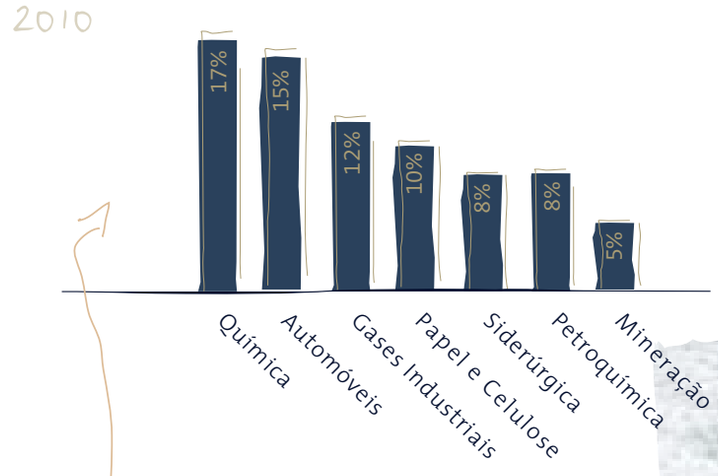
A otimização do portfólio de clientes da Tractebel se dá com base na sua atuação balanceada nos segmentos regulado e livre (composto por clientes que têm liberdade para adquirir energia elétrica de outro fornecedor que não a distribuidora de energia à qual estão conectados). A Tractebel dispõe de grande flexibilidade de atendimento a essa base e desenvolve ações e programas para sua fidelização, além de prestar diversos serviços voltados ao uso eficiente da energia nas unidades industriais de seus clientes.

A Companhia também investiu na estratégia de diversificação dos setores dos clientes livres como forma de diluição de riscos. Somada ao processo eficiente de análise de crédito e à flexibilidade na composição da venda de energia nos contratos, essa estratégia resultou em nível zero de inadimplência no segmento.

Eficiência operacional

A Tractebel trabalha para desenvolver a excelência tecnológica e de seus profissionais, a fim de alcançar um sólido desempenho operacional e crescentes índices de produtividade, que se refletem em evolução contínua das margens operacionais. Nos últimos anos, a Companhia manteve o índice de disponibilidade das suas usinas, descontadas as paradas programadas conforme os planos de manutenção preventiva, superior a 97%, tendo alcançado 98,3% em 2010. Esses índices permitem que a Tractebel esteja sempre preparada para atender a demandas não previstas e oportunidades do mercado, além de reforçar sua capacidade comercial futura.

Volume Total de Vendas a Clientes Livres para Entrega em 2010: 965 MW médios





Eficiência

"Embora a Tractebel já tivesse cultura de eficiência operacional, em 2010 intensificou-se o trabalho para identificar ações que pudessem ser incluídas no EFFICIO – o programa de eficiência operacional do Grupo –, com o envolvimento da Controladora. Foram selecionadas 11 ações, com ganhos superiores a R$ 100 milhões até 2014, mas o ganho maior foi emblemático: a Companhia demonstrou que não se acomoda, mesmo diante de bons resultados consecutivos."

Neloir Paludo
Planejamento e Controle Financeiro

VANTAGENS COMPETITIVAS

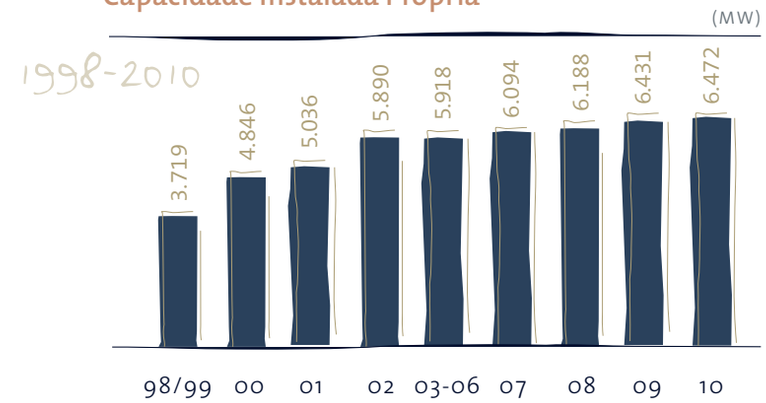
A estratégia da Companhia é sustentada por seus diferenciais e vantagens competitivas, aspectos essenciais ao negócio, que determinam o perfil da Tractebel e impulsionam seu crescimento e perenidade.

Potencial de crescimento

Devido à sua forte geração de caixa e à solidez financeira de seu acionista controlador, em 12 anos de atuação como empresa privada, a Tractebel ampliou em 74% sua capacidade instalada, adicionando 2.753 MW ao seu portfólio, com investimentos que somam R$ 11,1 bilhões[1]. Apesar desses investimentos, a Companhia, no mesmo período, aprovou a distribuição de R$ 7,8 bilhões[1] em proventos a seus acionistas.

[1] Valores reajustados pelo IGP-M

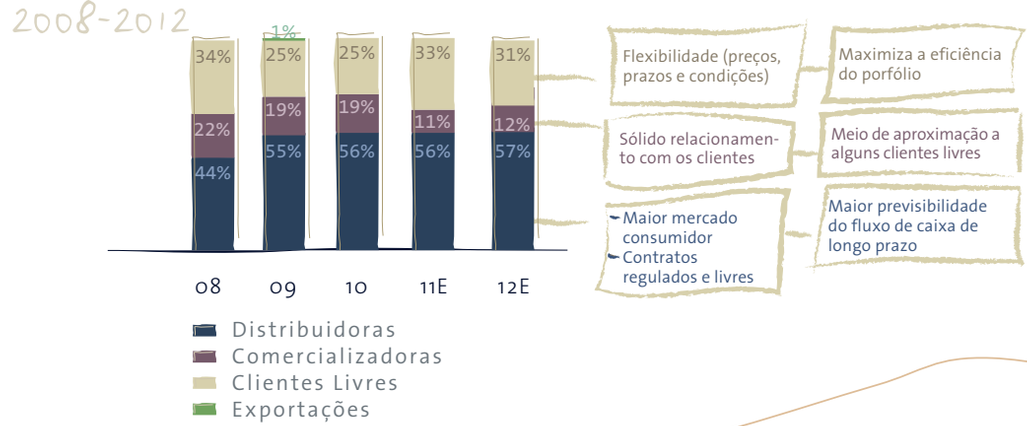
Capacidade Instalada Própria



Perfil de contratação de energia

A Companhia vende sua capacidade comercial para distribuidoras, comercializadoras e clientes livres. Assim, consegue otimizar o uso dos seus recursos energéticos, expandindo a rentabilidade da carteira como um todo.

Energia Contratada por Tipo de Cliente



Pioneirismo no fornecimento em larga escala a clientes livres

A Tractebel foi pioneira no setor elétrico brasileiro com foco no atendimento sistemático a clientes livres, desenvolvendo políticas de fidelização para esse segmento e know-how necessário para o gerenciamento de contratos.

Administração experiente e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa

A administração e o quadro gerencial da Companhia são compostos por profissionais com vasta experiência e qualificação, preparados para inovar e desenvolver estratégias, antecipando soluções à evolução e às contínuas transformações no ambiente regulatório do setor elétrico. Além disso, a Tractebel é comprometida com a transparência na gestão e adere às boas práticas de governança corporativa exigidas pelo Novo Mercado da BM&FBovespa, no qual suas ações são negociadas.

Equilibrada distribuição de dividendos

A política de distribuição de proventos da Companhia estabelece um pagamento semestral mínimo de 55% do lucro líquido ajustado, taxa superior aos 30% previstos em seu Estatuto Social, que por sua vez já são superiores aos 25% previstos pela Lei das S.A. Em 2010, foram distribuídos 55% do lucro líquido ajustado do exercício sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. A definição desse percentual depende da condição financeira da Companhia, suas perspectivas e estratégias, além das condições macroeconômicas.

Acionista controlador com longa presença no Brasil e no setor elétrico

Com mais de 50 anos de atuação no Brasil, a GDF SUEZ é um dos maiores grupos mundiais no setor de energia elétrica, água, gestão de resíduos e gás natural. A capacidade instalada da Tractebel corresponde a cerca de 10% da capacidade de geração mundial da GDF SUEZ.

Equilíbrio no atendimento aos interesses de seus públicos

A Tractebel busca, em todos os aspectos de sua atuação, o equilíbrio entre as diferentes demandas, interesses e expectativas dos públicos com os quais se relaciona, a fim de gerar valor e tornar o negócio cada vez mais sustentável.



Metas empresariais

"A Tractebel Energia adota um sistema de planejamento empresarial baseado em objetivos, que norteiam as atividades da Companhia a cada ano e no longo prazo. Os objetivos anuais têm seus resultados avaliados desde 1998. Em 2010, elaboramos a ferramenta Mapa Estratégico, que permite acompanhar as metas a serem atingidas a cada ano do período do planejamento, bem como medir e avaliar a consecução dos objetivos de médio e longo prazo."

Cristiane Scholz Faisca Cardoso
Planejamento e Controle Financeiro

4 Ativos Intangíveis



04. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia podem ser identificados como as características únicas e peculiares que a diferenciam, influenciando, de forma direta, o relacionamento com todos os públicos com os quais interage.

A Tractebel identifica seus ativos intangíveis e trabalha para desenvolvê-los de modo alinhado aos valores da Companhia, o que contribui para ampliar o potencial desses ativos como diferencial competitivo.

IMAGEM

A imagem corporativa constitui um ativo importante para a Tractebel, pois o produto por ela fornecido é um bem essencial à sociedade. Além disso, a Companhia ocupa a posição de líder entre os geradores privados no País, o que aumenta a responsabilidade de preservar uma imagem forte e respeitada.

A imagem da Tractebel é construída, principalmente, pela forma como desempenha seu papel, além da maneira como se relaciona com as partes interessadas e divulga suas ações e resultados.

Para monitorar a imagem institucional e a percepção da marca pelo público, e ainda mantê-la alinhada à essência da cultura corporativa, a Companhia realiza pesquisas de clima organizacional bienais com os empregados, pesquisas de satisfação com os clientes e consultas de opinião nas comunidades onde atua.

INOVAÇÃO

Por atuar em um setor caracterizado pela contínua evolução tecnológica, bem como pela cultura de sustentabilidade, a Companhia identifica a inovação como um ativo essencial ao desenvolvimento dos negócios. Essa postura se alinha à cultura de inovação de sua controladora, a GDF SUEZ.

Constantemente a Companhia desenvolve novas tecnologias, projetos, produtos e serviços para atender às expectativas e satisfazer as necessidades dos clientes, melhorar a eficiência operacional, minimizar impactos ambientais e aumentar a geração de valor.

CAPITAL HUMANO

Os profissionais da Tractebel materializam os valores, competências e diferenciais da Companhia. Para preservar a elevada qualidade do capital humano e patrimônio intelectual, a Tractebel se empenha em atrair, desenvolver e reter talentos, com iniciativas, programas e políticas voltadas à gestão de recursos humanos.



Imagem

"Para acompanhar o desenvolvimento da minha filha mais nova, participo da APAE desde 2004. Em meu primeiro ano na diretoria, ao receber o balanço fiscal da gestão anterior, fiquei sabendo da efetiva participação da Tractebel, através de convênios e doações. Fiquei ainda mais orgulhoso de fazer parte dessa empresa."

João Henrique Freitas da Fonseca
Manutenção e Serviços - Itá

5 Gestão de Riscos Empresariais



05. Gestão de Riscos Empresariais

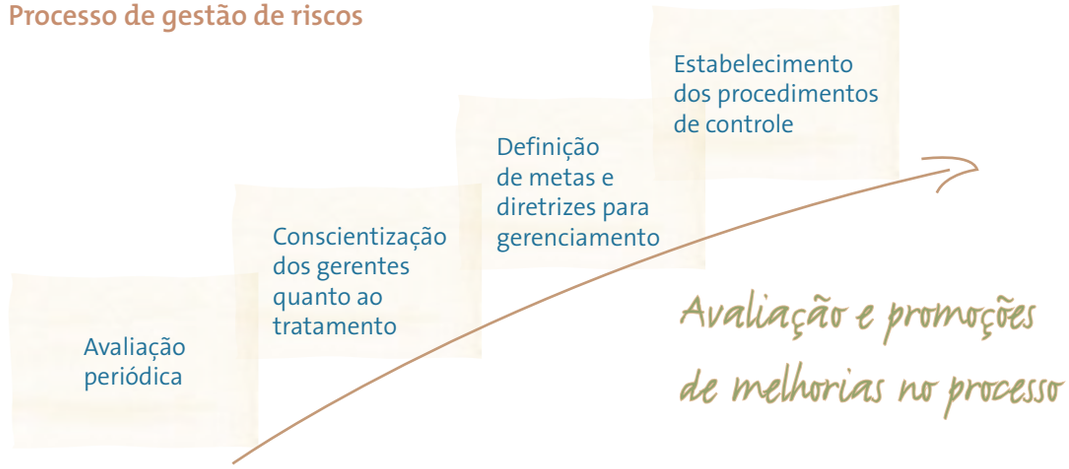
GRI: 1.2 | GRI: 4.11 | GRI: EU6



Usina Hidrelétrica Salto Osório

A Tractebel monitora e administra constantemente os riscos do seu negócio, visando não só mitigá-los, mas também preparar-se para gerir e minimizar impactos de seus efeitos. O processo de gestão de riscos da Companhia é administrado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, coordenado pelo Diretor de Planejamento e Controle e composto por representante das áreas de Planejamento e Controle Financeiro, Assuntos Regulatórios e de Mercado, Planejamento e Controle da Oferta de Energia, Finanças, Comercialização de Energia, Auditoria Interna, Planejamento e Logística de Projetos, Geração Térmica e Geração Hidráulica.

Processo de gestão de riscos



Observando o princípio da precaução, a Tractebel se dedica à análise do risco, identificando cada um quanto à sua probabilidade de ocorrência, significância (ou severidade) e grau de controle. A partir dessa identificação, desenvolve um plano de ação para cada risco, quando for o caso, em conjunto com as eventuais oportunidades associadas, que compõem a Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais.

Aprovada pela Diretoria Executiva e enviada a Controladora e ao Conselho de Administração, a matriz compreende a descrição do risco, a designação do responsável pelo gerenciamento, as estratégias de mitigação e a evolução do risco.



Controle de processos e riscos

"Uma empresa sustentável deve revisar periodicamente seus processos, analisar os riscos envolvidos e testar os controles estabelecidos para certificar que as operações ocorram corretamente e atendam à legislação, protegendo o patrimônio dos acionistas. Na Tractebel, fazemos isso por meio do Programa de Controles Internos do Grupo GDF SUEZ (INCOME)."

Paulo César Reibnitz
Auditoria Interna

A seguir, são listados os principais riscos do negócio da Tractebel:

- **Risco de mercado:** a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto no Planejamento Corporativo, em termos de volume e preço.
- **Risco regulatório:** evolução adversa da regulação do setor elétrico.
- **Risco tributário:** evolução adversa da legislação tributária.
- **Risco de fatores econômicos:** alteração nas variáveis econômicas como juros, câmbio, preço das commodities, crescimento econômico e inflação.
- **Risco de quebra de contrato:** descumprimento de disposições constantes dos contratos de compra e venda de energia.
- **Risco socioambiental das usinas em operação:** evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação.
- **Risco no desenvolvimento e implantação de novos projetos:** ocorrência de eventos no desenvolvimento e na implantação de projetos que tragam atraso ao cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou na operação da usina.
- **Risco de indisponibilidade de energia:** indisponibilidade da energia das usinas da Companhia e da energia comprada para revenda.
- **Risco de sinistro de grandes proporções:** acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais, humanas e de operação da Companhia.
- **Risco de recursos humanos:** indisponibilidade de pessoal operacional (expansão da Companhia e reposição do quadro atual), aumento de custos em virtude da concorrência por recursos humanos e acidente de trabalho.
- **Risco de tecnologia de informação:** falta de disponibilidade e segurança dos recursos de informação.

6 Gestão Econômica



06. Gestão Econômica

GRI: 3.10 GRI: 3.11 GRI: EU2 GRI: EU8 GRI: EU11 GRI: EU14 GRI: EU30

CENÁRIO MACROECONÔMICO

> "A retomada do crescimento econômico em 2010 gera expectativa de expansão nos próximos anos, impulsionada por grandes projetos nacionais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas."

Em 2010, a economia brasileira, assim como a de outros países emergentes, apresentou um cenário de retomada do crescimento, após a crise financeira mundial enfrentada ao longo de 2008 e 2009, alcançando patamares recordes em alguns indicadores. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, foi de 7,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), maior aumento desde 1986.

Com o aquecimento da economia, foi registrada geração de empregos recorde: aproximadamente 2,5 milhões, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O desemprego ficou abaixo de 6%, menor nível em oito anos. O aumento dos postos de trabalho também se refletiu na ampliação de 16,4% no número de consumidores que buscaram crédito em 2010, segundo levantamento realizado pela Serasa Experian.

Nesse cenário, a consequente expansão do consumo veio acompanhada de um ciclo de altas da taxa de juros Selic no primeiro semestre, com o objetivo de conter a inflação. A taxa se manteve estável no segundo semestre, encerrando 2010 em 10,75% ao ano. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por sua vez, atingiu 5,91% em 2010, 1,60 p.p. acima da taxa de 2009, de 4,31%, segundo dados divulgados pelo IBGE. A alta da inflação se deve, entre outros fatores, à expansão do consumo, estimulado por uma política financeira anti-crise, aos gastos do governo, e ao aumento dos preços dos alimentos, cuja produção sofreu os impactos dos fortes períodos de chuva registrados em 2010. O resultado está acima do centro da meta de inflação do governo, de 4,5%, mas permanece dentro da faixa de tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A recuperação da economia brasileira e do mercado de capitais também intensificou a entrada de moedas estrangeiras no País. O dólar fechou o ano com desvalorização acumulada de 4,42%, cotada a R$ 1,666, alcançando pela primeira vez um patamar abaixo de R$ 1,70 desde a implantação do câmbio flutuante, em 1999. O Ibovespa, índice da BM&FBovespa, fechou o último pregão do ano aos 69.305 pontos, registrando alta de apenas 1,04% no acumulado de 2010.

O desempenho foi influenciado pelas cotações das empresas exportadoras de commodities, que apresentaram grande volatilidade ao longo do período.

A balança comercial apresentou superávit de US$ 20,3 bilhões, redução de 19,8% em comparação com o ano anterior, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por outro lado, houve entrada recorde de investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil, de US$ 48,5 bilhões, conforme o Banco Central.

Para os próximos anos, projetos nacionais como o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 geram expectativa de ampliação do mercado consumidor e, consequentemente, da produção e da economia como um todo. No curto prazo, porém, podem ser intensificados alguns mecanismos de controle inflacionário.



Desenvolvimento do mercado de energia complementar

"Tive a oportunidade de acompanhar o processo de montagem e atuar no comissionamento da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, primeiro projeto da Companhia a utilizar o bagaço da cana-de-açúcar como combustível. É motivo de muito orgulho fazer parte deste projeto pioneiro, juntamente com toda uma equipe competente, e que abre mais um caminho na direção do mercado de energia complementar."

Mario Wilson Cusatis
Operação - William Arjona

SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Capacidade de geração

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao final de 2010 estavam em operação no Brasil 2.337 usinas de geração de energia, totalizando uma capacidade instalada de, aproximadamente, 113 mil MW, um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior.

Consumo de energia elétrica

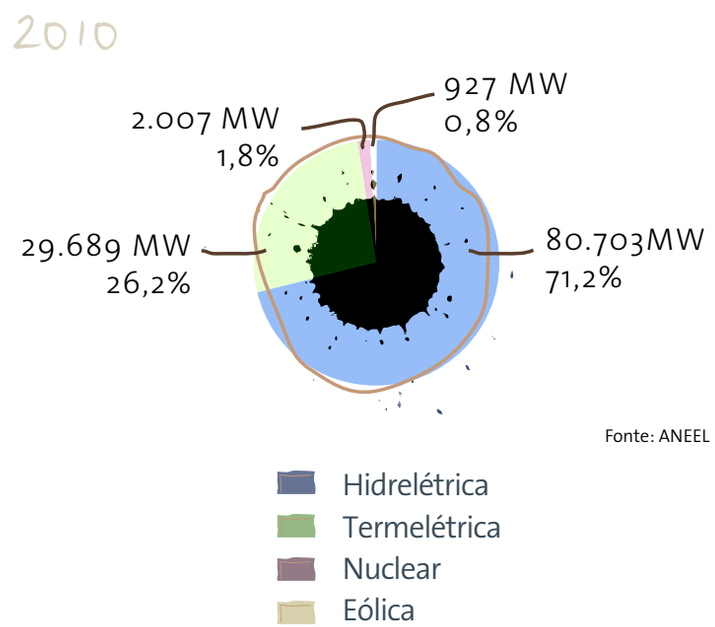
A demanda e a oferta de energia do sistema elétrico nacional têm crescido anualmente. Ao longo de 2010, a carga média de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 56.777 MW médios, uma expansão de 8,3% em relação aos 52.223 MW médios de 2009.

Essa expansão da carga pode ser explicada pela retomada do crescimento da atividade econômica após a crise de 2008/2009 e a melhoria da renda da população, associados, ainda, à ocorrência de temperaturas elevadas, acima da média histórica, durante os primeiros meses do ano.

Segundo informações da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2010, o consumo de energia elétrica voltada para uso residencial e comercial apresentou crescimento positivo de 6,3% e 5,9%, respectivamente, enquanto que o consumo industrial apresentou uma taxa de expansão de 10,6%.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) conecta a maior parte das usinas em operação no Brasil com os pontos de demanda de energia, por meio de linhas de transmissão de alta capacidade. Com essa rede, as usinas termelétricas são chamadas a operar, via de regra, quando esse tipo de energia se torna mais barato que o valor da água armazenada nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Capacidade Instalada por Fonte de Energia no Brasil



Fonte: ANEEL

Leilões de energia

Considerando-se todos os leilões para contratação de energia existente[1], realizados no marco regulatório vigente, implementado em 2004, foram contratados 19.987 MW médios de energia ao preço médio[2] de R$ 87,91/MWh. Nos leilões de energia nova foram contratados 21.834 MW médios de energia ao preço médio de R$ 130,17/MWh. Nos leilões realizados para contratação de energia de reserva, foi contratado um total de 1.746 MW médios de energia ao preço médio de R$ 156,94/MWh.

Em 2010, foi realizado o leilão para concessão da usina hidrelétrica de Belo Monte. O consórcio vencedor vendeu 3.200 MW médios no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), correspondentes a 70% da energia da usina, ao preço de R$ 80,91/MWh. Ao final de sua motorização, em janeiro de 2019, segundo seu contrato de concessão, a usina totalizará 11.233 MW de potência instalada.

No ano também foram realizados dois leilões A-5, sendo que no primeiro foram comercializados 327 MW médios de energia ao preço médio de R$ 102,20/MWh e no segundo foram vendidos 968 MW médios de energia ao preço médio de R$ 67,73/MWh.

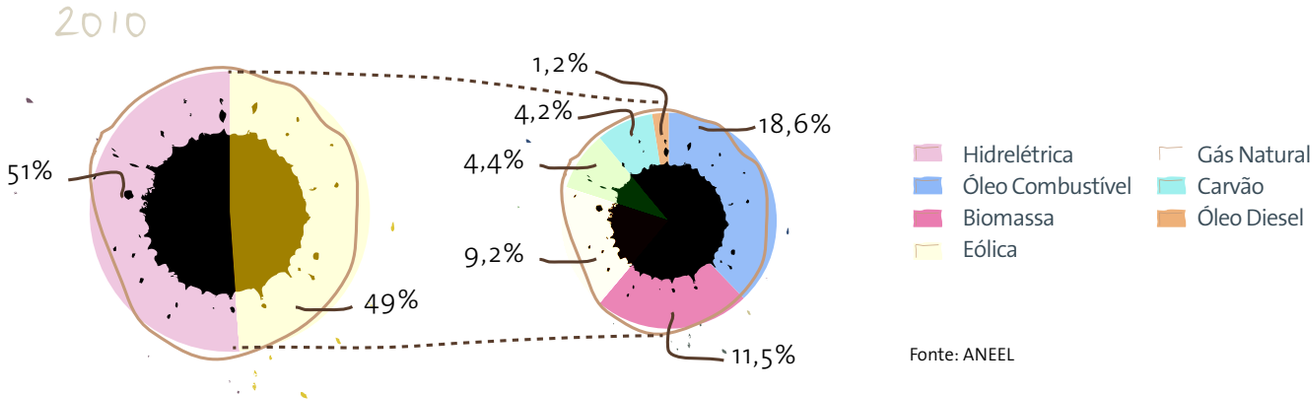
O 2° Leilão de Fontes Alternativas foi realizado em conjunto com o 3° Leilão de Energia de Reserva, cujos resultados foram, respectivamente, 714 MW médios de energia ao preço médio de R$ 139,17/MWh e 445 MW médios de energia ao preço médio de R$ 131,62/MWh.

No 9º Leilão de Energia Existente foram comercializados 98 MW médios ao preço médio de R$ 105,70/MWh.

A capacidade instalada a ser adicionada ao SIN nos próximos anos totaliza 42.347 MW, sendo 51% de hidrelétricas e 49% de usinas eólicas e termelétricas, entre as quais predominam-se as movidas a óleo combustível.

[1] Os leilões de ajuste não estão considerados neste montante.
[2] Todos os preços apresentados nesta seção são referentes a dezembro de 2010.

Capacidade Instalada a Ser Adicionada ao SIN : 42.347 MW



Fonte: ANEEL



Operações - zero de falhas

"Na hidrelétrica Machadinho atingimos zero de falhas em 2010. A esse fato se junta outro ainda mais prazeroso: em 01/12/10, batemos nosso próprio recorde, e também entre todas as usinas da Tractebel, em número de dias sem falhas. Atribuímos esses excelentes resultados aos seguintes diferenciais: excelente clima existente entre os setores, revisão adequada das normas de procedimentos, inspeções realizadas com esmero e atuações assertivas nas negociações envolvendo a Usina, outras áreas e o ONS."

Adir Flávio Sviderskei
Operação - Machadinho

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Desempenho Operacional

Disponibilidade

Em 2010, as usinas operadas pela Tractebel alcançaram o patamar de 98,3% de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, sendo 99,5% na geração hidrelétrica, 92,5% na termelétrica e 93,9% considerando-se as usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e as térmicas movidas a biomassa. Consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 94,3%, sendo 95,9% para as hidrelétricas, 87,3% para as termelétricas e 85,2% para as complementares.

Produção

A produção total de energia elétrica alcançou 42.986 GWh (4.907 MW médios) em 2010, sendo 37.047 GWh (4.229 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 5.421 GWh (619 MW médios) das termelétricas e 518 GWh (59 MW médios) das usinas complementares. Em relação a 2009, houve um aumento significativo de geração total, de 35,3%, constituindo-se em novo recorde, o que pode ser atribuído em grande parte a um período favorável de chuvas em todas as regiões do Brasil. O incremento de geração nas usinas hidrelétricas foi de 35,9%; nas termelétricas, de 29,8%; e nas complementares, de 55,1% - aumento parcialmente explicado pela entrada em operação da PCH Areia Branca e da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética. A geração total da Tractebel no ano superou em 23,8% o antigo recorde, obtido em 2008.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria do desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução desse tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Essa característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

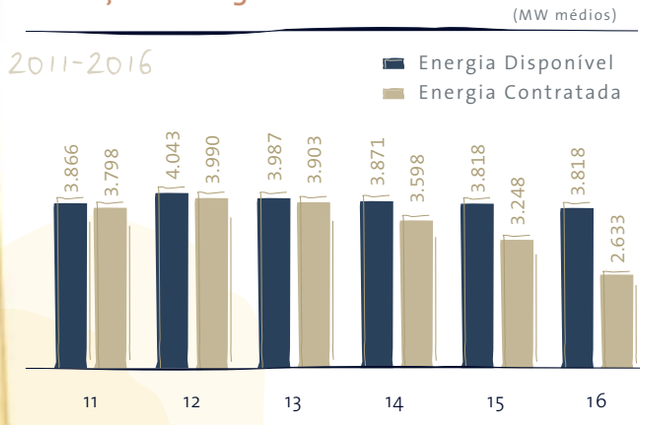
Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

"Em 2010, a Tractebel bateu o recorde de geração instantânea das usinas que opera, precisamente as 12h00 do dia 08 de outubro, com 7.073,6 MW, equivalente a um fator de capacidade de 93,8%."

Balanço de Energia

A Companhia tem como estratégia de comercialização a venda gradativa da energia disponível para determinado ano, de forma a amortecer o risco de ficar exposta ao preço spot (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD) daquele período. Assim, as vendas são feitas dentro das "janelas" de oportunidade que se apresentam quando o mercado se mostra com maior propensão a comprar. Conforme dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2010, o balanço de energia da Tractebel Energia revela que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até o final de 2013.

Balanço de Energia



Desempenho econômico-financeiro

Diante do cenário descrito anteriormente, a Tractebel apresentou excelentes resultados econômico-financeiros, que culminaram no lucro recorde pelo sétimo ano consecutivo.

Em razão da adoção no Brasil de práticas contábeis internacionais, houve necessidade de ajuste de alguns valores do exercício de 2009, que são descritos, em detalhes, ao final deste capítulo.

Receita Operacional Líquida

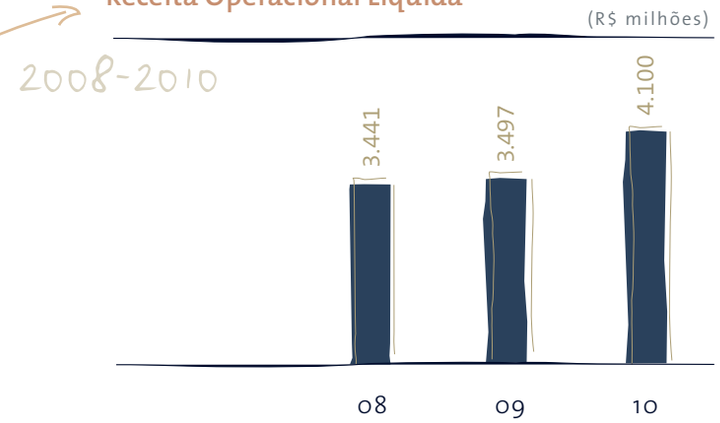
A receita operacional líquida da Tractebel atingiu R$ 4.100,4 milhões em 2010, 17,3% acima dos R$ 3.496,7 milhões alcançados em 2009.

A variação está diretamente relacionada à evolução da receita operacional bruta e das deduções sobre receita operacional.

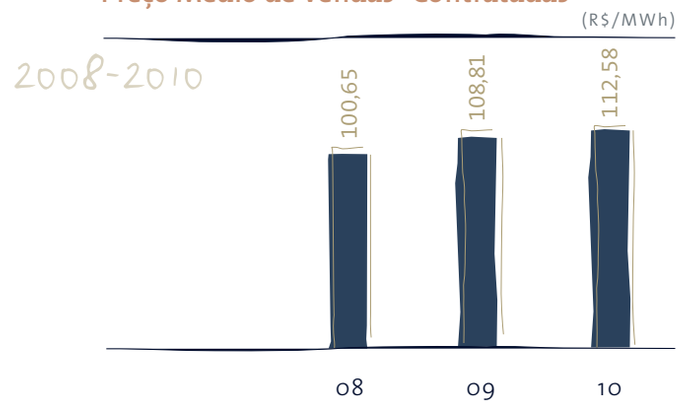
O preço médio de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, passou de R$ 108,81/MWh em 2009 para R$ 112,58/MWh em 2010, representando uma evolução de 3,5%.

No exercício de 2010, a quantidade de energia vendida atingiu 33.838 GWh (3.863 MW médios), uma elevação de 9,5% em relação ao ano de 2009, que registrou 30.911 GWh (3.529 MW médios).

Receita Operacional Líquida



Preço Médio de Vendas* Contratadas



* Líquido de impostos sobre a venda e exportações

Receita Operacional Bruta

No exercício de 2010, a Companhia atingiu receita operacional bruta de R$ 4.586,1 milhões, ante R$ 3.886,3 milhões obtidos no ano de 2009. O incremento de 18,0% em relação à receita do ano anterior decorreu dos seguintes fatores:

(i) elevação de R$ 222,3 milhões na receita de transações no âmbito da CCEE, conforme descrito em item específico deste Relatório;

(ii) crescimento de R$ 327,0 milhões em consequência da elevação de 9,5% no volume de vendas de energia;

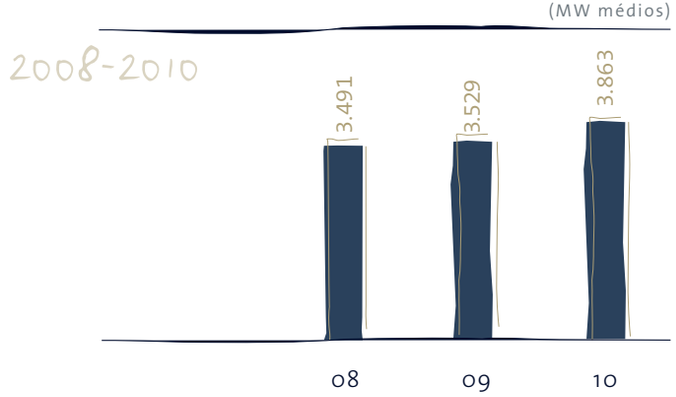
(iii) acréscimo de R$ 132,4 milhões em função do aumento de 3,7% no preço médio da energia vendida;

(iv) início da operação comercial de novas usinas, que proporcionaram vendas adicionais de 638 GWh (73 MW médios) e receita de R$ 81,2 milhões;

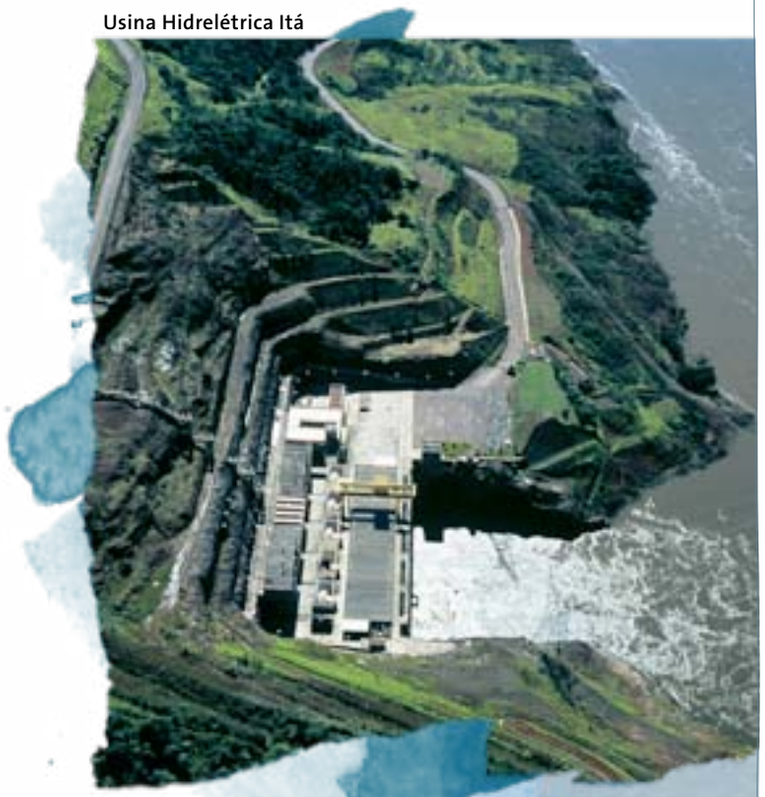
(v) queda de R$ 30,6 milhões na exportação de energia; e

(vi) redução de R$ 35,0 milhões em razão do reconhecimento de receita não recorrente no ano de 2009, relativa à indenização recebida pela perda de receita oriunda do atraso da conclusão das obras da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Vendas Contratadas de Energia



Usina Hidrelétrica Itá



GRI
DFs

Receitas provenientes de operações com energia elétrica

Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia, originária da venda a distribuidoras e comercializadoras, atingiu R$ 3.238,7 milhões em 2010, valor 14,5% maior do que os R$ 2.828,3 milhões apurados no ano de 2009. A variação é explicada pelos seguintes aumentos: (i) de R$ 259,1 milhões, em consequência da elevação do volume de vendas de 1.906 GWh (218 MW médios) para distribuidoras; (ii) de R$ 48,1 milhões ou 500 GWh (57 MW médios) para comercializadoras; e (iii) R$ 102,3 milhões em razão do crescimento de 4,3% do preço médio da energia vendida para distribuidoras.

Fornecimento de energia elétrica

Em relação à receita de fornecimento de energia (vendas a consumidores livres), obteve-se um avanço de 15,0% entre os anos em análise, passando de R$ 878,8 milhões em 2009 para R$ 1.011,0 milhões em 2010. Os grandes responsáveis por esta variação foram: (i) o aumento do preço médio de venda em 5,5%, que resultou em receita adicional de R$ 50,0 milhões; e (ii) o acréscimo no volume de venda de energia de 688 GWh (79 MW médios), advindo da ampliação do consumo das indústrias, pós-crise mundial, o que representou crescimento na receita de R$ 80,0 milhões.

Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

No acumulado de 2010, a receita obtida nesta rubrica chegou aos R$ 287,4 milhões, acréscimo de R$ 222,3 milhões em relação aos R$ 65,1 milhões obtidos no ano de 2009. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir, no item “Detalhamento das operações na CCEE”.

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2010, a receita relativa à exportação de energia para a Argentina e o Uruguai foi de R$ 30,1 milhões, ante R$ 60,7 milhões obtidos no ano anterior.

Deduções da Receita Operacional

No exercício de 2010, as deduções da receita operacional atingiram R$ 485,8 milhões, um acréscimo de 24,7% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, que foi de R$ 389,6 milhões. As mesmas correspondiam a 10,7% e 10,2% da receita operacional bruta, respectivamente, sendo tal incremento justificado pelo aumento do PIS e da Cofins decorrente da mudança do regime cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas aquisições) sobre a receita relativa aos contratos que venceram no período em análise, mas que tinham sido assinados anteriormente à mudança do regime de tributação.



Aumento de vendas a consumidores livres e satisfação de clientes

“A cada ano, aumentamos as vendas para consumidores livres. Em 2010, foram 965 MW médios, 79 a mais que em 2009. O melhor é que essa evolução parece vir acompanhada de respeito também crescente pelo que fazemos. Na pesquisa de satisfação de 2010, a Tractebel obteve 96,9% de clientes satisfeitos e muito satisfeitos. Acredito que contribuímos para isso com uma atitude simples, mas importante: valorizar as pessoas.”

Kelly Andrey Vasel Reibnitz
Comercialização de Energia

Custos de Energia Elétrica e Serviços

Os custos cresceram 20,5% em 2010, passando de R$ 1.567,3 milhões em 2009 para R$ 1.888,1 milhões em 2010. Essa variação decorre fundamentalmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

» **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R$ 282,1 milhões no ano em razão essencialmente do aumento de 2.429 GWh (277 MW médios) no volume de compras de energia, visando possibilitar à Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" a preços atrativos, com início de entrega em 2010, e atender aos demais compromissos de venda de energia. Uma considerável parte desses contratos de compra foi assinada há anos, não guardando, portanto, relação com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

» **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE):** entre os exercícios de 2010 e 2009, os custos com essas transações foram reduzidos em R$ 118,0 milhões, conforme descrito a seguir em item específico.

» **Combustíveis para geração:** ampliação de R$ 23,5 milhões no ano em comparação a 2009, resultado do aumento do consumo de gás na Usina Termelétrica William Arjona em R$ 36,6 milhões, da biomassa para a Unidade de Cogeração Lages em R$ 5,3 milhões, bem como da redução do consumo de carvão mineral, combustível utilizado para exportação, em R$ 19,3 milhões.

» **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** crescimento de R$ 6,1 milhões em 2010, em função da combinação da entrada em operação comercial das novas usinas com a redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), ocorrida em julho de 2010, gerada pelo processo de revisão tarifária das companhias de transmissão.

» **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** entre os acumulados dos anos de 2009 e 2010, houve elevação de R$ 41,7 milhões, refletindo o reajuste tarifário anual e o expressivo aumento no despacho de usinas hidrelétricas.

» **Pessoal:** aumento de R$ 17,0 milhões no acumulado do ano, justificado pelo reajuste anual da remuneração dos empregados e pela necessidade de ampliação do quadro de pessoal para atender ao crescimento do parque gerador da Companhia.

» **Serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 23,6 milhões no ano, em função da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia, planejados e realizados em 2010.

» **Depreciação e amortização:** superior em R$ 33,6 milhões no ano de 2010, em comparação a 2009, em razão, principalmente, da depreciação resultante do início da operação comercial das usinas Areia Branca, Ibitiúva e São Salvador.

Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, tem se registrado, nos últimos anos, uma mudança no perfil das faturas, o que dificulta a comparação direta dos elementos que as compõem. A análise a seguir permite interpretar as oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

De forma geral, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Em 2010, a Companhia obteve uma receita líquida decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 281,5 milhões, contra uma despesa líquida em 2009 de R$ 58,9 milhões, ou seja, uma variação positiva no resultado das transações na CCEE de R$ 340,4 milhões.

Os resultados positivos decorreram principalmente dos seguintes fatores:

I. MRE - incremento de R$ 78,2 milhões, variando de uma despesa líquida de R$ 15,6 milhões em 2009 para uma receita líquida de R$ 62,6 milhões no ano de 2010. Essa variação foi consequência da maior geração das usinas hidrelétricas da Companhia no exercício de 2010, se comparado ao de 2009. Esse aumento na receita foi parcialmente compensado por maior despesa com royalties, conforme descrito no item "Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos"; e

II. Demais transações realizadas na CCEE - resultado positivo de R$ 262,2 milhões entre os exercícios analisados, decorrente principalmente do êxito na estratégia de alocação dos recursos de geração implementada pela Companhia, além da maior geração nas usinas termelétricas no período.

> **"A maior geração nas usinas hidrelétricas da Tractebel em 2010 colaborou para uma variação positiva no resultado das transações na CCEE de R$ 340,4 milhões."**

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram R$ 16,2 milhões, ou 11,3%, passando de R$ 143,7 milhões em 2009 para R$ 159,9 milhões no ano de 2010, em função essencialmente da combinação das seguintes variações: (i) aumento nas despesas com pessoal e administradores em razão do reajuste anual da remuneração; e (ii) redução na demanda de contratação de serviços de consultorias e nas contribuições assistenciais e doações.

Constituição (Reversões) de Provisões Operacionais, Líquidas

Entre os períodos comparados, houve reversão de provisões operacionais líquidas de R$ 73,4 milhões, decorrente basicamente do reconhecimento do ganho atuarial em contrapartida à redução do passivo relativo aos benefícios pós-emprego, no valor de R$ 75,3 milhões. Esse efeito está associado à adoção dos pronunciamentos contábeis internacionais (IFRS) e brasileiros (CPC).



Entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá

Ganho em Ação Judicial

Em 2010, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 45,8 milhões, em razão do trânsito em julgado favorável em ação judicial que pleiteou o direito de apurar o PIS e a Cofins pelo regime cumulativo sobre receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente à alteração da legislação para o regime de não cumulatividade. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8,4 milhões em consequência de acordo judicial decorrente da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

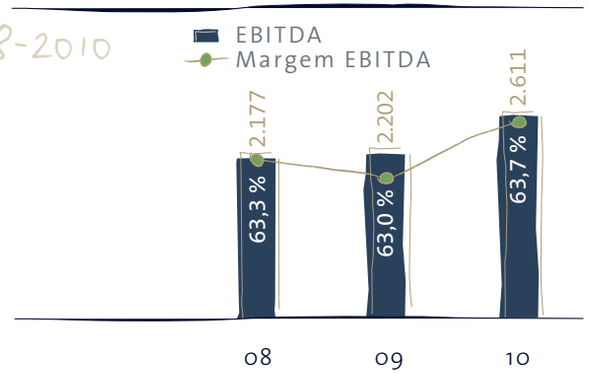
EBITDA e Margem EBITDA

Em 2010, o EBITDA atingiu R$ 2.611,5 milhões, 18,6% maior em relação ao do ano anterior, que foi de R$ 2.201,7 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2010 e 2009 foram de 63,7% e 63,0%, respectivamente.

EBITDA e Margem EBITDA

2008-2010

(R$ milhões e %)



Reconciliação do resultado operacional com o EBITDA

(valores em R$ mil)

	2010	2009	2008	Variação 10/09
Resultado Operacional	1.721.310	1.537.207	1.589.520	12,0%
(+/-) Resultado Financeiro	428.842	239.789	320.676	78,8%
(+) Depreciação e Amortização	461.325	424.714	266.381	8,6%
EBITDA	2.611.477	2.201.710	2.176.577	18,6%

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: em 2010, as receitas financeiras foram de R$ 130,6 milhões, valor R$ 43,7 milhões superior às de 2009, que foram de R$ 86,9 milhões, em função, principalmente, dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras no decorrer do ano, fruto da maior taxa de juros incidentes sobre essas aplicações, substancialmente a Selic.

Despesas financeiras: as despesas passaram de R$ 326,7 milhões em 2009 para R$ 559,5 milhões em 2010, ou seja, um incremento de R$ 232,8 milhões. Essa variação decorreu da combinação dos efeitos a seguir: (i) aumento de R$ 66,1 milhões nos juros sobre dívidas em razão do início do reconhecimento no resultado dos juros sobre o endividamento das empresas cujas usinas entraram em operação comercial; (ii) crescimento de R$ 120,7 milhões na variação monetária sobre dívidas e obrigações em consequência substancialmente da variação do IGP-M sobre as concessões a pagar; (iii) decréscimo de R$ 62,4 milhões no ganho cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira, em virtude da variação na cotação do dólar norte-americano e do euro em relação ao real; e (iv) redução de R$ 23,2 milhões nos encargos sobre o passivo atuarial da Companhia.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No exercício de 2010, as despesas com IR e CSLL alcançaram R$ 509,7 milhões, um acréscimo de 14,2% em relação às de 2009, que foram de R$ 446,3 milhões. O aumento corresponde principalmente ao crescimento do lucro antes dos tributos.

Lucro Líquido

No exercício de 2010, o lucro líquido atingiu R$ 1.211,6 milhões, 11,1% superior ao registrado no ano de 2009, que foi de R$ 1.090,9 milhões. Esse resultado estabelece um novo recorde histórico de lucro da Companhia, o sétimo consecutivo.

Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 664,4 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 1,0178134249 por ação ou 55,0% do lucro líquido distribuível ajustado.

Lucro Líquido*



* O valor referente a 2009 reportado naquele ano passou por reclassificação contábil devido à adoção dos novos procedimentos emitidos pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 3.361,3 milhões, 55,6% superior aos R$ 2.160,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2009.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 4.443,9 milhões, um acréscimo de 30,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2009. Do total da dívida no final do período, 4,8% eram em moeda estrangeira (7,2% ao final do quarto trimestre de 2009), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge.

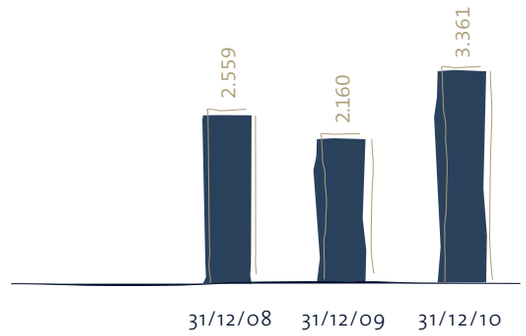
O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado principalmente à combinação dos seguintes fatores: (i) saques junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 63,5 milhões entre os períodos, para fazer frente aos investimentos na Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética; (ii) consolidação no balanço patrimonial da Companhia, a partir do terceiro trimestre de 2010, do valor referente ao financiamento existente da SUEZ Energia Renovável S.A., obtido junto ao BNDES e agentes financeiros e utilizado para a construção da UHE Estreito, no valor de R$ 1.374,4 milhões; (iii) a geração de R$ 344,4 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial, entre os períodos comparados; e (iv) amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R$ 748,5 milhões no ano de 2010.

O crescimento do endividamento nos últimos anos é adequado ao perfil e aos projetos desenvolvidos pela companhia para expansão de seu parque gerador.

Evolução da Dívida Líquida

(R$ milhões)

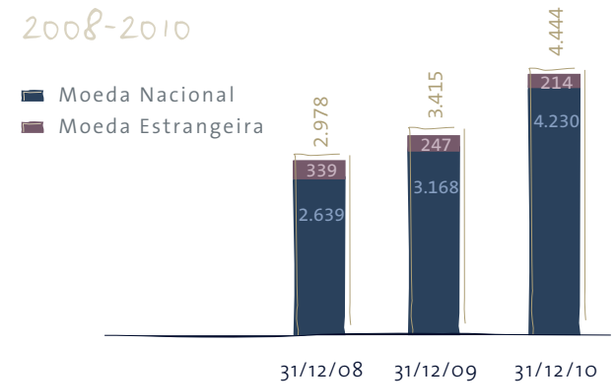
2008-2010



Composição da Dívida Bruta

(R$ milhões)

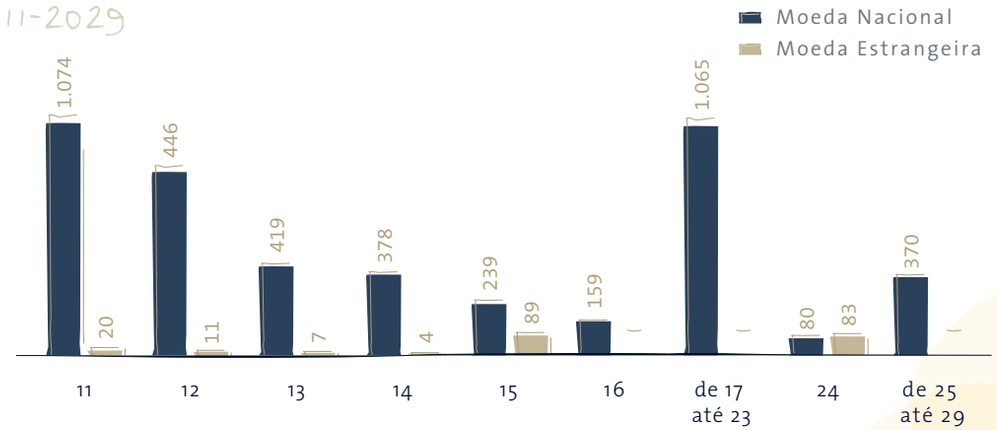
2008-2010



Cronograma de Vencimento da Dívida

(R$ milhões)

2011-2029



Investimentos

Manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador

Dando prosseguimento ao plano de expansão do parque gerador, em 2010, a Tractebel investiu R$ 2.118,8 milhões na construção de novas usinas, sendo: (i) R$ 2.061,9 milhões direcionados à Usina Hidrelétrica Estreito – valor que contempla o custo de aquisição do projeto e investimentos realizados após a aquisição; (ii) R$ 36,0 milhões aplicados na Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética; (iii) R$ 10,7 milhões nas obras da PCH Areia Branca; e (iv) R$ 10,2 milhões em obras complementares na Usina Hidrelétrica São Salvador.

Outros R$ 89,2 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador, a fim de manter o elevado grau de disponibilidade das usinas.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e manutenção do parque gerador, a Companhia investiu R$ 2.208,0 milhões em 2010, valor que não considera a capitalização dos juros durante a construção dos novos projetos.

Análise do custo total de capital de empresa

Os recursos utilizados pela Companhia para investimento na expansão do seu negócio possuem duas fontes distintas. Usualmente, cerca de 1/3 do montante é proveniente de capital próprio e, para tanto, a Companhia tem retido parte do lucro gerado.

Na parcela que possui como fonte o capital de terceiros, a Companhia tem obtido financiamentos por meio de linhas de crédito setoriais, preferencialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas inferiores às de mercado, dado que os custos de tais recursos estão, preponderantemente, vinculados à TJLP (59% do total do endividamento em moeda nacional em 31/12/2010). O restante dos recursos é proveniente de outros empréstimos com taxas variáveis no mercado. No exercício encerrado em 31/12/2010 o custo total da dívida da Companhia com terceiros foi de cerca de 10,1%, considerando moeda nacional (custo de 10,4%) e moedas externas (custo de 4,6%).

O custo do capital próprio é, presumidamente, maior que o custo do capital de terceiros e, no caso da Companhia, leva em conta a Taxa Livre de Risco, a taxa de risco Brasil e o prêmio de risco de mercado (bolsa americana), além do beta desalavancado, que varia de acordo com o mercado, a série histórica e a liquidez da ação na Bolsa.

Considerando a exigência de uma taxa de retorno adequada, a Companhia busca remunerar satisfatoriamente os investimentos feitos com capital próprio.



Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

International Financial Reporting Standards (IFRS)

Adoção dos novos procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS)

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (balanço de abertura), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Dessa forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Os ajustes resultantes da adoção desses pronunciamentos que afetaram os resultados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram os seguintes:

(valores em R$ milhões)

	2010	2009
Lucro líquido antes da adoção das novas práticas	1.219,6	1.134,4
Ajustes:		
- Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado	(86,2)	(84,8)
- Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre obrigações com benefício pós-emprego	75,3	24,0
- Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	3,7	20,7
- Outros ajustes	(0,8)	(3,4)
	(8,0)	(43,5)
Lucro líquido após a adoção das novas práticas	1.211,6	1.090,9

As considerações sobre os ajustes apresentados ao lado são as seguintes:

Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos CPC 27 e na interpretação ICPC 10, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Tractebel que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Esse procedimento foi fortemente incentivado pela ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R$ 821,0 milhões em 1º de janeiro de 2009, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”.
A adoção desse procedimento resultará no aumento da depreciação da Companhia durante a vida útil dos ativos ajustados ao seu valor justo. O referido ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, não afetará a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem a base de distribuição de dividendos.

Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre as obrigações com benefício pós-emprego

Conforme as práticas contábeis anteriores, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa, e as perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Esse procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia reconheceu no seu balanço de abertura as perdas atuarias até então não registradas no passivo, tendo como contrapartida a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no valor de R$ 103,4 milhões. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor em seu resultado para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção. Esse procedimento resultou na reversão da perda atuarial de R$ 24,0 milhões em 2009 e no reconhecimento do ganho atuarial de R$ 75,3 milhões em 2010.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Desde 1999, a Tractebel desenvolve o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), tendo como principais objetivos:

- capacitar e desenvolver competências para a pesquisa e inovação tecnológica nos centros de pesquisa e universidades das regiões onde a Tractebel está presente;
- desenvolver tecnologias inovadoras que agreguem valor ao produto e serviços da Companhia; e
- aplicar e difundir no mercado os resultados dos projetos de P&D, gerando desenvolvimento.

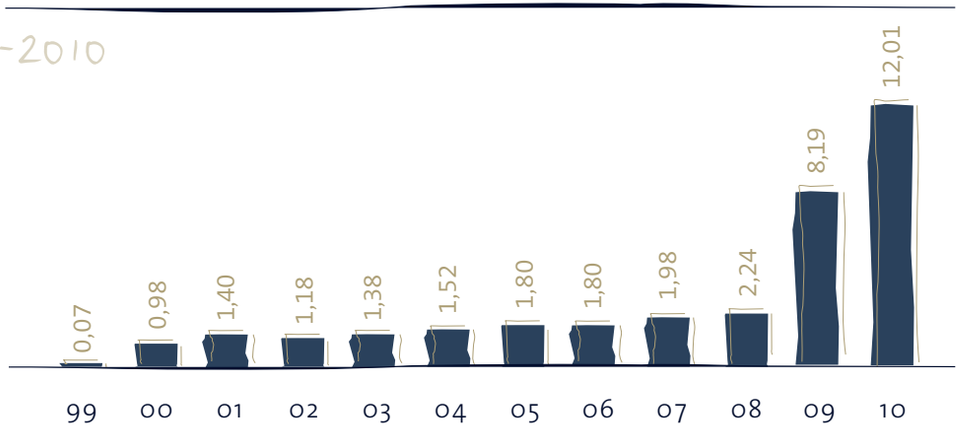
A seleção e a execução dos projetos de P&D têm como principal critério o desenvolvimento de tecnologias inovadoras. O Programa de P&D da Tractebel Energia busca firmar parcerias com instituições de ensino e pesquisa localizadas preferencialmente nas áreas onde a Companhia atua, de modo a contribuir com a formação e capacitação de profissionais dessas regiões.

Os investimentos contínuos da Tractebel em atualização tecnológica, com ênfase no parque gerador e sistemas informatizados da Companhia, buscam agregar valor aos seus produtos e serviços, aumentando a sua competitividade. Aliado a esses investimentos, os recursos de P&D são aplicados na redução de impactos ambientais, no controle e redução das emissões atmosféricas, na pesquisa da biodiversidade e no desenvolvimento de novas fontes de geração de energia renovável, garantindo a sustentabilidade da Tractebel e o retorno esperado a seus investidores.

Evolução dos Investimentos em Projetos de P&D

(R$ milhões)

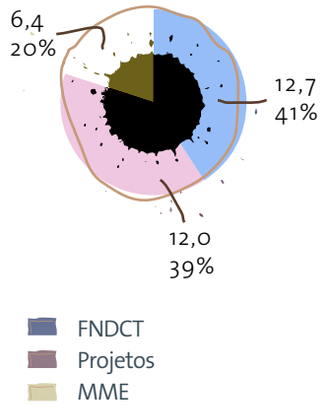
1999-2010



Investimentos em P&D

(R$ milhões)

2010



O Programa de P&D da Companhia destinou, em 2010, um total de R$ 31,1 milhões em recursos, dos quais R$ 6,4 milhões direcionados ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), R$ 12,7 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R$ 12,0 milhões investidos diretamente em projetos de P&D selecionados e geridos pela Companhia.

Para 2011, o Programa de P&D conta com R$ 48,8 milhões para aplicação em projetos. Desse montante, R$ 15,9 milhões já estão comprometidos com pesquisas tecnológicas em andamento e cerca de R$ 28 milhões serão investidos em projetos aprovados em 2010, os quais estão em fase de contratação. Mais de R$ 10 milhões serão destinados a propostas de projetos em avaliação.

Entre os principais projetos concluídos e em andamento em 2010, destacam-se:

Projetos concluídos

Título	Objetivo
Análise da Potencialidade de Uso de Biomassa Oriunda de Florestas Nativas sob Manejo Sustentável para a Geração de Energia	Otimizar os sistemas de produção florestal sustentada através do uso da biomassa na geração de energia. Entidades envolvidas: Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e Agência de Desenvolvimento da Serra Catarinense (Ageserra)
Desenvolvimento de Produtos Cerâmicos com a Utilização de Cinzas Pesadas de Carvão Mineral Provenientes de Usinas Termelétricas	Formulação, processamento e caracterização de produtos cerâmicos obtidos a partir de cinzas pesadas de carvão mineral. Entidades envolvidas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Avaliação de Sistemas Solares Fotovoltaicos em Edifícios Conectados à Rede Elétrica	Projetar, instalar, monitorar e analisar a performance de três sistemas solares fotovoltaicos de 2kWp cada, utilizando a tecnologia fotovoltaica de filmes finos, integrados a edificações urbanas e conectados à rede elétrica. Entidades envolvidas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Projetos em andamento

Título	Objetivo
Implantação de Protótipo de Conversor de Ondas Onshore nas Condições de Mar do Nordeste do Brasil	Implantar o primeiro protótipo da América do Sul capaz de converter a energia das ondas do mar em energia elétrica. Prazo de execução: 36 meses, com início em março de 2009 Entidades envolvidas: Coppe / RJ, Ceará Portos
Sistema Robótico de Quatro Graus de Liberdade para o Revestimento e Fabricação por Soldagem de Tubos de Caldeiras e Tecnologias de Soldagem Associadas – Cabeça-de-Série	Aperfeiçoar os protótipos, desenvolvidos em projetos anteriores, do manipulador robótico com quatro eixos de deslocamento automatizados, fonte de soldagem compacta e tecnologias de soldagem associadas para uso em caldeiras de usinas termelétricas. Prazo de execução: 24 meses, com início em março de 2009 Entidades envolvidas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e SPS – Soluções para Soldagem Ltda.
Utilização da Palha de Arroz em Processo de Co-Firing com Carvão Pulverizado	Utilizar palha de arroz como combustível complementar ao carvão nas usinas termelétricas da Tractebel Energia, identificando as condições operacionais para utilização da tecnologia de co-firing (duplo combustível), além da logística para a coleta e transporte da biomassa. Prazo de execução: 32 meses, com início em março de 2009 Entidades envolvidas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Utilização de Cinzas Volante e Pesada na Produção de Concreto Auto-Adensável de Elevado Desempenho para Uso na Construção e Manutenção de Obras Civis	Obter um material de alto desempenho a partir da utilização de cinzas pesadas e leves residuais produzidas em usinas termelétricas, para utilização na construção e manutenção de obras civis. Prazo de execução: 24 meses, com início em julho de 2009 Entidades envolvidas: Universidade Federal de Santa Catarina (SC)

Mais informações sobre o Programa de P&D da Tractebel Energia, legislação envolvida, projetos realizados e em andamento, prêmios recebidos, entre outras, estão disponíveis na página Pesquisa e Desenvolvimento do website da Companhia.



Usina Termelétrica Charqueadas

GRI
DFs



Usina Hidrelétrica Cana Brava

MERCADO DE CAPITAIS

A Tractebel no mercado

As ações ordinárias de emissão da Tractebel são negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código TBLE3, e integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2005 – portanto, pelo sexto ano consecutivo, fazem parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), desenvolvido por um Conselho Deliberativo presidido pela BM&FBovespa. Essa carteira agrupa ações de empresas comprometidas com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliadas em relação à sua eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

Além disso, a Companhia negocia ADRs (American Depositary Receipts) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) da Bolsa de Nova York - NYSE Euronext - sob o código TBLEY, sendo que cada ADR equivale a uma ação ordinária.

Devido à amplitude e à profundidade da avaliação à qual as empresas são submetidas para compor a carteira, o ISE é uma referência ao investimento socialmente responsável e induz boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Composição da Carteira do ISE

- 47 ações de 38 companhias, selecionadas entre as 200 mais líquidas da BM&FBovespa.
- 18 setores.
- R$ 1,2 trilhão em valor de mercado (46,1% da capitalização total das empresas negociadas na Bolsa), em 25 de novembro de 2010.
- Vigência de 3 de janeiro à 29 de dezembro de 2011.

Desempenho

Após expressiva retomada, que rendeu valorização de 82,7% em 2009 – recuperando-se da forte queda de 2008 -, em 2010 o Índice Bovespa (Ibovespa) permaneceu praticamente estável, com variação de apenas 1,04%, encerrando o ano a 69.305 pontos, influenciado principalmente pelo fraco desempenho de ações com grande peso no índice, bem como pelas eleições presidenciais.

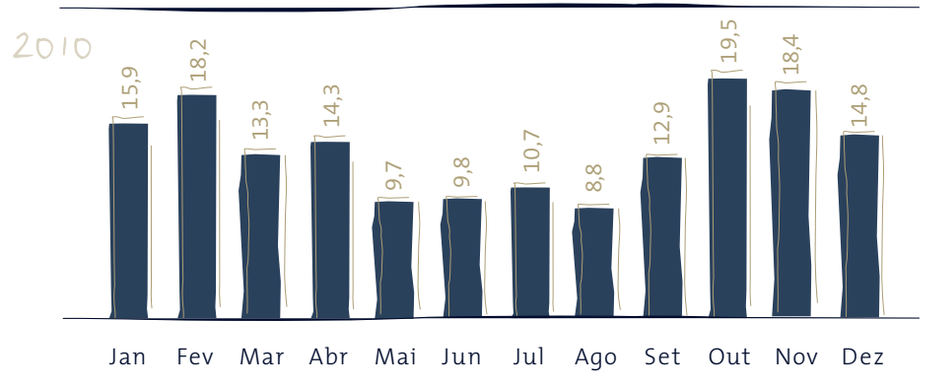
O Índice de Energia Elétrica (IEE), por sua vez, apresentou avanço de 12,0%, somando 27.243 pontos. Os papéis da Tractebel destacaram-se entre os do setor elétrico, com elevação de 27,5% no acumulado de 2010, desconsiderando-se os proventos, cotados a R$ 27,45/ação em 31 de dezembro de 2010.

A forte valorização das ações da Companhia fez com que seu valor de mercado alcançasse R$ 17,9 bilhões, reflexo do aumento da confiança dos investidores na administração e potencial de crescimento da Companhia, advindo dos bons resultados recorrentes e do constante aprimoramento da governança corporativa e da transparência. Exemplo das boas práticas adotadas pela Tractebel é a criação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, composto para avaliar, negociar e orientar operações envolvendo uma parte relacionada, conforme apresentado no capítulo Governança Corporativa.

TBLE3 x IBOV x IEE



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3 em 2010



Direitos dos acionistas

Todas as ações da Companhia são do tipo ON (ordinária nominativa) e dão aos seus detentores o direito de:

- votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária e fazer recomendações e orientações ao Conselho de Administração quanto à tomada de decisões;
- receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição);
- fiscalizar a administração da Tractebel, conforme o Estatuto Social, e retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; e
- receber, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle da Companhia.

“Em 2010, foram distribuídos R$ 664,4 milhões em proventos - o que representa 55% do lucro líquido ajustado da Companhia e equivale a R$ 1,0178 por ação - sendo R$ 444,4 milhões na forma de dividendos e R$ 220,0 milhões como juros sobre o capital próprio.”



Transparência

“Em 2010, a Companhia e sua controladora envidaram esforços para aumentar a transparência no processo de transferência e incorporação dos projetos desenvolvidos pela GDF SUEZ. A aprovação das mudanças foi explicitada na valorização das ações da Tractebel em 19,3% desde 12 de agosto, quando foi divulgada a data de anúncio do novo modelo de transferência, até o fim do ano.”

Rafael J. Caron Bósio
Relações com Investidores

Emissão de debêntures

Em maio de 2005, a Companhia promoveu a primeira emissão de debêntures, composta de 20.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 200 milhões (R$ 60 milhões em CDI e R$ 140 milhões em IGP-M). A taxa de remuneração estabelecida foi de 103,9% do CDI e IGP-M + 9,29% a.a., com vencimento semestral dos juros.
O principal da série em CDI foi amortizado em parcela única em 2 de maio de 2010 e o da série em IGP-M será amortizado também em parcela única, em 2 de maio de 2011.

Em 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Tractebel a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, no valor de R$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures.

As debêntures da segunda emissão têm vigência de sete anos, com vencimento final em 15 de maio de 2014, são atualizadas pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes ao máximo de 7% ao ano.

Em março de 2009, a Companhia promoveu a terceira emissão de debêntures simples, segunda no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures, composta de 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600 milhões. A taxa de remuneração estabelecida foi de 117% do CDI, os juros vencem semestralmente e o principal será amortizado em parcela única, em primeiro de abril de 2011.

Em dezembro de 2009, foi registrada a emissão mais recente da Companhia, a quarta emissão de debêntures simples, objeto de oferta restrita, composta de 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1 milhão, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400 milhões. A taxa de remuneração definida foi de 110% do CDI, os juros vencem semestralmente, nas datas de 5 de maio e 5 de novembro dos anos de 2010 a 2015. A amortização das debêntures ocorrerá a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de 1/5 do valor nominal unitário, sendo a primeira amortização em 5 de novembro de 2011 e a última na data de vencimento, ou seja, em 5 de novembro de 2015. Esta emissão foi, diferentemente das anteriores, emitida conforme Instrução CVM nº 476.

Em 2010, a Companhia não realizou nenhuma emissão de debêntures.



PCH José Gelazio da Rocha

Ratings

A Tractebel é avaliada periodicamente por duas agências de classificação de risco – Standard & Poor's e FitchRatings. Ambas as agências elevaram os ratings da Companhia em julho de 2010, justificando o upgrade por seu sólido perfil financeiro, pelo suporte da Controladora, pela elevada e previsível geração operacional de caixa e pela reduzida alavancagem financeira.

A Standard & Poor's elevou os ratings atribuídos na Escala Nacional Brasil, incluindo o rating de crédito corporativo de longo prazo, de 'brAA' para 'brAA+'. Também elevou para 'brAA+' os ratings das três emissões de debêntures da Companhia.

A FitchRatings elevou tanto o rating nacional de longo prazo como os ratings nacionais das emissões de debêntures de 'AA(bra)' para 'AA+(bra)'.

7 Gestão Ambiental



07. Gestão Ambiental

GRI: EC2 | GRI: EN1 | GRI: EN2 | GRI: EN3 | GRI: EN7 | GRI: EN8 | GRI: EN10 | GRI: EN11
GRI: EN12 | GRI: EN13 | GRI: EN14 | GRI: EN16 | GRI: EN18 | GRI: EN19 | GRI: EN20 | GRI: EN21
GRI: EN22 | GRI: EN24 | GRI: EN25 | GRI: EN29 | GRI: EN30 | GRI: EU5 | GRI: EU13 | GRI: EU21



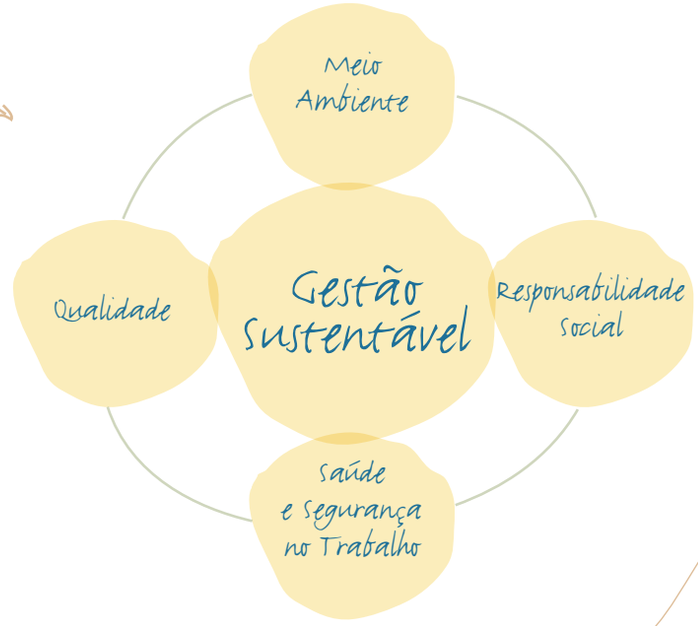
Usina Eólica Pedra do Sal

PRINCÍPIOS E GESTÃO AMBIENTAL

Pautada pelos princípios e diretrizes estabelecidos em sua Política de Gestão Sustentável, a Tractebel considera o equilíbrio entre a atuação da Companhia e a conservação do meio ambiente no desenvolvimento de sua gestão ambiental, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais,

Política de Gestão Sustentável

Para assegurar o cumprimento dessas diretrizes e promover a adequada gestão ambiental, a Tractebel conta com um sistema integrado de gestão que contempla a qualidade e o meio ambiente e que, em 2009, foi expandido também à gestão da responsabilidade social e da saúde e segurança do trabalho. Nesse sistema, procedimentos, ferramentas e programas ambientais formam a base para o controle de riscos e identificação de oportunidades de melhorias operacionais de processos e serviços.



Assim, a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável garante a condução da produção de energia elétrica em conformidade com os requisitos legais, tanto aqueles comuns a todas as usinas quanto aos específicos de cada empreendimento. Além disso, todas as comunicações das partes interessadas referentes à qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e saúde e segurança do trabalho são inseridas e gerenciadas pelo sistema para que sejam devidamente acompanhadas e respondidas.

A Tractebel é signatária e participou da elaboração do Código de Ética Socioambiental do Instituto Acende Brasil, que apresenta os seguintes princípios para construção e operação de usinas, respeitando as dimensões social, ambiental e econômica:
I – Redução e **controle dos impactos** sobre o meio ambiente.
II – **Conservação** da biodiversidade e dos recursos naturais.
III – **Respeito** às comunidades.
IV – **Educação e saúde** como elementos de transformação social.
V – **Transparência e diálogo.**

Diretrizes do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Trabalho (SIG).

Operacional	Maximizar a geração de energia, observando o planejamento do Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos.
Ambiental	Gerar energia, em observância as normas de segurança, ao uso racional e preservação dos recursos naturais, prevenir a poluição e controlar os riscos ambientais, atuando, primordialmente, de forma preventiva.
Patrimonial	Utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular.
Relacionamento com a sociedade	Participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permamanentes.
Saúde e Segurança no Trabalho	Preservar a integridade física e psíquica de todos os empregados, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e visitantes, por meio do reconhecimento, avaliação e controle dos perigos e riscos existentes, melhorando continuamente os processos, equipamentos e ambiente de trabalho.

Aspectos e Impactos Ambientais

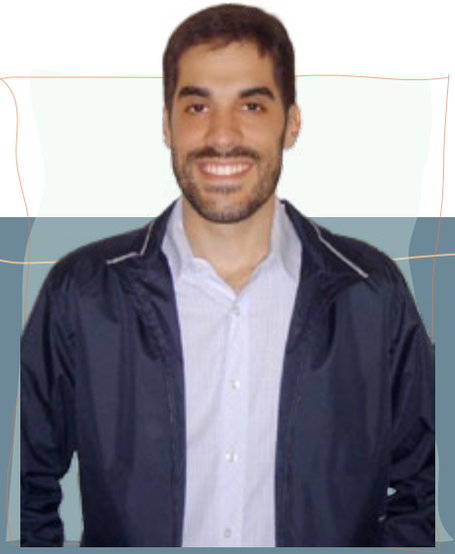
Os aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades, produtos e serviços da Tractebel são identificados de acordo com procedimentos definidos pelo SIG, e geridos com foco na prevenção ou mitigação baseada em processos e critérios de três esferas de gestão, conforme a Política de Gestão Sustentável e os objetivos e metas da Companhia:

Gestão dos aspectos e impactos ambientais

Controle operacional
- Definição de critérios e procedimentos.
- Implantação de estruturas físicas de controle, como barreiras de contenção para conter vazamentos, sistemas separadores água-óleo, entre outros.

Atendimento a emergências
- Identificação de possíveis situações de emergência e desenvolvimento de Planos de Atendimento a Emergências Ambientais, que permitem a intervenção necessária, no momento mais oportuno, para impedir ou minimizar os impactos ao meio ambiente.

Medição e monitoramento
- Definição de Planos de Monitoramento Ambiental para acompanhamento daquelas atividades com potencial de gerar aspectos e impactos significativos.



Certificações + ISE + GRI

"Desenvolvimento sustentável depende de empresas sustentáveis. No nosso caso, o reconhecimento do mercado suprime a necessidade de relatos extensos. Em 2010, ingressamos no ISE da BM&FBovespa pelo 6º ano consecutivo, obtivemos a certificação OHSAS 18001 e a re-certificação ISO 9001 e 14001 em 98% da potência instalada total, com direito ao A+ no Relatório de Sustentabilidade."

Luis Guilherme de Oliveira Miranda
Meio Ambiente

Certificações e conformidade legal

As usinas do parque gerador operado pela Companhia contam com as autorizações e licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes, cumprindo as condicionantes aplicáveis nas três fases do projeto: Licença Ambiental Prévia (avaliação de viabilidade do projeto), Licença Ambiental de Instalação e Licença Ambiental de Operação.

Constantemente, a Tractebel avalia e ajusta suas operações e procedimentos, a fim de atender aos padrões legais e alcançar os compromissos voluntários que assume.

Além da conformidade legal, as 15 maiores usinas operadas pela Companhia, equivalente a cerca de 98,1% da capacidade instalada total do parque gerador, são certificadas conforme os requisitos da NBR ISO 9001-2008, da NBR ISO 14001-2004 e da OHSAS 18001-2007. Essas certificações refletem o constante trabalho de equipe em busca da excelência dos processos e representam importantes ganhos, com a adoção das melhores práticas na gestão da qualidade, do meio ambiente e da saúde e segurança do trabalho.

“Em 2010, a Tractebel recebeu pela primeira vez a certificação OHSAS 18001, resultado de um trabalho desenvolvido ao longo de dois anos para adequação dos processos e políticas da Companhia na gestão dos aspectos relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho.”

ISO 9001
Sistemas de Gestão da Qualidade

Norma internacional que estabelece os requisitos que auxiliam a melhoria dos processos internos, a maior capacitação dos empregados, o monitoramento do ambiente de trabalho, a verificação da satisfação dos clientes, empregados e fornecedores, em um processo contínuo de melhoria do sistema de gestão da qualidade.

ISO 14001
Sistemas de Gestão Ambiental

Norma internacional que estabelece os requisitos necessários para a Gestão Ambiental de um empreendimento, com ênfase na avaliação dos aspectos ambientais e respectivos impactos associados, melhoria contínua do desempenho da organização na prevenção e controle da poluição, atendimento à legislação ambiental e no gerenciamento das situações de emergência.

BS OHSAS 18001
Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho

Norma com padrão internacional que estabelece requisitos relacionados à Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho, por meio da qual é possível melhorar o conhecimento dos riscos existentes na organização, atuando no seu controle em situações normais e anômalas. A Norma é aplicável aos mais diversos setores e atividades econômicas, orientando tais organizações sobre como promover a melhoria contínua do desempenho de Saúde e Segurança Ocupacional.



As usinas que ainda não possuem certificação, mas que operam dentro desses padrões, são apenas as adquiridas ou que entrar am em operação a partir de 2008: Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, PCH Rondonópolis, PCH José Gelazio da Rocha, Usina Eólica Beberibe, Usina Eólica Pedra do Sal, PCH Areia Branca e Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética.

Percentual de certificação
(NBR ISO 9.001, NBR ISO 14.001 e OHSAS 18.001)

Capacidade Instalada das usinas operadas pela Tractebel - MW	7.543
Capacidade Instalada das usinas operadas pela Tractebel e certificadas - MW	7.396
Geração total das usinas operadas pela Tractebel - MWh	42.985.688
Geração nas usinas operadas pela Tractebel e certificadas - MWh	42.538.395
Percentual de Certificação NBR ISO 14.001 (potência) - %	98,1
Percentual de Certificação NBR ISO 14.001 (geração) - %	99,0

Nota: não foram consideradas neste cálculo as usinas em fase de implantação/projeto.

OBJETIVOS, METAS E PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Observando os princípios de sua Política de Gestão Sustentável, a Tractebel define periodicamente seus objetivos e metas ambientais, que originam Programas de Gestão Ambiental. Os programas determinam as ações a desenvolver, bem como os responsáveis pela implementação das ações e os prazos para sua execução, com o intuito de melhorar o desempenho ambiental dos empreendimentos no desenvolvimento de suas atividades.

Usina Termelétrica William Arjona



Entorno do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

Objetivos e metas

Meta alcançada

Meta não alcançada

Meta em andamento

Metas ambientais - hidrelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
Desenvolvimento socioambiental nas áreas de atuação				
	Itá Machadinho, Passo Fundo, Salto Santiago, Salto Osório e Cana Brava	Participação nos comitês de bacias hidrográficas nas áreas de abrangência das usinas.	A Companhia participa regularmente dos eventos que fomentam a criação dos comitês nas regiões em que os mesmos ainda não estão constituídos.	Meta permanece em 2011.
	Passo Fundo	Implementar e manter permanentemente o Centro de Atividades Socioambientais e Patrimoniais (Casap).	O Casap foi implantado e encontra-se em funcionamento.	
	Passo Fundo	Implementar e manter permanentemente a Trilha Ecológica até março de 2011.	A Trilha Ecológica está em implantação e tem previsão de ser concluída em março de 2011.	
Resíduos				
	Cana Brava	Redução, em 2010, de 5% da geração de resíduos, com base no total do ano de 2009.	Meta não alcançada devido ao aumento significativo do número de empregados na Usina (novos contratados). Está em andamento um plano de ação para seu alcance.	Manter, em 2011, a mesma geração anual de resíduos, formulada com base no inventário de 2010, mesmo com a nova reestruturação prevista no quadro funcional da Usina.
	São Salvador	Reduzir, em 2012, 5% da geração anual de resíduos, com base na média dos inventários de resíduos de 2010 e 2011.	O inventário de 2010 registrou um total de 1,9 tonelada de resíduos gerados.	Meta válida, a ser alcançada em 2012.
	Salto Santiago e Salto Osório	Substituir os equipamentos contendo mercúrio até dezembro de 2010.		Meta permanece com prazo prorrogado para dezembro de 2011.

Metas ambientais - hidrelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
●	Salto Santiago e Salto Osório	Reduzir 5% da geração média anual de resíduos com base nos relatórios de inventário de resíduos dos anos de 2008 e 2009 (excluindo os resíduos de reformas de unidades e serviços especiais).		
Água e efluentes				
●	Cana Brava	Redução da concentração de óleos e graxas do efluente drenado para o poço de drenagem da Usina para 50% do máximo permitido pela legislação até janeiro de 2011.		Manter a concentração de óleos e graxas nos efluentes da Usina (Sistema de Drenagem e Separador Água e Óleo dos Transformadores) em 50% do máximo estabelecido no padrão legal, até Janeiro de 2012.
●	São Salvador	Reduzir para 50% do estabelecido no padrão legal a concentração de óleos e graxas nos efluentes (Sistema de Drenagem e Separador Água e Óleo dos Transformadores) até janeiro de 2012.	Atualmente, a concentração de óleos e graxas está dentro do padrão legal.	Meta válida, a ser alcançada em 2012.
●	Salto Santiago e Salto Osório	Reduzir o lançamento de óleo do poço de drenagem no corpo receptor - Rio Iguaçu - para até 25% do permitido como padrão legal.		
●	Cana Brava	Reduzir, em 2010, 3% do consumo de água tratada, com base na média do consumo de água tratada nos anos de 2007, 2008 e 2009.	Meta não alcançada devido ao aumento significativo do número de empregados na Usina (novos contratados). Está em andamento um plano de ação para seu alcance.	Manter, em 2011, o mesmo consumo anual de água tratada, com base no ano de 2010, mesmo com a nova reestruturação prevista no quadro funcional da Usina.
●	Salto Osório	Implantar sistema de aproveitamento da água de percolação das galerias de inspeção da barragem.		

Metas ambientais - hidrelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
Visitas às usinas				
●	São Salvador	Obter, no período de 2011 a 2013, um aumento anual de 5% no número de pessoas atendidas pelo Programa de Visitas e de Conscientização Ambiental.	Em 2010, o Programa contou com 85 visitantes e 791 pessoas que assistiram às palestras de conscientização ambiental.	Meta válida de 2011 a 2013.
●	Machadinho	Atender, no mínimo, 6.000 visitantes até dezembro de 2010.	Em 2010, a Usina recebeu 7.598 visitantes.	Meta permanece em 2011.
●	Machadinho	Atender, anualmente, um público de 10.000 pessoas com o Programa de Educação Ambiental nos municípios lindeiros da Usina.	Em 2010, o público total abrangido pelo Programa foi de 15.048 pessoas.	Meta permanece em 2011.
●	Cana Brava	Obter em 2010, com base nos resultados de 2009, um aumento de 5% do número total de visitantes à Usina e participantes das palestras de conscientização ambiental desenvolvidas pela Companhia nos municípios atingidos pelo reservatório.	Em 2010, a UHCB recebeu 1.498 visitantes e 616 pessoas que assistiram às palestras de conscientização ambiental.	Obter, no período de 2011 a 2013, um aumento anual de 5% do número de pessoas atendidas pelo Programa.
●	Salto Santiago e Salto Osório	Receber, pelo menos 2.000 visitantes anualmente, envolvendo escolas, associações e/ou universidades.	Em 2010, foram recebidos 3.210 visitantes na UHSO e 4.228 na UHSS.	
Reflorestamento e recuperação ambiental				
●	Cana Brava	Recuperar as áreas da concessão com o plantio e doação de 100.000 mudas de espécies nativas do cerrado até abril de 2012.	Em 2010, foram plantadas 17.470 mudas e doadas outras 15.574.	Meta válida, a ser alcançada em 2012.
●	Machadinho	Recuperar faixa de preservação permanente com o plantio de, no mínimo, 15.000 mudas de espécies nativas em 2010.	Em 2010, foram plantadas 29.585 mudas na região.	
●	Machadinho	Recuperar a área correspondente ao antigo canteiro de obras com vegetação nativa até junho de 2011.	Em 2010, foi feita a preparação do solo das áreas, sendo que em março de 2011 será iniciado o plantio.	Meta válida, a ser alcançada em 2011.
●	Passo Fundo	Recuperar a vegetação das ilhas do reservatório por meio do plantio de 40.000 mudas de espécies nativas em 2010.	Em 2010, foram plantadas 24.635 mudas.	Meta ampliada para 2011 de plantar 50.000 mudas.

Metas ambientais - hidrelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
	Salto Santiago	Recuperar as áreas degradadas do antigo canteiro de obras até dezembro de 2010.	Até 2010, foram plantadas 529.086 mudas em uma área de 353,23 ha.	Meta permanece com prazo prorrogado para dezembro de 2012.
	Salto Osório	Recuperar faixa de preservação permanente com o plantio de, no mínimo, 126.000 mudas de espécies nativas até o 1º semestre de 2010.	Foram plantadas, até o ano de 2010, 135.129 mudas, em uma área de 106,9 ha.	
	Salto Santiago	Recuperar faixa ciliar com o plantio de, no mínimo, 451.000 mudas de espécies nativas até dezembro de 2010.	Em 2010, foram plantadas 461.398 mudas em uma área de 353,23 ha.	

Metas ambientais - termelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
Desenvolvimento socioambiental nas áreas de atuação				
	Lages, Charqueadas e Alegrete	Participação nos comitês de bacias hidrográficas das usinas.	A Companhia participa regularmente dos eventos que fomentam a criação dos comitês nas regiões em que os mesmos ainda não estão constituídos.	Meta permanece em 2011.
	Jorge Lacerda	Participar dos processos de recuperação ambiental de áreas degradadas, em parceria com o órgão estadual de meio ambiente (Fatma).	A Tractebel está atuando na recuperação ambiental da bacia de finos da CSN.	Meta permanece em 2011.
	Jorge Lacerda	Implantar o Parque Ambiental Jorge Lacerda no prazo definido após conclusão do Projeto.		Meta permanece em 2011.
	Charqueadas	Implantar Sistema de Comunicação com a Comunidade até março de 2011.		

Metas ambientais - termelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
Resíduos				
	William Arjona	Reciclar 95% dos resíduos recicláveis da Usina.	100% dos resíduos recicláveis gerados e destinados em 2010 foram encaminhados a reciclagem.	Meta permanece em 2011.
Água e efluentes				
	Lages	Implantação do Sistema de Tratamento de Efluentes da Estação de Tratamento de Fuligem e manter a emissão de DBO5 em valores abaixo de 55 mg/l.	Os testes finais do Sistema estão previstos para fevereiro de 2011.	
	Jorge Lacerda	Impermeabilização dos pátios de carvão até junho de 2011.		A meta inicial de dezembro de 2009 não foi alcançada e teve prazo prorrogado junto ao órgão ambiental até junho de 2011.
	Jorge Lacerda	Readequar o sistema de cinzas com implantação do sistema em ciclo fechado até dezembro de 2010.		
Consumo de materiais				
	Lages	Atingir 100% dos fornecedores de biomassa com atendimento da legislação vigente até setembro de 2011.		
	Jorge Lacerda	Redução do estoque de carvão armazenado no pátio da UTLB/C para um máximo de 600.000 toneladas até o final de 2010.		Meta permanece com prazo prorrogado para 2011,
	Lages	Reduzir o consumo específico anual de NaOH para 1,50 Kg/m³ e de HCl para 1,30 Kg/m³ até dezembro de 2010.	A meta estabelecida em 2009 foi revista durante o ano de 2010 e os resultados alcançados foram o consumo de 0,79 kg/m³ de HCL e de 0,81 kg/m³ de NaOH.	

Metas ambientais - termelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
	Alegrete	Reduzir em 20% o consumo de HCL e de NaOH, em Kg/m³, até dezembro de 2010.	Como a Usina não operou em 2010, a meta foi estendida para o próximo período de operação da Usina.	
	Charqueadas	Manter os índices de consumo específico de carvão abaixo de 1,50 ton/MWh.	A meta tem previsão de conclusão em março de 2011.	
Emissões				
	Lages	Manter as emissões de material particulado abaixo de 100 mg/Nm³ na caldeira principal e 260 mg/Nm³ na caldeira reserva.	Em 2010, for registrada emissão média de 62,55 mg/Nm³ para a caldeira principal e a caldeira back-up (reserva) não operou no ano.	
	Charqueadas	Alcançar, até setembro de 2010, índice de emissão de SO_2 inferior a 400 mg/Nm³ a 6% de oxigênio.		
	Charqueadas	Atingir, até março de 2010, índice de emissão de material particulado inferior a 80 mg/Nm³.		
Visitas às usinas				
	William Arjona	Atender cerca de 150 visitantes por ano.	Foram recebidos 190 visitantes na Usina em 2010.	
	Alegrete	Atender 150 visitantes até dezembro de 2010.	Foram recebidos 453 visitantes na Usina em 2010.	
	Lages	Atender 1.500 visitantes em dois anos - 2009 e 2010.	Foram atendidos 1.297 visitantes na Usina no período definido.	
	Charqueadas	Atender, no mínimo, 400 visitantes até dezembro de 2010.	Foram atendidos 716 visitantes na Usina em 2010.	
	Jorge Lacerda	Atender mais de 10.000 visitantes durante o ano de 2010.	Foram recebidos 9.533 visitantes na Usina em 2010.	

Metas ambientais - termelétricas

Situação	Usina	2010	Observações / comentários	Próximos anos
Reflorestamento e recuperação ambiental				
●	Charqueadas	Plantio de, no mínimo, 5.000 mudas de árvores em 2010.	A Empresa realizou a doação de mais de 5.000 mudas na região, porém, não possui área própria disponível para plantio.	Meta revista com foco na doação de 5.000 mudas em 2011.
●	Alegrete	Plantio de, no mínimo, 1.000 mudas de árvores em 2010.	Realização do plantio estipulado na meta por meio do Projeto de Restauração da Mata Ciliar do Rio Ibirapuitã na área da Companhia em Alegrete.	
Ruídos				
●	Charqueadas	Reduzir os níveis de emissão de ruído para menos de 56 dB a 120 metros dos silenciadores e 72 dB a 10 metros dos silenciadores (medições noturnas de acordo com a NBR 10.151) até dezembro de 2010.	Para cumprir a meta já foram instalados e estão em operação os supressores de ruído do flash tanque e do tanque de drenos e instalados os supressores de ruído das válvulas de segurança e ejetores da turbinas. Está em andamento a interligação dos equipamentos.	
●	Lages	Manter os níveis de ruído nos equipamentos críticos abaixo de 80 dB.		Meta permanece com prazo reprogramado para março de 2011.

Programas e Projetos Ambientais Desenvolvidos nas Usinas

(i) **Estudos socioambientais para implantação de novos empreendimentos:** desenvolvidos para avaliar diferentes aspectos e possíveis impactos socioambientais previamente à implantação de novas usinas, são focados na flora e na fauna terrestre e aquática, na qualidade das águas superficiais e subterrâneas e no efeito erosivo, entre outros temas. Esses estudos são submetidos a consultas públicas e à análise dos órgãos competentes, a fim de garantir a observância de todos os aspectos relevantes para todas as partes interessadas.

(ii) **Semana de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas):** aberta aos empregados e à comunidade, a semana é realizada anualmente, desde 2007, com o objetivo de promover conscientização ambiental e, de modo mais abrangente, os princípios da sustentabilidade. A Semas de 2010 – realizada pelas usinas Itá, Machadinho e Passo Fundo em parceria com o Consórcio Machadinho e com o Consórcio Itá - teve como tema a Biodiversidade e o Desenvolvimento Regional e contou com 165 participantes, entre empregados, clientes, representantes do governo e de organizações do terceiro setor e outros membros de diferentes grupos da sociedade.

(iii) **Semana Interna de Segurança e Meio Ambiente (Sisma):** em 2010, pelo segundo ano consecutivo, a Tractebel realizou a Sisma nas Usinas Cana Brava e São Salvador, sob o tema "Uma semana para compartilhar o espírito da prevenção e da conservação". O evento, voltado aos empregados e suas famílias, contou com participação de terceirizados e apresentou as operações da Companhia e sua gestão ambiental, incluindo temas relacionados à saúde e segurança, como saúde bucal, segurança no lar e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), além de atividades culturais como teatro e música.



Implantação de projetos – flora

"Uma das ações da implantação da usina São Salvador, onde atuei, uniu a comunidade científica e a sociedade num esforço conjunto para gerar conhecimento sobre a flora da região, por meio do resgate, conservação e multiplicação de espécies nativas. O trabalho envolveu a Embrapa e a Associação Novo Caminho, entidade sem fins lucrativos que atende pessoas carentes da região, resultando em ações de preservação ambiental e produção de 150 mil mudas."

Kaori Futatsugi
Planejamento e Logística de Projetos

(iv) **Programa de plantio e doação de mudas:** desenvolvido nas áreas do entorno das usinas, tem como objetivo recuperar a vegetação das Áreas de Preservação Permanente, por meio do plantio de mudas. A doação de mudas de espécies nativas à comunidade colabora para a formação de multiplicadores do reflorestamento na região, promovendo, também, a conscientização sobre a importância da conservação ambiental.

(v) **Programa de conservação de nascentes:** em 2010, a Companhia implantou, por meio da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, o Programa Água Boa, que visa desenvolver iniciativas para a proteção de 300 nascentes situadas em propriedades rurais de Chopinzinho (PR). Realizado em parceria com a Casa Familiar Rural, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chopinzinho, a Prefeitura Municipal de Chopinzinho e o Rotary Clube de Chopinzinho, o Programa prevê, entre outros benefícios, a conservação dos recursos hídricos regionais em quantidade e qualidade, a geração e o compartilhamento de conhecimento na área ambiental e a fixação da população rural no campo.

Plantio e doação de mudas, por usina

Usina	Plantadas	Doadas
HIDRELÉTRICAS		
ITÁ	16.394	7.286
MACHADINHO	29.585	270
PASSO FUNDO	23.595	16.523
SALTO SANTIAGO	89.337	15.680
SALTO OSÓRIO	17.470	15.574
CANA BRAVA	92.543	0
SÃO SALVADOR		
TERMELÉTRICAS		
JORGE LACERDA	15.611	44.819
CHARQUEADAS	0	5.130
ALEGRETE	1.000	0
LAGES	0	6.000
	285.535	**111.282**



Unidade de Cogeração Lages

(vi) **Promoção da biodiversidade e parques ambientais:**
como parte da compensação ambiental pela implantação dos empreendimentos, a Tractebel financia e apoia, por meio de programas e parcerias, a criação e manutenção de parques de preservação ambiental para conservação da biodiversidade em áreas do entorno de seus reservatórios, dentre os quais destacam-se:

- **Programa Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Paraná:** desenvolvido em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA) e com a The Nature Conservancy (TNC), o Programa visa à atualização do mapeamento da vegetação da Região Centro Sul do Paraná.

- **Parque Estadual Serra da Esperança:** a Tractebel assinou um convênio que prevê a destinação de R$ 5 milhões para a aquisição de áreas do Parque, localizado na região do Salto do São Francisco (PR).

  A ação integra o processo de regulamentação fundiária da unidade de conservação, que contará com mais de 6 mil hectares e contribuirá com a preservação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança, onde estão localizados os maiores remanescentes florestais de araucária da região, bem como as nascentes do Rio São Francisco.

- **Parque Ambiental Jorge Lacerda:** ainda em construção, na cidade de Capivari de Baixo (SC), o Parque tem por objetivo transformar uma área antes degradada em modelo de conservação. O projeto é realizado pela Tractebel em parceria com a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul (Faepesul). A ideia é oferecer à população eventos culturais, educação ambiental, recreação, oficinas de arte e exibição de audiovisuais.

  Em 2010, a Tractebel concluiu a construção do pórtico e das pistas de caminhada. Em paralelo, iniciou as obras das ciclovias, do lago e das vias de acesso. As instalações do futuro parque foram projetadas com base em mecanismos sustentáveis, como a captação da água da chuva e o aquecimento dessa água com equipamentos feitos de material reciclado. Tanto a pavimentação das pistas de caminhada e da ciclovia quanto a construção dos prédios utilizarão as cinzas de carvão descartadas nas usinas, substituindo boa parte do cimento convencional necessário às obras.

- **Parque Estadual Fritz Plaumann:** localizado em Concórdia (SC), foi implantado em parceria com empresas privadas, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e a sociedade civil. Viabiliza a proteção e o uso público da mais importante área da remanescente Floresta Estacional Decidual (Floresta do Rio Uruguai). O parque é gerido por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), responsável pela equipe e manutenção das áreas da Unidade de Conservação, criada com esse objetivo e que conta com a participação da Tractebel.

- **Parque Natural Municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares:** o Parque, parte da compensação ambiental da implantação da UHE Itá, é localizado no município de Marcelino Ramos (RS). Com uma área de 426,1 hectares, visa aumentar as áreas protegidas por meio da educação ambiental e da adequação de atividades de turismo ecológico e rural, entre outros projetos de desenvolvimento integrado aos objetivos da conservação ambiental.

(vii) **Centro de Divulgação Ambiental (CDA) da Usina Hidrelétrica Itá:**
no Centro, localizado em Itá (SC), são desenvolvidos projetos educativos voltados à comunidade, que incluem exposições temáticas, biblioteca, videoteca e arquivos fotográficos que apresentam informações socioambientais sobre a região e os programas desenvolvidos pela usina. Desde o início das atividades do CDA, já foram atendidas mais de 200 mil pessoas.

(viii) **Projeto Coletores Solares:**
envolve nove entidades dos municípios do entorno da UHE Salto Osório e da UHE Salto Santiago e consiste na realização de oficinas na UHE Itá, nas quais são apresentadas instruções de como montar um aquecedor, abastecido por energia solar, com o uso de materiais reciclados, como embalagens longa-vida e garrafas PET. Em 2010, foram desenvolvidos nove projetos de construção, dos quais sete foram concluídos e dois estão em andamento.

(ix) **Programa de Relacionamento com a Comunidade:**
a Companhia desenvolve uma série de iniciativas de relacionamento com as comunidades do entorno das suas usinas, com o objetivo de apresentar suas atividades e informar a população sobre conservação ambiental e desenvolvimento social. Entre essas iniciativas, destacam-se:

- **Visitas às Usinas e Comunicação Socioambiental:** em parceria com o SESI, a Companhia abre suas usinas para visitações de estudantes e pesquisadores, apresentando as operações e os programas socioambientais desenvolvidos. Em 2010, foram mais de 45 mil visitantes às usinas da Tractebel e mais de 41 mil participantes nos programas de educação ambiental.

- **Projeto Vizinhos do Lago:** desenvolvido na Usina Hidrelétrica Itá desde 2007, o Projeto visa uma aproximação da Usina com a população lindeira, constituindo um canal de comunicação permanente por meio do qual a Companhia busca conhecer e atender às demandas da comunidade.

- **Centro de Apoio Socioambiental e Patrimonial (Casap):** a Usina Hidrelétrica Passo Fundo mantém um Centro de Atividades Socioambientais e Patrimoniais (Casap), que serve de apoio aos programas ambientais desenvolvidos na sua área de abrangência.
Os programas têm como foco a qualidade da água, o monitoramento da ictiofauna, a revegetação das ilhas do reservatório, a educação ambiental e a vigilância ambiental, entre outros aspectos.

O Casap também integrará a estrutura associada às atividades que serão desenvolvidas na Trilha Ecológica da UHE Passo Fundo.
No Centro, serão apresentados conceitos relacionados à conservação ambiental, além de orientações gerais para a caminhada na trilha, como a destinação adequada do lixo gerado, a alimentação durante o percurso, a duração de caminhada e aspectos de segurança. No espaço também haverá diversos painéis didáticos, com fotos que ilustrarão a localização das estruturas da UHE Passo Fundo, os percursos da trilha e o horto florestal da Usina.

- **Programa de Educação Ambiental UHPF:** o Programa de Educação Ambiental nas Escolas Municipais dos municípios do entorno da UHE Passo Fundo é destinado à comunidade escolar e à população lindeira, de maneira geral, e tem como objetivo contribuir para a disseminação de conhecimentos e mudanças de hábitos que colaborem para o desenvolvimento sustentável, além de servir como um elo entre o empreendimento e a comunidade. Assim, a Tractebel desenvolve palestras, oficinas, distribuição de material didático/informativo e seminário, buscando esclarecer a forma de atuação do empreendimento e questões ambientais relacionadas, principalmente, a aspectos locais.



Usina Hidrelétrica Machadinho

- **Concurso de Redação das 8ª séries UHMA:** o Consórcio Machadinho realiza o Concurso de Redação, destinado aos alunos de 8ª série das escolas dos municípios lindeiros à Usina Hidrelétrica Machadinho, a fim de fomentar o debate sobre questões culturais e ambientais e possibilitar o registro das impressões dos estudantes que visitaram o empreendimento.

  Para orientar os candidatos, o Consórcio promove um workshop sobre técnicas de redação, com a participação de professores de diversas escolas da região. Em 2010, 661 alunos de diversas escolas participaram do concurso, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Foram premiados com computadores (notebook) os três primeiros colocados, escolhidos pela comissão julgadora composta por professores universitários, responsáveis por avaliar as redações dos vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

- **Programa de Formação de Educadores Ambientais (PFEA):** com o objetivo de formar multiplicadores, o PFEA soma-se a outras atividades de educação ambiental desenvolvidas pelo Consórcio Machadinho, em parceria com o poder público e as comunidades da área de abrangência da UHE Machadinho. O Programa foi estruturado para que os educadores aprimorem seus conhecimentos na área e, assim, possam identificar e analisar práticas pedagógicas que contribuam para disseminá-los.

  Dessa forma, o diferencial do PFEA está em subsidiar os educadores na adaptação do conhecimento adquirido às necessidades locais. Em 2010, foram realizados 10 encontros com os professores, totalizando 116 horas de capacitação. Desenvolvido em quatro módulos, o Programa aborda desde os fundamentos da Educação Ambiental até a elaboração de propostas pedagógicas, passando por diversos temas, sempre relacionados à cidadania e ao cotidiano.

GRI
DFs



Nascentes - Salto Santiago

"Ao ver a água limpa vertendo entre as rochas, num local arborizado, e a satisfação das crianças e adolescentes beneficiados pelo projeto de recuperação das nascentes em áreas rurais próximas ao reservatório de Salto Santiago, tive a certeza de que um sistema sustentável e culturalmente aceito é possível por meio de ações simples, mas eficazes."

Clovis Agripino Tosin da Silva
Meio Ambiente - Salto Santiago

Reservatórios[1]

A área dos reservatórios das usinas hidrelétricas que a Tractebel opera e seus entornos são de responsabilidade jurídica da Companhia, que conta com equipes de vigilância ambiental e sócio-patrimonial e mantém acordos de cooperação com a Polícia Ambiental local para os trabalhos de fiscalização.

Além disso, a Companhia incentiva o uso múltiplo dessas áreas pelas comunidades, estabelecendo parcerias com municípios para criação de praias artificiais, áreas reservadas à pesca, motonáutica e outras formas de lazer, bem como o recurso de irrigação para agropecuária.

[1] O item "biodiversidade regional", descrito em cada usina, apresenta quantitativamente a diversidade de espécies em cada área/região. Exceto quando especificada a fonte, os dados sobre biodiversidade foram levantados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) de cada usina.



Entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Passo Fundo

PERFIL DOS RESERVATÓRIOS

UHE Itá

Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS).
Área do reservatório: 142 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 22,56 km².
Biodiversidade regional: 27 espécies de mamíferos, 94 de aves, 31 de répteis, 11 de anfíbios, 40 de peixes e 60 de flora (arbóreas).
Unidades de Conservação: Parque Estadual Fritz Plaumann (SC), de 7,41 km², Parque Municipal Teixeira Soares (RS), de 4,61 km², e Parque Municipal de Preservação Ambiental de Severiano de Almeida (RS), de 0,15 km².

UHE Machadinho

Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS).
Área do reservatório: 79 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 44,05 km².
Biodiversidade regional: 52 espécies de mamíferos, 192 de aves, 63 de peixes, pelo menos duas espécies relevantes de répteis e 522 de flora.
Unidades de Conservação: Parque Florestal Estadual Espigão Alto (RS), com 13,33 km².



Usina Hidrelétrica Machadinho

UHE Cana Brava

Localização: município de Cavalcante (GO).
Área do reservatório: 139 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 3,2 km².
Biodiversidade regional: 92 espécies de mamíferos, 304 de aves, 98 de peixes, 41 espécies de anfíbios, 77 de répteis (fonte: Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda.).
Unidades de Conservação: não mensurado.

UHE Passo Fundo

Localização: município de Entre Rios do Sul (RS).
Área do reservatório: 151 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 4,11 km².
Biodiversidade regional: 18 espécies de mamíferos, 122 de aves, 14 de répteis, 10 de anfíbios, 44 de peixes e 20 de flora (fonte: Plano de Uso e Ocupação das Águas e Entorno do Reservatório da UHE Passo Fundo (PLUS)).
Unidades de Conservação: Parque Estadual Rondinha, com 10 km², e Reserva Municipal da Sagrisa, com 4 km².

UHE Salto Santiago

Localização: entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu (PR).
Área do reservatório: 208 km².
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir área para a formação de APP.
Biodiversidade regional e Unidades de Conservação: o levantamento da biodiversidade da área de influência direta da Usina está em andamento.

UHE Salto Osório

Localização: entre os municípios de São Jorge d'Oeste e Quedas do Iguaçu (PR).
Área do reservatório: 55 km².
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP.
Biodiversidade regional e Unidades de Conservação: o levantamento da biodiversidade da área de influência direta da Usina está em andamento.

UHE Ponte de Pedra

Localização: entre os municípios de Itiquira (MT) e Sonora (MS).
Área do reservatório: 14,5 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 7,8 km².
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados.
Unidades de Conservação: o reservatório da usina é adjacente ao Parque Estadual da Serra de Sonora, com aproximadamente 79 km²

PCH José Gelazio da Rocha

Localização: Rondonópolis (MT).
Área do reservatório: 0,27 km².
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina.
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados.
Unidades de Conservação: não mensuradas.

PCH Rondonópolis

Localização: Rondonópolis (MT).
Área do reservatório: 0,024 km².
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina.
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados.
Unidades de Conservação: não mensuradas.

UHE São Salvador

Localização: entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã (TO).
Área do reservatório: 104 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 47,53 km².
Biodiversidade regional: 26 espécies de mamíferos, 242 de aves, 38 de répteis, 29 de anfíbios e 209 de peixes.
Unidades de Conservação: não mensuradas.

UHE Estreito

Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO).
Área do reservatório: 555,0 km².
Área de Preservação Permanente (APP): 125,0 km².
Biodiversidade regional: duas espécies de mamíferos aquáticos, 164 de aves, 21 de répteis, 38 de anfíbios e 50 de peixes.
Unidades de Conservação: o reservatório é adjacente à Unidade de Conservação Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, com 356,3 km².

Contexto
As principais emissões atmosféricas originadas pelas usinas da Tractebel, resultantes do processo de geração de energia nas termelétricas, são:
- dióxido de carbono (CO_2)
- dióxido de enxofre (SO_2)
- óxido de nitrogênio (NOx)
- material particulado

INDICADORES AMBIENTAIS CONSOLIDADOS

Emissões

Gestão

A Companhia monitora constantemente suas emissões e, assim, desenvolve e aplica diversas técnicas, práticas e processos que as minimizem, tais como:

- Uso de precipitadores eletrostáticos nas unidades do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, que retêm mais de 98,5% das emissões do material particulado.

- Instalação, em 2010, de filtros de mangas e dessulfurizador na Usina Termelétrica Charqueadas, que reduzem as emissões de material particulado e de dióxido de enxofre (SO_2).

- Redução da formação e emissão de dióxido de enxofre por meio do controle do teor de enxofre no carvão e óleos combustíveis.

- Destinação de 100% das cinzas leves retidas nos equipamentos para a produção de cimento.

- Implantação de sistema (software) para estimativa das emissões de CO_2 em viagens aéreas junto à agência de turismo contratada para este serviço.

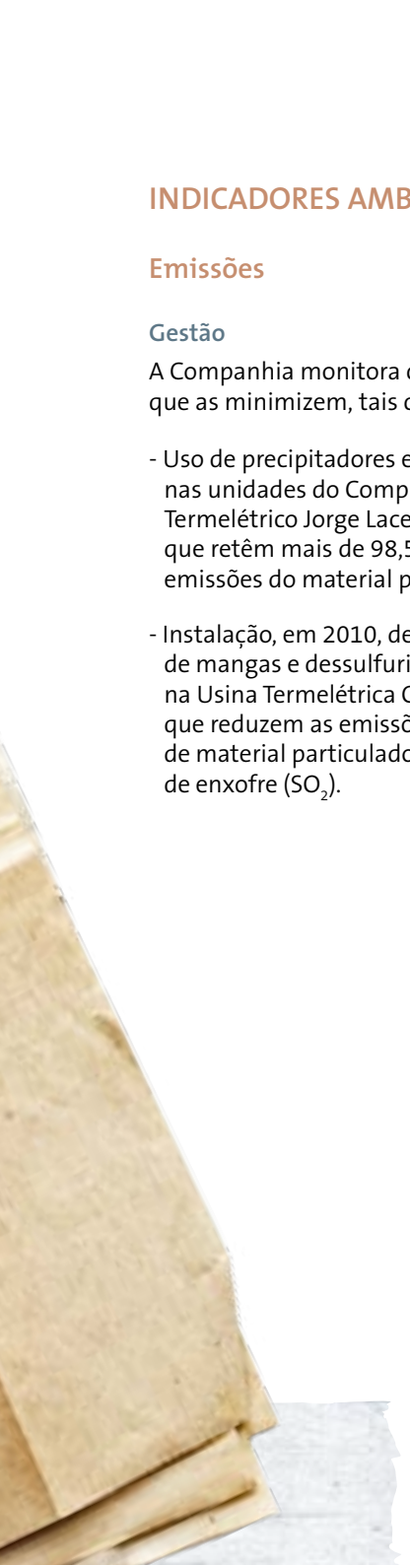
- Implantação de sistema de videoconferência em todas as usinas ou unidades regionais com o objetivo de reduzir o número de deslocamentos e, consequentemente, as emissões de gases de efeito estufa.

- Início da contratação de prestação de serviço especializado para realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa de toda a Tractebel.

Indicadores

Em 2010, as emissões atmosféricas da Companhia totalizaram 5.688.730 toneladas, um aumento de 22,0% em relação a 2009, reflexo direto do incremento de 29,8% na geração das usinas termelétricas. Sendo assim, o avanço das emissões em proporção inferior ao avanço da produção de energia demostra a eficácia das iniciativas implantadas e das melhorias operacionais de tecnologia nas operações da Companhia para minimizar as emissões.

Os gráficos a seguir apresentam o total de emissões e as emissões por MWh gerado nas usinas termelétricas Charqueadas, Alegrete, William Arjona, do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, bem como da Unidade de Cogeração Lages e da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, que operam à biomassa (respectivamente resíduo de madeira e bagaço de cana, fontes renováveis).





Emissões

"Em 1987, participei da montagem e comissionamento dos precipitadores eletrostáticos na termelétrica Charqueadas, e agora, em 2009 e 2010, participei da substituição dos mesmos precipitadores por filtros de mangas e montagem do primeiro desulfurizador da America Latina. Sinto orgulho de fazer parte desses grandes momentos da Tractebel Energia."

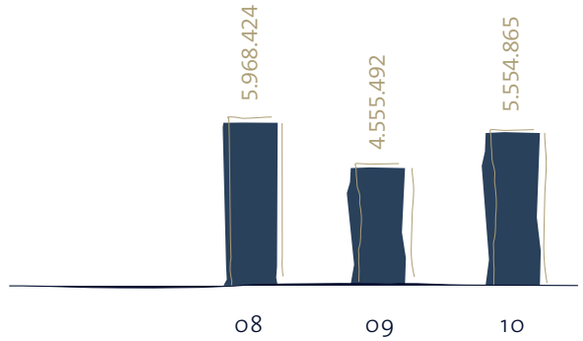
Claudiomar Pereira de Oliveira
Manutenção e Serviços - Charqueadas

GRI
DFs

Emissão de CO_2

(t)

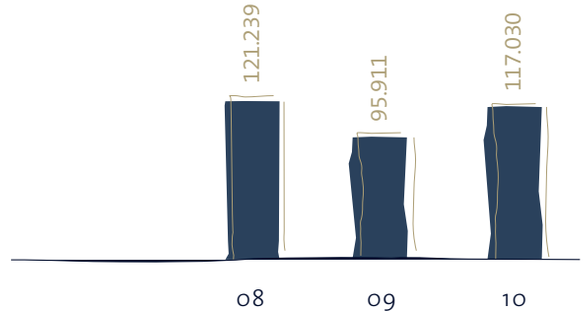
2008-2010



Emissão de SO_2

(t)

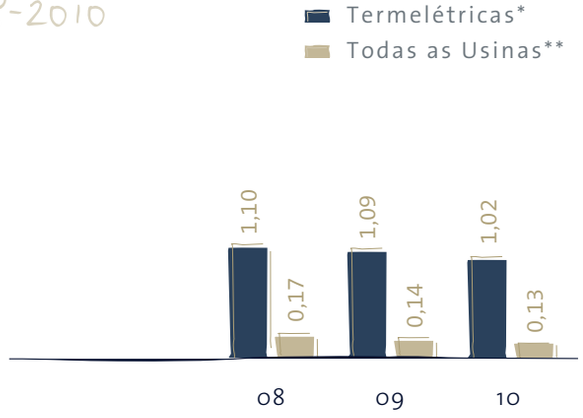
2008-2010



Emissão de CO_2 por MWh Gerado

(t de CO_2/MWh)

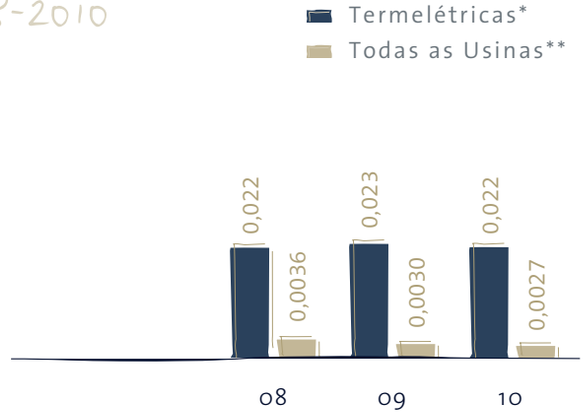
2008-2010



Emissão de SO_2 por MWh Gerado

(t de SO_2/MWh)

2008-2010



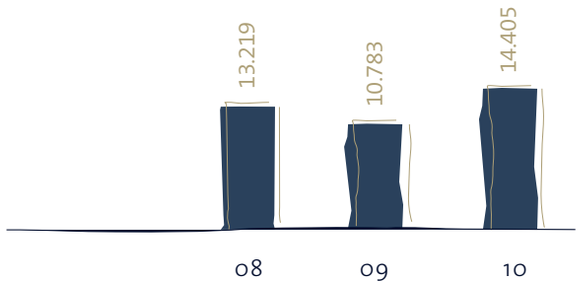
* Termelétricas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e a energia gerada nessas usinas

** Todas as usinas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e o somatório de toda a energia gerada pela Tractebel (UTEs, UHEs, PCHs e eólicas).

Emissão de NOx

(t)

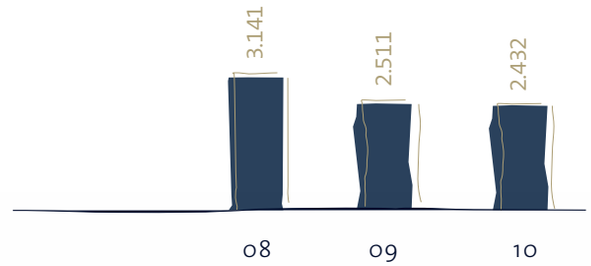
2008-2010



Emissão de Material Particulado

(t)

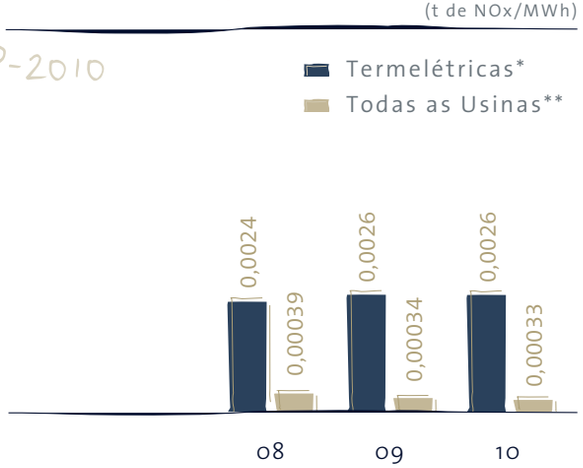
2008-2010



Emissão de NOx por MWh Gerado

(t de NOx/MWh)

2008-2010



* Termelétricas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e a energia gerada nessas usinas

** Todas as usinas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis para a geração de energia nas termelétricas e o somatório de toda a energia gerada pela Tractebel (UTEs, UHEs, PCHs e eólicas).



Usina Termelétrica William Arjona

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Unidade de Cogeração Lages (SC) gera energia a partir de resíduos de madeira oriundos de diversas indústrias madeireiras, evitando seu descarte na natureza e, assim, contribuindo para evitar as emissões de metano – um gás com Potencial de Aquecimento Global (PAG) 21 vezes maior que o do dióxido de carbono – provenientes da sua decomposição.

Registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a Usina está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, para comercialização pela Lages Bioenergética.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Unidade de Cogeração Lages

- Geração estimada de 200 mil RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) por ano, no período de uma década, entre novembro de 2004 e outubro de 2014.
- Três certificações, até 2010, com a emissão de 800.394 RCEs (277.768 RCEs geradas entre novembro de 2004 e maio de 2006, 274.958 RCEs geradas entre junho de 2006 e maio de 2007 e 247.668 RCEs geradas entre junho de 2007 e maio de 2008).
- Estimativa futura de geração de 1.283.333 RCEs no período de junho de 2008 a outubro de 2014.
- Todas as RCEs já emitidas foram comercializadas pela Companhia, totalizando 784.387 RCEs (2% do total de RCEs emitidas são destinados para um fundo específico gerido pela ONU, ou seja, das 800.394 RCEs geradas com as três certificações mencionadas anteriormente, 16.007 RCEs foram direcionadas à ONU). Adicionalmente, a Tractebel também comercializou parte de sua geração futura de RCEs, totalizando mais 574.000 RCEs, as quais serão geradas e entregues em parcelas anuais até 2014.



Resíduos – termelétricas

"A doação da cinza da Unidade de Cogeração Lages como fertilizante natural para agricultores, fruticultores e reflorestadores da região demonstra a sustentabilidade das usinas da Tractebel. A partir de um resíduo do processo de geração de energia renovável (biomassa), obtém-se um fertilizante natural de alta qualidade que vem transformando a vida dos produtores rurais."

Márcio Daian Neves
Operação - Lages



Consumo de Energia Direta

Gestão

O processo produtivo da Tractebel consome energia elétrica gerada por suas próprias usinas. Portanto, a redução do consumo está diretamente atrelada à diminuição na geração total de energia ou a melhorias no campo da eficiência energética. O consumo de energia direta proveniente de combustíveis fósseis, por sua vez, se dá apenas em suas termelétricas, conforme apresentado no item ''combustíveis".

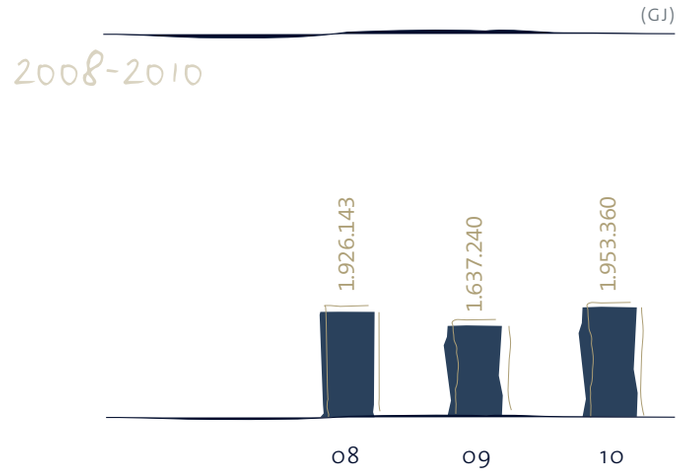
O consumo de combustíveis fósseis relacionado ao consumo de energia elétrica indireta decorre, principalmente, do transporte de empregados. Por isso, as iniciativas da gestão do consumo de energia desenvolvidas pela Companhia são focadas em medidas como a maior utilização de carros bicombustíveis, priorizando o álcool em sua frota de veículos, e a realização de teleconferências, a fim de minimizar o deslocamento de seus empregados, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa.

Indicadores

Em 2010, a Tractebel consumiu 542,6 GWh (equivalente a 1,9 milhão de GJ) na operação das usinas de seu parque gerador para a produção de 42.985,7 GWh (equivalente a 154,8 milhões de GJ) de energia elétrica.

Nas termelétricas, foram consumidos 476,2 GWh (1,7 milhão de GJ) para produzir 5.421,3 GWh (19,5 milhões de GJ). Nas hidrelétricas, o consumo totalizou 33,0 GWh (118,7 mil GJ) e a produção de energia, 37.046,9 GWh (133,4 milhões de GJ). Nas usina complementares (PCHs, eólicas e termelétricas a biomassa), foram 33,4 GWh (120,4 mil GJ) consumidos e 517,5 GWh (1,8 milhão de GJ) produzidos.

Consumo de Energia Elétrica





Unidade de Cogeração Lages

Água

Gestão

A maioria das unidades termelétricas da Companhia conta com sistemas de efluentes líquidos que operam em regime fechado, evitando o lançamento de poluentes nos rios e possibilitando a reutilização da água. Em 2010, foi concluído o fechamento do sistema de arraste de cinzas pesadas na Unidade C do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, que, a partir de então, opera em circuito fechado. Isso possibilitou uma redução média estimada de 50% do consumo total de água e cerca de 95% do consumo de água industrial da Usina em relação ao ano anterior. As unidades que ainda não contam com sistema fechado tratam os efluentes (tratamento físico-químico de sedimentação e neutralização) antes de lançá-los ao corpo receptor e, além desse sistemas, dispõem de bacias de contenção nos reservatórios de combustíveis para evitar a poluição das águas decorrente de possíveis acidentes com vazamentos.

Nas hidrelétricas, a Companhia mantém metas mais rigorosas do que os padrões estabelecidos pela legislação para redução da concentração de óleos e graxas nos efluentes dos poços de drenagem e treina e capacita seus profissionais acerca da coleta e análise de efluentes, com o objetivo de evitar a contaminação dos corpos d'água.

Nesse sentido, foi concluída na UHE Machadinho a substituição do sistema de lubrificação a óleo mineral das bombas e tanques de drenagem por lubrificação a água, evitando os riscos de derramamentos ou vazamentos de óleo. As UHEs Passo Fundo, Machadinho, Cana Brava e Itá contam ainda com um controle dos efluentes dos poços de drenagem, por meio de um sistema que separa a água do óleo dos efluentes gerados na casa de máquinas.

Em 2010, a Tractebel deu início à implantação do Sistema de Utilização da Água de Drenagem das Galerias de Inspeção da Barragem, na Usina Hidrelétrica Salto Osório, diminuindo o uso de produtos químicos no tratamento da água. Esse sistema já se encontra implantado nas Usinas Hidrelétricas Itá e Machadinho desde 2007.

Contexto

Mais de 99% do consumo de água e dos efluentes líquidos gerados pela Companhia é procedente das usinas termelétricas. Nas hidrelétricas, a Tractebel monitora constantemente a qualidade da água dos reservatórios e dos rios do entorno.

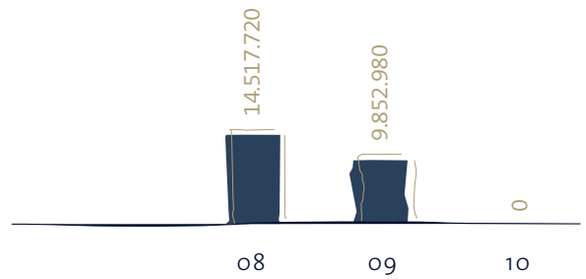
GRI
DFs

Indicadores

Descarte de Água Tratada

(m³/ano)

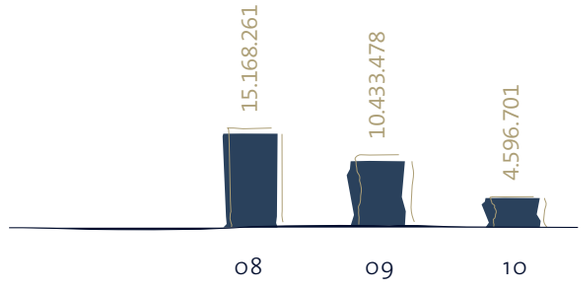
2008-2010



Consumo de Água de Superfície

(m³)

2008-2010

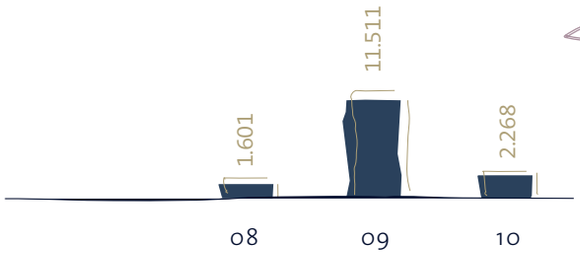


A redução significativa no consumo total de água de superfície e a eliminação do descarte de água tratada (efluentes líquidos) estão diretamente relacionadas à conclusão do Sistema de Extração e Arraste de Cinzas Pesadas no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, operando totalmente em circuito fechado (recirculação) desde 2010, em conformidade com o princípio de reutilização da água.

Consumo de Água Subterrânea

(m³)

2008-2010



A redução significativa no consumo de água subterrânea observada em 2010 em relação ao ano anterior explica-se pelo aprimoramento do sistema de medição na UHE Ponte de Pedra. Em 2009, esse levantamento havia sido feito por estimativa de consumo de água potável per capita e de usos diversos. Os dados de 2008 não consideravam ainda essa usina.

Gestão de Resíduos

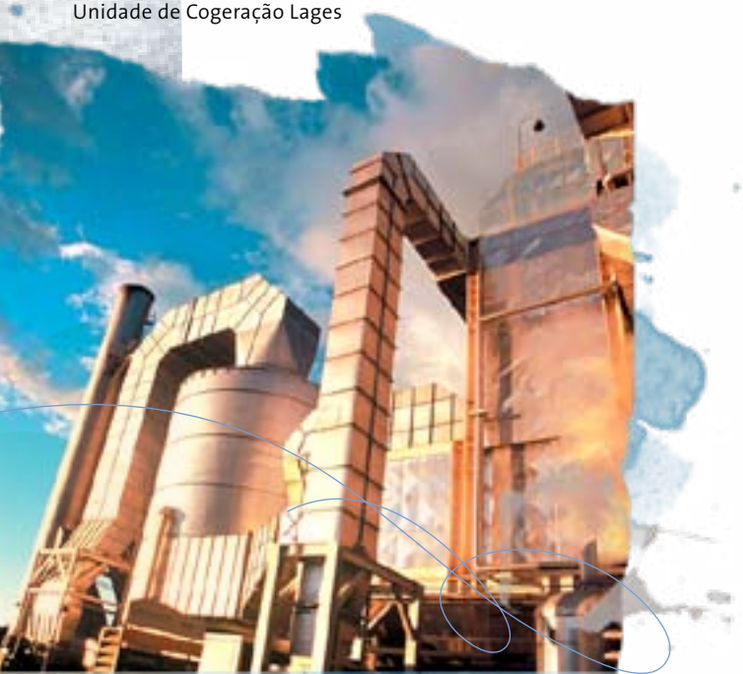
Resíduos Perigosos

Gestão

A gestão de resíduos perigosos contempla o acondicionamento, o armazenamento interno temporário, o transporte e a destinação final obedecendo às regulamentações do licenciamento ambiental, às normas da Organização das Nações Unidas (ONU) e os demais requisitos legais aplicáveis.

A Tractebel adota medidas preventivas contra vazamentos - como a utilização de fichas de segurança de produtos químicos, a implantação de barreiras de contenção e a sinalização adequada dos veículos – e contrata apenas empresas devidamente habilitadas e licenciadas dentro do território nacional para esse tipo de transporte.

Unidade de Cogeração Lages



Contexto

Os resíduos perigosos oriundos da atividade da Companhia são os resíduos combustíveis (borras de tanque e tintas, entre outros) e são destinados ao coprocessamento pela indústria de cimento. O óleo lubrificante usado vai para o rerrefino e é transformado em óleo básico, principal matéria-prima da fabricação do lubrificante acabado.



Resíduos – hidrelétricas

"Trabalho como voluntário no Projeto Revitalização dos Rios de Erechim, com a equipe da Eloverde, na limpeza dos corpos hídricos: retirada do resíduo sólido (lixo) depositado às margens do Arroio Tigre e dos rios Suzana e Dourado. Isso para mim é muito gratificante, pois penso nas futuras gerações que vêm pela frente e que vão poder conhecer esses belos rios de Erechim cheios de vida."

Cacio do Nascimento
Manutenção e Serviços - Itá

Indicadores

Destinação dos resíduos perigosos em 2010

Método de disposição	Tipo de resíduo	Quantidade (t)
Aterro industrial classe I	Água contaminada com óleo, embalagens descartáveis de produtos químicos, materiais contaminados com óleos, graxas e produtos químicos, pilhas e baterias, produtos químicos, resíduos de pintura, materiais com amianto ou lã-de-vidro, materiais com mercúrios, resíduos de solda, resinas, equipamentos de proteção individual, lâmpadas, brita contaminada com óleo, querosene e solventes contaminados, cartuchos de impressoras e tonners, lodo de Estação de Tratamento de Água (ETA), resíduos de saúde, eletrólito de baterias, manta de isolação acústica e sucata eletrônica.	158,26
Co-processamento	Borra de óleo ou xisto, água contaminada com óleo, embalagens descartáveis de produtos químicos, materiais contaminados com óleos, graxas e produtos químicos, produtos químicos, resíduos de pintura, materiais com amianto ou lã-de-vidro, equipamentos de proteção individual, lâmpadas, brita contaminada com óleo, querosene e solventes contaminados, cartuchos de impressoras e tonners, embalagem reutilizáveis de produtos químicos, graxa residual e óleos isolantes usados.	13,32
Incineração	Resíduos de saúde – infectante, pérfuro-cortante e medicamentos.	0,04
Reciclagem	Embalagens de defensivos, lâmpadas, óleos lubrificantes usados, elemento de bateria, água contaminada com óleo, materiais contaminados com óleos e graxas, óleos isolantes usados, querosene e outros solventes contaminados e cartuchos de impressoras e tonners.	166,04
Reutilização	Toalhas industriais renováveis, embalagens reutilizáveis de produtos químicos e óleos lubrificantes usados.	6,60
Tratamento / descontaminação	Resíduos de saúde, lâmpadas, lodo de esgoto e detectores de fumaça radioativos.	68,89
	Armazenamento local	61,18
	Total (resíduos perigosos transportados e destinados adequadamente)[1]	413,11

[1] Todos os resíduos perigosos são transportados até o local da destinação final exclusivamente em território nacional.

Resíduos Não Perigosos

Gestão

A Tractebel se empenha para reaproveitar, reutilizar ou reciclar seus resíduos não perigosos, a fim de evitar o impacto ambiental de seu descarte e da extração de novos materiais da natureza.

As cinzas leves, que correspondem a cerca de 86% do volume total de resíduos, são vendidas à indústria cimenteira como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário em sua composição.

As cinzas pesadas são aproveitadas como base para a pavimentação asfáltica de rodovias e como neutralizadoras da acidez do solo na recuperação de depósitos de rejeitos de carvão, devido ao seu pH alto. As cinzas pesadas provenientes de Charqueadas e Jorge Lacerda são destinadas à recuperação de áreas degradadas por carvão mineral. Em Charqueadas, parte volta à cava da mina e é aplicada na recuperação ambiental da área onde o carvão mineral foi extraído.

Indicadores

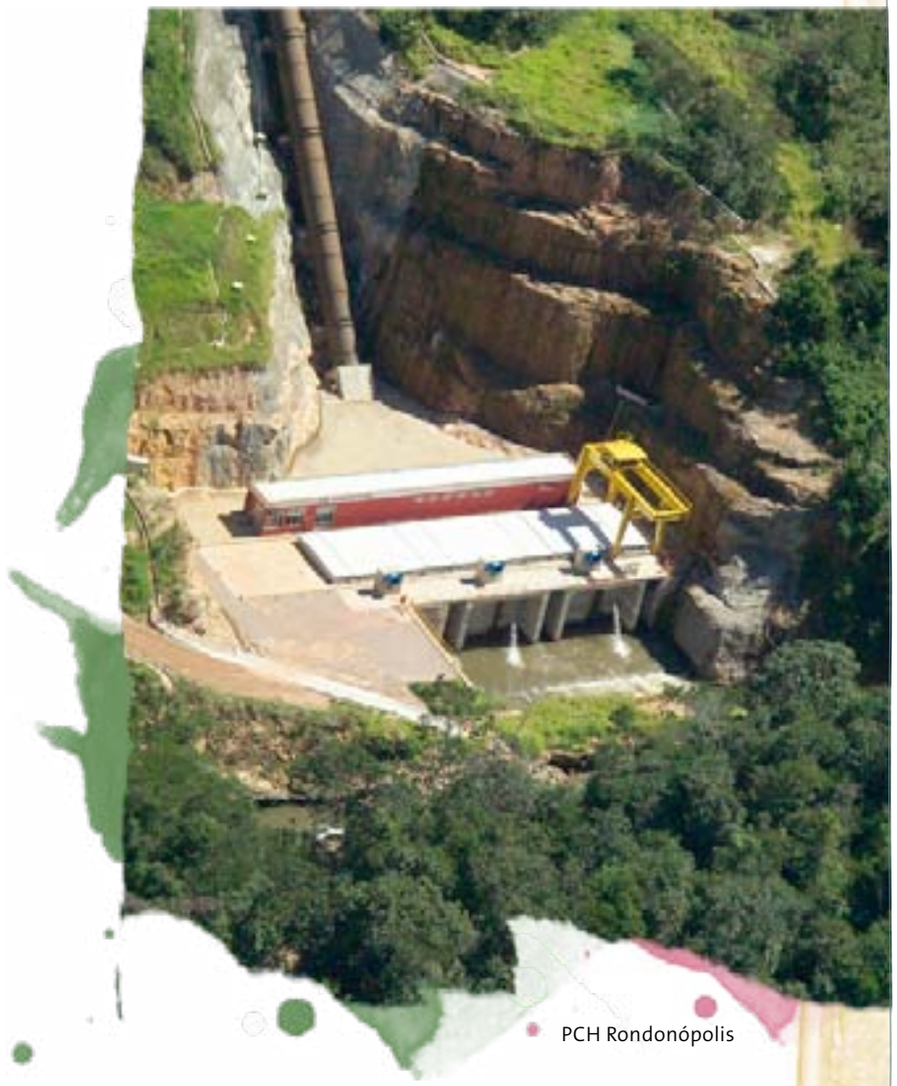
Em 2010, 97,6% do volume total de resíduos não perigosos foram reciclados, reutilizados, ou ainda reaproveitados em processos de compostagem, pavimentação de estradas e recuperação de áreas degradadas (cava da mineração).

O consumo total de papel na Companhia foi reduzido em mais de 50% em relação a 2009 e, das 8,4 toneladas consumidas, 8,1 (96,4%) foram provenientes de reciclagem, um avanço de 4,6 p.p. em relação ao total de papel proveniente de reciclagem utilizado no ano anterior.

Contexto

Os principais resíduos não perigosos gerados pela Tractebel são as cinzas, originadas no processo de combustão das usinas termelétricas a carvão e biomassa, além de papéis, plásticos, vidro e sucata metálica ferrosa e não ferrosa.

As cinzas são divididas em leves, que são arrastadas com os gases de combustão e retidas nos precipitadores eletrostáticos ou filtros de manga, e pesadas, que permanecem no fundo da caldeira.



PCH Rondonópolis

Destinação dos resíduos não perigosos em 2010

Método de disposição	Tipo de resíduo	Quantidade (t)
Aterro industrial classe I	Resíduos de solda, sucata de borracha e eletrônica, manta de isolação acústica, lã-de-rocha, cinzas pesadas e tijolos refratários[1].	35,05
Aterro industrial classe II	Escória de jateamento, filtro de sistemas de ar-condicionado, lã-de-rocha, resíduos de solda, sucata de borracha e eletrônica, vidros, cinzas pesadas, entulho de construção e isopor.	29.851,70
Aterro sanitário	Filtro de sistemas de ar-condicionado, isopor, resíduos comuns e orgânicos, papel e papelão, plásticos, vidros, podas de jardim, madeiras e sílica gel não contaminada.	124,14
Bota-fora	Podas de jardim e madeiras.	33,69
Compostagem	Resíduos orgânicos e madeiras.	10,00
Coprocessamento	Madeiras, isopor, sucata de borracha e resíduos de pintura.	107,28
Pavimentação de estradas	Entulho de construção.	2,13
Reciclagem	Cartuchos de impressoras e tonners, papel e papelão, plásticos, isopor, sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas, vidros, sucata de borracha e eletrônica, cinzas pesadas, cinzas leves, madeiras, resíduos de solda e tijolos refratários.	1.184.080,94
Recuperação de áreas degradadas	Madeiras, cinzas pesadas e podas de jardim.	20.616,86
Reutilização	Embalagens reutilizáveis de produtos químicos, madeiras e entulho de construção.	0,44
Tratamento / descontaminação	Lodo de esgoto.	41,54
Armazenamento local	Cinzas pesadas	174.303,38
Total		**1.234.903,76**

[1] Esses resíduos são destinados a aterro industrial classe I devido à inexistência de estrutura adequada nas regiões de algumas usinas.

Combustíveis

Gestão

A Companhia desenvolve continuamente pesquisas e estudos para a geração de energia por meio de fontes renováveis, a fim de minimizar o consumo de combustíveis fósseis, fonte esgotável e de maior impacto ambiental.

Além das fontes hídricas, que correspondem à maior parte do portfolio da Tractebel, e eólicas, a Companhia conta com duas usinas termelétricas de biomassa, que dispensam o uso de combustíveis fósseis e são abastecidas por resíduos de madeira (Unidade de Cogeração Lages) e por bagaço de cana-de-açúcar (UTE Ibitiúva Bioenergética). Assim, o impacto ambiental é reduzido ao evitar a extração de recursos naturais não-renováveis e o descarte de resíduos, além da redução das emissões de gases de efeito estufa.

Contexto

A Companhia consome combustíveis derivados do petróleo (óleo diesel e combustível), carvão mineral e gás natural para geração de energia nas usinas termelétricas, e resíduos de madeira e bagaço de cana-de-açúcar para a produção de energia das usinas de biomassa.

Indicadores

Em 2010, a Companhia consumiu 17,4 mil GWh (equivalente a 62,7 milhões GJ) em suas usinas termelétricas.



Entorno do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

Consumo de combustíveis

Materiais	2010	2009	2008
Carvão mineral (t)	3.344.524	2.751.989	3.532.719
Óleo combustível (t)	4.590	2.943	29.776
Óleo diesel (m³)	3.067	2.480	37.267
Gás natural (m³)	114.375.774	0	0

Biodiversidade

A Tractebel monitora continuamente as áreas do entorno de seus reservatórios, desenvolvendo programas voltados à conservação da flora e da fauna. Aliados a iniciativas de manejo, esses programas garantem a biodiversidade e as condições ambientais necessárias à conservação e ao desenvolvimento das espécies antes, durante e após a construção dos reservatórios.

Além disso, a Companhia investe em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento focados na conservação de espécies ameaçadas e iniciativas de educação ambiental para conscientizar as comunidades e a sociedade de maneira geral sobre a importância de se conservar o meio ambiente.

Ictiofauna

Por meio de projetos de pesquisa da ictiofauna, a Companhia busca compreender o equilíbrio dinâmico estabelecido ao longo da formação e maturidade dos lagos e, assim, adotar em cada usina o manejo específico que minimize os impactos desse processo sobre as espécies. Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destaca-se o repovoamento dos rios por meio da reprodução em laboratório de alevinos de espécies nativas. A Tractebel, por meio do Consórcio Itá, mantém um convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para repovoamento de peixes na bacia do Rio Uruguai e, em pesquisa conjunta com o Laboratório de Peixes de Água Doce (Lapad) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reproduz alevinos de espécies ameaçadas de extinção na região, como piracanjuba, dourado, curimbatá e piava, entre outros.

Flora

A Tractebel monitora a flora das regiões em que atua, coletando sementes e flores para estudo, catalogação e posterior produção de mudas. Assim, busca garantir a continuidade das espécies nativas por meio do reflorestamento e a recuperação da vegetação e da faixa ciliar das áreas do entorno das usinas e comunidades locais.

Em 2010, foram plantadas aproximadamente 285 mil mudas e outras 111 mil, doadas a órgãos públicos, comunidades e organizações do terceiro setor. Nos cinco anos de existência do programa, cerca de 1,8 milhão de mudas já foram produzidas, plantadas e doadas.

Fauna

Durante a construção de uma usina hidrelétrica, a Companhia realiza o estudo e o salvamento dos animais da região no período de desmatamento e formação do reservatório e mantém faixas de preservação em suas bordas para o desenvolvimento da flora e fauna local.

As espécies que possam ser foco de problemas de saúde da população local também são monitoradas e controladas por meio de estudos e levantamentos periódicos - sobre animais peçonhentos e insetos e caramujos transmissores de doenças. Além disso, são desenvolvidos programas de prevenção de acidentes.

Programa de Monitoramento de Fauna no Canal de Adução da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra

O Programa consiste na inspeção do canal duas vezes ao dia, no início da manhã e no final da tarde. Executado por biólogos e técnicos em meio ambiente, o trabalho permite o resgate de animais e sua relocação em áreas apropriadas. No período de 2004 a 2010 foram resgatados 983 animais, dos quais 51,7% eram répteis (cobras e lagartos) e 36,2% mamíferos (principalmente ratos silvestres). No ano de 2010 foram resgatados 117 animais, dos quais 49,6% eram mamíferos de pequeno porte e 32,5% eram répteis (cobras e lagartos).

Custos e investimentos em gestão ambiental

Em 2010, a Tractebel investiu R$ 48,6 milhões em melhorias para proteção ambiental, instalação de tecnologias mais limpas, controle das emissões atmosféricas, educação e treinamento ambiental, certificação externa, serviços externos de gestão ambiental, pessoal alocado em atividades gerais de gestão ambiental e projetos de pesquisa e desenvolvimento referentes a questões ligadas ao meio ambiente.

Adicionalmente, outros R$ 562 mil foram gastos com seguro de responsabilidade civil sobre qualquer evento relacionado ao meio ambiente em decorrência de poluição súbita, como derramamentos, e R$ 134 mil em 639 horas de treinamento e conscientização ambiental, além de R$ 232 mil no processo de certificação e recertificação das usinas.

8 Gestão Social



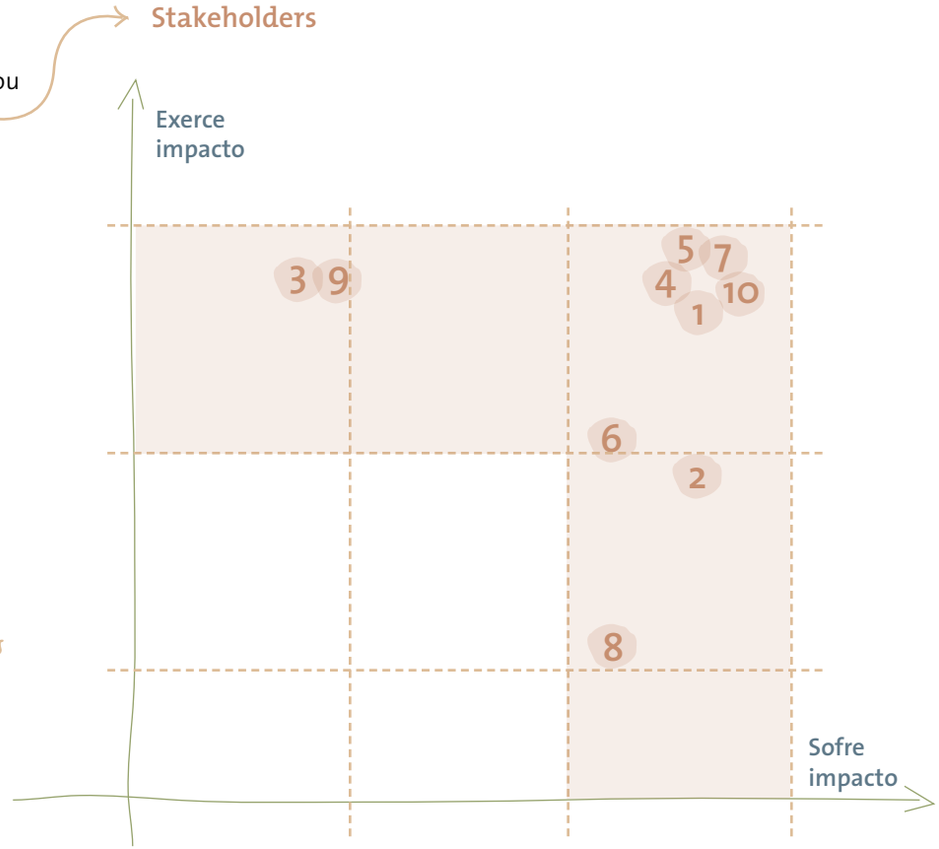
08. Gestão Social

GRI: 1.2	GRI: 2.7	GRI: 4.12	GRI: 4.13	GRI: 4.14	GRI: 4.15	GRI: 4.16	GRI: EC3	GRI: EC5	GRI: EC6	GRI: EC7
GRI: EC8	GRI: EC9	GRI: LA1	GRI: LA2	GRI: LA3	GRI: LA4	GRI: LA5	GRI: LA6	GRI: LA7	GRI: LA8	GRI: LA9
GRI: LA10	GRI: LA11	GRI: LA12	GRI: LA13	GRI: LA14	GRI: HR1	GRI: HR3	GRI: HR8	GRI: SO1	GRI: SO3	GRI: SO5
GRI: SO6	GRI: PR5	GRI: EU14	GRI: EU15	GRI: EU16	GRI: EU17	GRI: EU18	GRI: EU19	GRI: EU20	GRI: EU22	

A Tractebel busca construir uma integração efetiva e duradoura com seus diferentes stakeholders, por meio da gestão dos impactos e das oportunidades gerados por seu negócio nas três esferas da sustentabilidade.

Para isso, a Companhia desenvolve relacionamentos de longo prazo com todos os stakeholders que impactam ou são impactados por sua operação.

1. Empregados e seus representantes
2. Comunidade
3. Imprensa
4. Clientes
5. Fornecedores
6. Governo
7. Acionistas
8. Entidades sociais, ambientais e do setor
9. Instituições financeiras
10. Empresas do setor



Em 2008, a Tractebel realizou um workshop multidisciplinar que contou com a participação de diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negócio e avaliar o grau desse impacto. A pontuação atribuída a cada público pelos representantes das áreas da Tractebel varia em uma escala de 0 a 3 nos eixos "exerce impacto" e "sofre impacto".

Priorizando a abordagem de temas de interesse de seus principais públicos, a Tractebel realizou uma consulta com aqueles que obtiveram pontuação acima de 2 em pelo menos um dos eixos de impacto, conforme matriz ao lado. Assim, as principais demandas desses públicos no tocante à gestão e ao relacionamento da Companhia são apresentadas em seções específicas dentro do presente capítulo (públicos de 1 a 7) ou em citações dispersas ao longo deste Relatório (públicos de 8 a 10).

As ações desenvolvidas, bem como a tomada de decisões e o planejamento da infraestrutura e da oferta de energia da Tractebel, envolvem esses públicos com base nos seguintes preceitos e diretrizes:

» **Governo, clientes e acionistas:** transparência na comunicação com esses públicos em relação à identificação e gestão de demandas, bem como de oportunidades de mercado.

» **Comunidades:** consultas e audiências públicas para avaliação dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à instalação e operação de uma usina de energia na cidade ou região, além da participação em fóruns de desenvolvimento regional e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sociocultural e melhoria ambiental.

» **Empregados:** acompanhamento e participação direta no dia-a-dia do negócio da Tractebel - sua estrutura, modo de operação de cada unidade organizacional, novas perspectivas em análise e novos empreendimentos.

» **Sociedade:** informação, por meio da mídia, sobre as iniciativas da Tractebel para contribuir de modo sustentável para o atendimento às suas necessidades atuais e futuras de suprimento de energia.

EMPREGADOS E SEUS REPRESENTANTES

O corpo de empregados da Tractebel é formado por profissionais qualificados e a maioria deles com ampla experiência, recrutados em todas as regiões do País, principalmente, e tanto quanto possível, nas comunidades em que a Companhia atua. Eles são responsáveis pela rotina de negócios da Companhia e por seu constante crescimento e criação de valor. Por isso, representam um dos principais ativos e diferenciais da Tractebel, que busca, por meio da gestão de recursos humanos, promover seu desenvolvimento, bem-estar e reconhecimento.

"1.033 profissionais colocam em prática a estratégia, a cultura e os valores da Tractebel, garantindo o desenvolvimento conjunto da Companhia e de todos os seus públicos."

"Em 2010, a Tractebel implantou sua Política de Gestão Sustentável, que se baseia em sua Missão, Visão e Valores, estabelecendo suas diretrizes de gestão nas dimensões Qualidade, Meio ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social."

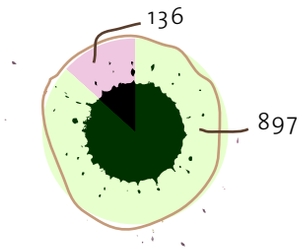
Distribuição dos empregados por estado

Estado	2010	2009	2008
Santa Catarina	670	649	640
Rio Grande do Sul	164	162	158
Paraná	102	99	96
São Paulo	2	4	4
Mato Grosso do Sul	10	8	9
Goiás	45	52	34
Mato Grosso	6	5	-
Tocantins	10	11	-
Maranhão	24	-	-
Total[1]	1.033[2]	990	941
Desligamentos	39	33	36
Admissões	82	82	61

[1] Total composto por empregados próprios, contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
[2] Somam-se a eles 77 estagiários, 55 aprendizes (estudantes de 15 a 18 anos) e 680 profissionais de empresas especializadas contratadas que trabalharam a serviço da Companhia ao longo do ano.

Empregados por Gênero

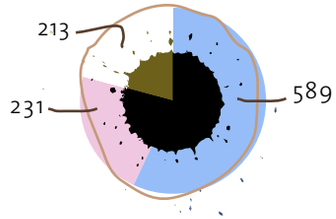
2010



Homens
Mulheres

Empregados por Idade

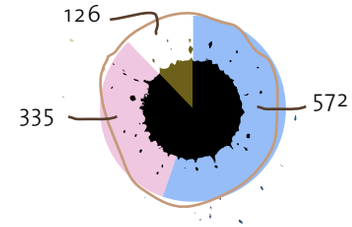
2010



Entre 30 e 50 anos
Mais de 50 anos
Menos de 30 anos

Empregados por Categoria Funcional

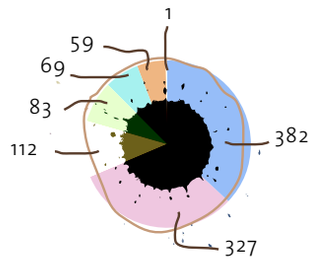
2010



Operadores, Técnicos de Manutenção e Administrativo
Analistas, Engenheiros e Especialistas
Gerência

Empregados por Tempo de Serviço[1]

2010

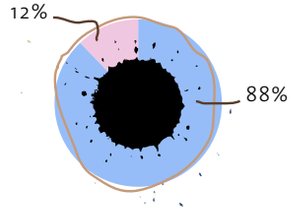


21 a 25 anos
0 a 5 anos
6 a 10 anos
26 a 30 anos
11 a 15 anos
31 a 35 anos
16 a 20 anos

[1] O tempo de serviço dos empregados é computado desde sua contratação pela Eletrosul, portanto, antes da privatização

Distribuição por Gênero nos Conselhos e Comitês

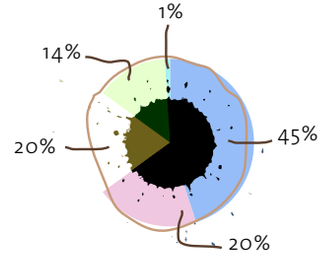
2010



Homens
Mulheres

Distribuição por Idade nos Conselhos e Comitês

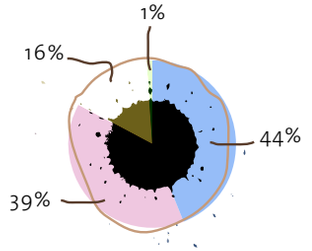
2010



50 a 59 anos
40 a 49 anos
30 a 39 anos
60 anos ou mais
Até 29 anos

Distribuição por Grau de Escolaridade e Formação

2010



2º Grau Técnico
Superior
2º Grau
1º Grau

Políticas e diretrizes de gestão, baseadas em três pilares, fundamentam a identificação, a contratação e a retenção de talentos, bem como a garantia da manutenção de um bom clima organizacional, oportunidades de desenvolvimento, promoção da saúde e segurança no trabalho, além de remuneração e benefícios alinhados às melhores práticas do mercado.

Políticas e diretrizes da gestão de recursos humanos

Reconhecimento e motivação	Desenvolvimento	Saúde e bem-estar
Remuneração e benefícios	Treinamento e desenvolvimento	Saúde e Segurança no Trabalho
Pesquisa de clima	Gestão de carreira	Qualidade de vida

Benefícios complementares

- Auxílio à recuperação da saúde (assistência médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional) aos empregados e dependentes.
- Auxílio creche.
- Auxílio alimentação.
- Auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Seguro de vida em grupo com cobertura para incapacidade e invalidez.

Remuneração e benefícios

A Tractebel remunera seus empregados com base nas melhores práticas de mercado, que são periodicamente monitoradas por meio de pesquisas salariais, e adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. A remuneração variável é composta pelo pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e de bônus gerencial. Ambos são definidos em função do alcance das metas individuais e dos objetivos empresariais, sendo que o desempenho do empregado em relação às metas e objetivos é avaliado anualmente.

A distribuição da PLR está condicionada aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA e pelo lucro líquido do período, além do alcance de metas corporativas e da avaliação quanto à adesão à cultura organizacional. Esses critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O bônus gerencial é uma forma de recompensar o cumprimento das metas individuais, das áreas e da Companhia. O valor distribuído é proporcional ao grau de impacto da meta nos resultados empresariais e do nível de dificuldade que seu alcance exige.

Em 2010, o menor salário pago ao corpo funcional foi 2,9 vezes maior que o salário mínimo nacional vigente.

Como parte dos benefícios concedidos aos empregados, destaca-se a participação no Fundo de Aposentadoria Previg – Sociedade de Previdência Complementar, que conta com a adesão de 99% dos empregados da Tractebel e é constituído por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia. Em 2010, foram repassados pela Tractebel R$ 19,3 milhões para a Previg. Além disso, a Tractebel também patrocina um plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), que totalizou 2.188 participantes em 2010 e obteve repasse de R$ 28,0 milhões da Companhia.

Pesquisa de clima organizacional

Bienalmente, a Tractebel realiza uma pesquisa de clima organizacional, a fim de avaliar o desempenho da gestão de recursos humanos e reforçar a relação de confiança entre os empregados e a Companhia. A última pesquisa, realizada em 2009, apontou um índice de satisfação com o ambiente de trabalho de 70%, correspondendo a um aumento de 4 p.p. em relação à última pesquisa e 10 p.p. acima da média do mercado geral.



Jovem Aprendiz - visão do organizador

"O Programa Jovem Aprendiz recrutou até aqui aproximadamente 700 jovens, com idade entre 15 e 18 anos, dos quais 55 fazem parte do grupo que está sendo desenvolvido atualmente. Apesar do objetivo do Programa ser prepará-los para o mercado de trabalho, alguns se destacam tanto que são efetivados pela Companhia. Cinco deles são nossos empregados."

Cleusa Gomes Alves
Recursos Humanos

Treinamento e desenvolvimento

Para garantir o desenvolvimento profissional e manter seu corpo funcional atualizado e qualificado, a Companhia promove treinamentos, cursos e palestras, que fomentam a concretização das estratégias empresariais de médio e longo prazo. Cerca de R$ 3,7 milhões foram investidos em 2010, em uma média de 88,6 horas de treinamento e desenvolvimento por empregado, correspondendo a um total de 24.400 horas em cursos técnicos, 19.360 horas em saúde e segurança, 664 em cursos de idiomas e outras 47.099 em diferentes tipos de treinamentos, como comportamento, ética, direitos humanos, liderança e comunicação.

A Companhia também oferece bolsas de estudo, com valor que varia entre 40% e 80% dos custos da mensalidade de oito cursos de graduação e cinco cursos de pós-graduação. Ao todo, em 2010, a Tractebel concedeu bolsa a 45 empregados.

Regularmente são realizadas palestras sobre o Código de Ética da Tractebel, tanto no Programa Bem-Vindo, direcionado aos novos empregados, quanto para o quadro de pessoal de segurança da Companhia. Essas palestras abordam temas como diversidade, não discriminação e direitos humanos. Em 2010, a Política de Gestão Sustentável foi presencialmente compartilhada com os empregados e prestadores de serviço da sede e das 15 usinas que foram certificadas e recertificadas pelas normas OHSAS 18001, NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001, por meio de apresentações nos auditórios de cada localidade. A Política também foi compartilhada com todos os demais empregados e prestadores de serviços por comunicação interna e externa, além de ter sido publicada em jornais das regiões onde a Companhia atua e ser permanentemente compartilhada no website da Tractebel com todos os stakeholders. Além das diretrizes, a política informa os meios de contato com os Comitês de Sustentabilidade e Ética.

Horas de treinamento por empregado em 2010

Categoria funcional	Média de horas
Gerencial	43,2
Administrativo	54,2
Técnico-operacional	164,5
Geral	88,6



Jovem Aprendiz - visão do participante

"Percorri um caminho do qual me orgulho muito, pois entrei nesta empresa com 16 anos, por meio do Programa Jovem Aprendiz, que é uma forma de inclusão social para jovens de baixa renda. Hoje tenho 25 anos e sou formado. Ser empregado da Tractebel Energia representa para mim uma grande vitória."

Jefferson Pacheco Francisco
Contabilidade

Gestão de carreira

Os empregados da Tractebel contam com ferramentas de autogestão de carreira, oferecidas pela Companhia por meio de avaliações e feedbacks, para que possam aperfeiçoar seus relacionamentos e processos de trabalho.

Anualmente, todos os empregados recebem uma avaliação de desempenho, considerando o alcance das metas e o comprometimento com os valores da Companhia. Além disso, passam, a cada três anos, por um processo completo de avaliação – conforme o Modelo 360º de monitoramento de competências – que resulta em um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com base nas competências organizacionais.

A Tractebel também desenvolve programas de apoio à transição de empregados em processo de aposentadoria ou desligamento, que inclui planejamento pré-aposentadoria e Programas de Demissão Voluntária (PDV), com indenização baseada no tempo de serviço, e aconselhamento profissional. Em 2010, 23% dos empregados da Tractebel estavam aptos à aposentadoria nos próximos cinco anos e 43% nos próximos dez anos. A Companhia conta com um plano de sucessão para administrar a reposição e o preenchimento de postos de trabalho.

Saúde e Segurança no Trabalho

O sistema de gestão em Saúde e Segurança no Trabalho desenvolvido pela Companhia é fundamentado na melhoria contínua e tem por objetivo prevenir e preservar a integridade física, a saúde e a qualidade de vida dos empregados, prestadores de serviços, fornecedores e visitantes. Para isso, identifica e controla perigos e riscos presentes nos processos, equipamentos e ambientes de trabalho. Todos os públicos são orientados quanto aos perigos e riscos a que poderão estar expostos em cada situação e às respectivas medidas de prevenção e controle a adotar.

Em 2010, a Tractebel investiu R$ 4,3 milhões em ações de segurança, saúde e qualidade de vida. O investimento no aperfeiçoamento dos processos, equipamentos e ambientes de trabalho possibilitou a obtenção da certificação segundo a norma BS OHSAS 18001 – Sistema de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho.

A Companhia possui nove Comissões Internas de Prevenção de Acidente (CIPAs), constituídas por representantes do empregador e dos empregados. As CIPAs estão distribuídas entre a sede administrativa e as usinas. Nas usinas em que o número de empregados é inferior a 20, há um empregado responsável pelas mesmas funções legais atribuídas às Comissões. Nas usinas em que há CIPA, é realizada anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat), evento que aborda diversos temas referentes à área. O objetivo é sensibilizar os empregados quanto a rotinas e hábitos que garantam a realização de trabalho de modo mais seguro e saudável. Somados, os integrantes das CIPAs e os designados para cumprimento das normas de segurança totalizam 75 empregados.

Além desses, há 31 profissionais na área de Saúde e Segurança no Trabalho, dos quais 18 são empregados próprios da Tractebel e 13 prestadores de serviços.

Indicadores de Saúde e Segurança no Trabalho

	2010	2009	2008
EMPREGADOS PRÓPRIOS			
Número de acidentes de trabalho e de trajeto com e sem afastamento	9	12	4
Número de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	91	117	14
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	0	0	0
Taxa de frequência (TF)	1,04	1,1	0,00
Taxa de gravidade (TG)	0,05	0,07	0,00
Acidente fatal	1[1]	0	0
Taxa de absenteísmo	6.874	3.936	3.314
EMPREGADOS DE EMPRESAS CONTRATADAS			
Número de horas de exposição ao risco	3.893.222	3.352.827	3.309.534
Número de acidentes de trabalho com afastamento	9	15	16
Número de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	44	41	32
Número de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	78	279	388
Taxa de frequência (TF)	2,3	4,5	4,8
Taxa de gravidade (TG)	0,02	0,08	0,12
Acidente fatal	0	0	1
Absenteísmo[2]	-	-	-

[1] Referente a um acidente de trajeto.
[2] O controle é feito pelas empresas contratadas.

Em paralelo às ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, a Tractebel identifica o perfil de saúde dos seus empregados e desenvolve programas que visam promover a prática de hábitos saudáveis, com foco nas seguintes áreas:

a) Gestão do Bem-Estar: as ações voltadas para incentivo ao esporte; ginástica laboral; alimentação saudável; gerenciamento do stress; tratamento e prevenção de dependência química e atendimento a pessoas com necessidades especiais.

b) Gestão de Saúde: o programa é composto pelo check-up anual, dividido em três etapas: (i) exames laboratoriais e específicos; (ii) questionários de saúde e estilo de vida; e (iii) consulta clínica e definição do Plano Individual de Saúde - compromisso anual assumido pelo empregado em relação à própria saúde.

Atendendo à Norma Regulamentadora NR-7 (Medicina do Trabalho), todos os empregados são submetidos anualmente a exame periódico. A Tractebel propõe-se a ir além, realizando uma série de exames complementares e consultas específicas, que visam fornecer dados mais completos e abrangentes sobre a saúde do empregado.

Todas as informações de saúde dos últimos cinco anos - resultados dos exames laboratoriais, questionários e Plano Individual de Saúde - são disponibilizadas no Portal Corporativo, para que o empregado possa acompanhar o histórico de sua saúde.

Além disso, a Companhia realiza, periodicamente, campanhas de comunicação e de prevenção, como vacinação contra a gripe e prevenção ao câncer, bem como treinamentos anuais para operadores (primeiros socorros em ressuscitação cardiopulmonar e uso do desfibrilador) e eventos com palestrantes da área de saúde.

Relações trabalhistas e sindicais

As entidades sindicais e de classe que representam os empregados da Tractebel mantém diálogo constante com a Companhia, que garante a todos os seus empregados a liberdade de associação sindical e o direito à negociação coletiva.

Anualmente são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esses acordos abrangem todos os empregados da Tractebel e incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às CIPAs.

A Companhia notifica seus empregados com antecedência no que se refere a mudanças operacionais. Conforme acordado em cláusula sindical, qualquer alteração no Manual de Pessoal ou nas Normas de Gestão de Recursos Humanos, bem como em outros itens que integram o Acordo Coletivo, deve ser negociada com os sindicatos.

Usina Hidrelétrica Itá





Usina Hidrelétrica Cana Brava

COMUNIDADE

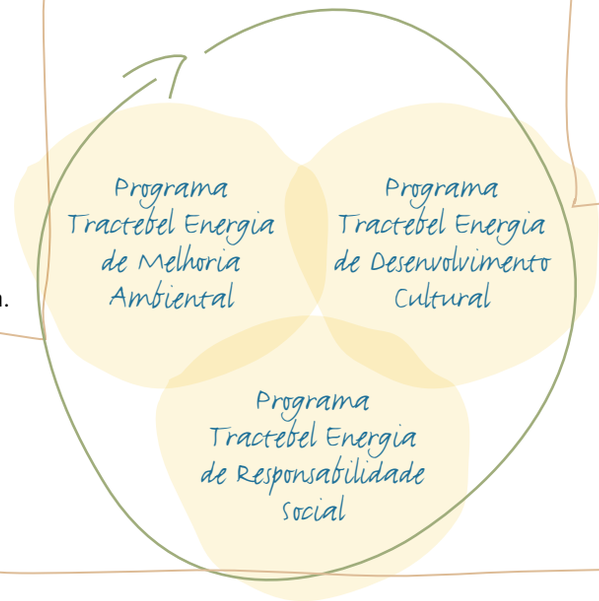
A Tractebel busca contribuir, de forma efetiva e proativa, para a melhoria das condições de vida das comunidades onde atua. Exemplo disso é a prioridade que dá para a contratação de recursos humanos e fornecedores locais. A Companhia também colabora com o desenvolvimento sustentável das regiões nas quais se insere por meio de iniciativas adicionais que sejam capazes de gerar resultados econômicos, avanços sociais e preservação ambiental.

Essas iniciativas são desenvolvidas em parceria com agentes representativos locais, bem como por meio de doações e patrocínios. Os Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social orientam a seleção dos projetos e iniciativas que são desenvolvidos em favor das comunidades.

Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social

Foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento

» Redução do impacto das atividades da Companhia no meio ambiente.
» Apoio à preservação do meio ambiente.
» Conscientização ecológica.
» Racionalização do uso dos recursos naturais.
» Melhoria da qualidade de vida.



Foco no desenvolvimento cultural das comunidades

» Preservação e valorização dos traços culturais caracteristicos da região.
» Desenvolvimento da cultura local.
» Promoção do uso dos incentivos fiscais em benefício das comunidades.

Foco na melhoria da qualidade de vida de crianças de comunidades carentes

» Educação de crianças.
» Parcerias em assistência social, em promoção da saúde e da justiça (defesa dos direitos da criança e do adolescente).
» Apoio à geração do emprego de jovens.
» Qualificação profissional de jovens.
» Sensibilização das comunidades para superação da miséria e para a inclusão social de crianças em situação de risco.

Em 2010, foram investidos cerca de R$ 7,8 milhões em recursos com incentivo fiscal e aproximadamente R$ 2,0 milhões em recursos próprios no apoio a mais de 100 projetos, escolhidos entre as mais de 800 solicitações feitas à Companhia, de acordo com critérios de seleção baseados na dotação orçamentária e nas linhas de atuação dos três Programas de Responsabilidade Social apresentados.

A seguir, são apresentados alguns dos principais projetos apoiados e desenvolvidos pela Tractebel em 2010:

a) **Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural:**

» Centro de Cultura e Sustentabilidade de Entre Rios do Sul (RS), na região da Usina Hidrelétrica Passo Fundo: o Centro, em construção, será gerido por uma associação local, totalmente autônoma. Seu projeto arquitetônico se baseia nas mais modernas técnicas de sustentabilidade e atende a todos os requisitos legais de acessibilidade e segurança. Destinado à comunidade da região, contará com anfiteatro, oficinas de inclusão digital, cursos de capacitação, biblioteca, museu e espaço para exposições. A Tractebel patrocina o Centro, com investimento de R$ 1,6 milhão.
» Escola Ballet Bolshoi em Joinvile (SC): R$ 200 mil.
» Projeto Orquestra-escola, desenvolvido em diferentes regiões de Santa Catarina: R$ 100 mil.
» Documentário "Brasil Orgânico": R$ 70 mil.
» Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis (SC): R$ 40 mil.

b) **Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental:**

» Projeto de preservação de 300 nascentes na região da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no município de Chopinzinho (PR): R$ 108 mil.
» Promoção do Prêmio Jornalismo Ambiental, em parceria com a Fatma: R$ 70 mil.
» Projeto "Barco Solar" (embarcação movida a energia solar), desenvolvido por estudantes de Engenharia Elétrica da UFSC, para competição nacional: R$ 50 mil.

c) **Programa Tractebel Energia de Inclusão Social:**

» Projeto de proteção da infância e juventude, Florianópolis (SC): R$ 150 mil.
» Projeto Sentinela de combate ao abuso sexual da infância, Florianópolis (SC): R$ 100 mil.
» Projeto de combate à evasão escolar, desenvolvido em todo o estado de Santa Catarina: R$ 35 mil.
» Junior Achievement de Santa Catarina: R$ 24 mil.
» Maratona "Correndo pela paz", de incentivo aos jovens pela não-utilização de drogas, Florianópolis (SC): R$ 20 mil.



Projeto Escola - desenvolvimento

"A Escola Manoel Rufino Francisco, de Tubarão, localizada em área de grande vulnerabilidade, junto com a Tractebel Energia, estão mudando a história da comunidade local. A oficina de artesanato de mães e as palestras para família na área comportamental e empregabilidade trouxeram para as pessoas conhecimento, esperança e respeito. Vê-las expor e vender é ver crescer um mundo digno para elas."

Mario Cesar Ventura
Administrativo - Jorge Lacerda

GRI
DFs

Participação comunitária institucional

Além dos projetos desenvolvidos e das parcerias com instituições locais, a Tractebel atua permeando a articulação social entre diversos setores sobre temas relevantes para a sociedade. Assim, consegue ampliar sua contribuição ao desenvolvimento e a comunicação com seus stakeholders. Nesse sentido, seus empregados e/ou diretores participam de diversos fóruns, órgãos e comitês, entre os quais destacam-se:

» Empresa de Pesquisa Energética (EPE).
» Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage).
» Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).
» Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).
» Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).
» Instituto Acende Brasil.
» Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação COGE).
» Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).
» Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs/Ciergs).

Uma importante ferramenta desenvolvida pela Companhia para aprimorar o diálogo com a sociedade e o engajamento de stakeholders é o programa de visitação às usinas. Por meio desse programa, a Tractebel tem a oportunidade de apresentar seus empreendimentos às comunidades, esclarecendo os modelos de operação do parque gerador e sua integração com o meio ambiente e a sociedade. Durante as visitas, técnicos da Companhia guiam estudantes, representantes de entidades públicas e não governamentais e pessoas da comunidade.

Visitantes às usinas em 2010

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	9.533
Usina Termelétrica Alegrete	453
Usina Termelétrica Charqueadas	716
Unidade de Cogeração Lages	604
Usina Termelétrica William Arjona	190
Usina Hidrelétrica Passo Fundo	-
Usina Hidrelétrica Itá	17.285
Usina Hidrelétrica Machadinho	7.598
Usina Hidrelétrica Cana Brava	1.498
Usina Hidrelétrica Salto Santiago	4.228
Usina Hidrelétrica Salto Osório	3.210
Usina Hidrelétrica São Salvador	85
Total	45.400



Visitas CTJL

"O Programa de Visitas ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda vem crescendo ano após ano. Em 2010, foram cerca de 10 mil visitantes. Com eles, pudemos compartilhar os valores da nossa empresa. Pudemos também mostrar a importância do CTJL na cadeia produtiva - extração, transporte e produção. O cuidado com o meio ambiente foi também ressaltado, especialmente no horto e no programa de Educação Ambiental Horta Modelo."

Tânia Regina Saldanha do Amaral
Administrativo - Jorge Lacerda

Implantação de novos empreendimentos

A política socioambiental da Tractebel prevê a minimização dos impactos socioambientais nas comunidades e a criação de oportunidades de desenvolvimento que considerem a identidade cultural e as características de cada região.

Durante a implantação de novos empreendimentos, a Companhia observa a política e realiza, antes do início das obras, o cadastro socioeconômico da área do empreendimento, avaliando a realidade social dos habitantes e as atividades econômicas desenvolvidas no local. Após esse cadastro, são colocadas em prática medidas de mitigação de impactos e criação de benefícios à comunidade, como geração de empregos, receita adicional de impostos, novas oportunidades de exploração econômica e melhoria da infraestrutura local de saúde, educação, lazer, segurança e saneamento da população de forma geral.

Ações desenvolvidas na implantação das usinas[1]

Áreas de atuação	Medidas tomadas
Moradia Reassentamento das famílias que se tornam proprietárias da terra ou da propriedade para onde são transferidas	**Famílias proprietárias** » Indenização de terras nuas e benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas. » Reassentamento rural ou urbano. » Carta de crédito para autorreassentamento. **Famílias não proprietárias (com vínculo produtivo com a terra e dependência econômica)** » Indenização de benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas. » Reassentamento coletivo. » Reassentamento em áreas remanescentes. » Carta de crédito para autorreassentamento.
Infraestrutura	» Construção de casas. » Saneamento básico. » Energia elétrica (especifica e exclusivamente nos reassentamentos coletivos).
Desenvolvimento da economia	» Assistência econômica para o primeiro ciclo produtivo. » Assistência técnica, por três anos, que envolve estudos de sustentabilidade das atividades econômicas, diagnóstico das vocações e potencialidades locais e orientação sobre cursos de capacitação profissional e programas estaduais e federais de desenvolvimento e renda.

[1] As ações desenvolvidas variam de acordo com o empreendimento e com as necessidades e estrutura das comunidades locais.

Usina Hidrelétrica Estreito

Em 2010, durante a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, além das diversas ações obrigatórias em decorrência do projeto, iniciou-se, em parceria com o BNDES e as demais integrantes do Consórcio, o investimento no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, conhecido como ISE – Investimento Social na Área de Abrangência da Usina Hidrelétrica Estreito. Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região, foram investidos, em 2010, R$ 18 milhões de um total previsto de R$ 76,6 milhões. As ações incluem a capacitação de gestores públicos e alfabetização de jovens e adultos, além de diversas obras e atividades de saúde, educação e saneamento. Ao todo, serão executados mais de 130 projetos que, no conjunto, superam as obrigações decorrentes do licenciamento ambiental. Algumas dessas iniciativas desenvolvidas na região da Usina Hidrelétrica Estreito são apresentadas a seguir:

Remanejamento de Famílias e Indenizações: ao todo, foram 2.400 propriedades indenizadas e 1.010 famílias remanejadas, sendo 146 na modalidade de reassentamento rural coletivo, 42 de reassentamento urbano coletivo e 822 de autorreassentamento por meio de carta de crédito.

Convênios: foram firmados Termos de Compromisso Mútuo (TCM) englobando um total de R$ 20,5 milhões investidos em 2010 nas áreas de segurança, saúde, educação, saneamento e ação social. Foram executadas diversas obras de construção e reforma de delegacias, aquisição de viaturas para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, construção e reforma de hospitais e postos de saúde, aquisição de ambulâncias, construção e reforma de escolas municipais e estaduais e construção de casas de idosos e conselhos tutelares. Também foram elaborados Planos Diretores Municipais, entre outras ações de apoio e manutenção de instituições públicas que visavam dar atendimento à população local e às pessoas atraídas para a região em função do empreendimento.

Comunicação Social: foram implantados quatro Centros de Informações que, de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, realizaram 17.316 atendimentos à população da região, informando sobre os projetos em desenvolvimento pela Companhia, além de um Centro de Informações móvel que percorreu 74.578 quilômetros e realizou 11.617 atendimentos. Também foi implantado um Centro de Atendimento ao Migrante, que atendeu e encaminhou 1.922 pessoas que chegaram à região em busca de emprego.

Educação Ambiental e Cidadania: o Núcleo de Educação Ambiental ofereceu oficinas, capacitações, exposições e palestras educativas sobre meio ambiente para mais de 13 mil participantes. Em complemento a essas iniciativas, foi implantado o Projeto Usina Social, que levou ações de cidadania, saúde bucal, odontologia, ginecologia, atividades de lazer e cursos de alimentação básica aos 12 municípios da área de abrangência do empreendimento. Além disso, está em implantação o projeto de Educação Sanitária e Nutrição, criado pela ONG INMED Brasil, que já atende a aproximadamente 15 mil crianças em idade escolar nessa região.

Apoio às Comunidades Indígenas: o Consórcio Estreito Energia firmou com a Fundação Nacional do Índio (Funai) um plano de apoio às populações indígenas indiretamente interferidas pelo empreendimento, que prevê o investimento de R$ 16 milhões, divididos em 11 parcelas, durante dez anos.



Entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá

GRI
DFs

IMPRENSA

A relação da Tractebel com a imprensa é pautada pelas Políticas e Diretrizes de Comunicação da Tractebel Energia, constantemente atualizada e aprovada pela Diretoria Executiva. Essa política estabelece o oferecimento de informações à mídia de forma ética, ágil e transparente.

O porta-voz da Companhia é seu Diretor-Presidente, que pode delegar parcialmente essa função a diretores e gerentes.

CLIENTES

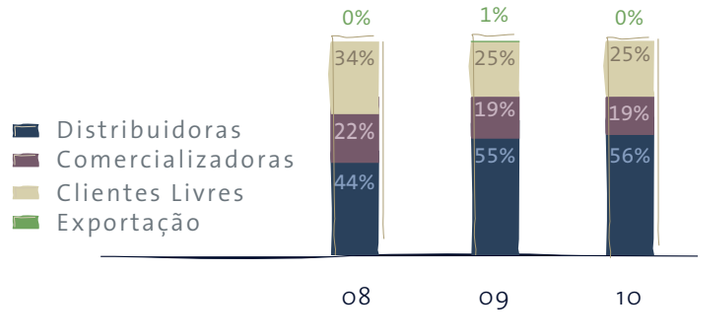
A carteira de clientes da Tractebel é diversificada, abrangendo vendas às distribuidoras por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, e também comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis quanto a volume e duração. No segmento de clientes livres, a Companhia também adota a estratégia de diversificação, distribuindo vendas entre os diferentes setores da economia.

A participação dos clientes livres nas vendas físicas manteve-se estável em 25,0% ao final de 2010. Já a participação desses clientes na receita bruta relativa às vendas contratadas sofreu acréscimo de 0,3 p.p. ao registrar 23,6% em 2010.

"Em 2010, a Companhia conquistou 21 novos clientes e renovou contratos com outros 13 de sua carteira, cinco deles contemplando o aumento da quantidade de energia contratada."

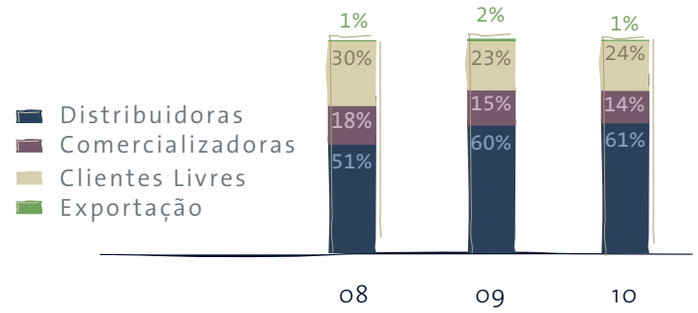
Participação de Clientes nas Vendas Físicas

2008-2010



Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que Compõem a Receita Operacional Bruta

2008-2010





Programa de eficiência energética para clientes

"Orgulho-me de participar do Programa de Eficiência Energética para Clientes Industriais, que promove a otimização do consumo de energia elétrica nas indústrias, contribuindo, assim, para o aumento da sua competitividade, conservação dos recursos naturais, segurança energética e o seu desenvolvimento sustentável."

Sayonara Mariluza Tapparo Xavier
Comercialização de Energia

A Tractebel mantém um relacionamento estreito com seus clientes, a fim de detectar suas necessidades e expectativas e se antecipar no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções personalizados, que contribuam para sua fidelização.

Para isso, conta com uma equipe de profissionais responsáveis pelo atendimento pós-venda e pela pronta solução de eventuais problemas, além de realizar periodicamente, por meio de consultores independentes, uma pesquisa de satisfação com os clientes. Essa consulta detecta pontos a serem aprimorados e oportunidades de desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Em 2010, foi realizada a última pesquisa de satisfação com clientes, que apresentou resultados crescentes nos níveis de satisfação e refletiu o aprimoramento da gestão comercial da Companhia. No total, o índice de satisfação atingiu 96,9%: 23,9% dos clientes se disseram satisfeitos e 73% muito satisfeitos.

Como parte do programa de gestão de clientes, a Tractebel realiza seminários técnicos e visitas às plantas de geração também para apresentar suas operações. Além disso, o website da Companhia disponibiliza um canal exclusivo para esse público, onde são divulgadas informações atualizadas sobre o fornecimento contratado e o mercado de energia, sobre o monitoramento da qualidade da energia consumida e sobre a fatura mensal. A política e os procedimentos de segurança da informação da Tractebel garantem que todas as informações e dados relativos aos clientes sejam mantidos em ambiente de estrita confidencialidade.

FORNECEDORES

Os fornecedores de carvão das usinas termelétricas Jorge Lacerda e Charqueadas passam por uma avaliação de desempenho ambiental que exige, como critério imprescindível para manutenção do contrato, a certificação NBR ISO 14001, que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental da produção.

A Tractebel busca desenvolver um sólido relacionamento com seus fornecedores, que seja indutor da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental em toda sua cadeia de valor. Assim, sua gestão de fornecedores aplica uma metodologia de capacitação e avaliação de desempenho, focada no comprometimento e engajamento com a responsabilidade social, direitos humanos, saúde e segurança no trabalho e meio ambiente.

Seguindo essa metodologia, o processo de contratação identifica parceiros que observem práticas sustentáveis, alinhadas aos princípios estabelecidos nos Códigos de Ética e de Meio Ambiente da Tractebel, documentos que os fornecedores declararam conhecer como parte integrante dos seus contratos com a Companhia. Todos os contratos de fornecimento da Tractebel dispõem de cláusulas específicas que proíbem a utilização de mão de obra infantil e de trabalho forçado por qualquer fornecedor ou prestador de serviços.

Após a avaliação inicial acerca das práticas de sustentabilidade, os processos de compra são inseridos em um módulo que registra as propostas de orçamento e os trâmites processuais, para que o comprador avalie, compare e selecione a oferta que melhor atenda à demanda da Companhia.



Contratos padrão sustentáveis

"A fim de reforçar a responsabilidade social da Tractebel Energia, elaboramos contratos padrão sustentáveis, contendo em todos os modelos cláusulas obrigatórias que expressamente proíbem a mão de obra infantil e escrava, garantem os direitos dos trabalhadores e asseguram o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, além do Código de Meio Ambiente e Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável."

Cristina Riggenbach
Assuntos Jurídicos

Desenvolvimento local

O processo de contratação de fornecedores também está alinhado ao objetivo da Companhia de impulsionar o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua. Assim, a Tractebel busca atender a suas demandas de contratação com fornecedores locais, principalmente para serviços de longo prazo (acima de 12 meses).

Em 2010, em todas as suas unidades de produção, a Companhia manteve contratos com 59 empresas que utilizam mão de obra local, o equivalente a 40% do total, e R$ 36,0 milhões, para os serviços terceirizados de manutenção, meio ambiente, utilidades, vigilância, limpeza, informática e infraestrutura.

Ainda como parte do propósito de desenvolvimento local, os empregados e dependentes dos prestadores de serviços terceirizados contam com um programa de benefícios em caráter permanente. Os custos referentes ao programa, que contempla planos de saúde e odontológico, estão inclusos no valor total dos contratos firmados pela Companhia, atendendo a mais de 1.500 pessoas.

"O processo de contratação de fornecedores também está alinhado ao objetivo da Companhia de impulsionar o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua."

GOVERNO

A Tractebel se relaciona institucionalmente com o Governo em suas diferentes instâncias, mas não há uma política formalizada para atuar na elaboração de políticas públicas e lobbies. Por outro lado, em alinhamento ao objetivo de fomentar o desenvolvimento social sustentável, adicionalmente ao relacionamento institucional formal, a Companhia mantém um diálogo construtivo permanente com as diversas esferas do Poder Público. Por meio desse diálogo, a Tractebel exerce seu papel de instituição relevante no debate de políticas públicas e participa do desenvolvimento de temas ligados ao seu negócio.

Esse relacionamento se dá por meio da participação da Companhia em comitês e conselhos ligados às esferas estaduais e municipais das regiões das usinas, nos quais são debatidos e desenvolvidos temas como o uso racional dos recursos hídricos, saneamento básico e diversos outros aspectos relevantes para o desenvolvimento econômico-financeiro, social e ambiental.

Além disso, os empregados da Tractebel, como seus representantes por delegação, também desenvolvem um sólido relacionamento com entidades de classe, órgãos reguladores e normatizadores, e instituições do terceiro setor.

Participação em comitês e conselhos

» Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
» Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE)
» Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage)
» Associação Brasileira de Manutenção (Abraman)
» Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine)
» Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen)
» Bacia Hidrográfica Apuaê-Inhadava
» Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
» Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel)
» Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER)
» Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
» Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigre)
» Conselho de Infraestrutura (Coinfra)
» Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
» Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc)
» Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs)
» Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge)
» Instituto ACENDE Brasil
» Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
» Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
» World Energy Council - Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME)



Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética

Apoio a partidos políticos

A Tractebel apoia partidos políticos ou candidatos a cargos no Poder Legislativo em completa conformidade com a legislação que rege as doações a campanhas eleitorais. As doações são aprovadas pelo Comitê de Ética da Companhia e devidamente informadas, por meio da internet, no website do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2010, a Tractebel destinou aproximadamente R$ 7,0 milhões ao apoio a candidatos e partidos políticos.

ACIONISTAS

A Tractebel está comprometida com a transparência e, por isso, mantém um relacionamento próximo, constante e objetivo com seus investidores, oferecendo diversos canais de comunicação. No website da Companhia, uma área específica disponibiliza dados sobre o desempenho e todas as demais informações que possam dar a base necessária à tomada de decisão. Entre elas estão fatos relevantes, comunicados ao mercado e o desempenho trimestral da Companhia, além do Relatório de Sustentabilidade, apresentado anualmente.

Adicionalmente, a área de Relações com Investidores da Companhia promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, fóruns de investidores e analistas de investimentos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), e participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento. Assim, busca prover o acesso necessário do público investidor às informações sobre a Companhia. Em 2010, a equipe de relações com Investidores participou de um total de 54 eventos, – no Brasil e no exterior - promovidos por agentes do mercado de capitais, reunindo-se com 436 investidores, consideradas as repetições e excluídas as reuniões da Apimec.

Visitas de analistas e investidores às usinas da Tractebel também fazem parte do programa de comunicação e relacionamento com os investidores. Em 2010, a Companhia promoveu a visita à Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, em Pitangueiras (SP), que contou com a participação de aproximadamente 50 analistas de diversas instituições.

9 Premiações e Reconhecimentos



09. Premiações e Reconhecimentos

GRI: 2.10

Em 2010, a Tractebel teve sua gestão, projetos e comunicação reconhecidos pelas seguintes premiações:

Troféu Transparência (Anefac)

Reconhecimento pela transparência em suas demonstrações contábeis, selecionada entre mais de 700 balanços contábeis avaliados em 2010 e eleita entre as vinte finalistas da 14ª edição do Prêmio.

As Melhores da Dinheiro - edição especial da Revista IstoÉ Dinheiro

A Companhia foi escolhida como 1° lugar no ranking "empresa do setor elétrico", em Gestão de Recursos Humanos, 2° lugar em Sustentabilidade Financeira e 2° lugar em Governança Corporativa.

Prêmio Expressão de Ecologia 2010

A Tractebel recebeu o troféu Onda Verde do 18º Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Conservação de Insumos de Produção - Energia, com o case "Programa Tractebel Energia de Diagnóstico de Eficiência Energética para Clientes Industriais e sua Contribuição na Redução da Emissão de GEE - Gases de Efeito Estufa". O Programa foi criado em 2004, fruto da política de fidelização de clientes e de seu foco no desenvolvimento sustentável, e é oferecido gratuitamente à sua carteira de clientes do mercado livre. Até setembro de 2010, foram investidos pela empresa R$ 4,2 milhões no desenvolvimento desse Programa, com um custo médio de R$ 235 mil por diagnóstico realizado.

6° Prêmio Brasil Ambiental

Em parceria com Consórcio Itá, Fatma e Ecopef, a Tractebel Energia conquistou o Prêmio, concedido pela Câmara de Comércio Americana, na categoria Florestas. A Companhia e seus parceiros foram premiados pelo case Implantação, incubação da gestão e operação do Parque Estadual Fritz Plaumann, que relata o desenvolvimento de um modelo inovador de gestão de unidades de conservação, a fim de viabilizar a proteção e o uso público dos recursos naturais. Ao fomentar a criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), capacitando jovens da comunidade para assumir a cogestão do Parque por meio da Ecopef (equipe cogestora do Parque Fritz Plaumann), o Consórcio Itá foi muito além de suas obrigações legais, garantindo a sustentabilidade do projeto.

12° Prêmio Abrasca - Relatório Anual

O Relatório de Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia conquistou o quarto lugar do Prêmio, escolhido entre mais de 30 companhias abertas participantes, reconhecido pela qualidade, transparência e objetividade das informações prestadas na publicação. Além disso, a Companhia recebeu menção honrosa na categoria "Gestão de Risco".

Balanço Social Consolidado

Tractebel Energia

	2010	2009
1. Base de cálculo	**R$ mil**	**R$ mil**
Receita líquida	4.100.381	3.496.677
Resultado operacional	1.721.310	1.537.207
Folha de pagamento bruta	109.289	97.564

2. Indicadores sociais internos	R$ mil	% sobre a folha de pagamento bruta	% sobre a receita líquida	R$ mil	% sobre a folha de pagamento bruta	% sobre a receita líquida
Alimentação	8.164	7,47	0,20	7.997	8,20	0,23
Encargos sociais compulsórios	35.907	32,86	0,88	31.447	32,23	0,90
Previdência privada	33.785	35,93	1,00	35.722	35,21	0,96
Saúde e Segurança no Trabalho	12.971	11,87	0,32	11.631	11,92	0,33
Educação	3.430	3,14	0,08	2.562	2,63	0,07
Participação nos resultados	18.733	17,14	0,46	17.010	17,43	0,49
Outros benefícios	7.116	6,51	0,17	6.602	6,77	0,19
Total dos indicadores sociais internos	**120.106**	**114,92**	**3,11**	**112.971**	**114,39**	**3,17**

3. Indicadores sociais externos	R$ mil	% sobre o resultado operacional	% sobre a receita líquida	R$ mil	% sobre o resultado operacional	% sobre a receita líquida
Educação	1.632	0,09	0,04	1.592	0,10	0,05
Cultura	7.062	0,41	0,17	2.296	0,15	0,07
Outros	4.850	0,28	0,12	5.513	0,36	0,16
Total das contribuições para a sociedade	13.544	0,79	0,33	9.401	0,61	0,27
Tributos (excluídos encargos sociais)	984.909	57,22	24,02	840.703	54,69	24,04
Total dos indicadores sociais externos	**998.453**	**58,79**	**24,68**	**850.104**	**55,91**	**24,59**

Os indicadores sociais internos estabelecidos no modelo iBase relativos à saúde, capacitação e desenvolvimento profissional e auxílio-creche estão consolidados nos itens segurança e saúde no trabalho, educação e outros, respectivamente.
Os indicadores sociais externos do modelo iBase para os quais a Companhia não incorreu em gastos não foram relacionados no balanço social.

			2010			2009
4. Indicadores ambientais	R$ mil	% sobre o resultado operacional	% sobre a receita líquida	R$ mil	% sobre o resultado operacional	% sobre a receita líquida
Relacionados com a operação da Empresa	17.505	1,02	0,43	13.689	0,89	0,39
Relacionados com projetos em curso	22.452	1,30	0,55	53.462	3,48	1,53
Total dos investimentos em meio ambiente	**39.957**	**2,32**	**0,98**	**67.151**	**4,37**	**1,92**

5. Indicadores do corpo funcional	Quantidade	Quantidade
Nº de empregados(as) ao final do período	1.033	990
Nº de admissões durante o período	82	82
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3.012	729
Nº de estagiários(as)	77	71
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	438	362
Nº de mulheres que trabalham na empresa	136	129
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,7%	3,7%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a estes indicadores.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a estes indicadores.
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a estes indicadores.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a estes indicadores.
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	9	10

Os indicadores sociais internos estabelecidos no modelo iBase relativos à saúde, capacitação e desenvolvimento profissional e auxílio-creche estão consolidados nos itens segurança e saúde no trabalho, educação e outros, respectivamente.
Os indicadores sociais externos do modelo iBase para os quais a Companhia não incorreu em gastos não foram relacionados no balanço social.

			2010			Metas 2011
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa			17,96			Não definida
Número total de acidentes de trabalho			9			0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normal da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):			**R$ 3.171.494**			**ND**
Distribuição do valor adicionado (DVA):	43,50% governo 38,21% acionistas	5,63% colaboradores(as) 12,66% terceiros	0% retido	ND% governo ND% terceiros	ND% colaboradores(as)	ND% acionistas ND% retido

7. Outras Informações
ND

Os indicadores sociais internos estabelecidos no modelo iBase relativos à saúde, capacitação e desenvolvimento profissional e auxílio-creche estão consolidados nos itens segurança e saúde no trabalho, educação e outros, respectivamente.
Os indicadores sociais externos do modelo iBase para os quais a Companhia não incorreu em gastos não foram relacionados no balanço social.

Índice GRI

Perfil

1. Estratégia e análise

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização	Completo	8 e 9			
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Completo	32 a 34, 38 e 39, 107 e 108			

2. Perfil organizacional

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
2.1	Nome da organização	Completo	Tractebel Energia S.A.			
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Completo	13 a 22			
2.3	Estrutura operacional	Completo	13 a 22			
2.4	Localização da sede	Completo	13			
2.5	Número de países em que a organização opera	Completo	As operações da Tractebel Energia estão localizadas no Brasil.			
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Completo	17 a 22			
2.7	Mercados atendidos	Completo	17 a 22, 109 e 110			
2.8	Porte da organização	Completo	13 a 22			
2.9	Principais mudanças durante o período coberto	Completo	10 e 11 e 13 a 17			
2.10	Prêmios recebidos no período	Completo	114			

3. Parâmetros para o Relatório

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
3.1	Período coberto pelo relatório	Completo	10			
3.2	Data do relatório anterior mais recente	Completo	10			
3.3	Ciclo de emissão dos relatórios	Completo	10			
3.4	Dados para contato	Completo	138			

3. Parâmetros para o Relatório

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	Completo	10 e 11			
3.6	Limite do relatório	Completo	Os dados reportados abrangem a operação da Tractebel Energia em todo o Brasil, bem como todas as suas controladas e suas participações em consórcios.			
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	Completo	10 e 11			
3.8	Base para elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	Completo	14 a 16			
3.9	Técnicas de medição de dados	Completo	10 e 11			Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto.
3.10	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Completo	11 e 53			
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	Completo	53			
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	Completo	118 a 135			
3.13	Verificação externa dos dados	Completo	137			A Tractebel adota verificação externa de seu Relatório com auditoria dos dados conduzida pela empresa PricewaterhouseCoopers.

4. Governança, compromissos e engajamento

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
4.1	Estrutura de governança	Completo	24 a 30			
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	Completo	O Presidente do Conselho de Administração não acumula cargo de Diretor Executivo.			

4. Governança, compromissos e engajamento

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	Completo	27			
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deêm orientações ao mais alto órgão de governança	Completo	27			Além dos acionistas minoritários, os empregados também têm acesso ao Conselho de Administração por meio do contato com seu Presidente.
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização	Completo	30			
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	Completo	25			
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização, para questões relacionadas a temas econômicos, sociais e ambientais	Completo	26 a 30			
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como estágio de sua implementação	Completo	4, 12 e 25			
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social	Completo	24 a 30			
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	Completo	Não há processo de autoavaliação de desempenho relativo às dimensões econômica, ambiental ou social formalizado no Conselho de Administração. Porém, por considerar essa avaliação como boa prática, está em análise a adoção de um modelo que contemple a autoavaliação.			
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio de precaução	Completo	38			

4. Governança, compromissos e engajamento

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	Completo	104 a 108, 111 e 112			
4.13	Participação significativa em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada	Completo	112			
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	Completo	10, 97 e 98			
4.15	Base para identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	Completo	97 e 98			
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo sua frequência por tipo e grupo de stakeholders	Completo	97			Como parte do processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a Companhia realiza anualmente o engajamento e consulta aos stakeholders. Para isso, aplica a todos os públicos simultaneamente uma pesquisa online.
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos stakeholders e medidas adotadas para tratá-los	Completo	10			

5. Desempenho econômico

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão econômica	Completo	33 a 34 e 100 a 111			
Aspecto	Desempenho econômico	Completo	33 a 34			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Completo	7			
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	Completo	86			
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	Completo	100			

5. Desempenho econômico

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EC4	Ajuda financeira recebida do governo	Completo	A Hidrelétrica Ponte de Pedra possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).			
Aspecto	Presença no mercado	Completo	108 a 111			
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	Parcial	100	O indicador é apresentado em uma média geral, e não por unidade operacional.	Informação sigilosa	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	Completo	111			
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	Parcial	102	Não inclui segregação por membros da alta gerência recrutados na comunidade local.	Não material	A Companhia não faz a segregação por cargo dos empregados contratados localmente.
Aspecto	Impactos econômicos indiretos	Completo	104 a 108			
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	Completo	104 a 108			
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	Completo	107 e 108			

6. Meio ambiente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão ambiental COM	Completo	63 a 95			
Aspecto	Materiais	Completo	92 e 94			
EN1 COM	Materiais usados por peso ou volume	Completo	94			

6. Meio ambiente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	Completo	92			O único material proveniente de reciclagem usado pela Companhia é o papel.
Aspecto	Energia	Parcial	87	Quantidade de energia economizada devido à melhorias em conservação e eficiência.	Não disponível	A Companhia deu início em 2010 ao processo para levantamento de suas emissões atmosféricas, que deverá incluir o consumo de energia indireta e a evolução e redução do consumo devido às melhorias em conservação e eficiência. A ser reportado em 2013
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	Completo	87			
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária	Não reportado			Não aplicável	O principal consumo da Companhia nas usinas é de energia gerada nas próprias instalações, ou seja, não compreende consumo de energia indireta (comprada de fontes externas).
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Não reportado			Não disponível	A Companhia deu início em 2010 ao processo para levantamento de suas emissões atmosféricas, que deverá incluir o consumo de energia indireta e a evolução e redução do consumo devido às melhorias em conservação e eficiência. A ser reportado em 2013
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	Não reportado			Não aplicável	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	Completo	87			
Aspecto	Água	Parcial	88 e 89			
EN8^{COM}	Total de água retirada por fonte	Completo	88 e 89			
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	Não reportado			Não aplicável	A retirada de água pela Companhia nestes casos não se enquadra nos critérios que definem retiradas significativas.
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Completo	88			

6. Meio ambiente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Biodiversidade	Parcial	81, 82 e 95	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.	Não material	A Companhia faz o levantamento de todas as espécies nas áreas de entorno dos seus reservatórios, porém não há um número consolidado de quantas dessas espécies fazem parte das listas nacionais de conservação.
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completo	81, 82 e 95			
EN12[COM]	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completo	95			
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	Completo	81, 82 e 95			
EN14[COM]	Estratégia, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	Completo	81, 82 e 95			
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	Não reportado		Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações.	Não material	A Companhia faz o levantamento de todas as espécies nas áreas de entorno dos seus reservatórios, porém não há um número consolidado de quantas dessas espécies fazem parte das listas nacionais de conservação.
Aspecto	Emissões, efluentes e resíduos	Parcial	83 a 85 e 88 a 93	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa.	Não disponível	As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo e deu início ao processo de monitoramento e levantamento para seu inventário de emissões de gases de efeito estufa. A ser reportado em 2013
EN16[COM]	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso	Completo	83 a 85			

6. Meio ambiente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EN17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	Não reportado			Não disponível	As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo e deu início ao processo de monitoramento e levantamento para seu inventário de emissões de gases de efeito estufa. A ser reportado em 2013
EN18[COM]	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas	Completo	83			
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	Completo	84 e 85			
EN20[COM]	NOx, SO_2 e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Completo	84 e 85			
EN21[COM]	Descarte total de água, por qualidade e destinação	Completo	88 e 89			
EN22[COM]	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Completo	90 a 93			
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	Completo	Em 2010, não foi registrado nenhum derramamento significativo.			
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Completo	90 e 91			
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	Completo	81 e 82			Os descartes realizados pela Companhia não se enquadram nos critérios definidos pelo GRI.
Aspecto	Produtos e serviços	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	Não reportado			Não aplicável	Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia.

6. Meio ambiente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Conformidade	Completo	Indicador EN28 no índice GRI.			
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Completo	A Companhia não sofreu multas significativas por não cumprimento da regulamentação ambiental em 2010.			
Aspecto	Transporte	Completo	87			
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores	Completo	87			A Companhia possui procedimento de monitoramento dos índices de fumaça preta dos veículos a diesel utilizados pelos fornecedores e consequente notificação em caso de desvio dos padrões normativos/legais. Além disso, a fim de evitar derramamentos de óleos, combustíveis e substâncias químicas, a Tractebel conta com procedimentos operacionais preventivos e de contenção, além de Planos de Atendimento a Emergências (PAEs).
Aspecto	Geral	Completo	95			
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	Completo	95			

7. Social: práticas trabalhistas e trabalho decente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	96 a 112			
Aspecto	Emprego	Completo	98 a 103			
LA1^{COM}	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Parcial	98	Não segrega os demais tipos de contrato, além dos CLT, por região.	Não disponível	A Companhia apresenta segregação apenas dos empregados contratados sob o regime da CLT. A ser reportado em 2012
LA2^{COM}	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	Parcial	98 e 99	Não inclui a taxa de rotatividade segregada por idade, gênero e região.	Não disponível	A Companhia apresenta apenas o número total de empregados segregado por indicadores de diversidade. A ser reportado em 2012

7. Social: práticas trabalhistas e trabalho decente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	Completo	111			Todos os empregados próprios da Tractebel trabalham em regime de tempo integral.
Aspecto	Relações entre os trabalhadores e a governança	Completo	103			
LA4[COM]	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	Completo	103			
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	Completo	103			A Companhia notifica seus empregados com antecedência, avaliada caso a caso, porém, não há um período mínimo estabelecido.
Aspecto	Segurança e Saúde no Trabalho	Completo	102 e 103			
LA6	Percentual de empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	Completo	102			Os comitês descritos representam mais de 75% dos empregados.
LA7[COM]	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	Completo	102			
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	Completo	103			
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	Completo	103			
Aspecto	Treinamento e educação	Completo	101 e 102			
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional	Completo	101			
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	Completo	102			

7. Social: práticas trabalhistas e trabalho decente

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Completo	102			
Aspecto	Diversidade e igualdade de oportunidades	Completo	99			
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	Parcial	99	Não há segregação por raça.	Não material	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita o reporte deste dado.
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	Não reportado			Não aplicável	A Tractebel não trabalha com a distinção entre o salário base de homens e mulheres em nenhuma categoria funcional.

8. Social: direitos humanos

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	96 a 112			
Aspecto	Práticas de investimento e de processos de compra	Parcial	101, 110 e 111			
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	Completo	110			
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	Parcial	Todos os contratos-padrão da Companhia possuem cláusula de direitos humanos (proibindo mão-de-obra infantil e qualquer tipo de trabalho escravo).	Porcentagem de empresas contratadas que passaram por avliação sobre suas práticas de direitos humanos.	Não disponível	As avaliações “in loco”, para verificar o cumprimento dos compromissos assumidos, são feitas com base em uma amostra aleatória dos contratos da Companhia.
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	Completo	101			

A ser reportado em 2013

8. Social: direitos humanos

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Não discriminação	Completo	Indicador HR4 no índice GRI.			
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Completo	Não foram registrados casos de discriminação durante o período coberto pelo relatório.			
Aspecto	Liberdade de associação e negociação coletiva	Completo	Indicador HR5 no índice GRI.			
HR5[COM]	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	Completo	Não foram identificadas operações neste sentido.			
Aspecto	Trabalho infantil	Completo	Indicador HR6 no índice GRI.			
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	Completo	Não foram identificadas operações neste sentido.			
Aspecto	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Completo	Indicador HR7 no índice GRI.			
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	Completo	Não foram identificadas operações neste sentido.			
Aspecto	Práticas de segurança	Completo	101			
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	Completo	101			
Aspecto	Direitos indígenas	Completo	Indicador HR9 no índice GRI.			
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	Completo	Não foram identificadas operações neste sentido.			

9. Social: sociedade

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	96 a 112			
Aspecto	Comunidade	Completo	104 a 108			
SO1[COM]	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	Completo	104 a 108			

9. Social: sociedade

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Corrupção	Completo	25 e 101			
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção	Completo	As unidades de negócio contam com sistema de controle dos processos de aquisições, que atua também reduzindo o risco de corrupção. Entretanto, não é realizada a avaliação quanto aos riscos relacionados a corrupção.			
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	Completo	25 e 101			
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo.			
Aspecto	Políticas públicas	Completo	111 e 112			
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	Completo	111 e 112			
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	Completo	112			
Aspecto	Concorrência desleal	Completo	Indicador SO7 no índice GRI.			
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monópolio e seus resultados	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo.			
Aspecto	Conformidade	Completo	Indicador SO8 no índice GRI.			
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções nãomonetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos	Completo	Não foram registradas ocorrências deste tipo.			

10. Social: responsabilidade pelo produto

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
	Informações sobre a forma de gestão social	Completo	110			
Aspecto	Saúde e segurança do cliente	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.
PR1^{COM}	Fases do ciclo de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.
Aspecto	Rotulagem de produtos e serviços	Completo				
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem.
PR4	Número total de casos de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem.
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	Completo	110			
Aspecto	Comunicações de marketing	Não reportado			Não aplicável	Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes.
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Não reportado			Não aplicável	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório.
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Não reportado			Não aplicável	A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório.

10. Social: responsabilidade pelo produto

		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
Aspecto	Privacidade do cliente	Completo	Indicador PR8 no índice GRI.			
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes	Completo	Não foram registradas reclamações deste tipo.			
Aspecto	Conformidade	Completo	Indicador PR9 no índice GRI.			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Completo	O suprimento de energia elétrica é regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2010 a Companhia não registrou nenhuma penalização.			

11. Indicadores setoriais: energia elétrica

PERFIL ORGANIZACIONAL		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU1	Capacidade instalada por fonte de energia e regime regulatório	Completo	17 a 22			
EU2	Produção líquida de energia conforme fonte primária de energia e regime regulatório	Completo	44			
EU3	Número de clientes residenciais, industriais e comerciais	Não reportado			Informação sigilosa	Entre as classes citadas, a base de clientes da Tractebel é composta exclusivamente por clientes industriais, representantes de sete setores da economia. Por se tratar de uma informação estratégica, a Companhia não divulga o número de clientes atendidos.
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição de superfície e subterrâneas por regime regulatório	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU5	Licenças de comercialização de emissões CO_2	Completo	86			

11. Indicadores setoriais: energia elétrica

ECONÔMICO		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU6	Planejamento para assegurar a disponibilidade e segurança na oferta de energia	Completo	13, 32, 33, 38 e 39			
EU7	Programas de gerenciamento da demanda abrangendo consumidores residenciais, comerciais, institucionais e industriais, entre outros	Completo	33			
EU8	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimentos com o objetivo de prover energia confiável e promover o desenvolvimento sustentável	Completo	55 a 57			
EU9	Providências para fechamento de plantas de energia nuclear	Não reportado			Não aplicável	A Tractebel não opera usinas nucleares de energia.
EU10	Capacidade planejada (MW) em relação à demanda projetada	Não reportado			Informação sigilosa	Por considerá-la estratégica, a Tractebel não divulga esta informação.
EU11	Média de eficiência na geração em plantas de termelétricas	Completo	44			
EU12	Percentual de perdas (eficiência) em transmissão e distribuição em relação à energia total	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
MEIO AMBIENTE		**Reporte**	**Referência (pg.) / resposta direta**	**Informação não reportada**	**Razão da ausência**	**Explicação**
EU13	Evolução na biodiversidade de habitats recuperados	Completo	81, 82 e 95			
SOCIAL		**Reporte**	**Referência (pg.) / resposta direta**	**Informação não reportada**	**Razão da ausência**	**Explicação**
EU14	Processos para garantir a retenção e renovação da força de trabalho qualificada	Completo	54 e 98 a 103			
EU15	Porcentagem de empregados aptos à aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos por categoria de trabalho e região	Parcial	102	Não está segregado por categoria e região.	Informação sigilosa	A Companhia não divulga a segregação por categoria e por região por se tratar de informação estratégica e confidencial.
EU16	Políticas e critérios relativas à saúde e segurança dos empregados contratados e subcontratados	Completo	102 e 103			

11. Indicadores setoriais: energia elétrica

SOCIAL		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU17	Dias trabalhados por empregados contratados e terceirizados na construção, operação e manutenção das atividades	Parcial	102	Não apresenta dias trabalhados por empregados, apenas por terceirizados em "horas de exposição ao risco".	Não disponível	Os serviços de construção, operação e manutenção que envolvem exposição ao risco são, em sua maior parte, realizados por empregados terceirizados.
EU18	% de contratados e terceirizados treinados em saúde e segurança	Completo	102			Todos os empregados e terceirizados são treinados em saúde e segurança, de acordo com a a norma BS OHSAS 18001 – Sistema de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho.
EU19	Processo participativo dos stakeholders na elaboração e tomada de decisões e planejamento de oferta de energia e infraestrutura	Completo	98			
EU20	Gestão dos impactos do deslocamento involuntário	Completo	107 a 108			
EU21	Planejamento e medidas de contingência em caso de catástrofes/emergências	Completo	65			
EU22	Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão	Completo	108			Informação apresentada por número de famílias reassentadas.
EU23	Programas para a melhoria ou manutenção do acesso à eletricidade e serviços	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU24	Práticas para abordar barreiras relacionadas a idioma, cultura e baixa alfabetização para obtenção e uso adequado dos serviços de eletricidade	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.

A ser reportado em 2013

11. Indicadores setoriais: energia elétrica

SOCIAL		Reporte	Referência (pg.) / resposta direta	Informação não reportada	Razão da ausência	Explicação
EU25	Número de acidentes e óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa	Completo	Em 2010, não foi registrado nenhum acidente ou óbito de pessoas da comunidade envolvendo ativos da Companhia. A Tractebel efetua um rígido controle e acompanhamento de acesso a suas instalações, a fim de evitar tais acidentes.			
EU26	Porcentagem da população não atendida em áreas urbanas e em áreas rurais	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não é responsável pelo atendimento à população.
EU27	Número de desligamentos residenciais por não-pagamento, divididos por duração do desligamento	Não reportado				A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não possui clientes residenciais.
EU28	Freqüência de interrupção de energia	Não reportado				A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU29	Duração média da interrupção de energia	Não reportado			Não aplicável	A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia.
EU30	Disponibilidade média de geração	Completo	44			

Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Tractebel Energia** apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2010 Tractebel Energia" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 3 de junho 2011

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative

O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque Tractebel Energia submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

***Isenção de Responsabilidade:** No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais,entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 28 de maio 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.*

Asseguração Independente

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre o Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A.

Aos Administradores
Tractebel Energia S.A.

Introdução

Fomos contratados com objetivo de assegurarmos o Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A., preparado sob a responsabilidade da administração da Companhia. Esta responsabilidade inclui o desenho, a implementação e manutenção de controles internos para a adequada elaboração e apresentação do Relatório de Sustentabilidade. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguração limitada das informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia S.A. do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Procedimentos Aplicados

O trabalho de asseguração limitada foi realizado de acordo com a norma brasileira para trabalhos de asseguração diferentes de auditoria e revisão NBC TO 3000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esta norma exige o cumprimento com os padrões éticos, o planejamento e a realização do serviço para obtermos asseguração limitada de que nenhuma questão tenha chegado ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que o Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A. não esteja adequado de acordo com os critérios descritos abaixo (Escopo e limitações), em todos os seus aspectos relevantes.

Em um serviço de asseguração limitada, os procedimentos de obtenção de evidências são mais limitados do que em um serviço de asseguração razoável; portanto, obtém-se um nível de asseguração menor do que seria obtido em um serviço de asseguração razoável. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, incluindo a avaliação dos riscos do Relatório de Sustentabilidade não cumprir significativamente com os critérios descritos abaixo (Escopo e limitações). Dentro do escopo do nosso trabalho, realizamos os seguintes procedimentos, entre outros: (i) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A.; (ii) a obtenção do entendimento dos controles internos; (iii) a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os dados quantitativos e qualitativos do Relatório de Sustentabilidade; e (iv) entrevistas com os gestores responsáveis pelas informações. Dessa forma, os procedimentos aplicados foram considerados suficientes para permitir um nível de segurança limitada e, por conseguinte, não contemplam aqueles requeridos para emissão de um relatório de asseguração mais ampla, como conceituado na referida norma.

Escopo e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo verificar se os dados incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A., no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas, se apresentam em conformidade com os critérios e as diretrizes para relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI-G3). As opiniões, informações históricas e informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas não estão no escopo dos trabalhos desenvolvidos.

As demonstrações contábeis da Tractebel Energia S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer de auditoria em 04 de fevereiro de 2011, sem ressalvas. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis, e apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A., foram extraídos dessas demonstrações contábeis, as quais não foram objeto de asseguração para fins desta revisão.

Conclusão

Com base em nosso serviço de asseguração limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nas informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2010 da Tractebel Energia S.A., relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, para que essas informações estejam apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios utilizados conforme descrito acima (Escopo e limitações).

São Paulo, 25 de março de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Manuel Luiz da Silva Araújo
Contador CRC 1RJ039600/O-7 "S" SP

Informações Corporativas

ENDEREÇO DA COMPANHIA

Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
sattamini@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br

Rafael J. Caron Bósio
Analista de Relações com Investidores
rbosio@tractebelenergia.com.br

Ana Sayuri H. Sylvestre Machado
Analista de Relações com Investidores
ana.sylvestre@tractebelenergia.com.br

Mariana Nicoletti Puricelli
Analista de Relações com Investidores
mariananp@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7221

RELAÇÕES COM A IMPRENSA E COMUNIDADES

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

Luciane Rodrigues Pinheiro Pedro
Assessora de Comunicação
luciane@tractebelenergia.com.br

Eduardo Peressoni Vieira
Assessor de Comunicação
evieira@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7076

WEBSITE

www.tractebelenergia.com.br

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Diário Oficial de Santa Catarina
Notícias do Dia

Atendimento aos acionistas
Banco Itaú S.A.
Departamento de Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

Banco depositário
No Brasil: Banco Itaú S.A.
Nos Estados Unidos da América (American Depositary Receipts):
The Bank of New York Mellon

Auditoria das Demonstrações Financeiras
Deloitte Touche Tohmatsu

Auditoria do Relatório de Sustentabilidade
PricewaterhouseCoopers

COMITÊ DE ÉTICA

Membros:
Diretor Administrativo (coordenador):
(48) 3221-7060

Gerente da Unidade Organizacional
Assuntos Jurídicos: (48) 3221-7042

Gerente da Unidade Organizacional
Recursos Humanos: (48) 3221-7029

Gerente da Unidade Organizacional
Auditoria Interna: (48) 3221-7314

comitedeetica@tractebelenergia.com.br

DIRETORIA DE ÉTICA DO GRUPO GDF SUEZ

16, rue la Ville l'Evêque
75383 Paris 08 – France
ethic@suez.com
Tel.: + 33 1 4006-6400
Fax: + 33 1 4006-2969

Demonstrações Contábeis
do Exercício Social findo em 31.12.2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)

Ativo

		Controladora (BRGAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	Nota	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	796.117	1.093.839	318.620	1.082.580	1.254.640	420.005
Contas a receber de clientes	5	446.165	354.676	371.041	531.106	435.292	387.579
Dividendos de controladas		6.525	12.347	9.000	-	-	-
Ativo mantido para venda	6	23.856	-	-	23.057	-	-
Impostos e contribuições sociais	7	62.633	15.255	17.069	91.818	72.920	27.035
Estoques	8	43.041	39.419	57.749	46.032	44.652	58.788
Cauções e depósitos vinculados	9	69.665	31.491	-	81.553	33.511	1.414
Alienação de ativo	10	-	-	17.448	-	-	17.448
Outros créditos		48.410	34.477	34.463	50.587	31.870	31.480
		1.496.412	**1.581.504**	**825.390**	**1.906.733**	**1.872.885**	**943.749**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Impostos e contribuições sociais	7	28.473	27.861	22.613	219.880	74.482	106.682
Cauções e depósitos vinculados	9	-	-	-	51.244	63.738	25.162
Alienação de ativo	10	86.886	86.886	68.469	86.886	86.886	68.469
Depósitos judiciais	11	131.315	193.482	189.043	133.464	217.309	207.933
Créditos com controladas	12	6.765	35.654	6.300	-	-	-
Ativo fiscal diferido	13	288.413	279.873	280.378	328.240	311.330	307.567
Outros créditos		31.295	35.700	32.425	52.311	52.497	48.852
		573.147	**659.456**	**599.228**	**872.025**	**806.242**	**764.665**
Investimentos	15	**2.282.763**	**1.945.050**	**1.535.799**	**-**	**-**	**-**
Imobilizado	16	**5.315.270**	**4.524.915**	**4.715.938**	**9.976.009**	**8.137.229**	**7.882.261**
Intangível	17	**19.471**	**18.238**	**19.840**	**95.521**	**118.033**	**126.715**
		8.190.651	**7.147.659**	**6.870.805**	**10.943.555**	**9.061.504**	**8.773.641**
TOTAL		**9.687.063**	**8.729.163**	**7.696.195**	**12.850.288**	**10.934.389**	**9.717.390**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)



Passivo e Patrimônio Líquido

		Controladora (BRGAAP)			Consolidado (IFRS e BRGAAP)		
	Nota	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	18	174.086	171.019	149.029	268.851	246.117	212.367
Dividendos e juros s/ capital próprio	29	189.509	169.509	154.497	189.509	169.509	154.497
Empréstimos e financiamentos	19	49.577	67.954	512.519	189.414	221.346	671.913
Debêntures	20	895.178	117.340	50.111	905.017	126.407	60.591
Impostos, taxas e contribuições	21	431.088	381.416	370.548	457.937	411.616	404.108
Obrigações estimadas	22	54.084	40.708	36.559	54.881	41.233	37.759
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	23	11.995	43.061	55.037	14.991	48.112	60.270
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	10.720	12.580	10.140	10.866	12.677	10.262
Concessões a pagar	25	2.499	1.857	1.873	42.297	37.419	2.343
Benefícios pós-emprego	26	25.939	25.478	21.642	25.939	25.478	21.642
Partes relacionadas	35	-	-	-	-	-	221.306
Outras obrigações		40.351	41.846	42.748	100.136	66.514	55.376
		1.885.026	**1.072.768**	**1.404.703**	**2.259.838**	**1.406.428**	**1.912.434**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	19	213.417	276.776	403.363	2.567.145	1.465.106	1.580.325
Debêntures	20	765.964	1.577.213	632.984	782.344	1.601.783	665.744
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	23	40.622	-	-	41.260	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	141.011	96.850	100.649	143.416	127.418	122.678
Concessões a pagar	25	718.526	307.432	285.782	1.092.650	920.055	556.683
Benefícios pós-emprego	26	409.452	491.657	478.503	409.452	491.657	478.503
Passivo fiscal diferido	27	434.845	449.327	479.079	445.691	459.938	480.679
Outras obrigações		5.516	8.092	10.945	35.808	12.956	20.157
		2.729.353	**3.207.347**	**2.391.305**	**5.517.766**	**5.078.913**	**3.904.769**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	28	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	28	91.695	91.695	91.695	91.695	91.695	91.695
Ajustes de avaliação patrimonial	28	708.190	765.069	821.039	708.190	765.069	821.039
Reservas de lucros	28	1.827.033	1.146.518	541.687	1.827.033	1.146.518	541.687
		5.072.684	**4.449.048**	**3.900.187**	**5.072.684**	**4.449.048**	**3.900.187**
TOTAL		**9.687.063**	**8.729.163**	**7.696.195**	**12.850.288**	**10.934.389**	**9.717.390**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Controladora (BRGAAP) 31.12.2009	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	38	3.141.168	2.823.294	4.100.381	3.496.677
CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA					
Energia elétrica comprada para revenda		(196.491)	(199.914)	(674.175)	(392.099)
Transações no âmbito da CCEE		(660)	(121.881)	(5.952)	(123.945)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(217.860)	(217.027)	(269.087)	(263.029)
Custo de produção de energia elétrica	30	(709.844)	(613.345)	(921.145)	(773.551)
Custo dos serviços prestados	30	(17.713)	(14.696)	(17.713)	(14.696)
		(1.142.568)	**(1.166.863)**	**(1.888.072)**	**(1.567.320)**
LUCRO BRUTO		**1.998.600**	**1.656.431**	**2.212.309**	**1.929.357**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	30	(13.390)	(12.565)	(14.363)	(14.831)
Despesas gerais e administrativas	30	(141.723)	(132.054)	(159.935)	(143.711)
Reversão (Constituição) de provisões operacionais	32	80.674	1.802	66.519	(6.896)
Ganho em ações judiciais	31	45.803	8.392	45.803	8.392
Outras receitas (despesas) operacionais		1.063	4.858	(181)	4.685
		(27.573)	**(129.567)**	**(62.157)**	**(152.361)**
Resultado do serviço		**1.971.027**	**1.526.864**	**2.150.152**	**1.776.996**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	15	(22.483)	106.340	-	-
Amortização de ágio / direito de concessão	15	(2.411)	(2.710)	-	-
		(24.894)	**103.630**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	33	101.149	69.768	130.627	86.883
Despesas financeiras	33	(337.775)	(205.598)	(559.469)	(326.672)
		(236.626)	**(135.830)**	**(428.842)**	**(239.789)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.709.507**	**1.494.664**	**1.721.310**	**1.537.207**
Imposto de renda	14	(364.640)	(295.090)	(370.804)	(324.867)
Contribuição social	14	(133.218)	(108.707)	(138.857)	(121.473)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.211.649**	**1.090.867**	**1.211.649**	**1.090.867**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$		**1,85**	**1,67**	**1,85**	**1,67**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

					Reservas de Lucros				
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 01.01.2009 ANTES ADOÇÃO NOVAS PRÁTICAS		**2.445.766**	**91.695**	**-**	**305.254**	**328.073**	**-**	**-**	**3.170.788**
Ajustes adoção das novas práticas	2	-	-	821.039	-	-	-	(91.640)	**729.399**
Transferências para reservas		-	-	-	-	(91.640)	-	91.640	**-**
SALDO EM 01.01.2009 APÓS ADOÇÃO NOVAS PRÁTICAS		**2.445.766**	**91.695**	**821.039**	**305.254**	**236.433**	**-**	**-**	**3.900.187**
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado		-	-	(55.970)	-	-	-	55.970	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.090.867	**1.090.867**
Proposta da Administração de destinação do lucro:									
- Reserva legal	29	-	-	-	56.720	-	-	(56.720)	**-**
- Dividendos e juros s/ capital próprio - R$ 0,9558426155 por ação	29	-	-	-	-	-	-	(542.006)	**(542.006)**
- Dividendos adicionais propostos - R$ 0,1254900014 por ação	29	-	-	-	-	-	81.913	(81.913)	**-**
- Reserva de retenção de lucros	28	-	-	-	-	453.759	-	(453.759)	**-**
- Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	12.439	-	(12.439)	**-**
SALDO EM 31.12.2009		**2.445.766**	**91.695**	**765.069**	**361.974**	**702.631**	**81.913**	**-**	**4.449.048**
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado		-	-	(56.879)	-	-	-	56.879	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-			-		1.211.649	**1.211.649**
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(81.913)	-	**(81.913)**
Proposta da Administração de destinação do lucro:									
- Reserva legal	29	-	-	-	60.582	-	-	(60.582)	**-**
- Dividendos e juros s/ capital próprio – R$ 0,775344641 por ação	29	-	-	-	-	-	-	(506.100)	**(506.100)**
- Dividendos adicionais propostos - R$ 0,2424687839 por ação	29	-	-	-	-	-	158.270	(158.270)	**-**
- Reserva de retenção de lucros	28	-	-	-	-	543.576	-	(543.576)	**-**
SALDO EM 31.12.2010		**2.445.766**	**91.695**	**708.190**	**422.556**	**1.246.207**	**158.270**	**-**	**5.072.684**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Controladora (BRGAAP) 31.12.2009	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2009
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.211.649	1.090.867	1.211.649	1.090.867
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	30	314.194	304.675	461.325	424.714
Resultado de participação societária	15	22.483	(106.340)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida		45.518	(82.542)	98.753	(82.364)
Juros líquidos		51.604	64.051	110.918	101.924
Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida		(71.734)	11.972	(57.704)	22.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(6.960)	(29.246)	(22.523)	(22.910)
Outros		1.388	(276)	5.174	(2.794)
		1.568.142	**1.253.161**	**1.807.592**	**1.531.537**
Redução (aumento) nos ativos					
Contas a receber de clientes		(78.912)	16.365	(97.660)	(47.713)
Impostos e contribuições sociais		(42.375)	2.226	(82.723)	(5.731)
Estoques		(3.621)	18.330	(1.351)	14.136
Cauções e depósitos vinculados/judiciais		73.961	(18.124)	57.825	(53.626)
Outros		(7.278)	4.583	(3.187)	(6.575)
		(58.225)	**23.380**	**(127.096)**	**(99.509)**
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		(7)	21.990	(49.844)	14.951
Impostos, taxas e contribuições		15.892	(18.149)	51.073	(25.855)
Obrigações estimadas		13.365	3.024	12.784	2.345
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(4.676)	(9.524)	(4.393)	(10.538)
Benefícios pós-emprego		(30.802)	(40.250)	(30.802)	(40.250)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento		5.972	(11.976)	8.140	(12.158)
Outros		(3.765)	(5.491)	13.027	15.576
		(4.021)	**(60.376)**	**(15)**	**(55.929)**
Recursos provenientes das atividades operacionais		**1.505.896**	**1.216.165**	**1.680.481**	**1.376.099**
Atividades de investimento					
Aumento em investimentos, líquido do caixa e equivalentes obtidos na aquisição	15	(1.182.485)	(313.040)	(791.889)	(2.971)
Aplicação no imobilizado	16	(78.961)	(110.496)	(296.350)	(250.923)
Aplicação no intangível	17	(5.904)	(3.603)	(6.652)	(4.621)
Dividendos recebidos de controladas		10.719	4.072	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos		**(1.256.631)**	**(423.067)**	**(1.094.891)**	**(258.515)**

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (continuação)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora (BRGAAP) 31.12.2010	Controladora (BRGAAP) 31.12.2009	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2010	Consolidado (IFRS e BRGAAP) 31.12.2009
Atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	1.297.768	276.751	1.403.084
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	(141.617)	(789.897)	(477.849)	(946.796)
Pagamento de concessões a pagar	25	(1.883)	(1.864)	(36.602)	(14.639)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada		100.322	-	-	-
Partes relacionadas		32.215	(28.745)	-	(221.306)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(536.024)	(495.141)	(536.024)	(495.141)
Cauções e depósitos vinculados		-	-	16.074	(8.151)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos		**(546.987)**	**(17.879)**	**(757.650)**	**(282.949)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes		**(297.722)**	**775.219**	**(172.060)**	**834.635**
Saldo inicial	4	1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
Saldo final	4	796.117	1.093.839	1.082.580	1.254.640
Caixa e equivalentes		**(297.722)**	**775.219**	**(172.060)**	**834.635**

Vide informações adicionais sobre essa demonstração na Nota 39.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais)

		Controladora (BRGAAP)		Consolidado* (IFRS e BRGAAP)	
	Nota	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receita bruta de vendas	38	3.487.659	3.119.941	4.586.133	3.886.319
Receita relativa à construção de ativos		-	-	305.213	494.892
Outros		46.866	14.078	45.622	13.307
		3.534.525	**3.134.019**	**4.936.968**	**4.394.518**
(-) Insumos					
Material	30	(22.139)	(21.453)	(25.791)	(23.300)
Serviço de terceiro	30	(114.766)	(97.420)	(143.120)	(119.222)
Combustível para produção de energia	30	(50.263)	(32.547)	(61.062)	(37.582)
Gastos na construção de usinas		-	-	(270.519)	(448.792)
Energia elétrica comprada para revenda		(196.491)	(199.914)	(674.175)	(392.099)
Transações no âmbito da CCEE		(660)	(121.881)	(5.952)	(123.945)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.860)	(217.027)	(269.087)	(263.029)
Seguros	30	(8.023)	(8.302)	(10.285)	(9.754)
Reversão de provisões operacionais, líquidas	32	80.674	1.802	66.519	(6.896)
Outros		(33.897)	(28.411)	(41.304)	(25.876)
		(563.425)	**(725.153)**	**(1.434.776)**	**(1.450.495)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**2.971.100**	**2.408.866**	**3.502.192**	**2.944.023**
Depreciação e amortização	30	(314.194)	(304.675)	(461.325)	(424.714)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		**2.656.906**	**2.104.191**	**3.040.867**	**2.519.309**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	33	101.149	69.768	130.627	86.883
Resultado de participações societárias	15	(24.894)	103.630	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**2.733.161**	**2.277.589**	**3.171.494**	**2.606.192**

(*) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (continuação)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais)

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado* (IFRS e BRGAAP)			
	31.12.2010	%	31.12.2009	%	31.12.2010	%	31.12.2009	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	116.755	4,26	96.696	4,25	118.684	3,74	98.761	3,79
Benefícios	33.164	1,20	35.014	1,54	33.278	1,05	35.213	1,35
FGTS	7.738	0,28	7.076	0,31	7.874	0,25	7.286	0,28
Participação nos resultados	18.733	0,69	16.929	0,74	18.733	0,59	17.010	0,65
	176.390	**6,43**	**155.715**	**6,84**	**178.569**	**5,63**	**158.270**	**6,07**
Do governo								
Impostos federais	811.708	29,70	669.098	29,38	919.778	29,00	776.303	29,79
Impostos estaduais	52.939	1,94	40.496	1,78	93.693	2,95	67.522	2,59
Impostos municipais	1.132	0,04	1.014	0,04	1.493	0,05	1.117	0,04
Encargos setoriais	156.332	5,72	114.382	5,02	184.853	5,83	134.243	5,15
Encargos s/concessão a pagar	66.298	2,43	23.498	1,03	179.889	5,67	60.990	2,34
	1.088.409	**39,83**	**848.488**	**37,25**	**1.379.706**	**43,50**	**1.040.175**	**39,91**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	237.157	8,68	162.979	7,15	342.182	10,79	242.107	9,29
Aluguéis	9.496	0,35	10.236	0,45	11.982	0,38	11.686	0,45
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	-	34.694	1,09	46.099	1,77
Outras despesas financeiras	10.060	0,37	9.304	0,41	12.712	0,40	16.988	0,65
	256.713	**9,40**	**182.519**	**8,01**	**401.570**	**12,66**	**316.880**	**12,16**
Do capital próprio								
Reserva legal	60.582	2,22	56.720	2,49	60.582	1,91	56.720	2,18
Juros sobre o capital próprio	220.000	8,05	194.000	8,52	220.000	6,94	194.000	7,44
Dividendos	444.370	16,26	429.919	18,88	444.370	14,01	429.919	16,50
Reserva de retenção de lucros	543.576	19,89	466.198	20,47	543.576	17,14	466.198	17,89
Realização do ajuste a valor justo do ativo	(56.879)	(2,08)	(55.970)	(2,46)	(56.879)	(1,79)	(55.970)	(2,15)
	1.211.649	**44,34**	**1.090.867**	**47,90**	**1.211.649**	**38,21**	**1.090.867**	**41,86**
	2.733.161	**100,00**	**2.277.589**	**100,00**	**3.171.494**	**100,00**	**2.606.192**	**100,00**

(*) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (Companhia ou Tractebel Energia) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC). A atividade operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sobre o controle da SUEZ-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Companhia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil[1], responsável por cerca de 7% [1] da energia gerada no país. Sua capacidade instalada, incluindo as participações nos consórcios Itá e Machadinho, é de 6.472 MW[1], dos quais aproximadamente 79%[1] em usinas hidrelétricas, 18%[1] em termelétricas e 3%[1] em energias alternativas (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, eólicas e movidas à biomassa). A energia assegurada para comercialização é de 3.554 MW médios[1].

O parque gerador da Companhia é composto pelos seguintes tipos de usinas geradoras de energia: 8 (oito) hidrelétricas, 6 (seis) termelétricas[2], 3 (três) PCH, 2 (duas) eólicas e 2 (duas) movidas à biomassa.

As empresas operacionais e em construção controladas ou entidades com controladas em conjunto (*joint ventures*) estão relacionadas na Nota 15.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, qual seja a geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada através de contratos de longo prazo, o qual concentra cerca de 99,6% e 98,6%, respectivamente, da receita total da Companhia nos anos de 2010 e 2009.

Os principais eventos societários ocorridos no ano de 2010 estão sumarizados a seguir:

a) Início da operação comercial da PCH Areia Branca e da UTE Ibitiúva Bioenergética

A operação comercial da PCH Areia Branca foi iniciada em março de 2010 e da UTE Ibitiúva Bioenergética em maio do mesmo ano, agregando, respectivamente, 19,8 MW e 21,2 MW à capacidade instalada da Companhia.

1. As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

2. O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por 3 usinas.

b) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A.

Em agosto de 2010, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2009, a Companhia concluiu a aquisição das ações de emissão da SUEZ Energia Renovável (SER) detidas pela sua controladora GSELA. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada total será de 1.087 MW.

O início da operação comercial da primeira turbina está previsto para o mês de março de 2011 e as sete demais para o decorrer do ano de 2011 e início de 2012. O custo total da aquisição da Companhia foi de R$ 798.744. Vide informações adicionais sobre a transação na Nota 15.

c) Alienação do Projeto Seival

Em novembro de 2010, a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A. (Seival), Empresa de Propósito Específico detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda. Esta empresa detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota, RS, com potência instalada de até 540 MW. Até a data da venda a empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional.

O preço da venda foi de R$ 37.888, dos quais R$ 24.218 foram pagos antecipadamente e R$ 13.670 serão pagos após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, incluído à anuência prévia da Aneel, e a efetiva transferência das ações.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

d) Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. e Energia América do Sul Ltda.

Em 30.12.2010, a subsidiária integral Ponte de Pedra Energética (PPESA) foi incorporada pela sua controladora, Energia América do Sul Ltda. (EAS), e esta também pela sua controladora Tractebel Energia. A transação foi aprovada por unanimidade pela Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada nesta data, que aprovou ainda os Laudos de Avaliação dos patrimônios líquidos incorporados, avaliados a valor contábil. Vide informações adicionais na Nota 15.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis em referência foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04.02.2011.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido nas normas.

A Companhia está apresentando as demonstrações contábeis individuais da controladora (Tractebel Energia) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações contábeis individuais das entidades que contèm investimentos em controladas e controladas em conjunto, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que preveem a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto nas demonstrações contábeis individuais, de acordo com a legislação brasileira vigente.

Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (LSA), que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador (Aneel).

A CVM, durante os anos de 2009 e 2010, aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 01.01.2010, retroativa a 01.01.2009 (“data da transição”), para fins de comparação. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2010 já contemplam a adoção destes normativos e as demonstrações correspondentes ao ano encerrado em 31.12.2009 e balanços de abertura levantados em 01.01.2009 foram ajustados e reclassificados, de modo a considerar a aplicação destes procedimentos e a tornar as demonstrações contábeis comparativas entre os períodos divulgados.

2.1. Descrição dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

Os pronunciamentos cuja aplicação afetou as demonstrações contábeis da Companhia na data da sua adoção (01.01.2009) em 31.12.2009 e em 31.12.2010 são os apresentados abaixo. Os efeitos decorrentes da aplicação destes pronunciamentos estão demonstrados nos quadros do item 2.2 a seguir.

a) CPC 15 - Combinação de negócios: o Pronunciamento tem o objetivo de aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios (operação ou evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios) e sobre seus efeitos. Para esse fim, este pronunciamento estabelece princípios e exigências da forma como o adquirente: (i) reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; (ii) reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e (iii) determina as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

A Companhia, para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 *(Business combination)*, pronunciamento consistente com o CPC 15, para as combinações de negócios incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas pela Companhia a partir de 01.01.2008. Até esta data as combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, segundo as regras estabelecidas pela Instrução CVM 247/96. A Companhia optou pela isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e não adotou os requerimentos do CPC 15 retroativamente a 01.01.2008.

Em agosto de 2010, a Companhia adquiriu a SUEZ Energia Renovável de sua controladora GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. O preço foi definido com base em avaliação preparada por Banco renomado e de notória especialização em projetos desta natureza. Entretanto, a transação, por ter sido realizada entre entidades sob controle comum, não estaria incluída no escopo do CPC 15 e não há Pronunciamento, Interpretação ou Orientação específico que trate de transações desta natureza. Desta forma, a Companhia analisou essa transação tendo por base o CPC 23, o qual prevê que na ausência de normas que tratem de uma transação a entidade deve consultar e considerar a aplicabilidade dos requisitos e orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratem de assuntos semelhantes e relacionados. Então, por analogia e considerando a substância comercial de tal aquisição, a Companhia optou por adotar o CPC 15 para tal transação.

b) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

c) CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26, estes impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo não circulante da Companhia.

d) CPC 27 - Ativo Imobilizado: o objetivo do Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos relativos ao assunto, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pelo CPC e pela CVM através do ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e a Companhia entende que representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa

na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos. A Companhia manteve as vidas úteis de seus ativos até então adotadas, uma vez que as mesmas são estimadas e definidas pela Aneel e são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, procedimento este suportado pela OCPC 05 (Orientação sobre Contratos de Concessão).

e) CPC 30 - Receita: o Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos, e determinar quando reconhecê-las. A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado (vide Nota 38).

f) CPC 33 - Benefícios Pós-emprego: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, este Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (i) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com as práticas contábeis anteriores previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa. As perdas excedentes ao limite deste corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), as perdas atuariais que não estavam registradas no passivo, por estarem dentro do limite do corredor, foram registradas pela Companhia no seu balanço de abertura, em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

g) Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: o Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deva ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior, estes dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

2.2. Demonstrativo dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

a) Balanço patrimonial de abertura em 01.01.2009:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**6.338.412**	**3.167.624**	**3.170.788**	**8.341.816**	**5.171.028**	**3.170.788**
Ajustes e reclassificações:						
Ativo circulante						
Ativo fiscal diferido	(13.642)	-	-	(14.488)	-	-
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais	29.137	-	-	46.928	-	-
Ativo fiscal diferido	78.705	-	65.063	99.136	-	84.648
Investimento	(38.018)	-	(38.018)	-	-	-
Imobilizado	1.301.601	-	1.301.601	1.243.998	-	1.243.998
Passivo não circulante						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	29.137	-	-	46.928	-
Benefício pós-emprego	-	156.703	(156.703)	-	156.703	(156.703)
Passivo fiscal diferido	-	442.544	(442.544)	-	442.544	(442.544)
	1.357.783	628.384	729.399	1.375.574	646.175	729.399
Saldo após à adoção das novas práticas	**7.696.195**	**3.796.008**	**3.900.187**	**9.717.390**	**5.817.203**	**3.900.187**

b) Balanço patrimonial de 31.12.2009 e resultado do exercício findo em 31.12.2009:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**7.471.965**	**3.790.698**	**3.681.267**	**1.134.398**	**9.654.142**	**5.972.875**	**3.681.267**	**1.134.398**
Ajustes e reclassificações:								
Ativo circulante								
Ativo fiscal diferido	(15.310)	-	-	-	(15.896)	-	-	-
Ativo não circulante								
Depósitos judiciais	25.833	-	-	-	48.882	-	-	-
Ativo fiscal diferido	68.814	-	53.504	-	88.065	-	72.169	-
Investimento	(36.231)	-	(36.231)	-		-		-
Imobilizado	1.214.092	-	1.214.092	-	1.159.196	-	1.159.196	-
Passivo circulante								
Dividendos e juros s/capital próprio	-	(81.913)	81.913	-	-	(81.913)	81.913	-
Passivo não circulante								
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	25.833	-	-	-	48.882	-	-
Benefício pós-emprego	-	132.705	(132.705)	-	-	132.705	(132.705)	-
Passivo fiscal diferido	-	412.792	(412.792)	-	-	412.792	(412.792)	-
Custos da venda de energia								
Depreciação	-	-	-	(87.509)	-	-	-	(84.802)
Receitas (despesas) operacionais								
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	23.998	-	-	-	23.998
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.787	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	18.193	-	-	-	17.273
	1.257.198	489.417	767.781	(43.531)	1.280.247	512.466	767.781	(43.531)
Saldo após à adoção das novas práticas	**8.729.163**	**4.280.115**	**4.449.048**	**1.090.867**	**10.934.389**	**6.485.341**	**4.449.048**	**1.090.867**

c) Fluxos de caixa em 31.12.2009

	Controladora			Consolidado		
	Saldo anterior as novas práticas	Ajustes	Saldo após as novas práticas	Saldo anterior as novas práticas	Ajustes	Saldo após as novas práticas
Lucro líquido do exercício	**1.134.398**	**(43.531)**	**1.090.867**	**1.134.398**	**(43.531)**	**1.090.867**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:						
Depreciação	217.166	87.509	304.675	339.912	84.802	424.714
Resultado de participação societária	(104.553)	(1.787)	(106.340)	-	-	-
Reversão de provisões operacionais	35.970	(23.998)	11.972	46.098	(23.998)	22.100
IR e CS diferidos	(11.053)	(18.193)	(29.246)	(5.637)	(17.273)	(22.910)
Total dos ajustes		**(43.531)-**			**(43.531)-**	

d) Informação suplementar - Balanço patrimonial de 31.12.2010 e resultado do exercício findo naquela data:

A Companhia apresenta, a seguir, a título de informação suplementar, a conciliação entre o balanço patrimonial e demonstração de resultado de 31.12.2010 preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente e as novas práticas contábeis de acordo com o IFRS.

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**8.500.578**	**4.105.839**	**4.394.739**	**1.219.572**	**11.663.803**	**7.269.064**	**4.394.739**	**1.219.572**
Ajustes e reclassificações:								
Depósitos judiciais	68.568	-	-	-	68.568	-	-	-
Ativo fiscal diferido	27.156	-	27.156	-	44.902	-	44.902	-
Investimento	(34.445)	-	(34.445)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.125.206		1.125.206		1.073.015		1.073.015	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	68.568	-	-	-	68.568	-	-
Benefício pós-emprego	-	57.401	(57.401)		-	57.401	(57.401)	-
Passivo fiscal diferido	-	382.571	(382.571)		-	382.571	(382.571)	-
Depreciação	-	-	-	(88.886)	-	-	-	(86.180)
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	75.304	-	-	-	75.304
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.786	-	-	-	
IR e CS diferidos	-	-	-	3.873	-	-	-	2.953
	1.186.485	508.540	677.945	(7.923)	1.186.485	508.540	677.945	(7.923)
Saldo após à adoção das novas práticas	**9.687.063**	**4.614.379**	**5.072.684**	**1.211.649**	**12.850.288**	**7.777.604**	**5.072.684**	**1.211.649**

2.3. Novas normas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretações das Informações Financeiras do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os períodos anuais a serem encerrados a partir de 01.01.2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

IAS 32 – Classificação das Emissões de Direitos *(Classification of Rights Issues)*

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em qualquer moeda são instrumentos patrimoniais ao invés de passivos derivativos conforme estabelecido anteriormente.

As alterações da IAS 32 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.02.2010. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros *(Financial Instruments)*

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, conforme cronograma de substituição em três fases estabelecido pelo IASB. Esta norma representa a primeira parte da primeira fase desse cronograma de substituição e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros.

A IFRS 9 simplifica a mensuração de ativos financeiros e estabelece duas categorias principais: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.

A norma IFRS 9 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento IFRS 9 e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 – Liquidando Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais *(Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments)*

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação IFRIC 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros.

A interpretação IFRIC 19 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2010. A Companhia entende que a adoção desta interpretação não impactará as suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRIC 14 – Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos para o Provimento de Fundos *(Prepayments of a Minimum Funding Requirement)*

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação IFRIC 14, permitindo que pagamentos antecipados sejam registrados como ativos quando a entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos.

As alterações da interpretação IFRIC 14 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2011. A Companhia entende que as alterações da interpretação deste pronunciamento não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Aprimoramentos ao IFRS em 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e da interpretação IFRIC 13.

As mudanças da norma IFRS 1 adicionaram requerimentos de divulgação sobre mudanças de políticas contábeis no ano de adoção do IFRS, critérios para a utilização da mensuração a valor justo e incluíram a utilização do custo atribuído para operações sujeitas a preços regulados.

As alterações da norma IFRS 3 são relativas às disposições transitórias para contraprestações contingentes de combinações de negócios que precedam a revisão da norma IFRS 3 de 2008, à mensuração da participação de acionistas não-controladores e às concessões de pagamentos baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente em combinações de negócios.

As modificações das normas IFRS 7 e IAS 1 correspondem respectivamente a esclarecimentos sobre as divulgações de instrumentos financeiros e sobre a apresentação de uma análise de outros resultados abrangentes por componente do patrimônio, enquanto que as alterações da norma IAS 27 são relacionadas às disposições transitórias para as alterações oriundas da revisão da norma IAS 27 em 2008.

As alterações da IAS 34 são relativas a requerimentos de divulgação de eventos e transações significativas e as alterações da interpretação IFRIC 13 tratam da mensuração a valor justo de créditos concedidos em programas de fidelização de clientes.

As mudanças da norma IFRS 3 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2010. As demais alterações de normas se aplicarão aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2011. A Companhia entende que as alterações das normas e da interpretação não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 7 – Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros *(Disclosures – Transfers of Financial Assets)*

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7 com o objetivo de adicionar divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos de exposição decorrentes da transferência de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade, promovendo transparência na divulgação dessas transações, em particular naquelas que envolvem securitização de ativos financeiros.

As alterações da norma IFRS 7 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2011. A Companhia entende que as alterações do referido pronunciamento não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros *(Financial Instruments)*

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração desta norma adicionou requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e representa a segunda parte da primeira fase do cronograma de substituição da norma IAS 39.

As alterações da norma IFRS 9 serão aplicáveis aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da norma IFRS 9 e eventuais diferenças em relação à norma IAS 39.

IFRS 1 e IFRS 9 – Hiperinflação Severa e Remoção de Datas Fixas para Entidades que Adotam o IFRS pela Primeira Vez *(Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters)*

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1 estabelecendo as características de uma hiperinflação severa e a adoção do valor justo como custo atribuído de todos os ativos e passivos detidos pela entidade até a data em que a mesma deixou de ser submetida à hiperinflação severa. Além disso, o IASB alterou as normas IFRS 1 e IFRS 9 de forma a remover as datas fixas a partir das quais as entidades adotantes pela primeira vez

do IFRS deveriam mensurar a valor justo os ativos e passivos financeiros, substituindo-as pela data de transição para o IFRS.

As alterações das normas IFRS 1 e IFRS 9 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2011. Em virtude da adoção pela primeira vez do IFRS no exercício corrente, as alterações das normas IFRS 1 e IFRS 9 não afetarão as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia.

IAS 12 – Tributos Diferidos: Realização de Ativos Correspondentes *(Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets)*

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12, na qual introduziu uma presunção refutável de que propriedades para investimento avaliadas ao valor justo conforme a norma IAS 40 são realizadas integralmente através da venda e, consequentemente, o passivo fiscal diferido ou ativo fiscal diferido deve ser mensurado de forma a refletir essa condição. Essa presunção é refutável se a propriedade para investimento for mantida com o objetivo de consumir substancialmente todos os benefícios econômicos inerentes ao longo do tempo.

As alterações do IAS 12 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2012. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

2.4. Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da Itasa são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle conjunto.

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Maiores informações sobre as controladas que foram consolidadas podem ser verificadas na Nota 15.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos financeiros

São classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis, dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, quando aplicável.

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e correção monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a.2) Contas a receber de clientes

São ativos financeiros apresentados a valores de custo, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base em análise individual dos créditos existentes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos de perda.

a.3) Cauções e depósitos vinculados e depósitos judiciais

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais e, portanto, classificados como mantidos até o vencimento. São avaliados pelo custo acrescido dos juros e correção monetária, ajustados de provisão para perda na realização, se aplicável.

a.4) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

b) Estoques

Estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

c) Ativo fiscal diferido (Imposto de renda e contribuição social diferidos)

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. São reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. O ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante independente da expectativa de realização dos valores que lhes dão origem.

d) Investimentos em controladas e em controladas em conjunto *("joint venture")*

Os investimentos permanentes em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial pela controladora e são apresentados consolidados nas demonstrações contábeis consolidadas.

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da Tractebel Energia e de suas controladas. Configura-se o controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais a fim de obter os benefícios de suas atividades.

A Companhia participa com 99,99% do capital de suas controladas. Desta forma, não há a participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e resultado de suas controladas.

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

Na controladora os ágios/direitos de concessão pagos na aquisição das controladas estão apresentados no investimento.

No consolidado a Companhia adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 *(Business combination)*, norma consistente com o CPC 15, nas combinações de negócios incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas a partir de 01.01.2008. De acordo com estes pronunciamentos, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. No caso em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado. As aquisições realizadas pela Companhia após 01.01.2008 não resultaram em reconhecimento de ágio pela adoção dos critérios acima mencionados.

e) Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota 16. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. No consolidado, conforme acima mencionado no item investimento, em decorrência da aplicação do IFRS 3 *(Business combination)*, os ajustes a valor justo reconhecidos nos balanços de aquisição relativos às concessões e autorizações pelo uso do bem público estão registrados de acordo com o estabelecido no Guia de Aplicação do IFRS 3 e CPC 15.

Estes pronunciamentos permitem o reconhecimento do valor justo da concessão e o da unidade de geração como único ativo, quando estes ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. A Companhia optou por reconhecer os valores justos destas concessões como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo amortizados na extensão dos contratos de concessão ou autorização.

f) Intangível

Os ativos com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os com vida útil indefinida, se aplicável, são contabilizados ao custo e não são amortizados. Estes são submetidos ao teste de recuperabilidade *(impairment)* anualmente ou sempre que existam indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.

g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis das suas unidades geradoras de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados através de suas operações futuras.

h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

h.1) Passivos financeiros

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial. Os custos com a captação dos recursos foram

contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e a taxa efetiva de juros ajustada para fins de apropriação da despesa com juros, conforme estabelecido no CPC 20 – Custo de Empréstimos e no CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. (ver Notas 19 e 20). A Companhia não possui instrumentos derivativos.

- Concessões a pagar

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço patrimonial.

h.2) Instrumento de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

j) Benefícios pós-emprego

O valor presente dos compromissos atuariais com planos de benefícios de pensão são provisionados com base em avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano (ver Nota 26). Os ganhos e perdas atuariais acumulados apurados anualmente que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (“corredor”) não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. O Método da Unidade de Crédito Projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos não são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

l) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

m) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

n) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

o) Contratos de arrendamento *(leasing)*

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiro quando os termos do *leasing* transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia não possui operações de *leasing* financeiro. Todos os demais arrendamentos são considerados como *leasing* operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

p) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio - são reconhecidos quando pagos, creditados (juros sobre o capital próprio) ou aprovados pela Assembléia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 30% do lucro anual da Tractebel Energia. Portanto, no encerramento do exercício social, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído ou creditado durante o exercício. A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

q) Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis é necessário que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer estas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos de relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela Aneel, à avaliação de recuperabilidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários, cíveis e trabalhistas, às premissas usadas para definição das taxas de descontos, de retorno dos ativos e da taxa de mortalidade para os cálculos dos benefícios pós-emprego, e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros e das estimativas utilizadas para o cálculo da análise de sensibilidade, apresentados na Nota 34.

r) Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

r.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e pelos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os montantes do imposto de renda diferido ativo são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

r.2) Benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada. A taxa de desconto usada para o cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado.

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

r.3) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

r.4) Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2010 a Companhia, com base em suas análises não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

r.5) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.710**	**7.501**	**8.761**
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo			
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais[3]			
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	741.573	1.085.336	258.434
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	38.224
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	50.812	-	13.201
	792.385	**1.085.336**	**309.859**
Instituições Financeiras[4]			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	**2.022**	**1.002**	**-**
	796.117	**1.093.839**	**318.620**

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e depósitos bancários à vista	**8.882**	**42.522**	**25.389**
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo			
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais			
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	934.407	1.188.297	313.385
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	46.353
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	64.025	-	16.008
	998.432	**1.188.297**	**375.746**
Instituições Financeiras[3]			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	48.106	2.084	8.373
Operações compromissadas em Debêntures	27.160	21.737	10.497
	75.266	**23.821**	**18.870**
	1.082.580	**1.254.640**	**420.005**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

O referido Fundo obteve rentabilidade média em 2010 de 100,2% do CDI (taxa referencial dos depósitos interbancários).

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

3. São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.

4. Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú), Banco do Brasil (BB) e Banco Votorantim.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
		Vencidos				
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total	Total
Concessionárias	216.600	-	-	216.600	187.986	179.973
Comercializadoras	98.109	27.573	-	125.682	121.409	145.290
Consumidores livres	24.416	269	-	24.685	21.676	36.848
Exportação	-	-	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE[5]						
- Correntes	50.844	25.833	725	77.402	22.865	3.809
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	122.574	122.574
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e outros	-	102	954	1.056	-	4.381
	500.467	**53.777**	**14.495**	**568.739**	**477.250**	**493.615**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)	(122.574)
	389.969	**53.777**	**2.419**	**446.165**	**354.676**	**371.041**

	Consolidado					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
		Vencidos				
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total	Total
Concessionárias	271.921	-	-	271.921	251.120	212.305
Comercializadoras	56.524	-	-	56.524	62.733	62.298
Consumidores livres	116.372	5.416	-	121.788	94.934	101.125
Exportação	-	-	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE						
- Correntes	52.450	25.894	733	79.077	23.897	4.862
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	124.442	124.442
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e outros	-	102	954	1.056	-	4.381
	607.765	**31.412**	**14.503**	**653.680**	**557.866**	**510.153**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)	(122.574)
	497.267	**31.412**	**2.427**	**531.106**	**435.292**	**387.579**

5. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data da competência do faturamento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos, no montante de R$ 110.498, identificados como "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", foi constituída em virtude das incertezas quanto à sua realização. Estes créditos são decorrentes de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias correspondentes a R$ 12.076, referem-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002, relativos a transações realizadas no âmbito do MAE. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Em novembro de 2010, a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A., Empresa de Propósito Específico detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda. Esta empresa detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW. Até a data da venda a empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional.

O preço da venda foi de R$ 37.888, dos quais R$ 24.218 foram pagos antecipadamente e R$ 13.670 serão pagos após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, incluído à anuência prévia da Aneel, e a efetiva transferência das ações. A venda resultará em um ganho de capital de R$ 14.830 que será reconhecido no resultado quando atendidas as condições anteriormente mencionadas.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante						
ICMS[6]	4.178	7.189	15.973	4.855	8.973	16.027
Imposto de Renda (IR)	4.719	146	-	14.895	9.841	3.292
Contribuição Social (CS)	1.042	-	-	4.184	5.514	1.226
Cofins[7]	42.122	4.015	3.568	54.687	37.425	6.392
PIS[8]	9.518	865	769	12.135	8.119	1.730
INSS[9]	1.054	3.040	2.419	1.062	3.048	4.028
	62.633	**15.255**	**22.729**	**91.818**	**72.920**	**32.695**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	-	-	(5.660)	-	-	(5.660)
	62.633	**15.255**	**17.069**	**91.818**	**72.920**	**27.035**
Não Circulante						
ICMS	11.178	10.507	6.392	16.090	13.460	9.944
Cofins	11.147	11.685	8.215	164.293	47.564	74.370
PIS	2.448	2.563	1.809	35.797	10.352	16.171
INSS	3.700	3.106	6.197	3.700	3.106	6.197
	28.473	**27.861**	**22.613**	**219.880**	**74.482**	**106.682**

Em junho de 2010, a Companhia reconheceu no ativo circulante o crédito de R$ 45.803, decorrente de ação judicial transitada em seu favor, em processo que se discutia a apuração do PIS/Cofins, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Os valores a recuperar de PIS/Cofins se referem, substancialmente, à opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e as aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais são compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial das Usinas.

Em agosto de 2010, em decorrência da aquisição da SUEZ Energia Renovável, foi reconhecido o montante de R$ 78.504, relativo a créditos de PIS/Cofins oriundos das mesmas origens acima mencionadas.

6. Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

7. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

8. Programa de Integração Social (PIS)

9. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Matéria-prima e insumos para produção de energia	11.161	5.969	21.458	12.346	10.453	21.458
Almoxarifado	23.137	22.190	20.111	24.093	22.904	20.800
Adiantamentos a fornecedores	6.205	10.504	12.933	6.205	10.508	13.244
Outros	2.538	756	3.247	3.388	787	3.286
	43.041	**39.419**	**57.749**	**46.032**	**44.652**	**58.788**

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante					
Conta reserva transações CCEE					
CDB	-	30.433	81	31.249	1.172
Operações compromissadas em debêntures	21.793	1.058	33.600	2.262	242
Fundos de investimentos	47.872	-	47.872	-	-
	69.665	**31.491**	**81.553**	**33.511**	**1.414**
Não circulante					
Conta reserva serviços da dívida					
CDB	-	-	7.196	35.844	23.535
Operações compromissadas em debêntures	-	-	1.965	-	1.627
Fundos de investimentos	-	-	42.083	27.894	-
	-	**-**	**51.244**	**63.738**	**25.162**

Conta reserva transações CCEE: destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado.

Conta reserva serviços da dívida: em cumprimento às exigências contidas nos contratos com os agentes financiadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF), as controladas da Companhia mantêm recursos financeiros vinculados destinados a garantir o pagamento dos serviços da dívida.

Os instrumentos financeiros relativos a estas contas reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais, portanto são classificados como mantidos até o vencimento e, consequentemente, avaliados pelo custo acrescidos dos rendimentos. O rendimento médio das referidas cauções e depósitos vinculados em 2010 foi de 100% do CDI.

10. ALINENAÇÃO DE ATIVO

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Valores a receber da Eleja			
Circulante	-	-	17.448
Não circulante	86.886	86.886	68.469
	86.886	**86.886**	**85.917**

Os saldos acima apresentados correspondem ao valor contábil a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí, líquido do ajuste a valor presente de R$ 13.875.

As condições contratuais estabelecem que os valores da venda devam ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). Como os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a., taxa compatível com os parâmetros de mercado na data da transação.

A partir de fevereiro de 2009, a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor histórico em 31.12.2010 é de R$ 50.862 (R$ 16.266 em 31.12.2009). Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas para que a Eleja retomasse os pagamentos devidos, concluiu-se não restar à Companhia outra escolha senão a de se iniciar o processo de execução judicial do contrato.

A execução judicial está sendo realizada em montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que o inadimplemento da Eleja acelerou o vencimento do total da dívida existente, sendo considerada automaticamente vencida e exigível.

A Companhia entende que o saldo apresentado no quadro anterior reflete a melhor estimativa do valor justo desse ativo naquelas datas.

Diante da incerteza quanto ao prazo para realização do crédito em referência, a Companhia passou a apresentar os valores a receber no ativo não circulante. O valor nominal da dívida em 31.12.2010, atualizado pelo IGP-DI, é de R$ 106.228 (R$ 100.253 em 31.12.2009).

A dinâmica da ação de execução permite, em caso de permanência da inadimplência por parte da Eleja, solicitar a penhora dos bens dados em garantia visando à satisfação do crédito da Companhia. Atualmente, esse conjunto de bens, que já foram penhorados, possui valor de mercado cuja avaliação da Companhia corresponde à montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, motivo pelo qual a Administração julgou não ser necessária a constituição de qualquer provisão para perda na recuperação do crédito.

A ação de execução movida contra a Eleja está tendo a sua normal tramitação no foro de Florianópolis (SC), tendo sido concedido o arresto dos bens dados em garantia no registro de títulos e documentos de Charqueadas (RS).

Em maio de 2010, foram publicados os editais de citação da executada Eleja, que não apresentou manifestação no processo. Desta forma, os procedimentos seguintes serão a nomeação de curador e a conversão do arresto em penhora e, posteriormente, a avaliação dos ativos por profissional competente para que sejam praticados os atos de alienação dos bens penhorados.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Tributários	84.720	178.108	171.935	85.075	178.212	172.030
Cíveis	40.996	6.574	5.015	42.485	30.297	23.810
Trabalhistas	5.599	8.800	12.093	5.904	8.800	12.093
	131.315	**193.482**	**189.043**	**133.464**	**217.309**	**207.933**

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante depositado em 31.12.2010, na controladora e no consolidado, R$ 68.568 estão diretamente relacionados às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas prováveis, demonstradas na Nota 24.

b) Mutação:

	Controladora				Consolidado			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01.01.2009	**171.935**	**5.015**	**12.093**	**189.043**	**172.030**	**23.810**	**12.093**	**207.933**
Adições	18	2.153	696	2.867	18	6.690	696	7.404
Atualizações	17.138	19	649	17.806	17.147	410	649	18.206
Baixas e resgates	(10.983)	(613)	(4.638)	(16.234)	(10.983)	(613)	(4.638)	(16.234)
Saldo em 31.12.2009	**178.108**	**6.574**	**8.800**	**193.482**	**178.212**	**30.297**	**8.800**	**217.309**
Adições	11.985	3.546	535	16.066	12.226	10.118	840	23.184
Incorporação PPESA	-	31.311	-	31.311	-	-	-	-
Atualizações	13.056	41	401	13.498	13.066	2.576	401	16.043
Baixas e resgates	(118.429)	(476)	(4.137)	(123.042)	(118.429)	(506)	(4.137)	(123.072)
Saldo em 31.12.2010	**84.720**	**40.996**	**5.599**	**131.315**	**85.075**	**42.485**	**5.904**	**133.464**

Em julho de 2010, a ação relativa à ilegalidade da aplicação da Instrução Normativa nº 468/2004 (IN 468/2004), transitou em julgado em favor da Companhia, motivo pelo qual foi feito o levantamento dos depósitos feitos até junho de 2006, no valor atualizado de R$ 108.578.

A companhia possui ainda pendentes os depósitos judiciais de PIS/Cofins relativos à competência de julho a outubro de 2006, no montante de R$ 38.832, atualizados para em 31.12.2010, quando já estava em vigor a IN 658/2006. O levantamento destes depósitos remanescente depende do julgamento do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, que tem o propósito de manter a companhia sujeita ao regime cumulativo das contribuições do PIS/Cofins sobre determinadas transações realizadas anteriormente à alteração do regime. (Maiores informações estão contidas na Nota 24)

12. CRÉDITOS COM CONTROLADAS

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ibitiúva Bioenergética S.A.	6.260	35.654	-
Companhia Energética São Salvador	-	-	6.300
SUEZ Energia Renovável S.A.	505	-	-
	6.765	**35.654**	**6.300**

O mútuo com a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. foi contratado para a execução das obras da Usina enquanto os recursos do BNDES não eram liberados. Os valores vêm sendo recebidos à medida em que o BNDES libera os recursos do financiamento. A remuneração do mútuo corresponde a 100% da taxa Selic.

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Remuneração das imobilizações em curso (RIC)	164.393	41.098	-	41.098	44.850	48.421
Benefícios pós-emprego	302.676	75.669	27.241	102.910	134.842	125.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	149.415	29.832	13.448	43.280	37.207	37.668
Depreciação acelerada na Usina William Arjona	15.167	3.792	1.365	5.157	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718	6.144
Ágio incorporado	51.912	12.978	4.672	17.650	4.960	6.526
Outros	97.388	23.161	8.764	31.925	5.328	6.981
		220.642	**67.771**	**288.413**	**279.873**	**280.378**

	Consolidado					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Remuneração das imobilizações em curso (RIC)	164.393	41.098	-	41.098	44.850	48.421
Benefícios pós-emprego	302.676	75.669	27.241	102.910	134.842	125.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	150.343	30.064	13.532	43.596	41.768	40.766
Depreciação acelerada na Usina William Arjona	15.167	3.792	1.365	5.157	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718	6.144
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	52.190	13.048	4.697	17.745	18.665	19.585
Ágio incorporado	51.912	12.978	4.672	17.650	4.960	6.526
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	60.288	15.072	5.427	20.499	3.790	-
Outros	101.117	24.093	9.099	33.192	9.769	11.487
		249.926	**78.314**	**328.240**	**311.330**	**307.567**

A realização dos ativos fiscais diferidos oriundos das diferenças temporárias dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social realizar-se-ão pela geração de lucros tributáveis futuros da controlada que extraordinariamente apresentou prejuízo.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação foi estimado conforme ao lado:

	Controladora	Consolidado
2011	22.554	24.405
2012	30.426	31.683
2013	28.732	29.972
2014	31.843	33.067
2015	19.583	22.490
2016 a 2018	103.354	93.649
2019 em diante	51.921	92.974
	288.413	**328.240**

14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.709.507**	**1.709.507**	**1.494.664**	**1.494.664**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio / Direito de concessão	2.411	2.411	2.710	2.710
Gratificação e 13º de dirigentes	5.025	-	2.464	-
Doações	8.489	8.489	4.930	4.930
Equivalência patrimonial	22.483	22.483	(106.340)	(106.340)
Juros sobre o capital próprio	(220.000)	(220.000)	(194.000)	(194.000)
Ágio amortizado na incorporação de controlada	(41.931)	(41.931)	-	-
Outras diferenças permanentes	4.810	4.440	(4.090)	(3.039)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.490.794**	**1.485.399**	**1.200.338**	**1.198.925**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(372.699)**	**(133.686)**	**(300.085)**	**(107.903)**
Incentivos fiscais	8.529	-	4.971	-
Outros	(470)	468	24	(804)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	**(364.640)**	**(133.218)**	**(295.090)**	**(108.707)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(368.764)	(136.054)	(315.649)	(117.394)
Diferido	4.124	2.836	20.559	8.687
	(364.640)	**(133.218)**	**(295.090)**	**(108.707)**

	Consolidado			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.721.310**	**1.721.310**	**1.537.207**	**1.537.207**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio / direito de concessão/ uso do ativo	29.530	29.530	13.517	13.517
Gratificação e 13º de dirigentes	5.136	-	2.612	-
Doações	8.489	8.489	5.012	5.012
Juros sobre o capital próprio	(220.000)	(220.000)	(194.000)	(194.000)
Ágio amortizado na incorporação de controlada	(41.931)	(41.931)	-	-
Diferença de base de cálculo nas controladas tributadas pelo lucro presumido	(3.591)	(1.137)	(17.487)	(14.778)
Outras diferenças permanentes	2.425	5.935	(5.952)	(4.826)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.501.368**	**1.502.196**	**1.340.909**	**1.342.132**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(375.342)**	**(135.198)**	**(335.228)**	**(120.792)**
Incentivos fiscais	11.315	-	11.661	-
Outros	(6.777)	(3.659)	(1.300)	(681)
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(370.804)**	**(138.857)**	**(324.867)**	**(121.473)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(386.507)	(145.677)	(341.891)	(127.359)
Diferido	15.703	6.820	17.024	5.886
	(370.804)	**(138.857)**	**(324.867)**	**(121.473)**

O empreendimento Ponte de Pedra possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

15. INVESTIMENTOS

a) Composição:

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Participações societárias permanentes:			
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Equivalência patrimonial	2.162.946	1.909.270	1.497.309
Ágio / Direito de concessão	119.817	35.780	38.490
	2.282.763	**1.945.050**	**1.535.799**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
Empresas	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Itá Energética S.A. (Itasa)	253.607	48,75	253.607	48,75	253.607	48,75
Cia Energética São Salvador (CESS)	360.789	99,99	309.289	99,99	271.943	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	30.530	99,99	30.530	99,99	30.530	99,99
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	4.200	99,99	4.200	99,99	4.200	99,99
Energia América do Sul Ltda. (EAS)	-	-	645.270	99,99	645.270	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)	532.455	99,99	509.010	99,99	1	99,90
SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)	871.003	99,99	-	-	-	-
Delta Energética S.A. (Delta)	-	-	24.468	99,99	20.960	99,99

b.1) Informações financeiras das controladas

	Itasa	CESS	Lages	TBLC	EAS	TBLP	SER	Delta
01.01.2009								
Patrimônio Líquido	520.073	270.474	47.225	31.799	638.826	235.170	-	20.007
Ativo total	919.723	919.625	79.680	186.188	1.146.455	780.805	-	20.007
31.12.2009								
Patrimônio Líquido	561.874	324.801	64.056	72.077	653.481	497.632	-	23.040
Lucro líquido (Prejuízo)	53.677	18.610	16.831	40.278	14.655	(9.725)	-	(475)
Ativo total	887.013	1.397.921	89.335	187.037	1.137.882	897.396	-	23.040
Receita líquida	226.453	135.466	39.958	861.828	137.880	55.484	-	-
31.12.2010								
Patrimônio Líquido	598.445	351.733	71.193	65.431	-	514.067	868.509	-
Lucro líquido (Prejuízo)	46.620	(24.568)	7.137	(6.646)	(13.811)	(7.010)	(348)	-
Ativo total	852.035	1.385.165	84.226	259.985	-	934.031	2.336.439	-
Receita líquida	222.597	145.881	35.353	983.339	141.523	74.845	-	-

b.2) Movimentação dos investimentos
No ano de 2010:

Empresas	Saldos em 31.12.2009	Aumento de Capital	Aquisição	Incorporação	Baixa	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2010
Itasa	273.913	-	-	-	-	22.727	(4.897)	291.743
CESS	324.801	51.500	-	-	-	(24.568)	-	351.733
Lages	64.056	-	-	-	-	7.137	-	71.193
TBLC	72.077	-	-		-	(6.646)	-	65.431
EAS	653.481	152.200	-	(791.870)	-	(13.811)	-	-
TBLP	497.632	23.445	-	-	-	(7.010)	-	514.067
SER	-	156.561	712.296	-	-	(348)	-	868.509
Delta (Seival)	23.040	35	-	-	(23.111)	36	-	-
Outras	270	-	-	-	-	-	-	270
	1.909.270	**383.741**	**712.296**	**(791.870)**	**(23.111)**	**(22.483)**	**(4.897)**	**2.162.946**

No ano de 2009:

Empresas	Saldos em 01.01.2009	Aumento de Capital	Baixa	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2009
Itasa	253.536	-	-	26.167	(5.790)	273.913
CESS	270.474	37.345	-	18.610	(1.628)	324.801
Lages	47.225	-	-	16.831	-	64.056
TBLC	31.799	-	-	40.278	-	72.077
EAS	638.826	-	-	14.655	-	653.481
TBLP	235.170	272.187	-	(9.725)	-	497.632
Delta (Seival)	20.007	3.508	-	(475)	-	23.040
Outras	272	-	(1)	(1)	-	270
	1.497.309	**313.040**	**(1)**	**106.340**	**(7.418)**	**1.909.270**

c) Ágio / Direito de concessão – Controladora

Empresas	Itasa	CESS	SER	Total
Saldo em 01.01.2009	**3.433**	**35.057**	**-**	**38.490**
Amortização	(2.288)	(422)	-	(2.710)
Saldo em 31.12.2009	**1.145**	**34.635**	**-**	**35.780**
Amortização	(1.145)	(1.266)	-	(2.411)
Aquisição SER	-	-	86.448	86.448
Saldo em 31.12.2010	**-**	**33.369**	**86.448**	**119.817**

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão ou autorização outorgada pela Aneel para o uso do bem público para a geração de energia elétrica.

O ágio na aquisição da CESS está sendo amortizado na extensão do contrato de concessão, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes da aquisição do investimento ocorrerão ao longo do prazo da concessão ou autorização e a vida útil deste ativo está limitada ao prazo deste contrato.

d) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A.

Em agosto de 2010, foram cumpridas todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2009, quais sejam as anuências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da Aneel, do BNDES e dos

Bancos financiadores. Neste mesmo mês, após a ratificação da transação na AGE, realizada em 19.10.2010, por unanimidade dos acionistas minoritários que votaram a matéria, a Companhia concluiu o processo de aquisição das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável (SER) de propriedade da sua controladora GSELA.

A SER é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW. Os demais consorciados do Ceste são Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa - 25,49%) e Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela SER.

A controlada comercializou, no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos que se iniciará em 01.01.2012, 256 MW médios a que faz jus por sua participação no Ceste junto a empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR).

O custo total da aquisição de R$ 798.744 compõem-se da seguinte forma: (i) R$ 604.390 correspondentes ao valor original na data da assinatura do contrato; (ii) R$ 24.619 referentes à atualização monetária pelo IPCA e aos juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro-rata temporis*, até a data da aquisição; e (iii) R$ 169.735 relativos aos adiantamentos para futuro aumento de capital aplicados na construção da Usina, atualizados pelo IPCA e com juros remuneratórios de 6% ao ano *pro-rata temporis*, realizados pela GSELA entre a data da assinatura do contrato e a da aquisição.

O preço original de R$ 604.390 foi definido com base em avaliação econômico-financeira feita por Instituição Financeira de notória especialização com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

O valor de livros e o valor justo dos ativos e passivos na data da compra estão demonstrados a seguir:

	Valor dos livros	Valor justo na aquisição
Ativo circulante	12.201	12.201
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	83.854	83.854
Imobilizado	1.854.128	1.940.576
Custo	1.819.942	1.819.942
Concessão do uso do bem público	34.186	120.634
Intangível	1.860	1.860
Passivo circulante	47.132	47.132
Passivo não circulante	1.192.615	1.192.615
Ativo líquido	**712.296**	**798.744**
Preço de compra	**798.744**	**798.744**

A diferença entre o valor pago e o de livros do patrimônio líquido da SER, na data da aquisição, foi de R$ 86.448 e está sendo apresentado na conta de investimento no balanço patrimonial da Tractebel Energia. Este valor foi definido com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público para a geração de energia elétrica.

No consolidado, conforme mencionado na Nota 16, o ajuste ao valor justo da concessão está registrado no ativo imobilizado, em razão deste ativo não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

e) Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. na Energia América do Sul Ltda. e desta na Tractebel Energia S.A.

Em 30.12.2010, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou, por unanimidade, a incorporação da Ponte de Pedra S.A. (PPESA) na Energia América do Sul Ltda. (EAS) e desta na Tractebel Energia mediante versão dos acervos líquidos das empresas na data base de 30.11.2010. A Assembléia aprovou ainda os Laudos de Avaliação dos acervos líquidos incorporados, avaliados a valor contábil.

A UHE Ponte de Pedra tem capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios), está em operação comercial desde setembro de 2005 e está localizada no Rio Correntes, Estado de Mato Grosso. O empreendimento possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O acervo líquido da EAS na data da transação, após a incorporação da PPESA, incorporado pela Tractebel Energia é o seguinte:

	Valor dos livros	Valor justo
Ativo circulante	120.960	120.960
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	38.394	63.112
Imobilizado	969.079	1.021.451
Custo	483.998	483.998
Concessão do uso do bem público	109.379	537.453
Ágio (Direito de concessão ou autorização)	375.702	-
Intangível	706	706
Passivo circulante	6.029	6.034
Passivo não circulante	319.892	408.325
Acervo líquido	**803.218**	**791.870**

f) Informações sobre as controladas da Companhia

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que acompanha as demonstrações contábeis completas.

f.1) Itasa - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da UHE Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios. Os demais 72 MW da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela própria Tractebel Energia.

As ações representativas do capital social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ATIVO			
Ativo circulante	82.595	78.004	58.479
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	48.847	43.674	49.522
Imobilizado	710.326	744.819	780.953
Intangível	10.267	20.516	30.769
TOTAL DO ATIVO	**852.035**	**887.013**	**919.723**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante	113.697	117.446	117.628
Passivo não circulante	139.893	207.693	282.022
Patrimônio líquido	598.445	561.874	520.073
TOTAL DO PASSIVO	**852.035**	**887.013**	**919.723**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**222.597**	**226.453**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(108.045)**	**(105.245)**
LUCRO BRUTO	**114.552**	**121.208**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(19.190)	(16.215)
Outras receitas (despesas), líquidas	(736)	1.658
	(19.926)	**(14.557)**
Resultado do serviço	**94.626**	**106.651**
Despesas financeiras, líquidas	**(23.938)**	**(25.413)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**70.688**	**81.238**
Imposto de renda e contribuição social	(24.068)	(27.561)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**46.620**	**53.677**

f.2) CESS

A CESS detém a concessão da UHE São Salvador, localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins, com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada.

O início da operação comercial da primeira unidade geradora foi em agosto de 2009 e da segunda unidade no final do mês de novembro de 2009.

f.3) Lages

A Lages detém a autorização da Aneel para, através da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC), atuar como produtor independente de energia utilizando-se de um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

f.4) Tractebel Energia Comercializadora (TBLC)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

f.5) Tractebel Energia Participações (TBLP)

A TBLP tem por objeto social participar no capital e outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias alternativas de sua controladora Tractebel Energia. A empresa possui os seguintes investimentos a valores de livros:

	Tupan[10]	Hidropower[11]	Beberibe[12]	Pedra do Sal[13]	Areia Branca[14]	Ibitiúva[15]	EBSC[16]	Outras
01.01.2009								
Ativo total	94.496	71.673	150.611	93.093	91.292	26.064	119	-
Patrimônio Líquido	33.360	32.036	49.384	32.892	38.848	22.796	(288)	-
31.12.2009								
Ativo total	96.038	74.632	161.962	104.768	129.756	80.479	187	34
Patrimônio Líquido	34.091	37.777	51.453	30.028	62.101	31.128	12	34
Receita líquida	12.616	12.377	18.286	12.006	-	-	1.189	-
Lucro líquido (Prejuízo)	731	4.624	(3.136)	(2.864)	(275)	440	300	-
31.12.2010								
Ativo total	94.798	71.798	155.780	101.774	149.133	121.744	66	186
Patrimônio Líquido	34.379	38.323	53.564	30.601	74.701	42.058	66	182
Receita líquida	11.704	9.497	18.552	12.943	10.940	11.232	138	-
Lucro líquido (Prejuízo)	288	1.711	2.111	573	(2.288)	3.229	54	(338)

10. Tupan Energia Elétrica S.A.
11. Hidropower Energia S.A.
12 Eólica Beberibe S.A.
13. Eólica Pedra do Sal S.A.
14. Hidrelétrica Areia Branca S.A.
15. Ibitiúva Bioenergética S.A.
16. Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Ágio (Direito de uso do ativo) – Controladora

Empresas	Tupan	Hidropower	Beberibe	Pedra do Sal	Areia Branca	Projeto Trairí	Total
Saldos em 01.01.2009	**90.787**	**82.987**	**50.950**	**24.836**	**8.053**	**-**	**257.613**
Ingresso	-	-	-	-	-	2.971	2.971
Amortização	(3.796)	(3.470)	(2.073)	(1.092)	(377)	-	(10.808)
Saldos em 31.12.2009	**86.991**	**79.517**	**48.877**	**23.744**	**7.676**	**2.971**	**249.776**
Ingresso	-	-	-	-	-	162	162
Amortização	(3.796)	(3.714)	(2.073)	(1.092)	(520)	-	(11.195)
Saldos em 31.12.2010	**83.195**	**75.803**	**46.804**	**22.652**	**7.156**	**3.133**	**238.743**

Os ágios pagos pela TBLP nas aquisições das empresas acima relacionadas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição dos direitos de autorização outorgados pela Aneel para a exploração do potencial hidráulico para a geração de energia.

No balanço consolidado este valor corresponde ao ajuste a valor justo das autorizações para a exploração do potencial hidráulico. O seu registro foi feito como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, conforme estabelecido no Guia de Aplicação do CPC 15 – (Combinação de negócios IFRS 3), que permite o reconhecimento do valor justo da autorização e o da unidade de geração como único ativo, quando estes ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Os ágios estão sendo amortizados na extensão dos contratos de concessão ou autorização, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes da aquisição dos investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão ou autorização e a vida útil deste ativo está limitada ao prazo destes contratos.

As principais informações referentes às controladas da TBLP estão descritas a seguir:

f.5.1) Tupan

A Tupan detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, e está em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, e tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia originalmente contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobras), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), até 2027, ao preço de R$ 165,85/MWh (base 31.12.2010). A quantidade contratada é ajustada periodicamente com base na energia efetivamente gerada pela Usina.

f.5.2) Hidropower

A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a Eletrobras, através do Proinfa, ao preço de R$ 165,85/MWh (base 31.12.2010). A quantidade contratada é ajustada periodicamente com base na energia efetivamente gerada pela Usina.

f.5.3) Beberibe

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobras, através do Proinfa, ao preço de R$ 267,56/MWh (base 31.12.2010). A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

f.5.4) Pedra do Sal

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobras através do Proinfa, por 20 anos, ao preço de R$ 257,52/MWh (base 31.12.2010). A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

f.5.5) Areia Branca S.A.

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobras, através do Proinfa, ao preço de R$ 165,85/MWh (base 31.12.2010). A operação comercial da sociedade ocorreu em março de 2010.

f.5.6) Ibitiúva

A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., e vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço atualizado de R$ 169,73/MWh (base 31.12.2010), a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida é gerada pela UTE Ibitiúva Bioenergética, localizada no Município de Pitangueiras (SP), que tem capacidade instalada de 33 MW, garantia física de 20 MW médios e utiliza como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. A Usina entrou em operação comercial em maio de 2010.

f.5.7) Projetos de Geração de Energia Eólica

Em agosto de 2009, a TBLP adquiriu pelo montante de R$ 2.998 algumas empresas que possuem projetos de geração de energia eólica que compõem o Projeto Trairí, cuja capacidade instalada total é de 121,9 MW. A Companhia participou com cinco destes projetos no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em dezembro de 2009, porém não obteve êxito em nenhum deles em função dos preços terem ficado abaixo do retorno mínimo exigido pela Companhia para projetos desta natureza.

Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento. Os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação, encontram-se em fase de execução.

O ágio pago pela TBLP no montante de R$ 2.971 tem como fundamento os direitos adquiridos e será amortizado nos prazos das autorizações a partir do início da operação comercial das empresas.

A Companhia está avaliando a melhor alternativa para viabilizar a implantação dos referidos projetos.

f.5.8) Econergy Brasil Serviços Corporativos (EBSC)

A EBSC é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para as empresas anteriormente mencionadas e foi adquirida em dezembro de 2008.

16. IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora				
		31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,00	4.396.469	(1.973.973)	2.422.496	1.860.955	1.974.579
Edificações e benfeitorias	3,24	1.253.964	(658.621)	595.343	538.224	567.903
Máquinas e equipamentos	4,40	5.422.306	(3.194.500)	2.227.806	2.020.606	2.123.841
Veículos	20,00	1.645	(931)	714	364	261
Móveis e utensílios	10,00	6.383	(3.635)	2.748	2.695	2.209
		11.080.767	**(5.831.660)**	**5.249.107**	**4.422.844**	**4.668.793**
Imobilizado em curso						
Edificações e benfeitorias		5.054	-	5.054	6.354	2.504
Máquinas e equipamentos		67.994	-	67.994	90.829	41.823
Outros a ratear		3.338	-	3.338	15.283	12.573
		76.386	**-**	**76.386**	**112.466**	**56.900**
Obrigações especiais		**(10.223)**	**-**	**(10.223)**	**(10.395)**	**(9.755)**
		11.146.930	**(5.831.660)**	**5.315.270**	**4.524.915**	**4.715.938**

		Consolidado				
		31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,00	5.351.311	(2.082.529)	3.268.782	3.354.601	2.929.183
Edificações e benfeitorias	3,37	1.687.696	(700.839)	986.857	1.011.279	917.851
Máquinas e equipamentos	4,31	6.819.651	(3.349.623)	3.470.028	3.414.684	2.896.054
Veículos	20,00	1.967	(1.212)	755	420	348
Móveis e utensílios	10,00	7.709	(3.886)	3.823	3.191	2.778
		13.868.334	**(6.138.089)**	**7.730.245**	**7.784.175**	**6.746.214**
Imobilizado em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		404.336	-	404.336	22.466	81.585
Edificações e benfeitorias		475.204	-	475.204	39.578	374.591
Máquinas e equipamentos		888.601	-	888.601	181.754	381.466
Outros a ratear		487.971	-	487.971	119.776	308.285
		2.256.112	**-**	**2.256.112**	**363.574**	**1.145.927**
Obrigações especiais		(10.348)	-	(10.348)	(10.520)	(9.880)
		16.114.098	**(6.138.089)**	**9.976.009**	**8.137.229**	**7.882.261**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Saldo em 31.12.2009	Incorporação PPESA	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2010
Em serviço							
Reservatórios, barragens e adutoras	1.860.955	655.125	-	230	(93.814)	-	2.422.496
Edificações e benfeitorias	538.224	86.871	-	2.924	(32.675)	(1)	595.343
Máquinas e equipamentos	2.020.606	278.267	-	111.551	(181.716)	(902)	2.227.806
Veículos	364	3	-	460	(113)	-	714
Móveis e utensílios	2.695	174	-	396	(499)	(18)	2.748
	4.422.844	**1.020.440**	**-**	**115.561**	**(308.817)**	**(921)**	**5.249.107**
Em curso							
Edificações e benfeitorias	6.354	780	2.567	(4.647)	-	-	5.054
Máquinas e equipamentos	90.829	230	70.328	(93.393)	-	-	67.994
Outros a ratear	15.283	1	5.575	(17.521)	-	-	3.338
	112.466	**1.011**	**78.470**	**(115.561)**	**-**	**-**	**76.386**
Obrigações especiais	(10.395)	-	491	-	-	(319)	(10.223)
	4.524.915	**1.021.451**	**78.961**	**-**	**(308.817)**	**(1.240)**	**5.315.270**

	Controladora					
	Saldo em 01.01.2009	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2009
Em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	1.974.579	-	130	(113.754)	-	1.860.955
Edificações e benfeitorias	567.903	-	1.020	(30.699)	-	538.224
Máquinas e equipamentos	2.123.841	-	52.676	(154.508)	(1.403)	2.020.606
Veículos	261	-	216	(113)	-	364
Móveis e utensílios	2.209	-	888	(396)	(6)	2.695
	4.668.793	**-**	**54.930**	**(299.470)**	**(1.409)**	**4.422.844**
Em Curso						
Edificações e benfeitorias	2.504	4.737	(887)	-	-	6.354
Máquinas e equipamentos	41.823	101.891	(52.885)	-	-	90.829
Outros a ratear	12.573	3.868	(1.158)	-	-	15.283
	56.900	**110.496**	**(54.930)**	**-**	**-**	**112.466**
Obrigações especiais	(9.755)	-	-	-	(640)	(10.395)
	4.715.938	**110.496**	**-**	**(299.470)**	**(2.049)**	**4.524.915**

	Consolidado						
	Saldo em 31.12.2009	Aquisição SER	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2010
Em serviço							
Reservatórios, barragens e adutoras	3.354.601	-	-	65.111	(150.930)	-	3.268.782
Edificações e benfeitorias	1.011.279	-	-	28.639	(53.054)	(7)	986.857
Máquinas e equipamentos	3.414.684	-	-	301.369	(244.816)	(1.209)	3.470.028
Veículos	420	-	-	489	(144)	(10)	755
Móveis e utensílios	3.191	-	-	1.272	(608)	(32)	3.823
	7.784.175	**-**	**-**	**396.880**	**(449.552)**	**(1.258)**	**7.730.245**
Em Curso							
Reservatórios, barragens e adutoras	22.466	329.635	73.943	(18.316)	-	(3.392)	404.336
Edificações e benfeitorias	39.578	455.442	17.355	(37.135)	-	(36)	475.204
Máquinas e equipamentos	181.754	738.606	220.536	(252.295)	-	-	888.601
Adiantamento a fornecedores	76.073	-	29.205	(34.652)	-	-	70.626
Outros a ratear	43.703	416.893	11.332	(54.482)	-	(101)	417.345
	363.574	**1.940.576**	**352.371**	**(396.880)**	**-**	**(3.529)**	**2.256.112**
Obrigações especiais	(10.520)	-	491	-	-	(319)	(10.348)
	8.137.229	**1.940.576**	**352.862**	**-**	**(449.552)**	**(5.106)**	**9.976.009**

	Consolidado					
	Saldo em 01.01.2009	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2009
Em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	2.929.183	-	593.577	(168.159)	-	3.354.601
Edificações e benfeitorias	917.851	-	136.657	(43.229)	-	1.011.279
Máquinas e equipamentos	2.896.054	-	719.731	(199.518)	(1.583)	3.414.684
Veículos	348	-	228	(156)	-	420
Móveis e utensílios	2.778	-	899	(480)	(6)	3.191
	6.746.214	**-**	**1.451.092**	**(411.542)**	**(1.589)**	**7.784.175**
Em Curso						
Reservatórios, barragens e adutoras	81.585	28.343	(87.462)	-	-	22.466
Edificações e benfeitorias	374.591	38.415	(373.428)	-	-	39.578
Máquinas e equipamentos	381.466	194.882	(394.594)	-	-	181.754
Adiantamento a fornecedores	72.988	4.048	(963)	-	-	76.073
Outros a ratear	235.297	403.500	(594.645)	-	(449)	43.703
	1.145.927	**669.188**	**(1.451.092)**	**-**	**(449)**	**363.574**
Obrigações especiais	(9.880)	-	-	-	(640)	(10.520)
	7.882.261	**669.188**	**-**	**(411.542)**	**(2.678)**	**8.137.229**

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota 2, em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

A avaliação do valor justo foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), bem como na aplicação do "Método de Quantificação dos Custos", "Método Comparativo de Dados de Mercado", "Método de Custo", "Critério de *Ross – Heidecke*", além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

O ajuste no balanço consolidado de primeira adoção (01.01.2009) foi feito com base no Laudo de Avaliação revisado pela administração da Companhia e totalizou R$ 1.243.998. Os saldos do ativo imobilizado em 31.12.2010 e 31.12.2009 contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, de R$ 1.073.015 e R$ 1.159.196, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2010 foi de R$ R$ 86.180 e R$ 87.509, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

As concessões onerosas e autorizações concedidas pela União para o uso do bem público para a geração hidrelétrica, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócio, em razão da ausência de práticas contábeis específicas adotadas no Brasil, vinham sendo registradas com base na melhor referência identificada nas práticas contábeis internacionais *(International Financial Reporting Standards – IFRS)*. A Companhia considerou como referência para o registro destas transações o Guia de Aplicação do IFRS 3 (Combinação de negócios), que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e o da unidade de geração como único ativo, para fins de reconhecimento nas demonstrações contábeis, quando estes ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. Com base neste pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Este procedimento vinha sendo adotado antes da obrigatoriedade da adoção do IFRS e dos CPC (01.01.2009) e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo destas concessões incluídas no ativo imobilizado consolidado no balanço de abertura é de R$ 1.260.580 e nos balanços consolidados de 31.12.2010 e 31.12.2009 é de R$ 1.205.286 e R$ 1.161.717, respectivamente.

e) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, em que pese a legislação e os contratos preverem a possibilidade da renovação da concessão.

f) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado durante os exercícios de 2010 e 2009 foram de R$ 34.694 e R$ 46.099, respectivamente.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

h) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora /Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	Ceste[17]	1.087	26.11.2002	26.11.2037
Autorizações				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade	40	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033

A Companhia possui direta e indiretamente 1.090 MW e 404 MW da capacidade instalada da UHE Ita e da UHE Machadinho, respectivamente.

i) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

17. SUEZ Energia Renovável S.A. (40,07%), Vale S.A. (30,%), Estreito Energia S.A. (25,49%) e Camargo Correa Geração de Energia (4,44%).

j) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

17. INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora		
	Direito de uso	Ágio incorporado da CEM[18]	Total
Custo corrigido	11.110	44.578	55.688
Amortização acumulada	(9.225)	(26.623)	(35.848)
Saldo em 01.01.2009	**1.885**	**17.955**	**19.840**
Custo corrigido	14.730	44.578	59.308
Amortização acumulada	(10.138)	(30.932)	(41.070)
Saldo em 31.12.2009	**4.592**	**13.646**	**18.238**
Custo corrigido	21.896	44.578	66.474
Amortização acumulada	(11.762)	(35.241)	(47.003)
Saldo em 31.12.2010	**10.134**	**9.337**	**19.471**

	Consolidado						
	Direito de uso	Direito de compra de energia	Ágio incorporado da CEM	Ágio incorporado da Itasa	Ágio Seival Participações	Direitos do Projeto Trairi	Total
Custo corrigido	15.741	64.561	44.578	72.793	19.528	-	217.201
Amortização acumulada	(9.475)	-	(26.623)	(54.388)	-	-	(90.486)
Saldo em 01.01.2009	**6.266**	**64.561**	**17.955**	**18.405**	**19.528**	**-**	**126.715**
Custo corrigido	17.260	64.561	44.578	72.793	19.528	2.971	221.691
Amortização acumulada	(11.058)	-	(30.932)	(61.668)	-	-	(103.658)
Saldo em 31.12.2009	**6.202**	**64.561**	**13.646**	**11.125**	**19.528**	**2.971**	**118.033**
Custo corrigido	25.887	64.561	44.578	72.793	-	3.133	210.952
Amortização acumulada	(12.387)	-	(35.241)	(67.803)	-	-	(115.431)
Saldo em 31.12.2010	**13.500**	**64.561**	**9.337**	**4.990**	**-**	**3.133**	**95.521**

18. Companhia Energética Meridional, subsidiária integral incorporada pela Companhia em 2008.

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios incorporados da CEM e da Itasa também possuem vida útil definida e serão amortizados, respectivamente, até fevereiro de 2013 e dezembro de 2011.

Os direitos do Projeto Trairí tem como fundamento os projetos básicos ambientais, a certificação de geração de energia, as medições de ventos, licenças ambientais prévias e os contratos de arrendamentos decorrentes do valor justo dos ativos adquiridos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2009	**19.840**	**126.715**
Direito de uso	3.603	4.621
Direitos do Projeto Trairí	-	2.971
Transferência para o imobilizado	-	(3.102)
Amortização	(5.205)	(13.172)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**118.033**
Direito de uso	5.904	6.490
Direitos do Projeto Trairí	-	162
Incorporação PPESA	706	-
Direito de uso - aquisição SER	-	1.860
Transferência do ativo imobilizado	-	277
Transferência ágio para o ativo circulante	-	(19.528)
Amortização	(5.377)	(11.773)
Saldo em 31.12.2010	**19.471**	**95.521**

O ágio pago pela Seival, juntamente com o investimento, foram transferidos para a conta "Ativo mantido para a venda", no ativo circulante, em decorrência das tratativas adiantadas para a alienação da empresa, conforme mencionado na Nota 6.

18. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Encargos de uso da rede elétrica	81.003	69.742	64.196	84.857	76.502	67.852
Energia elétrica comprada	53.569	53.766	46.492	104.203	76.770	78.579
Transações no âmbito da CCEE	1.337	370	2.002	1.337	2.325	3.851
Materiais e serviços	34.686	46.511	36.339	77.528	89.722	61.940
Combustíveis fósseis / biomassa	3.491	630	-	926	798	145
	174.086	**171.019**	**149.029**	**268.851**	**246.117**	**212.367**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a)Composição

	Controladora								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira									
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.425	104.500	119.925	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	88.964	88.964	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	4.691	-	4.691	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	20.116	**193.464**	**213.580**	**18.884**	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional									
Eletrobras	10.796	-	10.796	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	14.965	19.953	34.918	14.965	34.917	49.882	14.947	49.823	64.770
Banco do Brasil	3.529	-	3.529	3.529	3.530	7.059	3.529	7.059	10.588
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	400.000	-	400.000
Encargos	171	-	171	258	-	258	33.367	-	33.367
	29.461	**19.953**	**49.414**	**49.070**	**49.243**	**98.313**	**479.288**	**97.996**	**577.284**
	49.577	**213.417**	**262.994**	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**512.519**	**403.363**	**915.882**

	Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira									
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.425	104.500	119.925	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	88.964	88.964	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	4.691	-	4.691	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	20.116	**193.464**	**213.580**	**18.884**	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional									
Eletrobras	10.796	-	10.796	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	73.064	1.297.836	1.370.900	75.412	573.608	649.020	47.816	389.259	437.075
Agentes Financiadores do BNDES	56.086	1.001.920	1.058.006	71.504	561.833	633.337	52.650	725.722	778.372
Banco do Brasil	7.495	23.135	30.630	7.495	30.630	38.125	7.495	38.125	45.620
BRDE	6.835	4.556	11.391	6.835	11.391	18.226	6.826	18.203	25.029
CEF	5.777	46.234	52.011	5.479	49.315	54.794	5.157	51.574	56.731
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	400.000	-	400.000
Outros bancos	-	-	-	-	-	-	55.855	-	55.855
Encargos	9.245	-	9.245	5.419	-	5.419	35.438	10.961	46.399
	169.298	**2.373.681**	**2.542.979**	**202.462**	**1.237.573**	**1.440.035**	**638.682**	**1.274.958**	**1.913.640**
	189.414	**2.567.145**	**2.756.559**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

Os principais eventos ocorridos no ano de 2010 foram os seguintes:

a) Pré-pagamento do financiamento com o BNDES e agentes financiadores da PPESA

Em fevereiro de 2010, a controlada PPESA amortizou antecipadamente a totalidade de seu financiamento com o BNDES e agentes financiadores. A amortização antecipada, no montante de R$ 223.187, ocorreu em razão do plano de incorporação da PPESA pela Tractebel Energia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária, o que foi implementado em dezembro de 2010.

b) Financiamento da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética

No ano de 2010, a controlada Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética recebeu R$ 63.452, do total de R$ 82.469, do financiamento contratado com o BNDES para a construção da Usina Ibitiúva. O valor remanescente está previsto para ser recebido no 1º semestre de 2011.

c) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A.

Em decorrência da aquisição da SER, em agosto de 2010 foi reconhecido no passivo consolidado da Companhia o montante de R$ 1.160.521, relativo ao financiamento com o BNDES e demais Bancos (Repasse BNDES), para a construção da UHE Estreito. Em novembro de 2010 foi assinado contrato de financiamento suplementar para a continuidade da implantação da Usina, no valor de R$ 308.547. A primeira liberação de R$ 207.935 ocorreu dentro do próprio mês e a parcela remanescente de R$ 110.055 está prevista para ser liberada no 1º semestre de 2011.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01.01.2009	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**
Ingressos	300.000	-	300.000	309.000	96.316	405.316
Transferências	66.619	(66.619)	-	222.709	(222.709)	-
Juros gerados	58.862	54	58.916	110.662	117.076	227.738
Juros capitalizados	-	-	-	(223)	(45.880)	(46.103)
Variações cambiais	(7.866)	(69.816)	(77.682)	(7.866)	(69.816)	(77.682)
Remuneração de garantias depositadas	-	9.794	9.794	-	9.794	9.794
Amortização do principal	(770.432)	-	(770.432)	(918.719)	-	(918.719)
Amortização dos juros	(91.748)	-	(91.748)	(166.130)	-	(166.130)
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**
Aquisição SER	-	-	-	-	1.160.521	1.160.521
Ingressos	-	-	-	-	276.751	276.751
Transferências	44.861	(44.861)	-	352.659	(352.659)	-
Juros gerados	22.777	-	22.777	126.070	64.630	190.700
Juros capitalizados	-	-	-	(5.988)	(28.706)	(34.694)
Variações cambiais	(779)	(14.551)	(15.330)	(779)	(14.551)	(15.330)
Remuneração de garantias depositadas	-	(3.947)	(3.947)	-	(3.947)	(3.947)
Amortização do principal	(64.458)	-	(64.458)	(390.131)	-	(390.131)
Amortização dos juros	(20.778)	-	(20.778)	(113.763)	-	(113.763)
Saldo em 31.12.2010	**49.577**	**213.417**	**262.994**	**189.414**	**2.567.145**	**2.756.559**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%
Moeda estrangeira									
Dólar Americano (USD)	71.946	121.747	46,29	83.265	144.981	42,06	89.076	208.169	22,73
Euro (EUR)	41.290	91.833	34,92	40.456	101.436	29,42	40.279	130.429	14,24
		213.580	**81,21**		**246.417**	**71,48**		**338.598**	**36,97**
Moeda nacional									
CDI		-	-		-	-		433.011	47,28
TJLP		35.066	13,33		50.093	14,53		65.045	7,10
Não indexado		14.348	5,46		48.220	13,99		79.228	8,65
		49.414	**18,79**		**98.313**	**28,52**		**577.284**	**63,03**
		262.994	**100,00**		**344.730**	**100,00**		**915.882**	**100,00**

	Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%
Moeda estrangeira									
Dólar Americano (USD)	71.946	121.747	4,42	83.265	144.981	8,60	89.076	208.169	9,24
Euro (EUR)	41.290	91.833	3,33	40.456	101.436	6,01	40.279	130.429	5,79
		213.580	**7,75**		**246.417**	**14,61**		**338.598**	**15,03**
Moeda nacional									
CDI		-	-		-	-		488.866	21,71
TJLP		2.465.067	89,43		1.353.626	80,26		1.299.049	57,68
UMBNDES590		-	-		6.996	0,42		11.236	0,50
Não indexado		77.912	2,82		79.413	4,71		114.489	5,08
		2.542.979	**92,25**		**1.440.035**	**85,39**		**1.913.640**	**84,97**
		2.756.559	**100,00**		**1.686.452**	**100,00**		**2.252.238**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)		
Moeda – indexador	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Dólar Americano (USD)	(2,81)	(25,49)	31,94
Euro (EUR)	(11,30)	(22,57)	24,14
TJLP	6,00	6,12	6,25
CDI	9,71	9,84	12,35
UMBNDES590	(3,76)	(25,66)	33,86

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2012	11.381	14.965	26.346	11.381	202.384	213.765
2013	7.383	4.988	12.371	7.383	181.832	189.215
2014	3.569	-	3.569	3.569	157.252	160.821
2015	88.964	-	88.964	88.964	158.106	247.070
2016	-	-	-	-	159.042	159.042
2017	-	-	-	-	159.419	159.419
2018	-	-	-	-	157.220	157.220
2019 a 2023	-	-	-	-	748.634	748.634
2024 a 2029	82.167	-	82.167	82.167	449.792	531.959
	193.464	**19.953**	**213.417**	**193.464**	**2.373.681**	**2.567.145**

f) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestral	121.747
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anual	91.833
Moeda nacional				
TBLE				
Eletrobras	12% a.a.	04.2011	Mensais	10.796
Banco do Brasil	8,14% a.a.[(c)]	12.2011	Mensais	3.552
BNDES	TJLP + 4% a.a.[(a)]	04.2013	Mensais	35.066
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a.[(a)]	09.2013	Mensais	33.514
Bancos (Repasse BNDES)[(b)]	TJLP + 3,85% a.a.[(a)]	09.2013	Mensais	41.544
Lages (BRDE)	TJLP + 2,25% a.a. [(a)]	08.2012	Mensais	11.431
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a.[(a)]	10.2023	Mensais	206.132
Bancos (Repasse BNDES)[(b)]	TJLP + 3,25% a.a.[(a)]	10.2023	Mensais	416.350
Tupan (CEF)	TJLP + 3,5% a.a.[(a)]	12.2019	Mensais	52.089
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a.[(c)]	10.2017	Mensais	27.245
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a.[(a)]	12.2023	Mensais	99.822
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a.[(a)]	12.2023	Mensais	68.599
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a.[(a)]	06.2024	Mensais	64.085
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais, após 02.2011	36.320
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a.[(a)]	01.2021	Mensais, após 02.2011	28.736
SER				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a.[(a)]	09.2029	Mensais, após 10.2011	795.888
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais, após 07.2012[(d)]	7.617
Bancos (Repasse BNDES)[(b)]	TJLP + 2,95% a.a.[(a)]	09.2029	Mensais, após 10.2011	604.193

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos (Repasse BNDES) são Itaú, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Os juros serão pagos trimestralmente no período compreendido entre 15.11.2010 e 15.06.2012.

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

g.1.1) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor de R$ 60.420, em 31.12.2010 (R$ 76.470 em 31.12.2009), o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente. Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

g.1.2) Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

Eletrobras: (a) procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) notas promissórias no montante referente ao total do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726 (em 31.12.2010 e 31.12.2009), representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de nota promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: carta de fiança do Itaú Unibanco Holding S.A., no valor de R$ 131.966 (em 31.12.2010 e 31.12.2009), com validade até 15.10.2013.

g.2) Itasa

BNDES e Bancos (Repasse BNDES): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa a estes credores.

g.3) Lages

BRDE: (a) cessão dos direitos creditórios do contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc); (b) cessão dos direitos emergentes da autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica; (c) obrigação de manter aberta uma conta reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) CESS

BNDES e Bancos (Repasse BNDES): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida, acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto.

g.5) Tupan

Caixa Econômica Federal: (a) hipoteca de terreno e imóveis; (b) alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do capital social; (d) recebíveis e conta reserva; e (e) fiança corporativa da Tractebel Energia.

g.6) Hidropower

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

g.7) Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social; e (c) recebíveis e conta reserva.

g.8) Ibitiúva

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

g.9) SER

BNDES e Bancos (Repasse BNDES): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) conta centralizadora de direitos creditórios; (c) conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida, acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto; (d) carta de fiança corporativa da Tractebel Energia; e (e) o penhor dos dividendos a serem pagos pela Companhia a GSELA.

h) Compromissos contratuais *(covenants)*

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
TBLE (BNDES)	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%
Itasa (BNDES e Bancos)	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%
Lages (BRDE)	(Passivos circulante + não circulante) / ativo total ≤ 66%
CESS (BNDES e Bancos)	Índice de cobertura do serviço da dívida[19] ≥ 1,3
Tupan (CEF)	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 21% (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3 (iii) Capital social / ativo imobilizado ≥ 21%
Hidropower (Banco do Brasil)	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA[20] (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA / despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira total / EBITDA ≤ 4,0 (v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Beberibe e Pedra do Sal (BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Areia Branca (BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2
Ibitiúva (BNDES)	(i) Índice de Endividamento Geral ≥ 0,80 (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
SER (BNDES e Bancos)	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.

A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente, de cobertura do serviço da dívida e o de margem EBITDA. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro,

19. Índice de cobertura do serviço da dívida:Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

20. Margem EBITDA: EBITDA (Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido pelo Contrato.) / Receita operacional líquida (ROL)

deve proceder ao equacionamento da insuficiência.

Em decorrência de questões estruturais, o passivo circulante da Hidropower encontra-se em nível acima do inicialmente previsto quando da contratação do financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida. A administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, em razão de sua controladora, Tractebel Energia, ter se manifestado formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco. Caso necessário, a Hidropower será capitalizada para o equacionamento do descumprimento do *covenant*.

A Companhia possui um *waiver* emitido pelo Banco do Brasil para o exercício findo em 31.12.2009 e está negociando a emissão do mesmo documento para 31.12.2010. A dívida da Hidropower totaliza R$ 27.245 em 31.12.2010, sendo em montante inferior ao definido como evento de vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia.

20. DEBÊNTURES

a) Composição

	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora									
1ª Emissão (1ª Série)	150.558	-	150.558	-	139.817	139.817	9.141	140.000	149.141
1ª Emissão (2ª Série)	-	-	-	59.976	-	59.976	-	60.000	60.000
2ª Emissão	-	420.668	420.668	-	396.941	396.941	-	381.080	381.080
3ª Emissão	604.064	-	604.064	-	601.617	601.617	-	-	-
4ª Emissão	80.000	320.890	400.890	-	399.996	399.996	-	-	-
Cana Brava	14.437	24.406	38.843	13.124	38.842	51.966	11.917	51.904	63.821
Juros	46.119	-	46.119	44.240	-	44.240	29.053	-	29.053
Total Controladora	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**50.111**	**632.984**	**683.095**
Itasa (1ª e 2ª Séries)	9.034	16.380	25.414	8.055	24.570	32.625	9.154	32.760	41.914
Juros	805	-	805	1.012	-	1.012	1.326	-	1.326
Total Consolidado	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01.01.2009	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**
Ingressos	-	997.768	997.768	-	997.768	997.768
Transferências	73.120	(73.120)	-	81.310	(81.310)	-
Juros gerados	102.240	2.806	105.046	105.422	2.806	108.228
Variações monetárias	(2.643)	16.775	14.132	(3.321)	16.775	13.454
Amortização do principal	(19.465)	-	(19.465)	(28.076)	-	(28.076)
Amortização dos juros	(86.023)	-	(86.023)	(89.519)	-	(89.519)
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**
Transferências	839.509	(839.509)	-	847.699	(847.699)	-
Juros gerados	152.804	5.093	157.897	155.947	5.093	161.040
Variações monetárias	16.214	23.167	39.381	19.562	23.167	42.729
Amortização do principal	(77.159)	-	(77.159)	(87.718)	-	(87.718)
Amortização dos juros	(153.530)	-	(153.530)	(156.880)	-	(156.880)
Saldo em 31.12.2010	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**

c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/atualização monetária	Principal	
Controladora					
1ª emissão - 1ª Série	14.000	IGP-M + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.2011	Sem garantia
2ª Emissão - Série única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.2012/13/14	Sem garantia
3ª Emissão - Série única	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão - Série única	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.2011 a 2015	Sem garantia
Cana Brava - Série única	7.773	TJLP + 4% a.a.[21]	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Recebíveis da venda de energia
Itasa - 1ª e 2ª Séries	8.400	IGP-M + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	Anualmente, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série), até 01.12.2013 (1ª série) e 01.06.2013 (2ª série)	Penhor dos direitos creditórios

d) Variação dos indexadores

	(%)		
Indexador	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
TJLP	6,00	6,12	6,25
IGP-M	10,56	(1,71)	9,81
CDI	9,71	9,84	12,35
IPCA	5,25	3,93	5,89

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2012	235.234	243.424
2013	229.151	237.341
2014	220.877	220.877
2015	80.702	80.702
	765.964	**782.344**

21. O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	*Covenants*
Tractebel Energia:	
1ª e 2ª emissões	EBITDA[22] / despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada / EBITDA ≤ 2,5
3ª e 4ª emissões	EBITDA / despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada / EBITDA ≤ 3,5
Cana Brava (Série única)	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%
Itasa - 1ª e 2ª séries	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda	305.174	272.187	259.647	307.026	274.642	262.753
Contribuição social	89.004	80.189	77.520	91.006	81.090	79.496
ICMS	10.461	6.823	15.567	32.225	30.090	33.456
PIS e Cofins	20.082	17.003	12.732	21.212	19.486	15.796
INSS	4.593	3.682	2.086	3.960	4.174	2.499
Outros	1.774	1.532	2.996	2.508	2.134	10.108
	431.088	**381.416**	**370.548**	**457.937**	**411.616**	**404.108**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

22. EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido no Contrato.

22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante						
Provisão para férias e encargos	13.918	13.030	12.594	14.679	13.555	13.039
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	30.031	23.424	21.552	30.031	23.424	21.552
Programa de demissão voluntária	6.808	3.703	1.676	6.808	3.703	1.676
Outras	3.327	551	737	3.363	551	1.492
	54.084	**40.708**	**36.559**	**54.881**	**41.233**	**37.759**

Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas:

- Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): aplicável a todos os empregados da Companhia, atrelado aos resultados auferidos;
- Programa de Bônus Gerencial (PBG): aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial, atrelado aos resultados das suas áreas e desempenho individual.

Programa de Demissão Voluntária (PDV)

A Companhia implantou um PDV no ano de 2007 para todos os empregados da Companhia, tendo como público alvo e prioritário os aposentados ou os empregados em data próxima de aposentadoria. Os empregados que aderiram ao Plano farão jus a um benefício financeiro, pago a título de indenização, equivalente a 50% de uma remuneração por ano completo de trabalho na Companhia. Além disso, será concedido, por 12 (doze) meses, um Plano de Saúde com as mesmas coberturas básicas adotadas pela Companhia, extensivo aos dependentes dos beneficiários. A provisão para o PDV é constituída mensalmente entre a data de início da vigência do Plano, em maio de 2007, até data de desligamento, para os empregados que aderiram ao plano. O limite estabelecido no plano original para o desligamento foi até 30.04.2011.

23. OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante						
FNDCT	2.541	826	12.640	2.714	975	13.907
MME	1.270	413	6.320	1.356	559	6.953
Projetos	8.184	41.822	36.077	10.921	46.578	39.410
	11.995	**43.061**	**55.037**	**14.991**	**48.112**	**60.270**
Não circulante						
Projetos	**40.622**	-	-	**41.260**	-	-

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o Ministério das Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em 31.12.2010, a Companhia e suas controladas tinham R$ 52.181 para serem investidos em projetos próprios, dos quais R$ 15.873 encontram-se comprometidos com projetos em andamento e o restante ainda não estava vinculado a projetos na Aneel.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui notificações tributárias e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, algumas das quais, na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para a cobertura dos desembolsos futuros necessários para a liquidação dos passivos.

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Riscos tributários prováveis						
INSS	29.827	27.461	29.358	29.827	27.461	29.358
Contribuição Social	602	107	15.152	602	107	15.152
Outros	1.831	-	-	1.831	-	-
	32.260	**27.568**	**44.510**	**32.260**	**27.568**	**44.510**
Riscos cíveis prováveis						
Contratos com fornecedores	22.288	22.179	18.931	22.288	22.179	18.931
Benefício de aposentadoria	26.844	23.895	5.122	26.844	23.895	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	6.536	13.146	12.298	6.536	13.146	12.298
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)	37.412	-	-	37.412	26.239	16.940
Ambientais	6.317	3.823	3.472	6.317	3.823	3.472
Ações diversas	6.495	2.763	5.057	9.046	7.189	10.268
	105.892	**65.806**	**44.880**	**108.443**	**96.471**	**67.031**
Riscos trabalhistas prováveis	**13.579**	**16.056**	**21.399**	**13.579**	**16.056**	**21.399**
Total das provisões para riscos prováveis	**151.731**	**109.430**	**110.789**	**154.282**	**140.095**	**132.940**
Classificação no balanço						
Passivo circulante	10.720	12.580	10.140	10.866	12.677	10.262
Passivo não circulante	141.011	96.850	100.649	143.416	127.418	122.678
	151.731	**109.430**	**110.789**	**154.282**	**140.095**	**132.940**

Riscos tributários prováveis

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Os principais riscos relativos ao INSS são os seguintes:

a) Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social julgou improcedente nosso Recurso. A Companhia decidiu interpor medida judicial visando a discussão de mérito, depositando em juízo, no mês de outubro de 2010, o montante de R$ 11.946. O saldo em 31.12.2010 é de R$ 16.478 (R$ 15.039 em 31.12.2009 e R$ 18.111 em 01.01.2009).

b) Notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Devido à interposição de recurso, por parte da Fazenda Nacional, a ação judicial encontra-se aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A provisão em 31.12.2010 é de R$ 10.044 (R$ 9.168 em 31.12.2009 e R$ 8.308 em 01.01.2009).

Riscos cíveis prováveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da Cien, desde 23.04.2007. Em 12.05.2010, foi proferido despacho referente à interposição de Agravo de Instrumento perante o TRF da 4ª Região que ainda não teve seu pedido de efeito suspensivo apreciado. Desta forma, o juiz da 1ª instância determinou que se aguardasse eventual decisão sobre o efeito suspensivo para dar andamento ao processo. Desde então, aguarda-se decisão sobre o pedido de efeito suspensivo formulado nos autos do Agravo de Instrumento, com relação ao ingresso da Aneel na lide como litisconsorte passiva necessária. O valor provisionado em 31.12.2010 é de R$ 17.959 (R$ 16.279 em 31.12.2009 e R$ 15.045 em 01.01.2009).

Benefício de aposentadoria

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual requerem os participantes da ELOS a declaração de nulidade da limitação ao salário de contribuição ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções feitas pelos autores que limitavam o salário de sua contribuição. A Companhia figura como assistente das rés, em razão da cisão parcial da Eletrosul, com a criação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), denominação anterior da Tractebel Energia. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina,

em Acórdão que aguarda julgamento de embargos, é contrária aos interesses da ELOS e Eletrosul. Atualmente, as partes estão buscando a realização de acordo. O valor provisionado em 31.12.2010 é de R$ 26.557 (R$ 23.895 em 31.12.2009 e R$ 5.122 em 01.01.2009).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

Refere-se à ação ajuizada pela controlada indireta Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), incorporada pela Companhia em dezembro de 2010, visando reduzir o valor a recolher da TUST ao montante equivalente ao cobrado da UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a PPESA passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a PPESA substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária. A fim de reduzir o custo da fiança contratada, a Companhia vinculou aplicações financeiras à referida fiança.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 6.317 (R$ 3.823 em 31.12.2009), relativo a quatro processos ambientais, cujos objetos versam em três ações sobre o reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) ao redor do reservatório da Usina Salto Santiago e em um processo a respeito de supostos danos causados em decorrência do enchimento do reservatório da Usina Cana Brava. As ações estão seguindo seus trâmites normais na justiça.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações cominatórias pleiteando reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Controladora			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01.01.2009	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**
Adições	181	17.358	2.453	19.992
Atualizações	3.224	4.921	1.976	10.121
Pagamentos	(4.978)	(231)	(4.314)	(9.523)
Reversões	(15.369)	(1.122)	(5.458)	(21.949)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**
Adições	-	3.185	3.370	6.555
Atualizações	2.650	7.116	2.115	11.881
Pagamentos	(31)	(1.522)	(3.123)	(4.676)
Incorporação PPESA	2.315	40.113	-	42.428
Reversões	(242)	(8.806)	(4.839)	(13.887)
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**105.892**	**13.579**	**151.731**

	Consolidado			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01.01.2009	**44.510**	**67.031**	**21.399**	**132.940**
Adições	181	24.546	2.453	27.180
Atualizações	3.224	7.304	1.976	12.504
Pagamentos	(4.978)	(1.247)	(4.314)	(10.539)
Reversões	(15.369)	(1.163)	(5.458)	(21.990)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**
Adições	2.315	10.820	3.370	16.505
Atualizações	2.650	11.480	2.115	16.245
Pagamentos	(31)	(1.522)	(3.123)	(4.676)
Reversões	(242)	(8.806)	(4.839)	(13.887)
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**108.443**	**13.579**	**154.282**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável de desembolso futuro e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	408.986	478.882	887.868	424.060	169.834	593.894	359.909	28.165	388.074
Cíveis	14.459	466	14.925	23.200	9.785	32.985	26.459	10.600	37.059
Trabalhistas	8.288	20.331	28.619	8.944	15.621	24.565	11.962	11.774	23.736
	431.733	**499.679**	**931.412**	**456.204**	**195.240**	**651.444**	**398.330**	**50.539**	**448.869**

	Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	435.710	478.882	914.592	424.164	169.834	593.998	360.004	28.165	388.169
Cíveis	17.205	485	17.690	38.670	9.793	48.463	41.431	11.356	52.787
Trabalhistas	8.288	20.331	28.619	8.944	15.621	24.565	11.962	11.774	23.736
	461.203	**499.698**	**960.901**	**471.778**	**195.248**	**667.026**	**413.397**	**51.295**	**464.692**

Riscos tributários possíveis

Os principais objetos relativos aos passivos avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco possível são os seguintes:

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como risco possível decorrem de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de:

- Denúncia espontânea

A Companhia fez compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação em 31.12.2010, na controladora e no consolidado, é de R$ 47.946 (R$ 43.761 em 31.12.2009 e R$ 39.654 em 01.01.2009).

- Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC).

Em 30.12.2010, a Receita Federal expediu auto de infração no valor de R$ 322.652, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% ao ano, acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, com o objetivo de alterar a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, passou a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela das obras realizada com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela das obras realizada com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com este procedimento, a receita isenta que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser diferida com reconhecimento no resultado sob a forma de amortização credora, após a entrada em operação do ativo em construção que lhe deu origem ou, eventualmente, pela baixa do respectivo bem, sendo excluída para fins de apuração do lucro real.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-lei vigorou para os valores calculados e contabilizado até 31.12.1998, tendo sido revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e contabilização a partir de 01.01.1996.

Desta forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal foram calculados e contabilizados ao amparo do referido Decreto-lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda.

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em 11.06.2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente a parte de Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil, em virtude da utilização de base negativa de CSLL no ano calendário de 2003, originada de operação de incorporação. No mesmo Auto de Infração, o fisco exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia, sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da Denúncia Espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN).

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, e foram utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito, porquanto os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento.

No que respeita à quitação de tributos vencidos, sem a incidência de multa, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, com a utilização de créditos tributários, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da Denúncia Espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no 1ª Conselho, 7ª Câmara com Recurso de Oficio ao CARF, por parte da Receita Federal do Brasil, e com Recurso Voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2010, na controladora e no consolidado, é de R$ 23.928 (R$ 21.839 em 31.12.2009 e R$ 19.791 em 01.01.2009).

- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Auto de Infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação em 31.12.2010 é de R$ 4.283 (R$ 3.910 em 31.12.2009 e R$ 3.186 em 01.01.2009).

- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de São Paulo

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, esta prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora onde o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, entidade responsável pelos

ajustes desta medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir desta data que é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

O referido auto de infração, no montante de R$ 26.510 na Tractebel Energia e de R$ 9.210 na TBLC, está sendo contestado pela Companhia que juntamente com seus advogados entendem que os referidos autos de infração não devem prosperar, motivo pelo qual acreditam que a chance de êxito é superior ao risco de perda.

Ainda que se mantenham ou autos de infração, a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que o valor efetivamente devido seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal.

Riscos tributários remotos

Os principais passivos avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco remoto são os que seguem:

- Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998, foi publicada a Lei nº 9.718 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)".

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982, já incluídos os juros e multas, referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período acima mencionado. O valor total da notificação atualizado em 31.12.2010 é de R$ 157.529 (R$ 141.612 em 31.12.2009).

Ocorre que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da RFB não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "subvenção CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica, não era compatível com a natureza jurídica de receita. Desta forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade da intimação na esfera administrativa e, se necessário, fará na esfera judicial. Mesmo que a "subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005, o combustível adquirido com recursos da CCC/CDE era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Esta alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração de que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Florianópolis, na 4ª Turma.

- PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 658/2006

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia alegou que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implicava ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Posteriormente, a Lei nº 11.196/2005, em seu artigo 109, autorizou a manutenção da condição de preço predeterminado para os contratos com cláusulas de reajuste de preço que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados.

Em face do advento da referida lei, em julho de 2006, foi publicada a IN nº 658/2006, que expressamente revogou a IN nº 468/2004, incorporando a idéia de que a existência de cláusula de reajuste de preço com base em índices que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados não altera a predeterminação do preço dos contratos.

Em outubro de 2006, foi emitido acórdão do TRF da 4ª Região, dando integral provimento ao recurso de apelação, assegurando, à Companhia, o direito de recolher as contribuições do PIS/Pasep e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto pelo art. 10, XI, b da Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN nº 468/2004.

Diante das alterações trazidas pela Lei nº 11.196/2005 e pela IN nº 658/2006, e tendo em vista que elas não foram levadas em consideração pelo acórdão do TRF da 4ª Região, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, com o objetivo de que o Tribunal conhecesse desta nova legislação, evitando, assim, o ajuizamento de nova medida judicial apenas para essa finalidade.

No entanto, o Tribunal não conheceu estas alterações legislativas sob o argumento de que não seria possível aplicar ao processo a nova legislação, já que ela não era vigente na época da propositura do mandado de segurança.

Exclusivamente em razão desta decisão, a Companhia apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, que pende de julgamento.

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face do acórdão, pleiteando sua reforma no tocante ao reconhecimento da ilegalidade da IN nº 468/2004 pelo TRF da 4ª Região. O recurso especial da União Federal não foi admitido, motivo pelo qual, em 12.04.2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF, que garante o direito da Companhia de tributar as receitas provenientes dos contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03, pelo regime cumulativo das contribuições do PIS/Pasep e da Cofins, sem as limitações impostas pela IN nº 468/2004.

Assim, pende de decisão no STJ apenas o recurso especial interposto pela Companhia que tem o único propósito de afastar a norma superveniente contida na IN nº 658/2006, não havendo mais quaisquer discussões sobre os valores recolhidos indevidamente ou depositados judicialmente sob a égide da IN 468/2004, cuja decisão transitou em julgado.

Diante desses fatos, em junho de 2010, a Companhia reconheceu o ganho judicial no valor de R$ 45.803, referente ao montante recolhido indevidamente no período de novembro de 2004 a maio de 2005, efetuando o Pedido de Habilitação de Credito Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado.

Em julho de 2010, foi deferido o pedido de levantamento dos depósitos judiciais realizados sob a vigência da IN 468/04, isto é, os depósitos efetuados até o mês de competência de julho de 2006, e, com a expedição do Alvará Judicial, foram efetuados os levantamentos parciais dos depósitos no valor de R$ 108.578.

O levantamento dos depósitos efetuados sob a égide da IN nº 658/2006, no valor de R$ 38.832, depende do julgamento do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça e a contingência de risco remoto no período de vigência da referida IN nº 658, a partir de julho de 2006, é de R$ 312.933.

Riscos cíveis possíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Riscos trabalhistas possíveis

Os riscos trabalhistas referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vínculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

25. CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Usina Cana Brava	373.704	309.289	287.655	373.704	309.289	287.655
Usina Ponte de Pedra	347.321	-	-	347.321	289.335	271.371
Usina São Salvador	-	-	-	379.736	358.850	-
Usina Estreito	-	-	-	34.186	-	-
	721.025	**309.289**	**287.655**	**1.134.947**	**957.474**	**559.026**
Classificação no balanço						
Passivo circulante	2.499	1.857	1.873	42.297	37.419	2.343
Passivo não circulante	718.526	307.432	285.782	1.092.650	920.055	556.683
	721.025	**309.289**	**287.655**	**1.134.947**	**957.474**	**559.026**

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo (vide informações adicionais na Nota 16).

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar de Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10% a.a. e para Ponte de Pedra de 8,28% a.a.

Durante a construção das Usinas, a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IGP-M (Cana Brava, Ponte de Pedra e Estreito) e do IPCA (São Salvador), abaixo indicados, serão pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

Usinas / Anos de pagamento	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Cana Brava				
De 01.01.2011 a 31.07.2023	680	8.557	1.985	24.977
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	178.875	1.788.751
		621.357		**1.813.728**
Usina Ponte de Pedra				
De 01.01.2011 a 30.09.2019	200	1.750	537	4.696
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	43.469	43.469
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	83.475	1.168.653
		453.481		**1.216.818**
Usina São Salvador				
De 01.01.2011 a 30.04.2037	20.000	**528.333**	38.914	**1.045.642**
Usina Estreito				
De 01.03.2011 a 31.12.2037	1.789	**47.992**	3.604	**96.715**

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01.01.2009	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**
Aquisição de São Salvador	-	-	-	38.082	314.015	352.097
Transferências	1.848	(1.848)	-	11.633	(11.633)	-
Juros	-	28.258	28.258	-	64.728	64.728
Variações monetárias	-	(4.760)	(4.760)	-	(3.738)	(3.738)
Amortizações	(1.864)	-	(1.864)	(14.639)	-	(14.639)
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**
Aquisição de Estreito	-	-	-	2.831	31.355	34.186
Incorporação de Ponte de Pedra	514	346.807	347.321	-	-	-
Transferências	2.011	(2.011)	-	38.649	(38.649)	-
Juros	-	31.414	31.414	-	92.220	92.220
Variações monetárias	-	34.884	34.884	-	87.669	87.669
Amortizações	(1.883)	-	(1.883)	(36.602)	-	(36.602)
Saldo em 31.12.2010	**2.499**	**718.526**	**721.025**	**42.297**	**1.092.650**	**1.134.947**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2012	2.460	39.781
2013	2.424	36.352
2014	2.390	33.234
2015	2.359	30.399
2016	2.330	27.815
2017 a 2019	12.119	75.492
2020 a 2037	694.444	849.577
	718.526	1.092.650

26. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar plano de benefícios de previdência complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF SUEZ no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões de empregados, e Contribuição Definida (CD).

A Companhia patrocina, ainda, a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) pela seguinte motivação. Anteriormente à constituição da PREVIG, o plano BD era administrado exclusivamente pela ELOS e patrocinado pela Tractebel Energia e Eletrosul, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, permaneceram no plano de benefícios ELOS sob a responsabilidade da Tractebel Energia. No dia 15.05.2007, a Companhia celebrou acordo com a ELOS, a Eletrosul, a PREVIG e a Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão da Tractebel Energia à ELOS, permitindo aos beneficiários optarem por permanecer na ELOS ou transferir-se para a PREVIG, em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente ao patrimônio dos participantes de responsabilidade de cada patrocinadora. No ano de 2010, 50,7%das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2010 foi de R$ 1.711 (R$ 1.938 em 2009).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor destas despesas no exercício de 2010 foi de R$ 1.686 (R$ 1.374 em 2009).

a.1) Premissas atuariais

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Taxa de desconto (a.a.)	10,50%	10,50%	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)			
- Planos de benefícios BD (Elos) e BD (Previg)	10,50%	11,34%	10,50%
- Planos de benefícios CD (BSPS)	12,00%	11,34%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	4,50%	4,50%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	4,50%	4,50%	5,00%
Inflação	4,50%	4,50%	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%	100%

Hipóteses	31.12.2010, 31.12.2009 e 01.01.2009
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Fator de conversão do SB-40	140%
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%

a.2) Demonstrativo do passivo atuarial

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente das obrigações de pagamento de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado						
						Classificação no balanço	
	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos	Subtotal	Ganhos (perdas) não reconhecidos	Passivo reconhecido no balanço	Circulante	Não circulante
Plano BD	1.256.417	(782.648)	**473.769**	-	**473.769**		
Plano BSPS[23]	50.809	(26.170)	**24.639**	-	**24.639**		
Benefício GC[24]	1.737	-	**1.737**	-	**1.737**		
Total em 01.01.2009	**1.308.963**	**(808.818)**	**500.145**	**-**	**500.145**	**21.642**	**478.503**
Plano BD	1.135.976	(839.357)	**296.619**	194.030	**490.649**		
Plano BSPS	47.652	(29.791)	**17.861**	7.218	**25.079**		
Benefício GC	1.795	-	**1.795**	(388)	**1.407**		
Total em 31.12.2009	**1.185.423**	**(869.148)**	**316.275**	**200.860**	**517.135**	**25.478**	**491.657**
Plano BD	1.195.993	(1.019.909)	**176.084**	231.914	**407.998**		
Plano BSPS	50.957	(36.477)	**14.480**	11.398	**25.878**		
Benefício GC	2.206	-	**2.206**	(691)	**1.515**		
Total em 31.12.2010	**1.249.156**	**(1.056.386)**	**192.770**	**242.621**	**435.391**	**25.939**	**409.452**

De acordo com as práticas contábeis anteriores, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia reconheceu, no seu balanço de abertura (01.01.2009), as perdas atuarias não registradas no passivo em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

23. Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)

24. Gratificação de Confidencialidade (GC)

A Composição dos benefícios pós-emprego da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas está apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas e/ou reconhecidas									
Contrato de confissão de dívidas passadas	20.111	111.981	132.092	19.722	100.289	120.011	17.756	112.861	130.617
Passivo atuarial não contratado									
Cobertura dos custos relativos à SB-40[25] e contribuições correntes	2.185	2.607	4.792	2.133	3.124	5.257	1.912	2.226	4.138
Déficit atuarial e GC	3.643	237.463	241.106	3.623	255.539	259.162	1.974	206.713	208.687
Ganhos atuariais	-	57.401	57.401	-	132.705	132.705	-	156.703	156.703
Passivo atuarial registrado	**25.939**	**409.452**	**435.391**	**25.478**	**491.657**	**517.135**	**21.642**	**478.503**	**500.145**

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2012	14.836	2.073	16.909
2013	15.748	2.198	17.946
2014	16.715	1.784	18.499
2015	2.771	1.610	4.381
2016	2.937	1.707	4.644
2017 a 2029	36.902	12.700	49.602
	89.909	22.072	111.981

25. SB-40 – Conversão de aposentadoria especial em aposentadoria

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano BD	Plano CD	GC	Total
Passivo em 01.01.2009	**473.769**	**24.639**	**1.737**	**500.145**
Despesas do exercício de 2009	45.739	2.321	201	48.261
Contribuições	(28.860)	(1.880)	-	(30.740)
Benefícios pagos	-	-	(531)	(531)
Passivo em 31.12.2009	**490.648**	**25.080**	**1.407**	**517.135**
Despesas do exercício de 2010	22.910	1.904	308	25.122
Contribuições	(30.951)	(491)	-	(31.442)
Benefícios pagos	-	-	(120)	(120)
Ganho atuarial	(74.609)	(615)	(80)	(75.304)
Passivo em 31.12.2010	**407.998**	**25.878**	**1.515**	**435.391**

O ganho líquido a ser reconhecido mensalmente no resultado ao longo do ano de 2011, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano BD	Plano CD	GC	Total
Custo dos juros	(120.651)	(3.852)	(191)	(124.694)
Custo do serviço corrente	(79)	-	(67)	(146)
Rendimento esperado dos ativos do plano	103.844	2.685	-	106.529
Amortização dos ganhos atuariais	80.998	924	(40)	81.882
Ganho líquido	**64.112**	**(243)**	**(298)**	**63.571**

Os ativos do plano estão aplicados, substancialmente, em renda fixa (85,8%) e variável (10,6%). Outras modalidades de investimentos representam 3,6% dos ativos. A Receita financeira em 2010 correspondeu a 30,2% dos ativos financeiros dos Planos. Os ativos de renda fixa são compostos predominantemente por Títulos Públicos Federais. O rendimento dos ativos previstos para o ano de 2011 é de 10,6%.

a.3) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de Benefício Definido (BD), a PREVIG administra o plano tipo Contribuição Definida (CD). Neste plano, o custeio do plano de benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2010 foram de R$ 2.474 (R$ 2.196 em 2009).

a.4) Benefício de Gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

27. PASSIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535	36.535
Valor justo do ativo imobilizado	1.125.206	281.302	101.269	382.571	412.792	442.544
Valor justo da concessão a pagar	52.372	11.026	4.713	15.739	-	-
	1.285.034	**319.192**	**115.653**	**434.845**	**449.327**	**479.079**

	Consolidado					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Provisão de venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535	36.535
Valor justo do ativo imobilizado	1.125.206	281.302	101.269	382.571	412.792	442.544
Valor justo da concessão a pagar	52.372	11.026	4.713	15.739	9.011	-
Depreciação acelerada incentivada	31.900	7.975	2.871	10.846	-	-
Outros	-	-	-	-	1.600	1.600
	1.316.934	**327.167**	**118.524**	**445.691**	**459.938**	**480.679**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as seguintes transações:

A provisão de venda de energia é decorrente das transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da Aneel, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo. Por essa razão, a receita está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. A Companhia constituiu ainda provisão para perda no recebimento de contas a receber relativo a esta receita e, consequentemente, reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esta provisão.

O ajuste ao valor justo do ativo imobilizado corresponde à diferença entre o valor de livros e o de avaliação, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo imobilizado), em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10. Vide mais informações sobre o referido ajuste na Nota 2.

O ajuste ao valor justo da concessão a pagar decorre da aplicação do CPC 15 - Combinação de negócios na aquisição de controlada.

A depreciação acelerada incentivada corresponde à aceleração da depreciação de determinados custos de construção e aquisição de ativos de certas usinas da Companhia, conforme previsto na legislação fiscal.

A realização do passivo fiscal diferido foi estimada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
2011	30.557	30.557
2012	32.223	32.223
2013	28.646	28.646
2014	22.418	22.418
2015	20.713	20.713
2016 a 2018	95.272	95.272
2019 em diante	205.016	215.862
	434.845	**445.691**

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2010, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2010, é de R$ 7,77 (R$ 6,82 e R$ 5,98 por ação em 31.12.2009 e 01.01.2009, respectivamente).

O quadro societário da Companhia em 31.12.2010 e 31.12.2009 está assim constituído:

Acionistas	% do Capital
GSELA	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

A quantidade de ações da Companhia em circulação está demonstrada no quadro a seguir:

	Ações da Companhia	Ações do Controlador e Administradores	Ações em circulação
Saldo em 01.01.2009	**652.742.192**	**448.808.713**	**203.933.479**
Resgate de aluguel de ações de Administradores	-	69.050	(69.050)
Aquisição de novas ações por Administradores	-	10.000	(10.000)
Saldo em 31.12.2009	**652.742.192**	**448.887.763**	**203.854.429**
Aluguel de ações de Administradores	-	(241.650)	241.650
Aquisição de novas ações por Administradores	-	6.000	(6.000)
Ações de Conselheiros eleito em 23.04.2010	-	100	(100)
Saldo em 31.12.2010	**652.742.192**	**448.652.213**	**204.089.979**

c) Reserva de Capital

Refere-se à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros e para incorporação ao capital social.

d) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. A referida reserva somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. A reserva legal constituída no exercício de 2009 não foi alterada em decorrência dos ajustes relativos à primeira adoção dos CPC.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros e de créditos nos lucros acumulados no valor total de R$ 543.756, sem prejuízo à distribuição de dividendos. Este orçamento de capital prevê investimentos principalmente na implantação da Usina Estreito, na manutenção do parque produtivo e na aquisição de participação na Usina Jirau. A reserva de retenção de lucros reconhecida no ano de 2009 também não foi modificada em razão da primeira adoção dos CPC.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (01.01.2009). A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

29. DIVIDENDOS

	31.12.2010	31.12.2009 (após ajustes CPC)	31.12.2009 (antes dos ajustes CPC)
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios			
Lucro líquido do exercício	1.211.649	1.090.867	1.134.398
Constituição da reserva legal (5%)	(60.582)	(54.543)	(56.720)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**1.151.067**	**1.036.324**	**1.077.678**
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**345.320**	**310.897**	**323.303**
b) Base de cálculo dos dividendos ajustada			
Lucro líquido do exercício	1.211.649	1.090.867	1.134.398
Constituição da reserva legal (5%)	(60.582)	(54.543)	(56.720)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	56.879	55.970	-
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.207.946**	**1.092.294**	**1.077.678**
c) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos			
Dividendos intercalares pagos	286.100	348.006	348.006
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	188.011	166.019	166.019
Dividendos adicionais propostos	158.270	81.913	81.913
Subtotal	632.381	595.938	595.938
IRRF dos juros sobre o capital próprio	31.989	27.981	27.981
Total	**664.370**	**623.919**	**623.919**
Dividendos/juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	1,0178134249	0,9558426155	0,9558426155

A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76 e, além disso, estabelece a intenção de pagar em cada ano calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

Em 05.11.2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 220.000, correspondentes a R$ 0,3370396501 por ação, com base

na posição acionária de 18.11.2009 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia. Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2010.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 04.02.2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de pagamento de dividendos adicionais, no valor de R$ 158.270 (R$ 0,2424687839 por ação), referentes ao exercício de 2010. De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 (Contabilização da proposta de pagamento de dividendos), o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral, devem ser apresentados e destacados no patrimônio líquido. Estes dividendos excedem o mínino obrigatório e, portanto, foram apresentados em conta do patrimônio líquido denominada "Dividendos adicionais propostos".

30. DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	31.12.2010					31.12.2009
	Custos		Despesas			
	Energia vendida	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	123.535	12.383	9.323	44.132	189.373	167.730
Administradores	-	-	-	15.288	15.288	12.059
Material	20.468	369	53	1.249	22.139	21.453
Serviço de terceiro	70.082	4.141	3.796	36.747	114.766	97.420
Combustível para geração	50.263	-	-	-	50.263	32.547
Royalties[26]	111.268	-	-	-	111.268	77.276
Depreciação e amortização	307.529	-	-	6.665	314.194	304.675
Seguros	7.198	458	-	367	8.023	8.302
Taxa de fiscalização	9.379	-	-	-	9.379	8.654
Contribuições e doações	1.196	-	-	12.037	13.233	10.381
Contribuições setoriais	-	-	-	3.240	3.240	2.640
Aluguéis	4.919	290	215	4.072	9.496	10.236
Outros	4.007	72	3	17.926	22.008	19.287
	709.844	**17.713**	**13.390**	**141.723**	**882.670**	**772.660**

	Consolidado					
	31.12.2010					31.12.2009
	Custos		Despesas			
	Energia vendida	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	124.301	12.383	9.323	45.159	191.166	170.056
Administradores	-	-	-	16.001	16.001	12.636
Material	24.093	369	53	1.276	25.791	23.300
Serviço de terceiro	95.592	4.141	4.028	39.359	143.120	119.222
Combustível para geração	61.062	-	-	-	61.062	37.582
Royalties	133.548	-	-	-	133.548	91.900
Depreciação e amortização	447.213	-	-	14.112	461.325	424.714
Seguros	9.460	458	-	367	10.285	9.754
Taxa de fiscalização	11.250	-	-	-	11.250	9.892
Contribuições e doações	2.098	-	-	12.074	14.172	10.703
Contribuições setoriais	-	-	732	2.925	3.657	3.803
Aluguéis	7.244	290	222	4.226	11.982	11.686
Outros	5.284	72	5	24.436	29.797	21.541
	921.145	**17.713**	**14.363**	**159.935**	**1.113.156**	**946.789**

26. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

31. GANHO EM AÇÕES JUDICIAIS

Conforme mencionado na Nota 24, no ano de 2010, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 45.803, em razão do trânsito em julgado de ação judicial que pleiteou o direito de incidir o PIS e Cofins pelo regime cumulativo sobre as receitas decorrentes de contratos assinados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8.392 em conseqüência de acordo judicial decorrente da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

32. REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Benefícios pós-emprego	77.901	4.943	77.901	4.943
Riscos tributários	(1.652)	11.938	(3.967)	11.938
Riscos cíveis	28	(20.926)	(11.812)	(29.027)
Riscos trabalhistas	2.476	5.343	2.476	5.343
Outras	1.921	504	1.921	(93)
	80.674	**1.802**	**66.519**	**(6.896)**

O ganho na rubrica “Benefícios pós-emprego”em 2010 corresponde ao reconhecimento do ganho atuarial de acordo com as regras estabelecidas no CPC 33 (Benefícios pós-emprego), conforme explicado de forma mais ampla na Nota 2.

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	66.024	38.057	92.056	53.587
Juros sobre valores a receber	8.682	9.285	10.768	10.646
Variação monetária sobre depósitos judiciais	13.364	15.180	13.364	15.190
Variação monetária sobre outros valores a receber	13.079	7.246	14.439	7.460
	101.149	**69.768**	**130.627**	**86.883**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	180.674	163.962	282.352	243.760
Remuneração de garantias depositadas (STN)	(3.947)	9.794	(3.947)	9.794
Encargos sobre concessões a pagar	31.414	28.258	92.220	64.728
Encargos sobre passivo atuarial	24.623	47.797	24.623	47.797
Encargos sobre tributos	20.656	6.279	21.082	6.588
Variação monetária sobre dívidas	39.381	14.132	42.729	13.454
Variação monetária sobre concessões a pagar	34.884	(4.760)	87.669	(3.738)
Variação monetária outras	12.023	4.364	12.023	4.372
Variação cambial sobre dívidas	(15.330)	(77.682)	(15.330)	(77.682)
Outras despesas financeiras	13.397	13.454	16.048	17.599
	337.775	**205.598**	**559.469**	**326.672**
Despesas financeiras, líquidas	**236.626**	**135.830**	**428.842**	**239.789**

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos financeiros:						
Recebíveis e empréstimos:						
Caixa e depósitos bancários a vista	1.710	7.501	8.761	8.882	42.522	25.389
Contas a receber de clientes	446.165	354.676	371.041	531.106	435.292	387.579
Dividendos de controladas	6.525	12.347	9.000	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	69.665	31.491	-	132.797	97.249	26.576
Alienação de ativos	86.886	86.886	85.917	86.886	86.886	85.917
Depósitos judiciais	131.315	193.482	189.043	133.464	217.309	207.933
Créditos com controladas	6.765	35.654	6.300	-	-	-
Ativo mantido para venda	23.856	-	-	23.057	-	-
	772.887	**722.037**	**670.062**	**916.192**	**879.258**	**733.394**
Valor justo por meio do resultado:						
Mantido para negociação:						
Equivalentes de caixa	794.407	1.086.338	309.859	1.073.698	1.212.118	394.616
Passivos financeiros:						
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:						
Fornecedores	174.086	171.019	149.029	268.851	246.117	212.367
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.924.136	2.039.283	1.598.977	4.443.920	3.414.642	2.978.573
Concessões a pagar	721.025	309.289	287.655	1.134.947	957.474	559.026
	2.819.247	**2.519.591**	**2.035.661**	**5.847.718**	**4.618.233**	**3.749.966**

O equivalente de caixa corresponde substancialmente às aplicações financeiras mantidas no Fundo de investimento Exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o Fundo em mercado ativo (nível 1).

b) Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Tractebel Energia criou o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe promover internamente a conscientização do tratamento do risco, definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação, classificá-los e definir os procedimentos de seu controle.

- Risco de mercado

O Comitê é composto por um representante das áreas responsáveis pelo planejamento financeiro, regulação e mercado, planejamento da oferta de energia, finanças, comercialização, auditoria, implantação de projetos e produção de energia. A coordenação geral do Comitê é atribuição do Diretor de Planejamento e Controle.

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no exercício social atual.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *site* da Companhia no documento "Política de Investimentos e Derivativos", atualizada em 18.10.2010, para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de, no mínimo, 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e, no máximo, 10% dos recursos em Títulos Privados (aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de Leasing controladas por bancos elegíveis).

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard &Poors (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão e possuir *Rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's) em escala nacional.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação deste tipo. No momento, a Companhia não tem operações contratadas com derivativos.

- Risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 213.580, em 31.12.2010, corresponde a 4,7% da dívida da Companhia, dos quais 2,6% estão denominados em dólar e 2,1% em euro. Os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2010 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 19.

- Risco de taxa de juros e índices flutuantes

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Empréstimos, financiamentos e debêntures	%	Concessões a pagar	%
Libor Dólar	10.474	0,25	-	-
Euribor	91.833	2,16	-	-
TJLP	2.504.856	58,87	-	-
CDI	1.023.034	24,04	-	-
IPCA	438.356	10,30	379.736	33,46
IGP-M	186.181	4,38	755.211	66,54
	4.254.734	**100,00**	**1.134.947**	**100,00**

A Companhia, em 31.12.2010, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices; entretanto, os riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro que, periodicamente, avalia a exposição da Companhia e propõem as estratégias a serem adotadas.

- Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preço, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas, demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de 2011, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto no resultado de 2011 foram as seguintes: dólar (+4%), euro (- 3%), TJLP (+6%), CDI (+11%), IPCA (+ 5%) e IGP-M (+7%).

	Impactos no resultado
Variação na moeda estrangeira	1.818
Variação na taxa de juros	483
Variação nos índices de preços	
Debêntures	25.170
Concessões a pagar	165.471

A dívida indexada em IGP-M (R$ 159.962) e parte ajustada pelo CDI (R$ 617.663) refere-se a séries de debêntures que vencerão em 02.05.2011 e 30.04.2011, respectivamente. Em consequência, para estas dívidas, a variação considerada está *pro-rata* a estes vencimentos.

A Companhia possui seu disponível alocado em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual possui em sua política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2010, o Fundo possuía cem por cento de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos de liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic. Estes recursos serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

Especificamente quanto ao risco de aceleração inflacionária, vale ressaltar que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor tem cláusula de reajuste inflacionário – IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para dívidas e obrigações ajustadas pela inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária – no caso do CDI.

Quanto ao risco de taxas de juros flutuantes, vale ressaltar que a maior parte de suas dívidas estão vinculadas à TJLP, com tendência a se tornar ainda mais importante, e que esta taxa, apesar de ser considerada uma taxa “flutuante”, vem sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, prestando a esta taxa caráter *quasi*-fixo.

- Risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais. A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente nas reuniões do comitê. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. O caráter gerador de caixa da Companhia e de sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

	Controladora					
	Até 1 mês%	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos à taxa de juros:						
-pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.395	2.494	918.556	881.534	(1.818)	1.802.161
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.982	6.122	14.197	18.336	83.984	125.621
Concessões a pagar	209	416	1.897	12.400	3.075.416	3.090.338
	4.586	**9.032**	**934.650**	**912.270**	**3.157.582**	**5.018.120**

	Consolidado					
	Até 1 mês%	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos à taxa de juros:						
-pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	13.433	19.696	1.031.081	1.696.527	1.500.822	4.261.559
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.457	7.531	20.218	58.385	99.760	189.351
Concessões a pagar	3.423	7.144	33.873	185.252	4.003.003	4.232.695
	20.313	**34.371**	**1.085.172**	**1.940.164**	**5.603.585**	**8.683.605**

- Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, detalhados nas notas 19 e 20, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital, as reservas e os lucros acumulados.

A empresa detém dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva hoje em vigor a que limita em 2,5x o EBITDA. Dada a nova realidade de liquidez do mercado e a melhor percepção de risco do setor, em geral, e da Companhia, em específico, para os novos contratos de dívidas recentemente firmados, estes limitadores têm sido negociados no patamar de 3,5x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha o nível de endividamento da Companhia que deve se situar em torno de 2x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos, dada a política de aquisição de novas usinas da Companhia.

- Risco de crédito

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Para minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, assim como para os antigos contratos bilaterais com distribuidoras, a Companhia exige como garantia padrão a fiança bancária. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, procede com uma análise de crédito e estabelece, de acordo com sua política de crédito, as garantias a serem exigidas destas. Adicionalmente, a companhia avalia periodicamente sua exposição aos diversos setores da economia, buscando diversificar sua carteira e diminuir sua exposição ao risco específico setorial.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, entretanto, também possui política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de investimentos e derivativos para instituições financeiras.

A Companhia é avalista em diversos contratos com suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos (vide Nota 35) e não detém nenhuma garantia, nem outra garantia de crédito, para proteger esse risco de crédito.

- Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a

variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 79% da capacidade instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.124 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros.

- Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia. A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	213.580	211.784	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	49.414	49.135	98.313	99.078	577.284	579.271
Debêntures	1.661.142	1.557.388	1.694.553	1.624.791	683.095	572.924
Concessões a pagar	721.025	1.024.567	309.289	460.011	287.655	368.573
	2.645.161	**2.842.874**	**2.348.572**	**2.433.976**	**1.886.632**	**1.879.047**

	Consolidado					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	213.580	211.784	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	2.542.979	2.546.069	1.440.035	1.443.770	1.913.640	1.921.091
Debêntures	1.687.361	1.583.608	1.728.190	1.658.428	726.335	616.164
Concessões a pagar	1.134.947	1.558.491	957.474	1.264.775	559.026	1.032.273
	5.578.867	**5.899.952**	**4.372.116**	**4.617.069**	**3.537.599**	**3.927.807**

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

- Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridos pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o ano de 2011 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações no ano de 2011: dólar - 4%, euro – (3%), TJLP - 6%, CDI - 11% , IPCA - 5% e IGP-M - 7%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2011 seria a seguinte:

	Saldo 31.12.2010	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Variações na moeda estrangeira	213.580	1.818	55.668	109.517
Variações nas taxas de juros	3.527.890	483	37.914	75.770
Variações nos índices de preços				
Debêntures	598.318	25.170	114.071	233.220
Concessões a pagar	1.134.947	165.471	180.553	195.363

A dívida indexada ao IGP-M (R$ 159.962) e parte da dívida ajustada pelo CDI (R$ 617.663) referem-se a séries de debêntures que vencerão em 02.05.2011 e 30.04.2011, respectivamente. Em consequência, para estas dívidas, o cenário base foi projetado para 30.04.2011 e não 31.12.2011, como nos demais índices.

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem contratos de compra e venda de energia, prestação de serviços administrativos e de operação e manutenção de usinas, além de garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir especificados.

a) Compra e venda de energia

Controlada	Volume (MW médios)	Vigência	Índice de atualização anual	Saldo em 31.12.2010
Compra:				
Itasa	167	16.10.2030	IGP-M	2.142.060
Itasa	61	16.10.2030	Variação do dólar norte americano + Inflação norte americana	462.329
Venda:				
TBLC	150	01.03.2015	IPCA	383.670
TBLC	190	31.12.2016	IPCA	699.716

A energia contratada com a Itasa corresponde à energia gerada pela controlada que é vendida pela Tractebel Energia. As vendas para consumidores livres são preponderantemente realizadas pela controlada integral TBLC. A venda de energia para a TBLC é realizada para suprir a controlada de energia suficiente para o atendimento de seus compromissos contratuais, principalmente com clientes industriais.

b) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Saldo em 31.12.2010
Itasa	16.10.2030	IGP-M	198.827
Ceste	28.04.2025	Mix dos índices IPCA e INPC	197.191
CESS	15.10.2023	IGP-M	12.107
Lages	31.03.2012	Índice de reajuste do Acordo Coletivo de Trabalho da Tractebel Energia	2.279

A estratégia da Companhia é centralizar as atividades de operação e manutenção na Tractebel Energia, que presta este tipo de serviço para as suas controladas que não têm estes serviços contratados com terceiros.

c) Serviços administrativos

Controlada	Vigência	Índice de atualização anual	Valor anual
Lages	Indeterminado	INPC	190
TBLC	Indeterminado	INPC	379
CESS	Indeterminado	INPC	209
Areia Branca	Indeterminado	INPC	78
Hidropower	Indeterminado	INPC	81
Beberibe	Indeterminado	INPC	111
Pedra do Sal	Indeterminado	INPC	84
Tupan	Indeterminado	INPC	96
Ibitiúva	Indeterminado	INPC	253

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas são prestados pela Tractebel Energia.

Garantias

A Companhia é interveniente em diversos contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES e outros agentes financeiros, cedendo para cada contrato um tipo de garantia, conforme divulgado na tabela ao lado:

Controlada	Índice de atualização anual	Financiador	Valor da dívida
Itasa	Caução da totalidade das ações de emissão da Itasa de sua propriedade.	BNDES e Bancos (Repassadores BNDES)	101.277
Lages	Caução das quotas de participação de sua propriedade.	BRDE	11.431
CESS	Caução da totalidade das ações de emissão da CESS de sua propriedade.	BNDES e Bancos (Repassadores BNDES)	622.482
Beberibe	Caução da totalidade das ações de emissão da Beberibe de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	99.822
Pedra do Sal	Caução da totalidade das ações de emissão da Pedra do Sal de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	68.599
Areia Branca	Caução da totalidade das ações de emissão da Areia Branca de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	64.086
Tupan	Caução da totalidade das ações de emissão da Tupan de propriedade de sua controlada integral TBLP.	CEF	52.089
Hidropower	Caução da totalidade das ações de emissão da Hidropower de propriedade de sua controlada integral TBLP.	Banco do Brasil	27.245
Ibitiúva	Caução da totalidade das ações de emissão da Ibitiúva de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	65.055
SER	Caução da totalidade das ações de emissão da SER de sua propriedade.	BNDES e Bancos (Repassadores BNDES)	1.407.698

d) Avais e fianças

A Companhia é avalista das controladas CESS e TBLC nas seguintes operações de compra de energia:

Controlada	Beneficiários	Vencimento	Valor
CESS	Banco Bradesco S.A.	06.02.2011	23.100
CESS	ONS	26.07.2011	2.438
TBLC	Arcelormittal Brasil S.A.	03.01.2012	18.354
TBLC	Banco Bradesco S.A.	01.01.2011	6.010
TBLC	ECOM Energia Ltda.	28.02.2011	2.633
TBLC	Tradener S.A.	12.12.2011	8.811
TBLC	Vale Energia S.A.	02.03.2012	5.919

A Companhia também é fiadora da controlada TBLC em operações de compra de energia que vencem em 31.12.2011 e cujo valor total em 31.12.2010 é de R$ 23.001.

a) Consultoria

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

A Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos conforme a necessidade da Companhia. A renovação da contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em AGE realizada em 23.04.2010, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 3 (três) anos, renováveis a cada ano. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000,00 Euros, devendo os serviços executados e respectivos honorários serem submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. O montante remanescente em 31.12.2010 é de R$ 10.026.

b) Outras transações

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)

A Companhia possui saldo a pagar de R$ 129.186 referente aos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada dia 07.11.2009.

SUEZ Energy South America BidCo Ltda.

O saldo de R$ 221.306, em 01.01.2009, apresentado no quadro corresponde, principalmente, ao saldo a pagar decorrente da aquisição das eólicas Beberibe e Pedra do Sal e da PCH Areia Branca.

g) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado:

	Ativo				Passivo				
31.12.2010	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e JCP	Outros	Total
Itasa	2.017	4.897	-	6.914	5.741	-	-	31	5.772
Lages	606	-	-	606	-	-	-	-	-
TBLC	79.228	-	-	79.228	3.468	-	-	-	3.468
SER	-	-	505	505	-	-	-	-	-
CESS	4.588	1.628	-	6.216	-	-	-	-	-
Ibitiúva	2	-	6.260	6.262	-	-	-	-	-
Areia Branca	201	-	-	201	-	-	-	-	-
SUEZ Tractebel S.A.	-	-	-	-	2.211	-	-	-	2.211
G SELA	44	-	-	44	-	-	129.186	-	129.186
Ceste	286	-	-	286	-	-	-	-	-
Outras	195	-	-	195	299	-	-	-	299
TOTAL	**87.167**	**6.525**	**6.765**	**100.457**	**11.719**	**-**	**129.186**	**31**	**140.936**
31.12.2009	**70.127**	**10.719**	**35.654**	**116.500**	**6.421**	**-**	**169.590**	**918**	**176.929**
01.01.2009	**102.517**	**9.000**	**9.966**	**121.483**	**11.535**	**221.306**	**102.793**	**661**	**336.295**

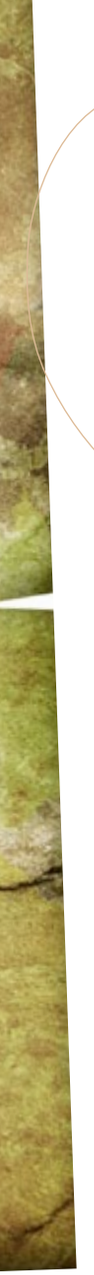
	Resultado									
	Receita operacional				Custo de energia elétrica		Despesas			
		Receita de serviços								
31.12.2010	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Administração	Total	Compra energia	Combustíveis	Gerais e administrativas	Financeiras	Total	Resultado de participações societárias
Itasa	-	12.107	-	12.107	123.716	-	-	-	123.716	22.727
Lages	5.523	1.758	186	7.467	-	-	-	-	-	7.137
TBLC	318.733	-	371	319.104	-	12.439	-	-	12.439	(6.646)
EAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.811)
CESS	-	2.870	204	3.074	-	-	-	-	-	(24.568)
PPESA	3.996	-	200	4.196	-	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.010)
SUEZ Tractebel S.A.	-	-	-	-	-	-	3.488	-	3.488	-
Ibitiúva	-	-	247	247	-	-	-	-	-	-
Ceste	-	2.514	-	2.514	-	-	57	-	57	-
GSELA	-	-	-	-	-	-	-	6.322	6.322	-
Outras	-	-	442	442	-	-	1.131	-	1.131	(312)
TOTAL	**328.252**	**19.249**	**1.650**	**349.151**	**123.716**	**12.439**	**4.676**	**6.322**	**147.153**	**(22.483)**
31.12.2009	**590.387**	**12.839**	**1.190**	**604.416**	**125.421**	**10.474**	**5.821**	**-**	**141.716**	**106.340**
01.01.2009	**413.177**	**12.882**	**685**	**426.744**	**166.379**	**10.654**	**5.389**	**-**	**182.422**	**54.698**

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Honorários e benefícios de curto prazo	7.752	6.751	5.911	8.346	7.233	6.595
Encargos sociais	2.110	1.920	1.731	2.229	2.015	1.870
Bônus dos Administradores e encargos	4.824	2.718	2.284	4.824	2.718	2.284
Benefícios pós-emprego	602	670	587	602	670	587
	15.288	**12.059**	**10.513**	**16.001**	**12.636**	**11.336**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.



36. SEGUROS

A Tractebel Energia possui, em 31.12.2010, apólices de seguros abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 4.867.212 (R$ 8.105.855) e para lucro cessante no valor declarado de US$ 378.352 (R$ 630.107). O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 416.350, por evento.

As controladas têm contratos de seguros com as seguintes principais características e valores de cobertura em 31.12.2010:

	Riscos operacionais		Lucro cessante	
	US$	R$	US$	R$
Lages	40.032	66.669	8.027	13.368
CESS	231.575	385.665	19.605	32.650
Ponte de Pedra[27]	196.600	327.418	11.278	18.782
Tupan	24.074	40.093	3.410	5.679
Hidropower	24.074	40.093	3.628	6.042
Pedra do Sal	24.882	41.438	10.766	17.930
Beberibe	49.565	82.546	14.194	23.639
Ibitiúva	52.052	86.687	18.856	31.403

Além destas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura no valor de R$ 87.215. Estas apólices incluem as usinas hidrelétricas Itá e Machadinho, exploradas em consórcio, as usinas hidrelétricas Ponte de Pedra e São Salvador, a Unidade de Cogeração Lages, as PCH Rondonópolis (Tupan), Engenheiro José Gelazio da Rocha (Hidropower) e Areia Branca, a termelétrica Ibitiúva e as eólicas Pedra do Sal e Beberibe.

Desde o ciclo 2009/2010, a Companhia decidiu aderir à apólice de seguro global de danos à propriedade e interrupção de negócios *(PropertyDamageand Business Interruption – PDBI)* coordenada pelo Grupo Controlador por entender que as condições comerciais e de cobertura se mostravam mais favoráveis que as disponíveis no mercado local e possíveis de contratação pela Companhia.

Em 31.05.2010, esta apólice de seguro foi renovada para o ciclo 2010/2011 com redução da taxa de seguro de cerca de 9%, em bases comparativas com a do ciclo anterior. Em função das condições favoráveis disponibilizadas nesta apólice global, o Consórcio Estreito Energia, que tem como consorciados a SUEZ Energia Renovável S.A. (40,07%), a Vale (30%), a Alcoa (25,49%) e a Camargo Corrêa Geração de Energia (4,44%), solicitou a inclusão da Usina Estreito na referida apólice corporativa, o que efetivamente ocorrerá a partir da entrada em operação dessa Usina.

Atualmente, o Consórcio Estreito Energia possui seguro de risco de engenharia com valor declarado para danos materiais de R$ 2.404.630 e perda de lucros esperados com valor declarado de R$ 612.233.

A Companhia possui também seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

27. A Ponte de Pedra foi incorporada pela Companhia em 31.12.2010 e, com isso, passará de co-segurada para uma unidade segurada da Companhia.

37. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes principais compromissos de longo prazo:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a Usina Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte).

Em relação às controladas, os contratos de uso de conexão são os seguintes:

- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).

- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2010, o saldo remanescente dos contratos de conexão é de R$ 249.324 (R$ 237.124 em 31.12.2009).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS e Itasa mantêm contratos com o ONS. Para as Usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, as empresas mantêm contratos de uso da distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).

- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul).

- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).

- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).

- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (Coelce).

- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

- Hidrelétrica Areia Branca S.A.: Cemig Distribuição S.A. (Cemig).

- UTE Ibitiúva Bioenergética: Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista).

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia. Em 31.12.2010, o saldo remanescente dos contratos é de R$ 5.802.137 (R$ 6.104.882 em 31.12.2009).

c) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios[28]				
Ano	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2011	3.467	399	3.866	3.798	98,24%
2012	3.617	426	4.043	3.990	98,69%
2013	3.617	370	3.987	3.903	97,90%
2014	3.617	254	3.871	3.598	92,95%
2015	3.617	201	3.818	3.248	85,07%
2016	3.617	201	3.818	2.633	68,96%

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2010, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.633.951	57,43	2.272.501	58,47
Consumidores livres	1.008.848	22,00	878.846	22,62
Comercializadoras	604.941	13,19	555.841	14,30
CCEE	289.402	6,31	65.075	1,67
Exportação de energia	30.074	0,66	60.661	1,56
Outras	18.917	0,41	53.395	1,38
	4.586.133	**100,00**	**3.886.319**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2010 participavam em percentual superior a 5% na receita líquida da Companhia são os seguintes: Celesc, Rio Grande Energia S.A. (RGE), CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

28. As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

d) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, levando a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Por oportuno, todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está em fase inicial, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre a tréplica apresentada pela Cien em 26.05.2010.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos, a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

A Petrobras interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia vinha comprando energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre esta e Petrobras, e seus respectivos aditivos, sejam renovados pelo período de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio, até novembro de 2009, deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT).

Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido

despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para a usina Arjona, a partir de 26.11.2009.

A Petrobras interpôs Recurso de Aplicação em face da sentença prolatada nos autos da ação ordinária, sendo que esse recurso não prejudicou o fornecimento de gás, que permanece regular. Em recente decisão, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul negou provimento à apelação da Petrobras e manteve a sentença de 1º grau.

f) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições descritas no CPC 06 (Operações de Arrendamento Mercantil) para classificação como arrendamento mercantil financeiro.

A Eólica Beberibe possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. O vencimento dos contratos ocorrerá entre maio de 2027 a setembro 2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta da controlada. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGP-M, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.

A Eólica Pedra do Sal possui um contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

Em 2010, o total da despesa com arrendamento foi de R$ 1.176 (R$ 983 em 31.12.2009).

O total dos pagamentos mínimos futuros previstos são os seguintes:

Ano	Valor
2011	614
2012 a 2016	3.068
2017 em diante	15.335
	19.017

Projetos de geração de energia eólica adquiridos em 2009: as empresas adquiridas pela controlada Tractebel Energia Participações (TBLP) possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos ocorrerão entre 2032 e 2042 e os pagamentos são compostos por parcelas fixas e variáveis, estas últimas serão devidas a partir da entrada em operação de cada um dos projetos. Em 2010, o total da despesa foi de R$ 433.

O total dos pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valor
2011	383
2012 a 2016	1.917
2017 em diante	7.918
	10.218

g) Contratos para construção em andamento

g.1) Usina Ibitiúva Bioenergética

A Controlada indireta Ibitiúva assinou contrato com a Areva Koblitz S.A. para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, cujo montante remanescente em 31.12.2010 era de R$ 3.373 (R$ 38.142 em 31.12.2009). A vigência do contrato é de até 31.12.2011.

g.2) Usina Hidrelétrica São Salvador

A controlada CESS possui contrato com o Consórcio São Salvador para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da Usina Hidrelétrica São Salvador. O montante a realizar em 31.12.2010 era de R$ 10.581 (R$ 19.740 em 31.12.2009).

g.3) Usina Hidrelétrica Estreito

O Consórcio Estreito, do qual a controlada SUEZ Energia Renovável participa com 40,01 %, possui contratos vinculados à implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, cujo montante remanescente em 31.12.2010 é de R$ 410.285 (capital próprio e de terceiros), dos quais R$ 164.401 corresponde à participação de responsabilidade da SER.

38. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controlada		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	2.867.270	2.746.652	3.238.743	2.828.342
Fornecimento de energia elétrica	284.774	232.785	1.011.021	878.846
Transações no âmbito da CCEE	279.550	58.696	287.415	65.075
Exportação de energia elétrica	30.074	60.661	30.074	60.661
Outras receitas	25.991	21.147	18.880	53.395
	3.487.659	**3.119.941**	**4.586.133**	**3.886.319**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(263.558)	(230.570)	(358.410)	(294.039)
ICMS	(52.484)	(39.870)	(92.962)	(66.491)
ISS	(653)	(395)	(661)	(464)
Pesquisa e desenvolvimento	(29.796)	(25.812)	(33.719)	(28.648)
	(346.491)	**(296.647)**	**(485.752)**	**(389.642)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.141.168**	**2.823.294**	**4.100.381**	**3.496.677**

39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos feitos no exercício são as seguintes:

	Controlada		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	174.308	177.771	270.643	255.644
Imposto de renda e contribuição social	467.783	422.486	484.515	468.486
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	-	-	6.535	2.035
Fornecedores de ativo imobilizado	-	-	32.061	18.798
Contabilização da concessão a pagar	-	-	34.186	352.097
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	378.270	275.913	378.270	275.913
Dividendos propostos a receber de controladas	4.897	7.418	-	-

40. EFEITOS DA ADOÇÃO DOS IFRS E CPC NO RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 2010 E 2009 (NÃO AUDITADOS)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) facultou às companhias abertas apresentarem suas informações trimestrais (ITR) durante o exercício de 2010 conforme as normas contábeis vigentes em 2009. Entretanto, exigiu das empresas que adotaram esta opção a reapresentação dos ITR de 2010, comparativamente com os de 2009, também ajustados às novas normas de 2010, pelo menos quando da apresentação do primeiro ITR de 2011. Foi exigido ainda das companhias que se utilizaram desta faculdade a apresentação de uma nota evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrente da plena adoção das normas contábeis de 2010.

"Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria"

Conciliação referente aos trimestres findos em 31.03.2010 e 31.03.2009:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2010		31.03.2009		31.03.2010		31.03.2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**3.929.969**	**248.702**	**3.404.676**	**233.888**	**3.929.969**	**248.702**	**3.404.676**	**233.888**
Ajustes e reclassificações:								
Ativos fiscais diferidos	46.918	-	62.173	-	65.353	-	81.528	-
Investimento	(35.785)	-	(37.572)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.191.870	-	1.279.724	-	1.137.650	-	1.222.797	-
Dividendos adicionais propostos	81.913	-	-	-	81.913	-	-	-
Benefício pós-emprego	(113.879)	-	(150.704)	-	(113.879)	-	(150.704)	-
Passivo fiscal diferido	(405.238)	-	(435.107)	-	(405.238)	-	(435.107)	-
Depreciação	-	(22.222)	-	(21.877)	-	(21.546)	-	(21.200)
Reversão de provisões operacionais	-	18.826	-	5.999	-	18.826	-	5.999
Equivalência patrimonial	-	446	-	447	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	968	-	4.547	-	738		4.317
	765.799	(1.982)	718.514	(10.884)	765.799	(1.982)	718.514	(10.884)
Saldo após a adoção das novas práticas	**4.695.768**	**246.720**	**4.123.190**	**223.004**	**4.695.768**	**246.720**	**4.123.190**	**223.004**

Conciliação referente aos trimestres findos em 30.06.2010 e 30.06.2009

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2010		30.06.2009		30.06.2010		30.06.2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**4.201.450**	**520.183**	**3.667.939**	**497.151**	**4.201.450**	**520.183**	**3.667.939**	**497.151**
Ajustes e reclassificações:								
Ativos fiscais diferidos	40.329	-	59.283	-	58.535	-	78.408	-
Investimento	(35.338)	-	(37.125)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.169.649	-	1.257.847	-	1.116.105	-	1.201.597	-
Benefício pós-emprego	(95.053)	-	(144.704)	-	(95.053)	-	(144.704)	-
Passivo fiscal diferido	(397.681)	-	(427.668)	-	(397.681)	-	(427.668)	-
Depreciação	-	(44.443)	-	(43.754)	-	(43.090)	-	(42.401)
Reversão de provisões operacionais	-	37.652	-	11.999	-	37.652	-	11.999
Equivalência patrimonial	-	893	-	893	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	1.936	-	9.096	-	1.476	-	8.636
	681.906	(3.962)	707.633	(21.766)	681.906	(3.962)	707.633	(21.766)
Saldo após a adoção das novas práticas	**4.883.356**	**516.221**	**4.375.572**	**475.385**	**4.883.356**	**516.221**	**4.375.572**	**475.385**

Conciliação referente aos trimestres findos em 30.09.2010 e 30.09.2009

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2010		30.09.2009		30.09.2010		30.09.2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**4.239.413**	**844.246**	**3.605.664**	**782.882**	**4.239.413**	**844.246**	**3.605.664**	**782.882**
Ajustes e reclassificações:								
Ativos fiscais diferidos	33.742	-	56.393	-	51.717	-	75.288	-
Investimento	(34.892)	-	(36.678)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.147.428	-	1.235.969	-	1.094.561	-	1.180.396	-
Benefício pós-emprego	(76.227)	-	(138.704)	-	(76.227)	-	(138.704)	-
Passivo fiscal diferido	(390.126)	-	(420.229)	-	(390.126)	-	(420.229)	-
Depreciação	-	(66.664)	-	(65.632)	-	(64.635)	-	(63.602)
Reversão de provisões operacionais	-	56.478	-	17.999	-	56.478	-	17.999
Equivalência patrimonial	-	1.339	-	1.340	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	2.904	-	13.645	-	2.214	-	12.955
	679.925	(5.943)	696.751	(32.648)	679.925	(5.943)	696.751	(32.648)
Saldo após a adoção das novas práticas	**4.919.338**	**838.303**	**4.302.415**	**750.234**	**4.919.338**	**838.303**	**4.302.415**	**750.234**

41. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 04.02.2011, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, através de Fato Relevante, que os Conselhos de Administração da GDF SUEZ S.A., da qual a Tractebel Energia é subsidiária indireta, e da International Power PLC (IP) anunciaram que a combinação entre certos ativos da GDF SUEZ, relacionados às atividades internacionais de energia da GDF SUEZ (fora da Europa) e certos ativos no Reino Unido e na Turquia, incluindo a participação indireta da GDF SUEZ na Tractebel Energia (coletivamente "Ativos Internacionais de Energia da GDF SUEZ"), de um lado, e a IP, de outro lado ("Combinação"), foi consumada.

No contexto da Combinação, a GDF SUEZ, por meio de sua subsidiária Electrabel e certas outras de suas subsidiárias, subscreveu novas ações de emissão da IP, representativas de 70% do capital votante e total da IP (a qual assim se tornou uma subsidiária indireta da GDF SUEZ), para, subsequentemente, integralizá-las por meio da contribuição dos Ativos Internacionais de Energia da GDF SUEZ à IP.

A Combinação tem como objetivo, entre outros, melhorar substancialmente a posição estratégica tanto da IP quanto da GDF SUEZ, por meio da criação da líder mundial em geração independente de energia.

Não obstante, a Combinação não deverá modificar ou afetar, de nenhuma forma, a estrutura do mercado de eletricidade brasileiro – considerando que a IP não desempenhava nenhuma atividade de geração, transmissão ou distribuição de eletricidade ou qualquer outra atividade no Brasil ou em qualquer outra jurisdição na América Latina. A Combinação não constituiu alienação de controle em relação à Tractebel Energia, a qual continua sendo uma subsidiária indireta da GDF SUEZ.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2011

(A Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010 encontra-se na próxima página)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010, da Tractebel Energia S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Alain François Marie Luoise Janssens
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro -
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

Tractebel Energia
GDF SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre os Planos de Investimentos e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício de 2010, com base no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tahmatsu, emitido em 04/02/11, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2011.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Expediente

COORDENAÇÃO GERAL
Tractebel Energia S.A.

CONSULTORIA EM GRI, REDAÇÃO, EDIÇÃO E TRADUÇÃO
Ricca RI

REVISÃO
Assessoria de Comunicação
Departamento de Relações com Investidores
Relata Editorial
Mario Correa de Sá e Benevides - Diretoria Administrativa - Comitê de Sustentabilidade

DESIGN, DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Ricca RI

IMAGENS
Acervo Tractebel Energia
Shutterstock

ILUSTRAÇÃO - CAPA
M. C. Escher (Drawing hands - 1948)

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Rua Antônio Dib Mussi, 366 - CEP 88015-110 - Florianópolis - SC - Tel: 48 3221 7000 - Fax: 48 3221 7001